

# RELATÓRIO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

2018



REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
SAÚDE



SNS  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE



RELATÓRIO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO  
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE  
2018



## Índice

Considerações prévias.....	19
Sumário executivo.....	23
Parte I - Recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde – Ano 2018.....	33
1. Distribuição setorial dos trabalhadores na administração pública .....	35
2. Trabalhadores do SNS e do Ministério da Saúde por região de saúde.....	37
3. Trabalhadores por grupo profissional .....	39
4. Trabalhadores por tipo de entidade.....	41
5. Trabalhadores por natureza jurídica da entidade.....	43
6. Trabalhadores por região e grupo profissional.....	45
7. Trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato.....	47
8. Trabalhadores por vínculo .....	55
9. Taxa de feminização global .....	57
10. Trabalhadores por estrutura etária e género.....	59
11. Trabalhadores por estrutura habilitacional.....	61
12. Trabalhadores por período de trabalho .....	63
13. Trabalho suplementar segundo a modalidade de prestação de trabalho.....	65
14. Ausências .....	67
15. Acidentes de trabalho e número de dias perdidos .....	73
16. Reformas/ Aposentações.....	75
17. Recrutamento em regime de contrato por tempo indeterminado ou sem termo....	77
18. Encargos com pessoal .....	79
19. Procedimentos concursais.....	85
19.1 Procedimento Simplificado de Seleção para recrutamento de profissionais integrados na carreira especial médica e na carreira médica dos estabelecimentos de saúde com a natureza jurídica de entidade pública empresarial integrados no Serviço Nacional de Saúde .....	85
19.2 Procedimento concursal para médicos já vinculados ao SNS através de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – “curso de mobilidades” .....	92

19.3	Procedimentos concursais nacionais de habilitação ao grau de consultor.....	93
19.4	Recrutamento para a categoria de Assistente Graduado Sênior.....	95
19.5	Procedimento concursal para preenchimento de 774 postos de trabalho de enfermagem no âmbito dos cuidados de saúde primários.....	97
20.	Negociações Coletivas de Trabalho .....	99
21.	Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado - PREVPAP .....	109
Parte II - Evolução dos recursos humanos no Ministério da Saúde e no Serviço Nacional de Saúde .....		117
1.	Evolução dos trabalhadores no Ministério da Saúde (2010 – 2018).....	118
2.	Médicos aposentados no ativo .....	129
3.	Formação médica no Serviço Nacional de Saúde (2010 – 2018) .....	132
3.1.	Internato médico: Evolução do ano comum e formação especializada.....	135
3.2.	Médicos recém-especialistas (Evolução 2010 – 2018) .....	138
4.	Recursos humanos estrangeiros.....	140
5.	Evolução da taxa de absentismo .....	142
6.	Evolução dos gastos com pessoal .....	145
7.	Evolução do trabalho suplementar .....	154
8.	Certificação profissional.....	170
8.1.	Técnicos das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica.....	170
8.2.	Podologia .....	178
8.3.	Terapêuticas não convencionais.....	179
Parte III - Caracterização dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde.....		183
1.	Pessoal Médico .....	184
1.1.	Médicos por região de saúde .....	184
1.2.	Médicos (sem internos) por especialidade.....	185
1.3.	Médicos especialistas por idade e género.....	189
1.4.	Médicos por género.....	190
1.5.	Trabalho suplementar do pessoal médico.....	191
1.6.	Atividade médica realizada em regime de prestação de serviços – ano 2018 .....	199
1.7.	Retenção de médicos recém-especialistas de 2018 .....	208
2.	Pessoal de enfermagem .....	212
2.1.	Enfermeiros por região de saúde.....	212
2.2.	Enfermeiros por idade .....	213
2.3.	Enfermeiros por género.....	214

2.4. Trabalho suplementar do pessoal de enfermagem .....	215
3. Pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos.....	218
3.1. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por região.....	219
3.2. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo.....	220
3.3. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por gênero .....	221
3.4. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por idade .....	222
3.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos .....	223
4. Pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	226
4.1. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por região de saúde ....	227
4.2. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por profissão.....	228
4.3. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por gênero .....	229
4.4. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por idade .....	230
4.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	231
5. Rácios .....	235



## Índice de figuras

Figura 1. Total de trabalhadores por região de saúde.....	37
Figura 2. Total de médicos por região de saúde.....	184
Figura 3. Total de enfermeiros por região de saúde .....	212
Figura 4. Total de técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por região de saúde.....	219
Figura 5. Total de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por região de saúde .....	227



## Índice de gráficos

Gráfico 1. Distribuição percentual de trabalhadores na administração pública .....	35
Gráfico 2. Percentagem de trabalhadores por região .....	45
Gráfico 3. Percentagem de trabalhadores por tipo de vínculo em 2018 .....	55
Gráfico 4. Percentagem de trabalhadores por modalidade de contrato .....	56
Gráfico 5. Taxa de feminização .....	57
Gráfico 6. Total de trabalhadores por escalão etário e género .....	59
Gráfico 7. Idade média por grupo profissional .....	60
Gráfico 8. Total de trabalhadores por nível de escolaridade segundo o género .....	62
Gráfico 9. Percentagem de trabalhadores por período de trabalho .....	64
Gráfico 10. Horas suplementares segundo a modalidade de prestação de trabalho .....	65
Gráfico 11. Aposentações por grupo profissional .....	75
Gráfico 12. Encargos com pessoal .....	80
Gráfico 13. Análise total de requerimentos .....	112
Gráfico 14. Motivos de indeferimento (percentagem) .....	113
Gráfico 15. Composição Geral de Vínculos (percentagem) .....	114
Gráfico 16. Total de requerimentos CEI/CEI+ e PEPAC .....	115
Gráfico 17. Composição Geral de Funções e Carreiras (percentagem) .....	116
Gráfico 18. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA, EPE e PPP .....	119
Gráfico 19. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA e EPE .....	119
Gráfico 20. Evolução do pessoal médico (total) – entidades SPA, EPE e PPP .....	121
Gráfico 21. Evolução do pessoal médico especialista – entidades SPA e EPE .....	121
Gráfico 22. Evolução do pessoal de enfermagem -entidades SPA, EPE e PPP .....	121
Gráfico 23. Evolução do pessoal de enfermagem - entidades SPA e EPE .....	121
Gráfico 24. Evolução do pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	123
Gráfico 25. Evolução do pessoal assistente técnico .....	123
Gráfico 26. Evolução do pessoal assistente operacional .....	123
Gráfico 27. Evolução dos ingressos no ano comum / formação geral .....	135
Gráfico 28. Evolução das vagas preenchidas na formação específica .....	135

Gráfico 29. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde .....	141
Gráfico 30. Evolução da taxa de absentismo.....	143
Gráfico 31. Evolução dos custos com pessoal - totais e por entidades SPA e EPE (em milhares de euros).....	146
Gráfico 32. Evolução dos custos com remuneração base - totais e por entidades SPA e EPE .....	147
Gráfico 33. Evolução de gastos com suplementos remuneratórios (2010 – 2017)/ abonos variáveis ou eventuais (2018) - totais e por entidades SPA e EPE.....	148
Gráfico 34. Evolução dos gastos com trabalho suplementar– totais e por entidades SPA e EPE.....	149
Gráfico 35. Pedidos de CPE de profissionais com qualificações europeias para exercer em Portugal .....	172
Gráfico 36. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2016.....	172
Gráfico 37. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2017.....	172
Gráfico 38. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2018.....	173
Gráfico 39. Pedidos de CPE de profissionais com qualificações obtidas em Portugal para exercer noutro país da UE .....	173
Gráfico 40. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2016 .....	174
Gráfico 41. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2017 .....	174
Gráfico 42. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2018 .....	175
Gráfico 43. Total de cédulas de TSDT emitidas (2010-2018) .....	175
Gráfico 44. Evolução da emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica.....	176
Gráfico 45. Reconhecimento de habilitações estrangeiras para Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica para o exercício da profissão em Portugal.....	177
Gráfico 46. Total de cédulas de podologistas emitidas em 2015, 2016, 2017 e 2018 .....	178
Gráfico 47. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016 .....	181
Gráfico 48. Total de cédulas de TNC emitidas em 2017 .....	182
Gráfico 49. Total de cédulas de TNC emitidas em 2018 .....	182
Gráfico 50. Número de médicos por especialidade .....	185
Gráfico 51. Distribuição dos médicos sem internos por idade e género .....	189
Gráfico 52. Distribuição dos médicos (total) por idade.....	189
Gráfico 53. Percentagem de médicos por género.....	190
Gráfico 54. Horas suplementares do pessoal médico (presença física e prevenção).....	192

Gráfico 55. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar (total)	198
Gráfico 56. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de presença física	198
Gráfico 57. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de prevenção	198
Gráfico 58. Percentagem de encargos de contratos de prestação de serviços médicos por atividade contratada (2018 – 2017)	201
Gráfico 59. TOP 5 das entidades com maior volume de horas de prestação de serviços médicos...	203
Gráfico 60. TOP 5 das entidades com maior volume de encargos de prestação de serviços médicos	203
Gráfico 61. Percentagem de encargos de contratos de prestação de serviços médicos por entidade contratada (2018 – 2017)	207
Gráfico 62. Top 15 das especialidades com maior número de recém-especialistas do ano 2018 contratados pelo SNS	210
Gráfico 63. Top 15 das especialidades com maior taxa de recém-especialistas do ano 2017 contratados pelo SNS	211
Gráfico 64. Distribuição de enfermeiros por idade	213
Gráfico 65. Taxa de feminização dos enfermeiros	214
Gráfico 66. Taxa de feminização dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos	221
Gráfico 67. Distribuição dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por idade	222
Gráfico 68. Taxa de feminização dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica..	229
Gráfico 69. Distribuição dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por idade	230



## Índice de quadros

Quadro 1. Trabalhadores por grupo profissional.....	39
Quadro 2. Total de trabalhadores por tipo de entidade e grupo profissional .....	41
Quadro 3. Total de trabalhadores por natureza jurídica da entidade e grupo profissional .....	43
Quadro 4. Trabalhadores por região e grupo profissional.....	45
Quadro 5. Distribuição de trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato.....	48
Quadro 6. Total de trabalhadores por modalidade de contrato .....	56
Quadro 7. Total de trabalhadores por nível de escolaridade .....	61
Quadro 8. Distribuição de trabalhadores por período de trabalho e grupo profissional .....	63
Quadro 9. Total de dias de ausência por motivo de ausência .....	67
Quadro 10. Total de dias de ausência por grupo profissional .....	68
Quadro 11. Total de dias de ausência por grupo profissional pelos principais motivos de ausência	68
Quadro 12. Dias de ausência por região, entidade e grupo profissional .....	70
Quadro 13. Total de acidentes de trabalho/ serviço e dias perdidos .....	73
Quadro 14. Aposentações por tipo e grupo profissional.....	75
Quadro 15. Aposentações por região e por grupo profissional.....	76
Quadro 16. Trabalhadores que iniciaram vínculos sem termo por grupo profissional .....	77
Quadro 17. Trabalhadores que transitaram para vínculos sem termo por grupo profissional.....	78
Quadro 18. Encargos com pessoal.....	79
Quadro 19. Abonos variáveis ou eventuais .....	80
Quadro 20. Encargos com pessoal por entidade.....	81
Quadro 21. Média de custos por trabalhador.....	83
Quadro 22. Médicos (Medicina Geral e Familiar) colocados por região de saúde – 1ª época e 2ª época 2017.....	87
Quadro 23. Médicos (Medicina Geral e Familiar) colocados por região de saúde – 1ª época e 2ª época 2018.....	88
Quadro 24. Médicos (áreas hospitalar e de saúde pública) colocados por região de saúde .....	89
Quadro 25. Médicos (áreas hospitalar e de saúde pública) colocados por região de saúde .....	90
Quadro 26. Médicos (áreas hospitalar e saúde pública) colocados por região de saúde – 2ª época 2018 .....	91
Quadro 27. Resultados do procedimento concursal de 2015 .....	93

Quadro 28. Ponto de situação do procedimento concursal de 2017 .....	94
Quadro 29. Ponto de Situação de Processo de Nomeação de Júris .....	95
Quadro 30. Ponto de situação dos Procedimentos AGS 2017 .....	96
Quadro 31. Análise de casos no âmbito do PREVPAP .....	112
Quadro 32. Análise de casos CEI/ CEI+ e PEPAC .....	115
Quadro 33. Evolução do número de trabalhadores por região de saúde .....	125
Quadro 34. Evolução do número de trabalhadores por entidade .....	125
Quadro 35. Evolução do número de trabalhadores por grupo profissional e região .....	127
Quadro 36. Evolução de médicos aposentados no ativo por região .....	130
Quadro 37. Evolução de médicos aposentados no ativo por especialidade .....	130
Quadro 38. Evolução das vagas no ano comum/ formação geral .....	135
Quadro 39. Evolução das vagas na formação específica .....	135
Quadro 40. Evolução na formação específica por especialidade médica .....	136
Quadro 41. Evolução anual de médicos recém-especialistas por especialidade .....	138
Quadro 42. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países .....	141
Quadro 43. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional .....	141
Quadro 44. Evolução dos dias de ausência por motivo .....	143
Quadro 45. Evolução dos dias de ausência por grupo profissional .....	144
Quadro 46. Encargos com pessoal – totais e por entidades SPA e EPE .....	146
Quadro 47. Encargos com remuneração base do pessoal– totais e por entidades SPA e EPE .....	147
Quadro 48. Encargos com suplementos remuneratórios (2010 – 2017)/ abonos variáveis ou eventuais (2018) - totais e por entidades SPA e EPE .....	148
Quadro 49. Encargos com trabalho suplementar– totais e por entidades SPA e EPE .....	150
Quadro 50. Custos com pessoal por entidade e custo médio por trabalhador .....	151
Quadro 51. Volume total de trabalho suplementar .....	155
Quadro 52. Volume de trabalho suplementar por entidade .....	155
Quadro 53. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por entidade .....	157
Quadro 54. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por especialidade .....	160
Quadro 55. Volume de trabalho suplementar do pessoal de enfermagem .....	164
Quadro 56. Volume de trabalho suplementar do pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos por entidade .....	165
Quadro 57. Volume de trabalho suplementar dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo .....	167
Quadro 58. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica por entidade .....	167
Quadro 59. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, por profissão .....	169
Quadro 60. Evolução da emissão de cédulas profissionais por profissão .....	176

Quadro 61. Emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica por país de destino .....	177
Quadro 62. Reconhecimento de qualificações adquiridas no estrangeiro .....	178
Quadro 63. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016.....	181
Quadro 64. Total de cédulas de TNC emitidas em 2017.....	181
Quadro 65. Total de cédulas de TNC emitidas em 2018.....	182
Quadro 66. Médicos no SNS por 1.000 habitantes .....	184
Quadro 67. Médicos especialistas por região e por especialidade em 2017 e 2018.....	186
Quadro 68. Número médio de horas suplementares por médico .....	192
Quadro 69. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por médico .....	192
Quadro 70. Variação percentual do trabalho suplementar por entidade (2018-2017).....	195
Quadro 71. Trabalho suplementar por especialidade e média de horas realizadas por médico .....	196
Quadro 72. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por região .....	200
Quadro 73. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por atividade contratada.....	200
Quadro 74. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por entidade.....	204
Quadro 75. Top 5 das especialidades por horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos.....	205
Quadro 76. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por especialidade...	206
Quadro 77. Encargos de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato .....	207
Quadro 78. Total de recém-especialistas formados e contratados (em entidades SPA e EPE do SNS) por especialidade.....	209
Quadro 79. Enfermeiros por 1.000 habitantes .....	212
Quadro 80. Total de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem.....	215
Quadro 81. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por enfermeiro .....	215
Quadro 82. Distribuição dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo .....	220
Quadro 83. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos.....	223
Quadro 84. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior de saúde e farmacêuticos .....	224
Quadro 85. Trabalho suplementar por ramo e média de horas realizadas por técnico superior de saúde e farmacêuticos .....	225
Quadro 86. Total de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por profissão e região de saúde .....	228
Quadro 87. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	232
Quadro 88. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	232
Quadro 89. Trabalho suplementar por profissão e média de horas realizadas por técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica .....	233

Quadro 90. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2018 nas administrações regionais de saúde (cuidados de saúde primários) .....	236
Quadro 91. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2018 nas unidades locais de saúde .....	236
Quadro 92. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes de 2018 e por estabelecimentos hospitalares do SNS .....	238
Quadro 93. Rácio de médicos e enfermeiros por cama e enfermeiros por médico em 2018 por estabelecimentos hospitalares do SNS .....	239

## Considerações prévias

O Ministério da Saúde tem seguido uma política de transparência no que respeita à informação de recursos humanos dos serviços que tutela e, em particular, das unidades que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A disponibilização desta informação permite realizar uma aprofundada caracterização do capital humano, acompanhando a relevante evolução que se tem feito sentir nesta matéria.

Neste sentido, e em sintonia com o Programa do Governo e com a estratégia seguida no ano anterior, no ano de 2018 continuaram a ser implementadas medidas que convergem para o reconhecimento dos profissionais que integram os serviços e organismos dependentes do Ministério da Saúde, nomeadamente promovendo, em estreita colaboração e espírito de cooperação com todas as entidades e, em particular, com as estruturas sindicais representativas dos diversos grupos de pessoal, a dignificação das carreiras enquanto instrumento de melhoria contínua do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Assim, tendo sido dada continuidade às importantes medidas que foram sendo implementadas nos anos anteriores, como por exemplo a reversão das reduções remuneratórias e aumento da remuneração mínima garantida, e ainda que se trate de um elenco que não esgota todas as ações desenvolvidas, permitimo-nos destacar aquelas que, no ano de 2018, tiveram maior impacto nos recursos humanos:

- Reforço e renovação dos recursos humanos do SNS, particularmente através da contratação de profissionais de saúde, quer por via da abertura de procedimentos concursais (ou imprimindo maior celeridade aos procedimentos em curso), quer pela via das autorizações individuais e casuísticas para celebração de contratos de trabalho, que se traduziu num aumento de cerca de 3400 trabalhadores face ao ano anterior;
- No que se refere ao grupo de pessoal médico, reconhecendo que, por razões de ordem estrutural, a taxa de cobertura relativa aos cuidados médicos é ainda insuficiente, sobretudo em zonas de maior periferia, na sequência do processo de negociação coletiva de trabalho desenvolvido em 2016, procedeu-se, através da publicação do Despacho n.º 7082/2018, de

26 de julho, à fixação dos estabelecimentos e especialidades consideradas carenciadas para o ano 2018;

- Na sequência da recuperação total das majorações devidas pelo trabalho suplementar, assistiu-se a idêntica recuperação das majorações, mas agora no que respeita ao trabalho prestado nas designadas horas de qualidade ou horas incómodas;
- Foi alcançado um acordo com os sindicatos que representam os trabalhadores em Contrato Individual de trabalho (CIT), cujas funções são idênticas às desenvolvidas pelos trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, integrados em carreiras gerais – Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, o que veio permitir a harmonização entre os dois regimes de vinculação existentes no SNS, conduzindo à transição dos profissionais em regime de contrato individual de trabalho para o regime de 35 horas semanais, ficando em igualdade com os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018, e Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018;
- No que respeita ao pessoal de enfermagem, no ano de 2018 assistiu-se a um aumento deste número de profissionais, que se cifrou em mais cerca de 1400 enfermeiros face ao ano anterior;
- Assistiu-se, também, ao aumento da retribuição mínima mensal garantida em 23 euros face ao ano anterior, para 580 euros (Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 de dezembro);
- Uma vez que no Serviço Nacional de Saúde coexistem dois regimes de vinculação distintos, trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas e trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, o Ministério da Saúde tem procurado adotar medidas que, respeitadas as necessárias diferenças em relação a cada um dos regimes de trabalho, assegurem uma harmonização indispensável para a adequada rentabilização dos recursos humanos existentes;

Dando continuidade à informação disponibilizada no ano anterior, também para o ano de 2018 a elaboração do “Relatório Social do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde” assentou na informação proveniente do sistema informático Recursos Humanos e Vencimentos (RHV), nos balanços sociais das diversas entidades, na recolha de informação diretamente solicitada às entidades e na informação proveniente da conta do SNS.

Assim, o presente relatório contempla os trabalhadores que em dezembro de 2018 detinham contrato de trabalho e se encontravam ativos e processáveis, não incluindo os profissionais em regime de prestação de serviços.

Tendo em conta que a fonte principal do presente relatório – aplicação informática RHV - não contempla os dados das entidades em regime de parceria público-privada (PPP), foram utilizados dados provenientes de outras fontes<sup>1</sup> para efeitos de contabilização do número total de trabalhadores, por região, por tipologia de entidade, por natureza jurídica da entidade e por grupo profissional. Todavia, por falta de informação sistematizada disponível a partir do RHV, a análise mais detalhada que foi efetuada nos demais domínios não contempla os profissionais destas entidades.

---

<sup>1</sup> Balanços sociais das entidades e outros dados enviados pelas entidades.



## Sumário executivo

O presente documento está organizado em três partes: a primeira é dedicada à caracterização genérica dos trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde no ano 2018, e as restantes, de uma forma complementar, referem-se à evolução de diversos indicadores sociais dos recursos humanos e à caracterização das carreiras ou corpos especiais da saúde.

Relativamente ao ano 2018 podem extrair-se, desde já, as seguintes conclusões:

- O **Ministério da Saúde é o segundo maior empregador da Administração Pública**, representando 27% do total de trabalhadores do universo da administração central, logo a seguir ao Ministério da Educação (ME).
- Em 2018 foram contabilizados **135.401 trabalhadores nas entidades do Ministério da Saúde (MS)**, dos quais 97,3% se encontravam afetos às entidades prestadoras de cuidados de saúde primários e hospitalares e, apenas cerca de 2,7%, aos serviços centrais de natureza técnica e administrativa. O número de trabalhadores no ano em apreço apresentou um acréscimo de 2,6% face ao ano 2017. Em termos absolutos, os enfermeiros foram o grupo profissional em que se verificou maior crescimento (+1.373 enfermeiros relativamente ao ano 2017).
- Ao nível da **distribuição regional** dos trabalhadores<sup>2</sup>, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte concentram mais de 70% dos profissionais, seguindo-se o Centro (19,1%), o Alentejo (4,9%) e o Algarve (4,5%).
- Os **grupos profissionais** com maior dimensão são o pessoal de enfermagem (44.932 trabalhadores; 33,2%), o pessoal médico (29.291; 21,6%) e o pessoal assistente operacional (26.740; 19,7%;).

Ainda em relação aos grupos profissionais, constatou-se que, em 2018, os trabalhadores integrados nos “corpos” especiais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de saúde e farmacêuticos), correspondem a cerca de 62% dos profissionais.

- No âmbito do **tipo de entidades do MS e do SNS**, os estabelecimentos hospitalares continuam a ser o maior empregador do sistema (92.454 trabalhadores, 68,3%), seguindo-

<sup>2</sup> Os serviços ditos centrais não estão contempladas na distribuição regional, atendendo a que têm, em regra, abrangência nacional.

se, com cerca de 18,5% os trabalhadores as administrações regionais de saúde (ARS)<sup>3</sup>. Por fim, os trabalhadores das unidades locais de saúde (ULS) representam 10,6% e os serviços centrais 2,7%, conforme anteriormente referido.

- Quanto à **natureza jurídica das entidades da saúde**, as entidades públicas empresariais (EPE) agregam, no seu todo, 73% dos trabalhadores, seguidas das entidades do setor público administrativo que concentram 22% dos trabalhadores. As quatro entidades hospitalares em regime de parceria público – privado comportam 5% dos trabalhadores.
- No universo das entidades SPA e EPE constata-se que mais de metade dos **vínculos** existentes (59%) revestem a forma de contrato de trabalho em funções públicas (CTFP) e 41% consubstanciam contratos individuais de trabalho (CIT). Em termos de modalidade de contrato, cerca de 91% assumem a modalidade por tempo indeterminado ou sem termo.

A maioria dos grupos profissionais tem uma percentagem de contratos por tempo indeterminado ou sem termo, igual ou superior a 97%.

- A taxa de **feminização** global fixou-se nos 76,5%, superando a taxa global da Administração Pública (60,2%).
- No que respeita à **média de idade** por grupo profissional, variou entre os 41 e os 50 anos, correspondendo o limite mínimo aos Enfermeiros e o máximo aos médicos especialistas. Os médicos internos não representam propriamente um grupo profissional uma vez que se trata de trabalhadores em formação, no entanto, se fossem considerados, apresentariam a média de idades mais baixa do intervalo (30 anos).
- Em relação a **estrutura habilitacional**, mais de metade dos trabalhadores do MS e do SNS têm curso superior (64,3%).

Da análise da estrutura habilitacional por género constata-se que para o universo feminino, 56,2 % dos trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado. Relativamente ao universo dos trabalhadores do sexo masculino a mesma percentagem sobe para 62,3%.

- A **carga horária** predominante em todos os grupos profissionais é, com exceção do pessoal médico, as 35 horas semanais (74,2%), o que decorre da entrada em vigor da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que alterou o período normal de trabalho (PNT) em 2016 e dos acordos coletivos, assinados em 2018, com os trabalhadores integrados nas carreiras de regime geral, com os Farmacêuticos e com os TSDT, que viram o seu período normal de trabalho reduzido para 35 horas semanais. No caso do pessoal médico, mercê do respetivo enquadramento legal, predomina o período normal de trabalho de 40 horas semanais.

3 Administrações Regionais de Saúde (ARS) – serviços centrais e agrupamento de centros de saúde (ACES).

No cômputo total das EPE e SPA, cerca de 18% dos trabalhadores cumprem um PNT de 40 horas semanais.

- Em 2018 foram prestadas cerca de 13,1 milhões de **horas suplementares**, sendo que o trabalho suplementar em período noturno foi o mais expressivo de entre as horas realizadas, com 31,9% do total dessas horas, seguido do trabalho suplementar diurno e em dias de descanso semanal obrigatório, que contribuíram, respetivamente, com 27,8% e 19,6% para o volume total do trabalho suplementar.
- No tocante aos dias de **ausência ao trabalho**, no decorrer do ano em apreço registaram-se mais de 3,9 milhões de dias de ausência ao trabalho por parte dos trabalhadores do Ministério da Saúde. Os principais motivos de absentismo dos trabalhadores foram a doença e a parentalidade, representando 46,7% e 31,5%, respetivamente.
- Durante o ano 2018 registaram-se 881 saídas de trabalhadores por **reforma/aposentação**, mais de metade são ordinárias. Os assistentes operacionais foram o grupo profissional que registou o maior número de aposentações (41%), seguido do pessoal médico (31%) e dos assistentes técnicos (11%). A região que registou o maior número de aposentações foi a região de Lisboa e Vale do Tejo (342 aposentações).
- Em 2018 foram admitidos em regime de **contrato definitivo** 3.469 trabalhadores, dos quais 264 sob a forma de CTFP por tempo indeterminado e 3.205 na modalidade de contrato individual sem termo. Ainda no âmbito das medidas de combate à precariedade laboral, no mesmo período temporal, foram convertidas em relações laborais duradouras 1.940 situações contratuais precárias.
- Os **encargos com pessoal** no ano 2018 ascenderam a 4,06 mil milhões de euros, dos quais cerca de 25% dizem respeito a organismos integrados no setor público administrativo e 75% a estabelecimentos ou serviços incluídos no setor empresarial do estado.  
A remuneração base e os abonos variáveis ou eventuais são as rubricas que mais oneram esta despesa.

Em termos de caracterização da **evolução** ocorrida no âmbito dos recursos humanos da saúde, no período compreendido entre os anos **2010 e 2018** (sempre que exista informação disponível), é de salientar o seguinte:

- Em termos gerais, de **2010 a 2014** assistiu-se a uma **redução de 6,0%** no número total de trabalhadores nas entidades SPA e EPE. Essa tendência foi transversal à maioria dos grupos profissionais, com a exceção do pessoal médico (total), que tem apresentado um crescimento desde 2010.
- A partir do ano 2015 assistiu-se a uma viragem da tendência, para o universo referido anteriormente (entidades SPA e EPE), e em **dezembro de 2018** o número de trabalhadores atingiu um total de 128.445, **mais 3.081 trabalhadores** do que no ano transato. Os

aumentos mais significativos registaram-se ao nível do pessoal de enfermagem (+1.252) e do pessoal médico (+601). A compensar o decréscimo que se registou no ano anterior, surge a categoria dos assistentes operacionais, que viu o nº de profissionais aumentar em 472 postos de trabalho. Esta tendência é transversal aos assistentes técnicos, técnicos superiores da área de diagnóstico e terapêutica (TSDT) e técnicos superiores de saúde (TSS), nos quais estão incluídos os farmacêuticos, que, contrariamente ao verificado em 2017, no final de 2018 registaram crescimentos significativos do número de trabalhadores. A assumir particular destaque estão os técnicos superiores da área de diagnóstico e terapêutica (TSDT), que registaram um incremento de 329 profissionais, os valores mais elevados dos últimos anos.

- A nível regional, todas as regiões têm vindo a assistir ao reforço dos seus recursos humanos, salientando-se o aumento mais expressivo das regiões de saúde do Norte (+2,91%), do Alentejo (+2,52%) e Lisboa e Vale do Tejo (2,42%), em 2018 face ao ano 2017.
- De modo a dar resposta à carência de pessoal médico em Portugal, veio o Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, estabelecer as condições em que **médicos aposentados** podem exercer funções no SNS. Deste modo, entre 2010 e 2017, o número de médicos aposentados no ativo foi aumentando. No último ano em apreço (2018) existiam 252 médicos aposentados no ativo, o que representa um decréscimo de 26,7% face ao ano anterior. Para este decréscimo contribuiu o aumento do número da contratação de médicos, que vieram colmatar necessidades que antes eram asseguradas pelos médicos aposentados, e o facto dos serviços terem sido esclarecidos que estes médicos não podiam permanecer no ativo após atingirem 70 anos de idade. A região com maior número de profissionais nesta situação é a de Lisboa e Vale do Tejo. A especialidade com o maior número de médicos aposentados no ativo é a **Medicina Geral e Familiar**, que representa cerca de **59% dos profissionais** nessa situação.
- No que respeita ao **internato médico**, comparando o ano de 2010 com o ano de 2018, regista-se um **aumento de 938 ingressos no ano comum** e de **590 ingressos na formação especializada**.
- No ano 2018 **concluíram a formação especializada 1.445 novos médicos especialistas**, o que representa o maior número de médicos formados da série temporal, que evidencia o esforço significativo e constante do Ministério da Saúde na formação de novos especialistas. As especialidades de medicina interna (+57 médicos) e medicina geral e familiar (+49 médicos) sofreram o maior aumento.
- Em 2018 foi ainda desenvolvido um procedimento concursal ao qual puderam concorrer médicos já detentores do grau de especialista em medicina geral e familiar e vinculados ao SNS através de vínculo por tempo indeterminado, e que, desta forma, puderam movimentar-se quer dentro da mesma Administração Regional de Saúde, quer mesmo entre Administrações Regionais de Saúde diferentes. Com efeito, este concurso foi desenvolvido com vista à “recolocação” de profissionais médicos que, de alguma forma, pretendiam alterar

o seu local de colocação sem que esta alteração fosse efetuada por via do mecanismo legal da mobilidade geral prevista na lei. Nessa medida, o procedimento concursal desenvolvido teve como principal objetivo a movimentação de pessoal médico já integrado na carreira, contribuindo, desta forma, para uma melhor satisfação e motivação profissional dos profissionais.

- No que diz respeito ao procedimento concursal aberto em 2015 pelo Aviso n.º 10946-A/2015, de 25 de setembro, para o preenchimento de 774 postos de trabalho de pessoal de enfermagem no âmbito dos cuidados de saúde primários, foram opositores 10.957 candidatos, dos quais foram admitidos 10.654. Considerando o muito elevado número de candidatos, inédito no Ministério da Saúde, foi empregue um esforço muito relevante no sentido de dinamizar a conclusão deste procedimento. Assim, em 2018 concluiu-se a colocação destes profissionais, traduzindo um reforço muito significativo do número de efetivos do pessoal de enfermagem. Adicionalmente, por despacho da Tutela e pelo Ministério das Finanças foi autorizada a utilização da reserva de recrutamento constituída no âmbito deste procedimento concursal, viabilizando, deste modo, o preenchimento de 156 postos de trabalho que, entretanto, ficaram vagos e cuja colocação ocorrerá em 2019.
- No que diz respeito a negociações coletivas de trabalho, no ano de 2018 foram implementadas diversas medidas de grande relevância, salientando-se o que diz respeito ao pessoal médico, pessoal de enfermagem, pessoal farmacêutico, pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e pessoal das carreiras gerais dos Hospitais do Setor Público Empresarial.

Destas medidas, destacam-se as seguintes:

- i) No que respeita ao pessoal médico, abertura periódica de procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal médico ao abrigo do regime simplificado previsto no Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho, para recrutamento de recém especialistas e médicos especialistas sem vínculo aos serviços e estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde, para as áreas de exercício profissional hospitalar, de saúde pública e medicina geral e familiar, permitindo colocar ao dispor das populações o investimento anteriormente efetuado na formação deste grupo de pessoal altamente qualificado;
- ii) Realização de reuniões, quer negociais quer técnicas, no sentido de analisar alterações a introduzir em legislação diversa, e que, neste último caso, pretendem agilizar o procedimento de negociação coletiva;
- iii) Negociação de um diploma que procede à alteração do regime da carreira especial de enfermagem, bem como do regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, definido nos Decretos-Leis n.os 248/2009 e 247/2009, ambos de 22 de setembro, respetivamente – cfr- Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio;

- iv) Negociação de um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, aplicável ao pessoal de enfermagem com contrato de trabalho celebrado com entidades públicas empresariais do setor da saúde;
  - v) Realização de diligências no sentido de se proceder ao desenvolvimento do quadro legal da carreira farmacêutica nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde;
  - vi) Conclusão do procedimento de negociação/ contratação coletiva para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, no âmbito do qual foram negociados números de posições e níveis remuneratórios, regras de transição dos trabalhadores integrados na carreira prevista no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, regimes de trabalho, organização do tempo de trabalho e condições da sua prestação, procurando harmonizar os regimes aplicáveis aos CTFP e aos CIT;
- No que concerne aos **procedimentos concursais** para os médicos especialistas, que até ao ano 2015 estavam a cargo da respetiva Administração Regional de Saúde, no seguimento do que sucedeu em 2016 e 2017, também no ano 2018 foram centralizados na ACSS.
  - Relativamente aos **recursos humanos estrangeiros**, existe uma tendência para a estabilização de 2010 a 2018, notando-se um ligeiro aumento em 2018, ano em que são contabilizados 3.163, o que representa 2,3% do total de trabalhadores do MS.  
A proveniência dos recursos humanos estrangeiros foi maioritariamente de Espanha (858) entre os países membros da União Europeia, do Brasil (456) e de Angola (244) no grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).  
Os grupos de pessoal médico (1.834) e de enfermagem (559) têm sido os mais representativos ao longo dos anos. Em 2018 esses grupos correspondiam, respetivamente, a 58% e 18% do total de trabalhadores estrangeiros no MS.
  - No que respeita à **taxa de absentismo** apresentou um decréscimo até ao ano 2013, tendo aumentado progressivamente até ao ano 2018, fixando-se nos 11,4%. É de realçar a diminuição significativa ocorrida nos dias de trabalho perdidos com perda de vencimento (-26,5%).
  - Em 2018 os **encargos com pessoal** totalizaram 4,065 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 5,8% face ao ano de 2017. Para o efeito contribuíram, entre outros fatores o aumento do número de trabalhadores e a reposição das majorações do trabalho realizado em horas de qualidade. Entre 2013 e 2015 assistiu-se a uma certa estabilização, destacando-se o ano 2012, pelo registo do menor volume de encargos com pessoal, o que se justifica pelo não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.
  - No **trabalho suplementar**, a nível global, constata-se que existiu um aumento do volume de horas em 2018 face ao ano anterior (+11,2%).

Destaca-se o pessoal de enfermagem, visto que foi neste grupo profissional que o aumento foi maior em termos percentuais (27%), devido ao impacto da alteração do período normal de trabalho no trabalho por turnos para os trabalhadores em contratos individuais de trabalho. O aumento referido é mais acentuado do que o registado no ano 2017 (+16%).

- No âmbito das suas atribuições, cabe à ACSS a **certificação dos profissionais** das áreas de diagnóstico e terapêutica, podologistas e terapeutas não convencionais, através da emissão de cédulas e certidões.

No ano 2018 foram emitidas 2.740 cédulas profissionais no âmbito das áreas de diagnóstico e terapêutica. A profissão com o maior número de cédulas emitidas desde 2010 é a de Fisioterapeuta (10.484 cédulas), seguida de Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública (7.270 cédulas) e Técnico de Farmácia (5.743 cédulas). Em 2018, relativamente a 2017 destaca-se o aumento no número de declarações emitidas para trabalhar no estrangeiro (+144). Este aumento, em contraciclo com a tendência de redução que se observa desde 2015, estará, certamente, relacionada com a conclusão de cursos de Fisioterapia em universidades portuguesas, por parte de cidadãos espanhóis, franceses e italianos, que, após obterem as cédulas profissionais, solicitam a emissão das declarações para instruírem o processo da Carteira Profissional Europeia (CPE) e poderem exercer a profissão de Fisioterapeuta no seu país de origem.

De 2015 a 2018 foram emitidas um total de 434 cédulas profissionais de Podologista.

No que concerne às terapêuticas não convencionais, foram emitidas 79 cédulas em 2015, 1.737 em 2016, 1321 em 2017 e 418 em 2018. No ano de 2018, assume particular destaque a Acupuntura com 143 cédulas emitidas, cerca de 34% do valor total.

Da caracterização das carreiras ou corpos especiais da saúde, sumariza-se o seguinte:

- **Pessoal médico:** Em 2018 os **médicos totalizam 29.291 profissionais**, e destes aproximadamente 68% são especialistas e 32% são internos. Os médicos das regiões do Norte e Lisboa e de Vale do Tejo, no seu conjunto, representam 74,5% do total, seguindo-se as regiões do Centro com 18,4%, do Algarve com 3,7% e do Alentejo com 3,5%. Regista-se um reforço significativo de trabalhadores na região do Algarve.

Para efeitos de comparabilidade entre as diferentes regiões de saúde, foi utilizado o **rácio de médicos por mil habitantes**, onde se constata que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem o rácio mais elevado (3,0 médicos por 1.000 habitantes), superando o rácio nacional que se situa nos 2,9 médicos por 1.000 habitantes.

Tendo por base o **número de médicos especialistas por especialidade**, constata-se que 66,1% dizem respeito a especialidades hospitalares, 30,3% a Medicina Geral e Familiar e 1,9% a Saúde Pública (1,7% a outras especialidades onde estão incluídas a Medicina do Trabalho, Medicina Desportiva e outras situações). No ano de 2018, a especialidade com maior número de médicos é a Medicina Geral e Familiar (5.715), tendo esta especialidade apresentado uma taxa

de retenção global de 88%, o que demonstra a relevância dos cuidados de saúde primários e todo esforço realizado no sentido de procurar alcançar o objetivo de proporcionar Médico de Família a todos utentes do SNS.

No que concerne à idade, no ano em apreço a idade média dos médicos especialistas é cerca de 50 anos, sendo que 50,8% ultrapassa essa idade.

À semelhança do que ocorre nos restantes grupos profissionais existem mais profissionais do sexo feminino (60,6%) do que do masculino (39,4%).

Durante o ano 2018 o pessoal médico realizou cerca de 5,7 milhões **de horas suplementares**, das quais aproximadamente 78% foram realizadas em presença física e 22% em regime de prevenção. Considerando o número de médicos que realizou trabalho suplementar durante o ano 2018, constata-se que, em média, cada um deles realizou 303 horas.

A atividade médica realizada sob a forma de prestação de serviços visa, maioritariamente, assegurar a prestação de trabalho em contexto de urgência, representando cerca de 65% do total. Finalmente, no que concerne à tipologia de contrato, os prestadores a título individual representam 42% do total de encargos em 2018, representando um aumento de aproximadamente 5 pontos percentuais face ao ano 2017 (37%). Este acréscimo é o reflexo do Despacho n.º 9666-B/2016, de 27 de julho, que refere que a celebração e/ou renovação dos contratos em regime de prestação de serviços do pessoal médico, por parte dos serviços e ou estabelecimentos do SNS, devem ser celebrados, preferencialmente, por pessoa singular ou sociedade unipessoal.

A **taxa** média de **retenção** global dos **médicos recém-especialistas** que concluíram o internato médico no ano de 2018, foi até à data, na ordem dos 83%. Evidencia-se as especialidades com o maior número de recém-especialistas ativos nas entidades como a Medicina Geral e Familiar, Medicina Interna, Cirurgia Geral, Anestesiologia, e Pediatria, apresentando estas especialidades taxas de retenção global entre os 78% e os 91%.

- **Pessoal de enfermagem:** Em 2018, o pessoal de enfermagem totalizava **44.932 profissionais**, distribuídos pelas regiões de Saúde e serviços centrais. As regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo concentram o maior número de profissionais. No entanto, ao contrário do que sucede com o pessoal médico, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que possui maior número de enfermeiros. Em termos de número de enfermeiros por 1.000 habitantes, o valor mais elevado pertence à região do Centro (4,8 enfermeiros por mil habitantes) seguindo-se as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (4,5 enfermeiros por 1000 habitantes), as três regiões superam o rácio nacional (4,4 enfermeiros por 1000 habitantes).

Da análise da informação existente constata-se que existem 1,53 enfermeiros por cada médico. Relativamente à idade, mais de metade dos enfermeiros (51,8%) têm idades até 40 anos, o que conjugado com a sua distribuição por género (83,5% são do sexo feminino), influencia significativamente a taxa de absentismo.

Durante o ano 2018 o pessoal de enfermagem realizou cerca de 3,2 milhões de **horas suplementares**, o que, face ao número de enfermeiros que assegurou essa prestação de

trabalho, corresponde a uma média de 115 horas por cada profissional. Tendo em conta o número total de enfermeiros das entidades EPE e SPA, constata-se que cerca de 65% realizou trabalho suplementar.

- **Pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos:** Em dezembro de 2018 existem 1.777 técnicos superiores de saúde e farmacêuticos, com maior concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte. No universo dos trabalhadores integrados na carreira de TSS e farmacêuticos, os mais representativos são os psicólogos clínicos (36%) e os farmacêuticos (30%).

No que respeita às idades, destaca-se uma concentração de profissionais no intervalo de idades compreendido entre os 40 e os 49 anos.

Em termos de distribuição por género, os TSS e farmacêuticos são maioritariamente do sexo feminino (86,2%).

Durante o ano 2018, os TSS e farmacêuticos realizaram cerca de 152 mil horas suplementares, o que corresponde a uma média de 212 horas por cada profissional que realizou, de facto, trabalho suplementar.

- **Pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica** – Os TSDT totalizavam 8568 profissionais em 2018, com uma distribuição regional semelhante à dos TSS e farmacêuticos.

As profissões que abrangem mais trabalhadores são a de técnico de análises clínicas e de saúde pública (25%), técnico de radiologia (19%) e fisioterapeuta (12%).

Em termos etários existe uma concentração relevante de trabalhadores em idades compreendidas entre os 34 anos e os 36 anos. A taxa de feminização fixou-se nos 79,1%.

No ano 2018, os TSDT efetuaram cerca de 746 mil horas de trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 230 horas por cada profissional que realizou trabalho suplementar, os quais representam aproximadamente 40% do total de TSDT.



## *Parte I*

# Recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde – Ano 2018

Sectorialmente o conjunto das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde constitui o segundo maior empregador da administração pública.

Em dezembro de 2018 desempenhavam funções no âmbito das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde 135.401 trabalhadores, o que representa o maior número de efetivos de que há registo.

O grupo de pessoal com maior número de efetivos é o pessoal de enfermagem com 33,2% do total de trabalhadores, seguido do pessoal médico com 21,6%.

Os estabelecimentos hospitalares (isoladamente considerados) concentram 68% do universo dos trabalhadores, seguidos das Administrações Regionais de Saúde com cerca de 19%.

As entidades públicas empresariais detêm mais de 70% dos trabalhadores e as entidades em regime de parceria público-privada representam 5% do total de efetivos.

Cerca de 91% dos trabalhadores detêm um contrato de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo. Durante o ano 2018 foram convertidos em contrato sem termo 1.940 situações de emprego precário e contratados em regime de contrato sem termo ou por tempo indeterminado cerca de 3500 trabalhadores.

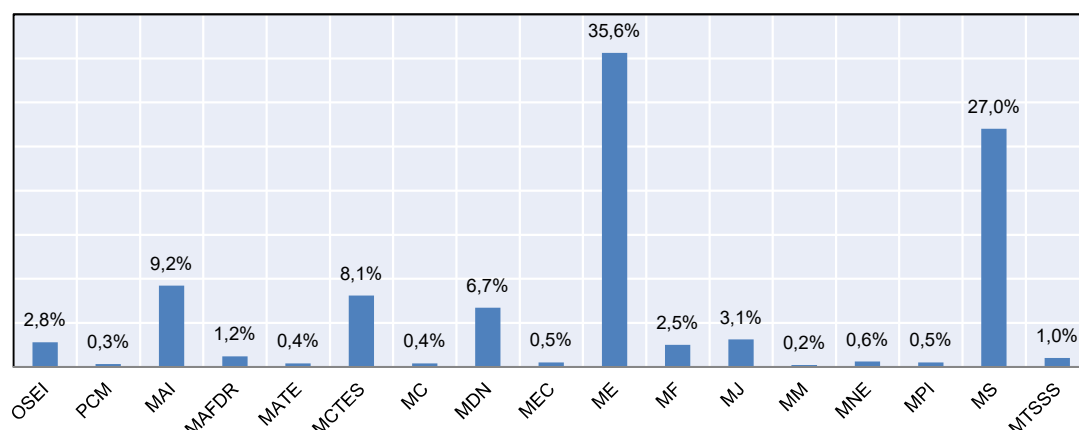
No ano 2018 aposentaram-se 881 trabalhadores e a região de Lisboa e Vale do Tejo foi a que registou o maior volume de aposentações.



## 1. Distribuição setorial dos trabalhadores na administração pública

No seio da administração pública em Portugal continental, em termos setoriais, o conjunto das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde constitui o segundo maior empregador, apenas precedido pelo universo das entidades que integram o Ministério da Educação, tal como indicado no gráfico seguinte.

Gráfico 1. Distribuição percentual de trabalhadores na administração pública



Legenda: **Osei** - Órgãos de Soberania e Entidades Independentes; **PCM** - Presidência do Conselho de Ministros; **MAI** - Ministério da Administração Interna; **MAFDR** - Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; **MATE** - Ministério do Ambiente e da Transição Energética; **MCTES** - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; **MC** - Ministério da Cultura; **MDN** - Ministério da Defesa Nacional; **MEC** - Ministério da Economia; **ME** - Ministério da Educação; **MF** - Ministério das Finanças; **MJ** - Ministério da Justiça; **MM** - Ministério do Mar; **MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros; **MPI** - Ministério do Planeamento e das Infraestruturas; **MS** - Ministério da Saúde; **MTSSS** - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fonte: Síntese Estatística do Emprego Público (DGAEP/SIOE - dados provisórios), dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

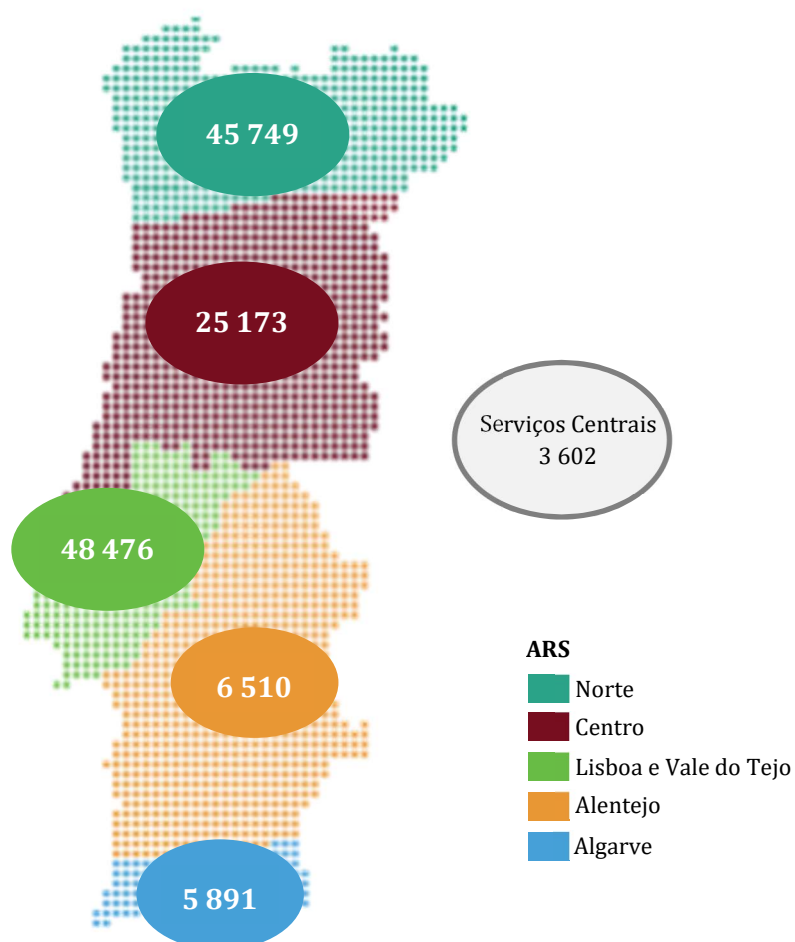
Esta distribuição representa o contínuo esforço por parte do Estado Português em dotar-se dos trabalhadores necessários à satisfação das necessidades sociais e particularmente uma garantia de efetivação do direito fundamental à proteção da saúde.



## 2. Trabalhadores do SNS e do Ministério da Saúde por região de saúde

No âmbito do Ministério da Saúde o território de Portugal continental encontra-se dividido em cinco regiões de Saúde. A distribuição dos trabalhadores pelas regiões de saúde é a que consta do mapa seguinte. Concomitantemente, a par da afetação regional dos recursos humanos, existe também um conjunto de entidades, designadas de forma simplificada por serviços “centrais” que, dadas as suas atribuições, possuem uma abrangência nacional.

Figura 1. Total de trabalhadores por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV (dezembro 2018), e outros dados disponibilizados pelas instituições (PPP).

As regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo concentram mais de 70% dos trabalhadores regionais, o que está em correspondência com a distribuição demográfica.



### 3. Trabalhadores por grupo profissional

Os trabalhadores da área da saúde, mercê da sua multidisciplinaridade, agrupam-se em diversos grupos profissionais ou carreiras, cujas atividades são desenvolvidas em termos interdisciplinares.

Os trabalhadores integrados em carreiras ou «corpos» especiais da saúde (pessoal médico, pessoal de enfermagem, técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde) correspondem a cerca de 62% do total de efetivos.

Quadro 1. Trabalhadores por grupo profissional

Grupos Profissionais	Número de trabalhadores	%
Médicos	29 291	21,60%
Enfermeiros	44 932	33,20%
Técnicos Superiores de Saúde + Farmacêuticos	1 777	1,30%
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	8 568	6,30%
Assistentes Técnicos	16 580	12,20%
Assistentes Operacionais	26 740	19,70%
Técnicos Superiores	4 386	3,20%
Informáticos	620	0,50%
Outros	2 507	1,90%
Total	135 401	100,00%

**Fonte:** Dados provenientes do RHV (dezembro 2018), e outros dados disponibilizados pelas instituições (PPP).

Os grupos profissionais de maior dimensão são o pessoal de enfermagem que representa 33,2% do total de efetivos, o pessoal médico com 21,6% e o pessoal assistente operacional que detém 19,7% do total de trabalhadores.

Em «Outros» estão incluídos, nomeadamente, o pessoal dirigente, administradores hospitalares, inspetores e técnicos de emergência pré-hospitalar.



#### 4. Trabalhadores por tipo de entidade

Em função das atribuições e da tipologia de prestação de cuidados podem agrupar-se as entidades ou organismos da área da saúde em quatro tipos diferentes: as Administrações Regionais de Saúde, os estabelecimentos hospitalares, as unidades locais de saúde e os serviços centrais.

A distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e tipo de entidade, consta do quadro seguinte, do qual ressalta que os estabelecimentos hospitalares se constituem como os maiores empregadores do sistema.

Quadro 2. Total de trabalhadores por tipo de entidade e grupo profissional

Entidade	Médicos	Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
Administrações Regionais de Saúde	7 461	7 591	437	768	5 423	2 048	1 107	96	124	25 055
Estabelecimentos Hospitalares	19 232	32 005	1.048	6 657	8 657	21 439	2 122	372	922	92 454
Unidades Locais de Saúde	2 538	5 078	164	912	1 968	3 035	361	93	141	14 290
Serviços Centrais	60	258	128	231	532	218	796	59	1 320	3 602
<b>Total</b>	<b>29 291</b>	<b>44 932</b>	<b>1 777</b>	<b>8 568</b>	<b>16 580</b>	<b>26 740</b>	<b>4 386</b>	<b>620</b>	<b>2 507</b>	<b>135 401</b>

**Legenda:** TSS – Técnico Superior de Saúde; TSDT – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; Inf. – Pessoal de Informática

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

O universo dos estabelecimentos hospitalares (isoladamente considerados) concentra 68,3 % dos trabalhadores das entidades e serviços da área da Saúde, seguindo-se, com 18,5%, os trabalhadores afetos às Administrações Regionais de Saúde.

Os trabalhadores integrados nas unidades locais de saúde representam 10,6% e os efetivos dos serviços centrais 2,7%.



## 5. Trabalhadores por natureza jurídica da entidade

No que respeita à sua natureza jurídica, as entidades da Saúde podem dividir-se em três tipos diferentes: as entidades do setor público administrativo (SPA), as entidades públicas empresariais (EPE) e as entidades em regime de parceria público-privado (PPP).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e tipo de entidade, sendo possível constatar que as EPE agregam, no seu todo, 73% dos trabalhadores.

Quadro 3. Total de trabalhadores por natureza jurídica da entidade e grupo profissional

Entidade	Médicos	Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
SPA	7 705	8 196	615	1 081	6 028	2 529	1 824	147	1 429	29 554
EPE	20 036	34 513	1 054	7 040	9 862	22 596	2 396	467	927	98 891
PPP	1 550	2 223	108	447	690	1.615	166	6	151	6 956
<b>Total</b>	<b>29 291</b>	<b>44 932</b>	<b>1 777</b>	<b>8 568</b>	<b>16 580</b>	<b>26 740</b>	<b>4 386</b>	<b>620</b>	<b>2 507</b>	<b>135 401</b>

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **Inf.** – Pessoal de Informática

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

As entidades do setor público administrativo – nas quais se incluem os serviços centrais – concentram cerca de 22% dos trabalhadores e as quatro entidades hospitalares em regime de parceria público-privada (PPP) comportam 5% do total de trabalhadores.



## 6. Trabalhadores por região e grupo profissional

A maioria dos recursos humanos do Ministério da Saúde concentra-se nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, o que, naturalmente, se justifica por serem as zonas com mais habitantes. No que concerne ao pessoal médico, as duas regiões concentram cerca de 73% destes profissionais.

Apresenta-se em seguida a distribuição regional dos trabalhadores que se encontram vinculados às entidades do setor público administrativo (SPA) e entidades públicas empresariais (EPE) da Saúde, excluindo, portanto, os hospitais em regime de parceria público-privada (PPP).

Quadro 4. Trabalhadores por região e grupo profissional

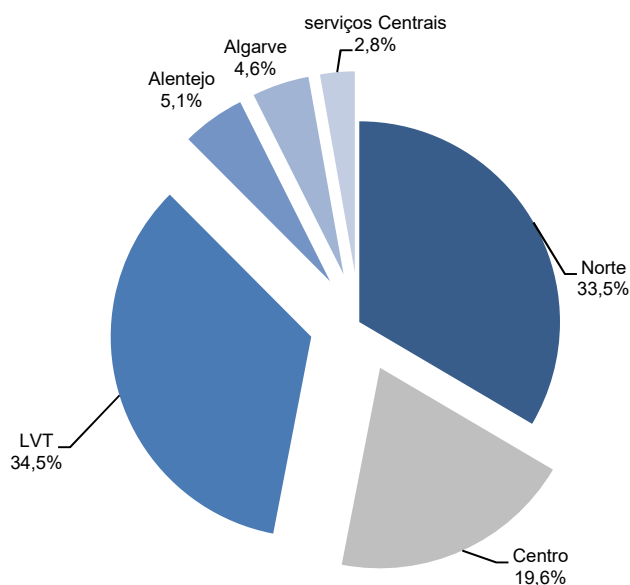
Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Norte	7 040	3 263	10 303	14 762	552	2 311	5 201	8 231	1 146	192	294	42 992
Centro	3 654	1 722	5 376	8 837	340	1 546	3 049	5 093	630	111	191	25 173
Lisboa e Vale do Tejo	6 629	3 288	9 917	14 576	535	3 135	5 334	8 999	1 203	175	403	44 277
Alentejo	714	296	1 010	2 252	61	469	973	1 389	210	46	100	6 510
Algarve	738	337	1 075	2 024	53	429	801	1 195	235	31	48	5 891
Serviços Centrais	60		60	258	128	231	532	218	796	59	1 320	3 602
<b>Total geral</b>	<b>18 835</b>	<b>8 906</b>	<b>27 741</b>	<b>42 709</b>	<b>1 669</b>	<b>8 121</b>	<b>15 890</b>	<b>25 125</b>	<b>4 220</b>	<b>614</b>	<b>2 356</b>	<b>128 445</b>

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **Inf.** – Pessoal de Informática.

Nota: Não inclui as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 2. Percentagem de trabalhadores por região



Nota: Não inclui as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV



## 7. Trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato

Tendo em consideração o critério utilizado na elaboração do presente relatório: trabalhadores ativos e processáveis no mês de dezembro 2018<sup>4</sup>, a distribuição dos trabalhadores por entidade, grupo profissional e modalidade de contrato é a que consta do quadro seguinte.

Em termos de modalidade de contrato, verifica-se que a região Alentejo tem a maior percentagem de contratos sem termo (93,7%).

Salienta-se também a taxa elevada dos serviços centrais, cujos trabalhadores têm maioritariamente contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, devido à natureza jurídica das entidades.

No que respeita aos grupos profissionais, a maioria tem uma percentagem de contratos sem termo igual ou superior a 98%, com a exceção dos internos, cujo regime de vinculação, por regra, reveste a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

Em termos mais detalhados, a distribuição dos trabalhadores que integram as entidades públicas empresariais e as entidades do setor público administrativo, por grupo profissional e tipo de contrato, a dezembro de 2018, é a que consta do quadro seguinte.

---

<sup>4</sup> Não inclui trabalhadores processáveis com remuneração fixa = 0, nem ativos sem contrato de trabalho (estagiários, prestações de serviço, CEI).

Quadro 5. Distribuição de trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Norte</b>	<b>7 040</b>	<b>3 263</b>	<b>10 303</b>	<b>14 762</b>	<b>552</b>	<b>2 311</b>	<b>5 201</b>	<b>8 231</b>	<b>1 146</b>	<b>192</b>	<b>294</b>	<b>42 992</b>
<b>ARS Norte, I.P.</b>	<b>2 033</b>	<b>737</b>	<b>2 770</b>	<b>2 824</b>	<b>153</b>	<b>192</b>	<b>1 980</b>	<b>735</b>	<b>380</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>9 092</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	2 010	1	2 011	2 810	145	188	1 887	629	378	24	34	8 106
Termo/Termo incerto	23	736	759	14	8	4	93	106	2			986
<b>Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.</b>	<b>314</b>	<b>155</b>	<b>469</b>	<b>993</b>	<b>27</b>	<b>177</b>	<b>221</b>	<b>611</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>2 571</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	310		310	985	27	173	220	609	42	18	13	2 397
Termo/Termo incerto	4	155	159	8		4	1	2				174
<b>Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.</b>	<b>103</b>	<b>33</b>	<b>136</b>	<b>256</b>	<b>9</b>	<b>35</b>	<b>73</b>	<b>147</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>695</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	103		103	249	9	35	73	146	28	4	7	654
Termo/Termo incerto		33	33	7				1				41
<b>Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.</b>	<b>552</b>	<b>310</b>	<b>862</b>	<b>1 211</b>	<b>38</b>	<b>233</b>	<b>293</b>	<b>885</b>	<b>63</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>3 623</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	550		550	1 197	38	230	292	884	63	16	22	3 292
Termo/Termo incerto	2	310	312	14		3	1	1				331
<b>Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.</b>	<b>284</b>	<b>139</b>	<b>423</b>	<b>650</b>	<b>17</b>	<b>122</b>	<b>170</b>	<b>623</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>2 063</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	282	1	283	608	17	122	168	614	40	9	9	1 870
Termo/Termo incerto	2	138	140	42			2	9				193
<b>Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.</b>	<b>897</b>	<b>527</b>	<b>1 424</b>	<b>2 286</b>	<b>52</b>	<b>351</b>	<b>396</b>	<b>1 224</b>	<b>147</b>	<b>22</b>	<b>42</b>	<b>5 944</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	895		895	2 186	52	348	390	1 219	146	22	42	5 300
Termo/Termo incerto	2	527	529	100		3	6	5	1			644
<b>Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.</b>	<b>170</b>	<b>55</b>	<b>225</b>	<b>384</b>	<b>12</b>	<b>81</b>	<b>108</b>	<b>255</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>1 100</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	169		169	374	12	79	107	254	16	4	15	1 030
Termo/Termo incerto	1	55	56	10		2	1	1				70

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.</b>	<b>728</b>	<b>406</b>	<b>1 134</b>	<b>1 438</b>	<b>64</b>	<b>300</b>	<b>402</b>	<b>914</b>	<b>93</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>4 394</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	727	1	728	1 368	64	296	401	910	90	18	30	3 905
Termo/Termo incerto	1	405	406	70		4	1	4	3		1	489
<b>Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.</b>	<b>280</b>	<b>134</b>	<b>414</b>	<b>654</b>	<b>10</b>	<b>119</b>	<b>220</b>	<b>483</b>	<b>41</b>	<b>11</b>	<b>19</b>	<b>1 971</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	278		278	642	10	119	220	479	41	11	19	1 819
Termo/Termo incerto	2	134	136	12				4				152
<b>Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.</b>	<b>260</b>	<b>152</b>	<b>412</b>	<b>647</b>	<b>11</b>	<b>101</b>	<b>124</b>	<b>315</b>	<b>33</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>1 664</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	260		260	623	11	101	124	311	33	7	14	1 484
Termo/Termo incerto		152	152	24				4				180
<b>Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.</b>	<b>63</b>	<b>35</b>	<b>98</b>	<b>184</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>50</b>	<b>131</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>516</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	63		63	179	5	27	50	131	13	3	5	476
Termo/Termo incerto		35	35	5								40
<b>Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.</b>	<b>37</b>	<b>21</b>	<b>58</b>	<b>134</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>28</b>	<b>120</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>389</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	37		37	126	13	9	28	119	16	3	8	359
Termo/Termo incerto		21	21	8				1				30
<b>IPO Porto, E.P.E.</b>	<b>291</b>	<b>83</b>	<b>374</b>	<b>709</b>	<b>64</b>	<b>181</b>	<b>209</b>	<b>508</b>	<b>65</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>2 140</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	290		290	696	63	180	208	505	63	13	16	2 034
Termo/Termo incerto	1	83	84	13	1	1	1	3	2		1	106
<b>Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.</b>	<b>411</b>	<b>164</b>	<b>575</b>	<b>922</b>	<b>35</b>	<b>119</b>	<b>362</b>	<b>486</b>	<b>67</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>2 597</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	410		410	916	35	117	361	486	66	13	18	2 422
Termo/Termo incerto	1	164	165	6		2	1		1			175
<b>Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.</b>	<b>203</b>	<b>86</b>	<b>289</b>	<b>652</b>	<b>21</b>	<b>128</b>	<b>267</b>	<b>413</b>	<b>56</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>1 850</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	200	1	201	651	21	127	267	413	53	15	9	1 757
Termo/Termo incerto	3	85	88	1		1			3			93
<b>Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.</b>	<b>414</b>	<b>226</b>	<b>640</b>	<b>818</b>	<b>21</b>	<b>136</b>	<b>298</b>	<b>381</b>	<b>46</b>	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>2 383</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	412		412	791	21	135	297	379	46	12	30	2 123
Termo/Termo incerto	2	226	228	27		1	1	2			1	260

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Centro</b>	<b>3 654</b>	<b>1 722</b>	<b>5 376</b>	<b>8 837</b>	<b>340</b>	<b>1 546</b>	<b>3 049</b>	<b>5 093</b>	<b>630</b>	<b>111</b>	<b>191</b>	<b>25 173</b>
<b>ARS Centro, I.P.</b>	<b>1 019</b>	<b>382</b>	<b>1 401</b>	<b>1 338</b>	<b>71</b>	<b>146</b>	<b>1 025</b>	<b>440</b>	<b>207</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>4 667</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	989	3	992	1 338	71	141	966	399	207	19	20	4 153
Termo/Termo incerto	30	379	409			5	59	41				514
<b>Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.</b>	<b>113</b>	<b>71</b>	<b>184</b>	<b>386</b>	<b>10</b>	<b>97</b>	<b>161</b>	<b>303</b>	<b>61</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>1 221</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	110		110	381	10	95	161	303	61	10	9	1 140
Termo/Termo incerto	3	71	74	5		2						81
<b>Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.</b>	<b>266</b>	<b>121</b>	<b>387</b>	<b>709</b>	<b>19</b>	<b>117</b>	<b>140</b>	<b>378</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>1 797</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	266		266	683	19	115	139	376	21	4	21	1 644
Termo/Termo incerto		121	121	26		2	1	2	1			153
<b>Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.</b>	<b>245</b>	<b>130</b>	<b>375</b>	<b>818</b>	<b>24</b>	<b>127</b>	<b>165</b>	<b>512</b>	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>2 073</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	242		242	793	24	127	164	511	32	9	9	1 911
Termo/Termo incerto	3	130	133	25			1	1			2	162
<b>Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.</b>	<b>344</b>	<b>183</b>	<b>527</b>	<b>897</b>	<b>20</b>	<b>169</b>	<b>222</b>	<b>522</b>	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>21</b>	<b>2 412</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	341		341	882	20	169	222	521	26	7	21	2 209
Termo/Termo incerto	3	183	186	15				1	1			203
<b>Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>72</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>170</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	13		13	72	1	16	14	30	4	3	3	156
Termo/Termo incerto		11	11				3					14
<b>Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.</b>	<b>1 029</b>	<b>615</b>	<b>1 644</b>	<b>2 875</b>	<b>115</b>	<b>494</b>	<b>697</b>	<b>1 643</b>	<b>136</b>	<b>27</b>	<b>56</b>	<b>7 687</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	1 025	1	1 026	2 757	114	492	695	1 640	131	27	56	6 938
Termo/Termo incerto	4	614	618	118	1	2	2	3	5			749
<b>Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede</b>	<b>6</b>		<b>6</b>	<b>38</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>113</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	6		6	38	2	8	21	31	3	1	3	113
<b>Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.</b>	<b>89</b>	<b>45</b>	<b>134</b>	<b>207</b>	<b>5</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>137</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>631</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	87		87	206	5	56	61	136	20	3	7	581
Termo/Termo incerto	2	45	47	1				1	1			50

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar</b>	<b>18</b>		<b>18</b>	<b>49</b>		<b>11</b>	<b>28</b>	<b>42</b>	<b>7</b>		<b>3</b>	<b>158</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	18		18	48		11	28	42	7		3	157
Termo/Termo incerto			0	1								1
<b>IPO Coimbra, E.P.E.</b>	<b>149</b>	<b>42</b>	<b>191</b>	<b>270</b>	<b>27</b>	<b>95</b>	<b>119</b>	<b>262</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>1 009</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	149		149	265	27	94	119	262	27	5	13	961
Termo/Termo incerto		42	42	5		1						48
<b>Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.</b>	<b>205</b>	<b>72</b>	<b>277</b>	<b>711</b>	<b>30</b>	<b>135</b>	<b>223</b>	<b>522</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>1 975</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	194		194	699	30	135	223	520	51	12	14	1 878
Termo/Termo incerto	11	72	83	12				2				97
<b>Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.</b>	<b>158</b>	<b>50</b>	<b>208</b>	<b>467</b>	<b>16</b>	<b>75</b>	<b>170</b>	<b>271</b>	<b>32</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>1 260</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	150		150	461	16	75	170	270	32	11	9	1 194
Termo/Termo incerto	8	50	58	6				1			1	66
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>6 629</b>	<b>3 288</b>	<b>9 917</b>	<b>14 576</b>	<b>535</b>	<b>3 135</b>	<b>5 334</b>	<b>8 999</b>	<b>1 203</b>	<b>175</b>	<b>403</b>	<b>44 277</b>
<b>ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.</b>	<b>2 072</b>	<b>710</b>	<b>2 782</b>	<b>2 763</b>	<b>165</b>	<b>304</b>	<b>1 933</b>	<b>609</b>	<b>368</b>	<b>35</b>	<b>44</b>	<b>9 003</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	1 965	2	1 967	2 761	157	293	1 825	568	359	35	44	8 009
Termo/Termo incerto	107	708	815	2	8	11	108	41	9			994
<b>Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.</b>	<b>189</b>	<b>92</b>	<b>281</b>	<b>641</b>	<b>11</b>	<b>157</b>	<b>170</b>	<b>428</b>	<b>37</b>	<b>9</b>	<b>22</b>	<b>1 756</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	185		185	625	11	156	170	425	36	9	22	1 639
Termo/Termo incerto	4	92	96	16		1		3	1			117
<b>Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.</b>	<b>1 055</b>	<b>565</b>	<b>1 620</b>	<b>2 551</b>	<b>60</b>	<b>639</b>	<b>709</b>	<b>1 778</b>	<b>138</b>	<b>27</b>	<b>47</b>	<b>7 569</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	1 053	1	1 054	2 522	60	638	709	1 775	138	27	47	6 970
Termo/Termo incerto	2	564	566	29		1		3				599
<b>Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.</b>	<b>561</b>	<b>358</b>	<b>919</b>	<b>1 363</b>	<b>42</b>	<b>326</b>	<b>394</b>	<b>884</b>	<b>69</b>	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>4 040</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	555	1	556	1 296	41	322	390	882	69	12	31	3 599
Termo/Termo incerto	6	357	363	67	1	4	4	2				441

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.</b>	<b>255</b>	<b>138</b>	<b>393</b>	<b>748</b>	<b>9</b>	<b>163</b>	<b>211</b>	<b>608</b>	<b>47</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>2 211</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	251		251	726	9	158	210	602	47	7	25	2 035
Termo/Termo incerto	4	138	142	22		5	1	6				176
<b>Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.</b>	<b>154</b>	<b>68</b>	<b>222</b>	<b>747</b>	<b>25</b>	<b>153</b>	<b>176</b>	<b>532</b>	<b>48</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>1 935</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	153		153	729	25	151	176	528	48	12	20	1 842
Termo/Termo incerto	1	68	69	18		2		4				93
<b>Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.</b>	<b>169</b>	<b>95</b>	<b>264</b>	<b>585</b>	<b>19</b>	<b>126</b>	<b>205</b>	<b>405</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>1 653</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	168		168	550	15	108	179	285	23	7	12	1 347
Termo/Termo incerto	1	95	96	35	4	18	26	120	7			306
<b>Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.</b>	<b>856</b>	<b>580</b>	<b>1 436</b>	<b>1 928</b>	<b>76</b>	<b>494</b>	<b>601</b>	<b>1 468</b>	<b>165</b>	<b>25</b>	<b>63</b>	<b>6 256</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	854	3	857	1 913	76	493	601	1 464	165	25	63	5 657
Termo/Termo incerto	2	577	579	15		1		4				599
<b>Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa</b>	<b>56</b>	<b>42</b>	<b>98</b>	<b>166</b>	<b>46</b>	<b>35</b>	<b>53</b>	<b>156</b>	<b>40</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>610</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	56		56	166	46	35	53	156	40	4	12	568
Termo/Termo incerto		42	42									42
<b>Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.</b>	<b>182</b>	<b>104</b>	<b>286</b>	<b>588</b>	<b>11</b>	<b>114</b>	<b>133</b>	<b>446</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>1 625</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	174	1	175	572	11	110	132	433	27	5	15	1 480
Termo/Termo incerto	8	103	111	16		4	1	13				145
<b>Hospital Garcia de Orta, E.P.E.</b>	<b>397</b>	<b>187</b>	<b>584</b>	<b>946</b>	<b>11</b>	<b>201</b>	<b>231</b>	<b>607</b>	<b>67</b>	<b>10</b>	<b>34</b>	<b>2 691</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	392		392	923	11	197	228	603	66	10	33	2 463
Termo/Termo incerto	5	187	192	23		4	3	4	1		1	228
<b>Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.</b>	<b>391</b>	<b>244</b>	<b>635</b>	<b>982</b>	<b>39</b>	<b>228</b>	<b>275</b>	<b>672</b>	<b>53</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>2 930</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	383		383	967	39	226	274	670	51	11	35	2 656
Termo/Termo incerto	8	244	252	15		2	1	2	2			274
<b>IPO Lisboa, E.P.E.</b>	<b>260</b>	<b>99</b>	<b>359</b>	<b>546</b>	<b>20</b>	<b>183</b>	<b>220</b>	<b>394</b>	<b>110</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>1 878</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	256		256	542	20	183	219	394	105	10	36	1 765
Termo/Termo incerto	4	99	103	4			1		5			113

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Instituto de Oftalmologia Gama Pinto</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>38</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>120</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	31		31	22	1	12	23	12	4	1	7	113
Termo/Termo incerto	1	6	7									7
<b>Alentejo</b>	<b>714</b>	<b>296</b>	<b>1 010</b>	<b>2 252</b>	<b>61</b>	<b>469</b>	<b>973</b>	<b>1 389</b>	<b>210</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>6 510</b>
<b>ARS Alentejo, I.P.</b>	<b>118</b>	<b>36</b>	<b>154</b>	<b>209</b>	<b>16</b>	<b>25</b>	<b>179</b>	<b>82</b>	<b>65</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>752</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	113		113	209	16	25	179	82	65	9	13	711
Termo/Termo incerto	5	36	41									41
<b>Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.</b>	<b>198</b>	<b>109</b>	<b>307</b>	<b>535</b>	<b>4</b>	<b>125</b>	<b>146</b>	<b>345</b>	<b>36</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>1 533</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	192		192	524	4	122	146	344	35	7	28	1 402
Termo/Termo incerto	6	109	115	11		3		1	1			131
<b>Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.</b>	<b>151</b>	<b>62</b>	<b>213</b>	<b>582</b>	<b>29</b>	<b>128</b>	<b>248</b>	<b>397</b>	<b>46</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>1 678</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	149		149	559	28	126	240	395	44	16	18	1 575
Termo/Termo incerto	2	62	64	23	1	2	8	2	2	1		103
<b>Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.</b>	<b>154</b>	<b>49</b>	<b>203</b>	<b>555</b>	<b>6</b>	<b>115</b>	<b>243</b>	<b>365</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>26</b>	<b>1 563</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	149	1	150	549	6	115	241	355	41	9	26	1 492
Termo/Termo incerto	5	48	53	6			2	10				71
<b>Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.</b>	<b>93</b>	<b>40</b>	<b>133</b>	<b>371</b>	<b>6</b>	<b>76</b>	<b>157</b>	<b>200</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>984</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	93		93	353	6	74	155	198	21	4	15	919
Termo/Termo incerto		40	40	18		2	2	2	1			65
<b>Algarve</b>	<b>738</b>	<b>337</b>	<b>1 075</b>	<b>2 024</b>	<b>53</b>	<b>429</b>	<b>801</b>	<b>1 195</b>	<b>235</b>	<b>31</b>	<b>48</b>	<b>5 891</b>
<b>ARS Algarve, I.P.</b>	<b>274</b>	<b>80</b>	<b>354</b>	<b>457</b>	<b>32</b>	<b>101</b>	<b>306</b>	<b>182</b>	<b>87</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>1 541</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	259		259	457	32	101	247	161	85	9	13	1 364
Termo/Termo incerto	15	80	95				59	21	2			177

Região/Instituição	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.</b>	<b>464</b>	<b>257</b>	<b>721</b>	<b>1 567</b>	<b>21</b>	<b>328</b>	<b>495</b>	<b>1 013</b>	<b>148</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>4 350</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	459	1	460	1 549	21	326	495	1 012	147	22	35	4 067
Termo/Termo incerto	5	256	261	18		2		1	1			283
<b>Serviços Centrais</b>	<b>60</b>		<b>60</b>	<b>258</b>	<b>128</b>	<b>231</b>	<b>532</b>	<b>218</b>	<b>796</b>	<b>59</b>	<b>1 320</b>	<b>3 602</b>
Tempo Indeterminado/Sem Termo	56	0	56	255	125	227	531	217	792	59	1 314	3 576
Termo/Termo incerto	4	0	4	3	3	4	1	1	4		6	26
<b>Total Geral</b>	<b>18 835</b>	<b>8 906</b>	<b>27 741</b>	<b>42 709</b>	<b>1 669</b>	<b>8 121</b>	<b>15 890</b>	<b>25 125</b>	<b>4 220</b>	<b>614</b>	<b>2 356</b>	<b>128 445</b>

Legenda: TSS – Técnico Superior de Saúde; TSDT – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; Inf. – Pessoal de Informática.

Nota: Não inclui as entidades em regime de PPP

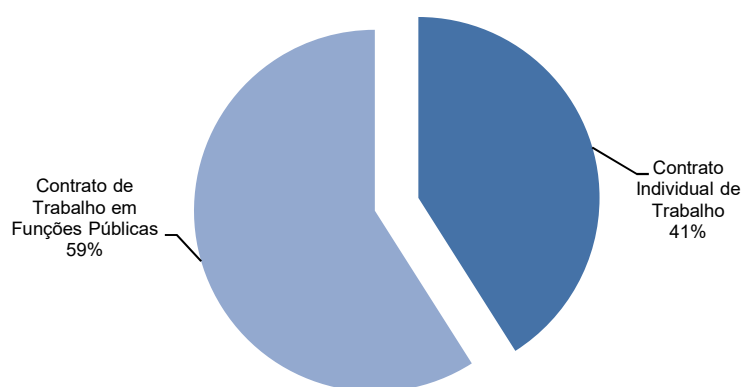
Fonte: Dados provenientes do RHV

## 8. Trabalhadores por vínculo

No SNS, mercê da natureza jurídica das entidades que o integram, coexistem dois tipos de vínculo para os trabalhadores – o contrato de trabalho em funções públicas e o contrato individual de trabalho.

Para o universo das entidades SPA e EPE, constata-se que 59% dos vínculos existentes revestem a forma de contrato de trabalho em funções públicas e que 41% consubstanciam contratos individuais de trabalho.

Gráfico 3. Percentagem de trabalhadores por tipo de vínculo em 2018



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV a dez. 2018

Em termos de modalidade de contrato, aproximadamente 91% dos vínculos existentes assumem a modalidade de contrato por tempo indeterminado ou sem termo. Os restantes 9% que consubstanciam contratos a termo (certo ou incerto) dizem maioritariamente respeito aos médicos internos, cerca de 80%, cuja modalidade de vinculação, como ficou dito, decorrente do regime jurídico do Internato Médico, é essencialmente o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Quadro 6. Total de trabalhadores por modalidade de contrato

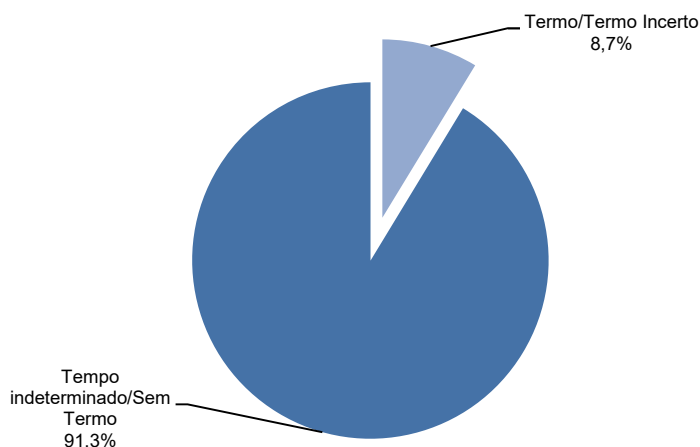
Vínculos	Modalidade Contrato	Médicos		Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total geral
		S/Internos	Internos									
CTFP	Tempo Indeterminado/ Sem Termo	11 229	18	23 213	1 058	4 428	10 426	10 825	2 305	341	1 876	65 719
	Termo (certo e incerto)	210	8 888	55	24	42	349	330	20	0	7	9 925
CIT	Tempo Indeterminado/ Sem Termo	7 303	0	18 580	584	3 590	5 073	13 865	1 859	272	467	51 593
	Termo (certo e incerto)	93	0	861	3	61	42	105	36	1	6	1 208
<b>Total</b>		<b>18 835</b>	<b>8 906</b>	<b>42 709</b>	<b>1 669</b>	<b>8 121</b>	<b>15 890</b>	<b>25 125</b>	<b>4 220</b>	<b>614</b>	<b>2 356</b>	<b>128 445</b>

Legenda: CTFP – Contrato de Trabalho em Funções Públicas; CIT – Contrato Individual de Trabalho; TSS – Técnico Superior de Saúde; TSDT – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; Inf. – Pessoal de Informática

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV a dezembro de 2018

Gráfico 4. Percentagem de trabalhadores por modalidade de contrato



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

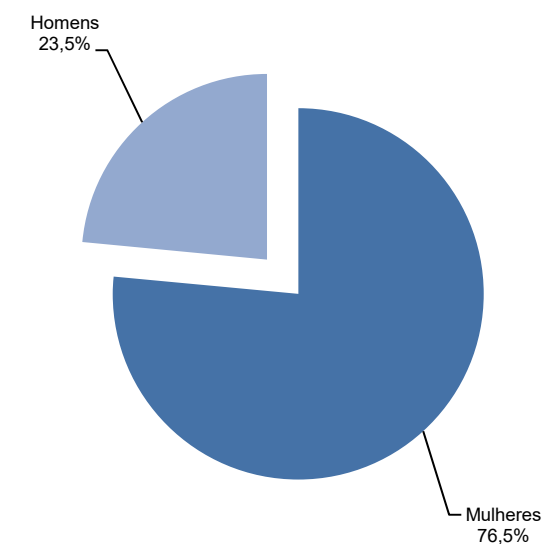
Fonte: Dados provenientes do RHV a dezembro de 2018

Em termos de precariedade, não contabilizando os internos, cuja modalidade de vinculação é o CTFP a termo incerto, nem os médicos aposentados no ativo, a taxa de precariedade é de 1,7%, tendo, portanto, sido alvo de uma redução face ao ano anterior.

## 9. Taxa de feminização global

A taxa de feminização global mede a percentagem de trabalhadores do género feminino relativamente ao total de trabalhadores.

Gráfico 5. Taxa de feminização



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

Ao longo dos anos, a taxa de feminização tem apresentado uma tendência geral de crescimento.

Em 2018 a taxa de feminização fixou-se nos 76,5%, o que está acima da taxa da administração pública no global (60,2%)<sup>5</sup>.

O grupo profissional que mais contribui para essa taxa foi o pessoal de enfermagem, onde se concentra o maior número de trabalhadores do género feminino.

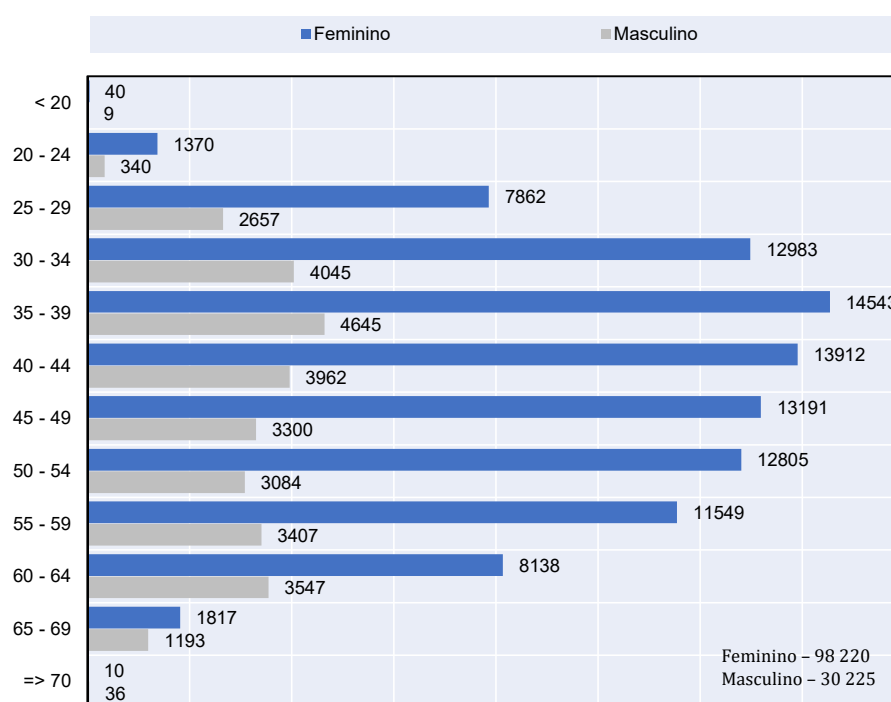
<sup>5</sup> Dados da "Síntese Estatística de Emprego Público – 4º trimestre 2018" da DGAEP.



## 10. Trabalhadores por estrutura etária e gênero

No que concerne à distribuição dos trabalhadores por escalão etário e gênero a mesma é a que consta do gráfico seguinte:

Gráfico 6. Total de trabalhadores por escalão etário e gênero



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

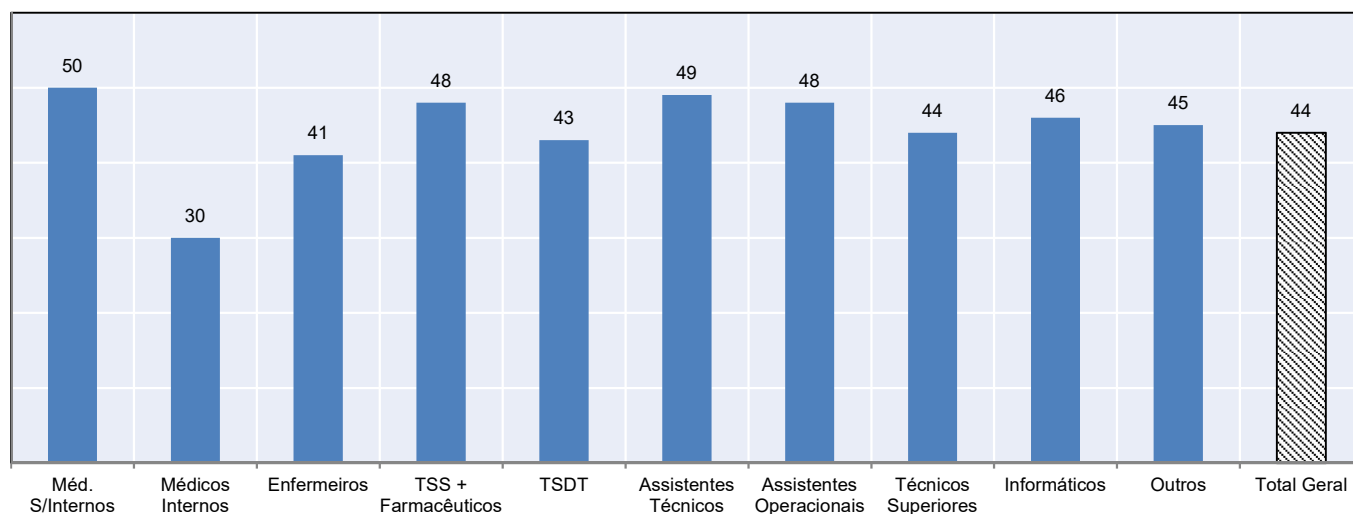
Fonte: Dados provenientes do RHV

Conforme resulta da leitura do gráfico anterior cerca de 65% dos trabalhadores apresentam idade inferior a 50 anos, dos quais quase 77% são do gênero feminino.

A média global das idades dos trabalhadores fixou-se em 44 anos.

No entanto, como resulta do gráfico seguinte, a distribuição da idade média pelos diversos grupos profissionais varia entre os 41 (caso fossem considerados os médicos internos seria 30) e os 50 anos.

Gráfico 7. Idade média por grupo profissional



Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

No que respeita ao pessoal médico, os médicos especialistas são os que apresentam uma idade média mais elevada que, naturalmente, contrasta, com a média mais baixa que corresponde aos médicos internos.

Assim, o pessoal de enfermagem é o grupo profissional que apresenta a menor média de idades (os médicos internos não representam propriamente um grupo profissional uma vez que são trabalhadores em formação).

## 11. Trabalhadores por estrutura habilitacional

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, aproximadamente, 64% têm curso superior.

Apresenta-se em seguida o número de trabalhadores por grupo profissional e por nível de escolaridade.

Quadro 7. Total de trabalhadores por nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Médicos		Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/Internos	Internos									
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	0	0	6	196	0	0	0	202
Até 4 anos de escolaridade	0	0	4	0	3	48	3 478	0	0	0	3 533
Até 6 anos de escolaridade	0	0	27	0	9	232	5 412	0	0	0	5 680
Até 9.º ano ou equivalente	0	0	119	0	60	1 875	7 559	3	26	34	9 676
Até 11.º ano	0	0	374	0	97	2 601	1 150	11	39	30	4 302
Até 12.º ano ou equivalente	0	0	1 292	3	378	8 979	6 676	37	233	701	18 299
Bacharelato	0	1	6 468	4	1 674	262	38	53	25	42	8 567
Licenciatura	16 615	1 404	28 904	1 333	5 234	1 541	428	3 418	242	1 225	60 344
Mestrado	2 048	7 487	2 124	250	479	85	22	554	23	144	13 216
Doutoramento	139	13	26	58	25	1	0	53	0	101	416
Outros*	33	1	3 371	21	162	260	166	91	26	79	4 210
<b>Total geral</b>	<b>18 835</b>	<b>8 906</b>	<b>42 709</b>	<b>1 669</b>	<b>8 121</b>	<b>15 890</b>	<b>25 125</b>	<b>4 220</b>	<b>614</b>	<b>2 356</b>	<b>128 445</b>

Legenda: TSS – Técnico Superior de Saúde; TSDT – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; Inf. – Pessoal de Informática.

Fonte: Dados provenientes do RHV (dezembro 2018).

**Notas:** Não contempla as entidades em regime de PPP

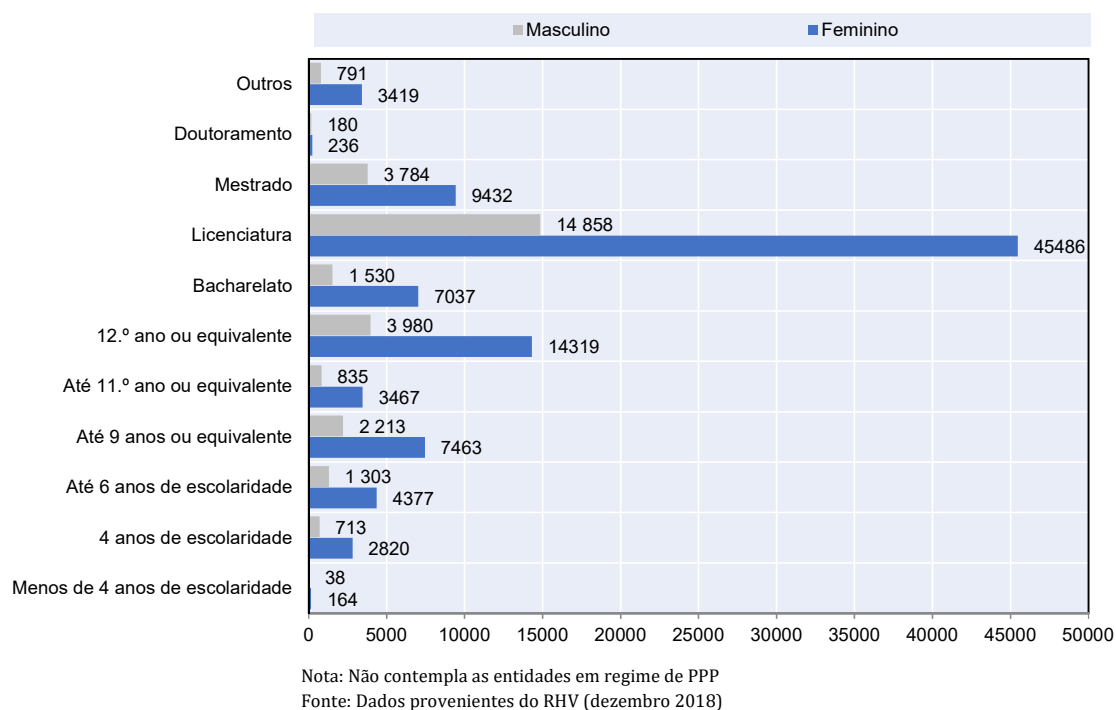
(\*) Estão incluídos dois AO, um AT e um Médico Especialista cuja habilitação literária não está disponível

Analisando a informação do quadro anterior é possível constatar que no universo das carreiras ou corpos especiais da saúde (médico, enfermeiro, técnico superior de saúde, onde se incluem os farmacêuticos, e técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica) cerca de 82% destes trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado.

Ao invés, no que concerne às carreiras de regime geral, como é normal tendo em consideração os respetivos requisitos habilitacionais de ingresso, o universo dos trabalhadores com grau académico igual ou superior a licenciado representa apenas cerca de 16%.

Se considerarmos a distribuição do nível habilitacional de escolaridade dos trabalhadores segundo o género a distribuição é a seguinte:

Gráfico 8. Total de trabalhadores por nível de escolaridade segundo o género



Da análise da distribuição da estrutura habilitacional de escolaridade segundo o género, verifica-se que para o universo feminino 56,2% dos trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado.

Relativamente ao universo dos trabalhadores do género masculino a percentagem de trabalhadores com habilitação igual ou superior a licenciado sobe para 62,3%.

## 12. Trabalhadores por período de trabalho

O período normal de trabalho (PNT) diz respeito ao número de horas de trabalho semanal que, em função dos dispositivos legais que o regem, cada trabalhador está obrigado a cumprir. Na mesma entidade podem coexistir diferentes períodos normais de trabalho.

Em relação ao PNT dos trabalhadores do Ministério da Saúde constata-se que a carga horária predominante é, em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal médico, 35 horas semanais, o que decorre da entrada em vigor da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que alterou o PNT para os trabalhadores em funções públicas e dos acordos e instrumentos coletivos de trabalho, assinados em 2018, para os trabalhadores integrados nas carreiras de enfermagem, farmacêutica e das áreas de diagnóstico e terapêutica, e para os trabalhadores que desenvolvem funções idênticas às desenvolvidas pelos trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, integrados em carreiras gerais – Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, permitindo que estes trabalhadores vissem o seu período normal de trabalho reduzido para 35 horas semanais. Este acordo pôs termo ao processo negocial iniciado em 2004 e possibilitou a harmonização de regimes entre os trabalhadores com contrato individual de trabalho e os trabalhadores em funções públicas, relativamente ao período normal de trabalho semanal e tabelas remuneratórias.

Quadro 8. Distribuição de trabalhadores por período de trabalho e grupo profissional

Período de Trabalho	Médicos		Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/Internos	Internos									
35 Horas	4 337	1	40 441	1 297	6 698	13 258	23 603	3 291	409	1 943	<b>95 278</b>
40 Horas	8 287	8 662	719	277	1 035	2 324	817	815	189	319	<b>23 444</b>
42 Horas	4 308	1	197	7	26					3	<b>4 542</b>
Tempo Parcial	1 466	99	275	43	135	34	34	59	5	47	<b>2 197</b>
Outros	437	143	1 077	45	227	274	671	55	11	44	<b>2 984</b>
<b>Total geral</b>	<b>18 835</b>	<b>8 906</b>	<b>42 709</b>	<b>1 669</b>	<b>8 121</b>	<b>15 890</b>	<b>25 125</b>	<b>4 220</b>	<b>614</b>	<b>2 356</b>	<b>128 445</b>

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **Inf.** – Pessoal de Informática  
 Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
 Fonte: Dados provenientes do RHV

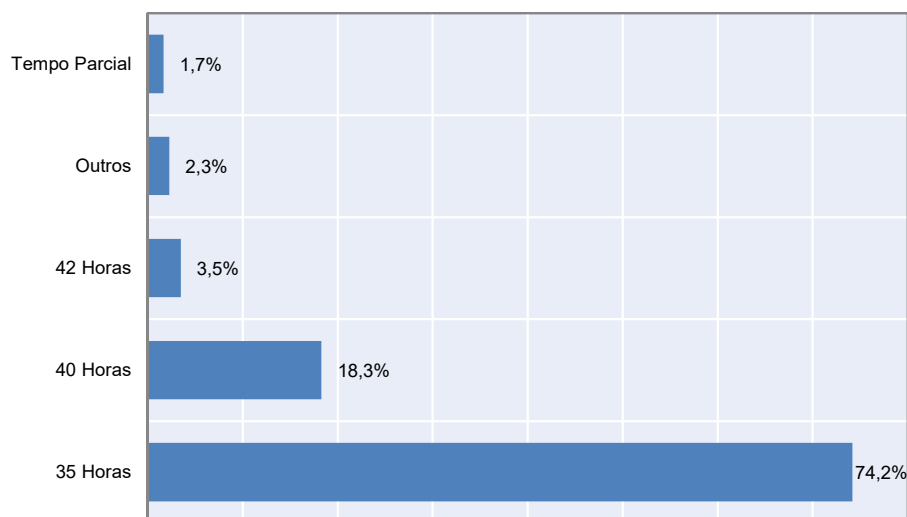
No caso do pessoal médico, mercê do respetivo enquadramento legal, predomina o período normal de trabalho de 40 horas semanais.

Relativamente às situações registadas como «outros» a grande maioria refere-se aos trabalhadores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca onde, por força do respetivo Acordo de

Empresa, vigora o período normal de trabalho de 36 horas semanais. As demais situações referem-se a períodos normais de trabalho intermédios entre as 35 e as 40 horas semanais.

A representação gráfica da distribuição percentual do período normal semanal de trabalho dos efetivos do setor da saúde é a que consta do gráfico seguinte.

**Gráfico 9. Percentagem de trabalhadores por período de trabalho**



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

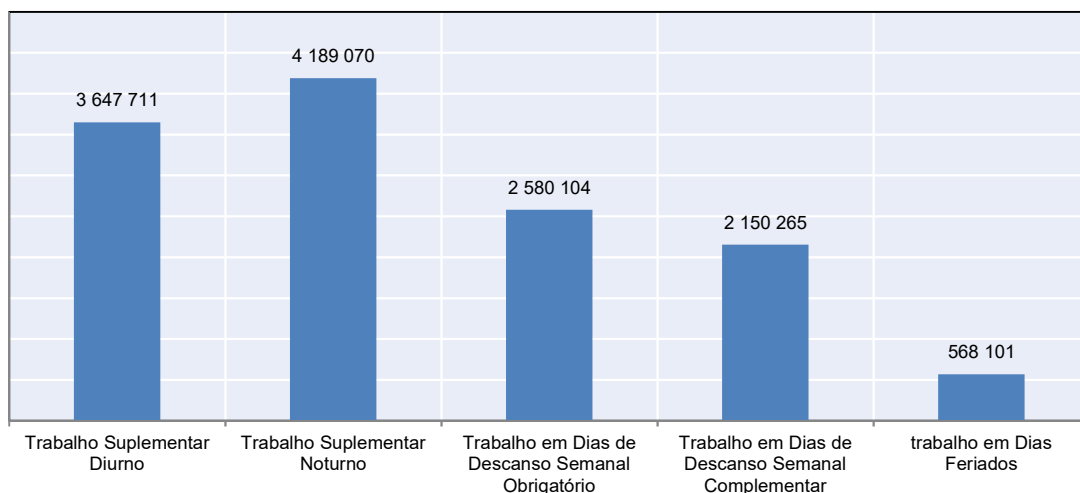
Cerca de 74% dos trabalhadores praticam 35 horas semanais como período normal de trabalho e 18% cumprem um período normal de trabalho semanal de 40 horas.

Apesar de residual no que concerne à globalidade dos profissionais e excecional relativamente aos grupos de pessoal de enfermagem, de técnico superior de saúde e farmacêuticos e de técnico de diagnóstico e terapêutica, regista-se, ainda, que 3,5% dos trabalhadores praticam uma carga horária de 42 horas semanais. A carga horária de 42 horas semanais é praticada por 22% do pessoal médico.

### 13. Trabalho suplementar segundo a modalidade de prestação de trabalho

No ano de 2018 foram prestadas cerca de 13,1 milhões de horas suplementares, sendo a distribuição das horas realizadas em termos de período de realização representada no gráfico seguinte.

Gráfico 10. Horas suplementares segundo a modalidade de prestação de trabalho



Nota: O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efetuado em dias normais de trabalho.

Fonte: Dados provenientes do RHV

O trabalho suplementar realizado em período noturno foi o que registou o maior volume de horas prestadas, representando cerca de 32% do total de horas suplementares realizadas em 2018.

O trabalho suplementar diurno e o trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, contribuíram respetivamente com 28% e 20%, para o volume total do trabalho suplementar.

No segundo capítulo encontra-se a informação desagregada por entidade.

No terceiro capítulo, relativo à caracterização das carreiras especiais de saúde, encontra-se detalhada a análise do trabalho suplementar realizado por estes grupos profissionais.



## 14. Ausências

Durante todo o ano de 2018 registaram-se aproximadamente 3,9 milhões de dias de ausência ao trabalho por parte da totalidade dos trabalhadores do Ministério da Saúde.

Quadro 9. Total de dias de ausência por motivo de ausência

Motivo de ausência	Dias de ausência	
	Valor	(%)
Doença	1 854 254	46,70%
Proteção na parentalidade	1 250 899	31,50%
Greve	175 589	4,40%
Por acidente em serviço ou doença profissional	168 954	4,30%
Assistência a familiares	40 238	1,00%
Trabalhador-estudante	38 898	1,00%
Falecimento de familiar	30 549	0,80%
Casamento	24 447	0,60%
Injustificadas	20 189	0,50%
Por conta do período de férias	17 777	0,40%
Com perda do vencimento	1 763	0,00%
Cumprimento de pena disciplinar	964	0,00%
Outras	346 466	8,70%
<b>Total</b>	<b>3 970 985</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

As principais causas de absentismo foram a doença e a parentalidade, representando 46,7% e 31,5%, respetivamente.

Em conjunto, estes dois motivos deram origem a mais de 3,1 milhões de dias de trabalho perdidos.

Regista-se, ainda, que as faltas por motivo de greve foram responsáveis por cerca de 175 mil dias de ausência ao trabalho.

A distribuição dos dias de trabalho perdidos, no ano 2018, por grupo profissional foi a seguinte:

Quadro 10. Total de dias de ausência por grupo profissional

Grupos profissionais	Total de dias de ausência
Médicos	477 548
Internos	302 066
Enfermeiros	1 380 722
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	43 104
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	237 021
Assistentes Técnicos	384 782
Assistentes Operacionais	991 202
Técnicos Superiores	93 316
Informáticos	8 943
Outros	52 281
<b>Total</b>	<b>3 970 985</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

Em termos absolutos, à semelhança dos anos anteriores, o pessoal de enfermagem foi o que registou o maior número de ausências ao serviço, seguido dos assistentes operacionais e do pessoal médico.

No que concerne à repartição por grupo profissional dos principais motivos de ausência - ausências por doença, parentalidade e greve - a mesma resulta do quadro seguinte:

Quadro 11. Total de dias de ausência por grupo profissional pelos principais motivos de ausência

Grupos Profissionais	Total de dias de ausência	Doença	Proteção na parentalidade	Greve
Médicos	477 548	173 448	169 971	14 779
Internos	302 066	48 645	87 946	7 132
Enfermeiros	1 380 722	462 771	651 634	99 692
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	43 104	20 018	12 235	201
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	237 021	96 289	94 145	18 798
Assistentes Técnicos	384 782	257 229	64 185	11 415
Assistentes Operacionais	991 202	733 271	120 809	22 498
Técnico Superior	93 316	38 857	36 043	716
Informáticos	8 943	4 792	1 880	233
Outros	52 281	18 934	12 051	125
<b>Total</b>	<b>3 970 985</b>	<b>1 854 254</b>	<b>1 250 899</b>	<b>175 589</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

Os assistentes operacionais registaram o maior número de dias de trabalho perdidos por motivo de doença, seguidos do pessoal de enfermagem, tendo, em conjunto, sido responsáveis por cerca de 65% destas faltas.

No que respeita às ausências por motivos relacionados com a proteção da parentalidade, mais de 50% dizem respeito ao pessoal de enfermagem, o que, naturalmente, está relacionado com o facto de se tratar de um grupo profissional predominantemente feminino e com uma média de idade baixa.

As ausências por motivos de greve foram em 2018 outro dos principais motivos de ausência, destacando-se o grupo profissional dos enfermeiros, com perto de 67% do total de ausências registadas por este motivo.

Sob o ponto de vista da desagregação dos dias de trabalho perdidos por entidade e por grupo profissional, em 2018 registou-se o seguinte:

Quadro 12. Dias de ausência por região, entidade e grupo profissional

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
<b>Norte</b>	<b>188 878</b>	<b>101 093</b>	<b>289 971</b>	<b>510 476</b>	<b>14 848</b>	<b>69 632</b>	<b>138 568</b>	<b>376 078</b>	<b>30 794</b>	<b>2 076</b>	<b>5 325</b>	<b>1 437 767</b>
ARS Norte, I.P.	66 711	31 987	98 698	97 368	5 082	7 592	54 438	38 834	13 281	239	392	<b>315 923</b>
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	7 685	3 332	11 017	28 812	962	3 535	4 126	27 638	776	23	68	<b>76 958</b>
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	7 492	3 665	11 157	36 016	643	5 458	6 047	28 059	895	108	90	<b>88 471</b>
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	13 456	10 403	23 859	41 343	851	7 481	7 455	32 443	1 075	228	131	<b>114 867</b>
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	3 264	1 501	4 765	15 108	130	1 896	2 452	12 874	193	17	444	<b>37 877</b>
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	2 507	645	3 152	4 681	55	342	1 898	6 191	1 292	75	38	<b>17 723</b>
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	6 902	2 875	9 777	24 357	104	3 572	8 167	18 818	1 191	81	1 016	<b>67 081</b>
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	22 828	14 672	37 500	79 324	793	10 407	12 949	59 490	3 652	217	333	<b>204 663</b>
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	15 360	9 423	24 783	48 166	1 644	9 883	9 659	42 559	2 075	78	373	<b>139 219</b>
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	4 888	3 359	8 247	26 445	92	2 399	2 457	15 443	315	81	41	<b>55 519</b>
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	1 044	421	1 465	3 293	231	251	700	5 034	625	47	121	<b>11 764</b>
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	1 096	609	1 705	4 822	51	505	1 055	5 373	232	6	9	<b>13 758</b>
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	8 211	3 789	12 000	23 127	1 745	4 804	5 705	23 178	1 363	145	1 140	<b>73 206</b>
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	10 868	5 338	16 206	36 643	1 111	3 473	9 333	25 921	1 689	424	537	<b>95 336</b>
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	12 039	6 763	18 802	25 662	715	3 251	5 347	20 748	1 212	115	573	<b>76 423</b>
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	4 530	2 311	6 840	15 309	640	4 786	6 782	13 476	930	195	22	<b>48 979</b>
ARS Centro, I.P.	25 744	13 022	38 766	29 513	2 803	3 930	20 262	12 69	4 930	717	228	<b>113 218</b>

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	5 317	3 189	8 506	25 293	720	3 144	3 143	19 151	544	145	145	<b>60 790</b>
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	5 229	4 010	9 239	24 421	263	3 747	1 941	13 345	185	26	254	<b>53 420</b>
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	19 508	14 254	33 762	88 010	3 612	13 984	12 965	52 251	1 937	181	1 414	<b>208 116</b>
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	8 081	12 923	21 004	24 164	1 157	4 704	4 014	17 569	1 003	97	293	<b>74 004</b>
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	2 429	8 501	10 930	13 843	238	3 235	3 198	6 147	1 401	76	446	<b>39 514</b>
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	731	395	1 126	3 800	3	654	658	818	316	87	35	<b>7 497</b>
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	198		198	1 145	5	87	220	1 022	225	25	100	<b>3 026</b>
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	2 133	840	2 973	5 392	26	1 348	782	3 368	528	51	57	<b>14 525</b>
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	107		107	1 043		347	1 127	1 017	165		61	<b>3 866</b>
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	2 633	1 066	3 699	10 403	597	2 502	2 139	10 493	562	64	340	<b>30 798</b>
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	2 959	2 982	5 942	10 490	296	2 685	2 536	5 459	1 091	179	370	<b>29 047</b>
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	5 261	1 514	6 775	23 069	1 493	3 657	4 782	11 737	1 342	56	417	<b>53 327</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>165 762</b>	<b>112 218</b>	<b>277 979</b>	<b>457 087</b>	<b>11 434</b>	<b>85 457</b>	<b>129 950</b>	<b>357 281</b>	<b>21 592</b>	<b>2 734</b>	<b>4 512</b>	<b>1 348 027</b>
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	52 453	20 704	73 156	66 679	3 670	6 468	47 421	22 919	6 667	493	85	<b>227 557</b>
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	4 416	2 924	7 340	19 877	108	2 906	3 916	12 310	977	109	396	<b>47 938</b>
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	12 546	12 631	25 177	44 817	467	9 541	10 200	35 469	1 170	66	146	<b>127 053</b>
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	4 814	3 063	7 877	21 899	234	7 933	6 203	29 197	530	516	712	<b>75 101</b>
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	5 498	3 475	8 973	21 023	107	2 608	3 450	12 052	322	88	53	<b>48 674</b>
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	3 894	2 409	6 303	28 409	326	2 666	3 327	25 058	1 177	58	781	<b>68 106</b>

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1 383	1 025	2 408	4 700	853	649	930	2 922	619	25	69	13 174
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	20 313	27 799	48 112	62 990	1 902	15 108	16 788	63 038	4 511	372	661	213 481
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	28 596	14 789	43 385	78 716	1 257	15 980	16 893	65 830	2 639	79	311	225 090
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	4 451	10 314	14 765	18 894	76	4 908	3 028	21 995	164	239	110	64 179
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	9 458	4 710	14 168	35 546	122	6 211	4 653	24 170	1 142	44	548	86 603
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	11 376	5 704	17 080	34 234	1 783	5 734	6 176	30 473	383	308	127	96 298
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	732	328	1 060	670	11	264	114	138	101	4	39	2 400
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	5 834	2 343	8 177	18 633	519	4 484	6 851	11 710	1 192	334	475	52 375
Alentejo	17 066	13 652	30 718	72 196	1 080	15 005	22 954	42 097	4 189	724	780	189 743
ARS Alentejo, I.P.	1 682	849	2 531	4 568	342	682	2 853	1 734	1 428	66	21	14 223
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	4 673	3 655	8 328	19 192	83	3 977	3 610	10 467	679	85	166	46 587
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	4 647	4 647	9 295	15 987	303	4 122	6 323	10 158	581	413	218	47 398
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	3 213	3 165	6 378	14 690	320	3 174	4 511	9 764	674	86	93	39 688
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	2 851	1 336	4 187	17 760	32	3 051	5 658	9 974	829	75	283	41 848
Algarve	23 855	12 408	36 262	75 767	1 424	14 748	25 692	53 066	5 803	311	591	213 664
ARS Algarve, I.P.	10 533	3 828	14 361	17 167	734	3 981	10 462	7 686	1 924	31	42	56 386
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	13 322	8 580	21 901	58 600	690	10 768	15 230	45 381	3 879	280	549	157 278
<b>Serviços Centrais</b>	<b>1 657</b>		<b>1 657</b>	<b>4 609</b>	<b>3 107</b>	<b>8 154</b>	<b>9 853</b>	<b>8 234</b>	<b>16 709</b>	<b>1 397</b>	<b>36 916</b>	<b>90 636</b>
<b>Total</b>	<b>477 548</b>	<b>302 066</b>	<b>779 614</b>	<b>1 380 722</b>	<b>43 104</b>	<b>237 021</b>	<b>384 78</b>	<b>991 202</b>	<b>93 316</b>	<b>8 943</b>	<b>52 281</b>	<b>3 970 985</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

## 15. Acidentes de trabalho e número de dias perdidos

No quadro seguinte apresenta-se o número de acidentes de trabalho/serviço ocorridos no Ministério da Saúde no local de trabalho e no itinerário, bem como os respetivos dias perdidos no ano de 2018.

Quadro 13. Total de acidentes de trabalho/ serviço e dias perdidos

Acidentes	Acidentes de Trabalho/Serviço		
	Local de trabalho	In Itinere	Total
Acidentes sem baixa	3 985	255	4 240
Acidentes com baixa	2 354	534	2 888
<b>Total</b>	<b>6 339</b>	<b>789</b>	<b>7 128</b>
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano 2018	82 500	24 136	106 636

Fonte: Balanços sociais das entidades – ano 2018

No ano em apreço ocorreram 7.128 acidentes, sendo que cerca de 89% ocorreram no local de trabalho e 11% no itinerário. Os 2.888 acidentes com baixa deram origem a 106.636 dias de trabalho perdidos.

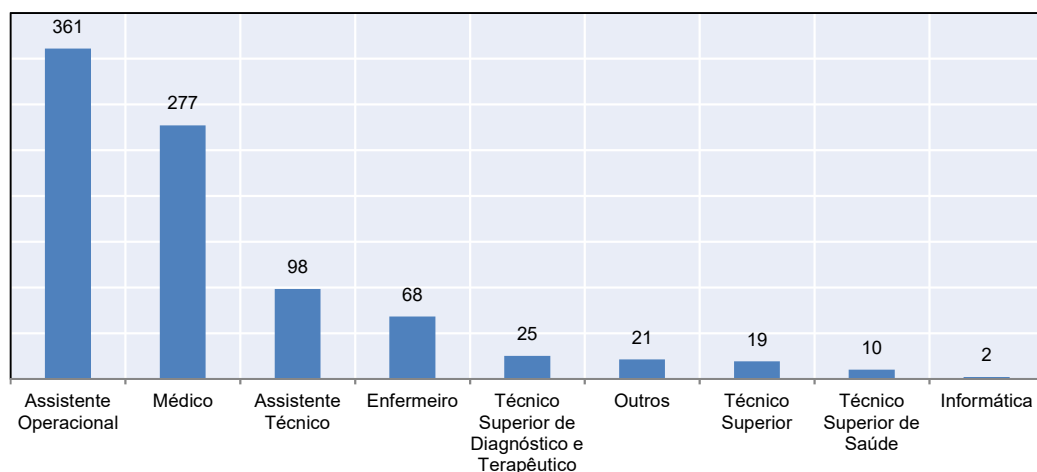
Todavia, o total de dias de trabalho perdidos no ano 2018 por motivo de acidente em serviço foi superior ao anteriormente mencionado, uma vez que, igualmente, se registaram ausências por este motivo relacionadas com acidentes em serviço ocorridos em anos anteriores.



## 16. Reformas/ Aposentações

No decurso do ano 2018 registaram-se 881 saídas de trabalhadores por motivo de reforma/aposentação.

Gráfico 11. Aposentações por grupo profissional



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

Os assistentes operacionais, à semelhança do ano passado, são o grupo profissional que registou o maior número de aposentações (41%), seguido do pessoal médico (31,4%) e dos assistentes técnicos (11,1%).

No que concerne ao tipo de aposentação, a maioria refere-se a aposentações ordinárias.

Quadro 14. Aposentações por tipo e grupo profissional

Tipo de aposentação	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Ordinárias	220	0	220	34	10	18	61	262	17	1	14	637
Antecipadas	25	0	25	9	0	4	23	47	1	0	3	112
Por incapacidade	32	0	32	25	0	3	14	52	1	1	4	132
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>0</b>	<b>277</b>	<b>68</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>98</b>	<b>361</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>881</b>

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico;  
**AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **Inf.** – Pessoal de Informática

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 15. Aposentações por região e por grupo profissional

Região	Médicos			Enfermeiros	TSS + Farmacêuticos	TSDT	AT	AO	TS	Inf.	Outros	Total	
	S/ internos	Internos	Total									Valor	%
Norte	83	0	83	22	1	4	25	128	5	0	6	274	31%
Centro	41	0	41	14	0	6	14	59	5	1	7	147	17%
Lisboa e Vale do Tejo	126	0	126	24	7	10	41	124	5	1	4	342	39%
Alentejo	17	0	17	3	1	1	10	24	1	0	0	57	6%
Algarve	8	0	8	5	0	2	7	23	0	0	1	46	5%
Serviços Centrais	2	0	2	0	1	2	1	3	3	0	3	15	2%
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>0</b>	<b>277</b>	<b>68</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>98</b>	<b>361</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>881</b>	<b>100%</b>

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TSDT** – Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **Inf.** – Pessoal de Informática

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte são as que registam maior número de aposentações, com os assistentes operacionais a assumirem a maior parte das aposentações da região Norte e com o pessoal médico a ser o principal responsável pelas aposentações da região de Lisboa e Vale do Tejo.

## 17. Recrutamento em regime de contrato por tempo indeterminado ou sem termo

No âmbito das medidas de combate à precariedade laboral, no recrutamento dos trabalhadores para o SNS foi dada especial prioridade ao estabelecimento de relações laborais estáveis consubstanciadas através da celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo.

Na realidade, por parte do Ministério da Saúde, neste período temporal, com o intuito de combater as situações de precariedade foram tomadas diversas medidas, nomeadamente a substituição de relações laborais tituladas sob a forma de prestação de serviços pela celebração de contratos de trabalho, bem como a conversão, em contrato sem termo, dos contratos de trabalho a termo resolutivo, quando se conclua estar em causa uma necessidade própria e permanente do serviço ou estabelecimento de saúde.

**Quadro 16. Trabalhadores que iniciaram vínculos sem termo por grupo profissional**

Grupo Profissional	Trabalhadores que iniciaram CTFP por tempo indeterminado	Trabalhadores que iniciaram CIT sem termo
Médicos	52	372
Enfermeiros	133	1 170
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	1	8
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	12	273
Assistentes Técnicos	18	164
Assistentes Operacionais	28	1 102
Técnicos Superiores	16	101
Informáticos	0	11
Outros	4	4
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>3 205</b>

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

### Caixa 1. Combate à precariedade laboral

Durante o ano 2018 iniciaram uma relação de emprego titulada sob a forma de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado ou um Contrato Individual de Trabalho (CIT) sem termo 3.469 novos trabalhadores, o que representa um aumento de 100% face ao ano anterior. Do total de 3.469 novos trabalhadores 264 celebraram um CTFP por tempo indeterminado e 3.205 celebraram um CIT sem termo.

Igualmente, no mesmo período, com idêntico propósito, foram convertidas em relações laborais duradouras 1.940 situações contratuais anteriormente precárias, das quais, 425 se converteram em CTFP por tempo indeterminado e 1.515 deram origem à celebração de CIT sem termo.

Quadro 17. Trabalhadores que transitaram para vínculos sem termo por grupo profissional

Grupo Profissional	Vínculos detidos previamente a 01.01.2018	Trabalhadores que transitaram para CTFP por tempo indeterminado	Trabalhadores que transitaram para CIT sem termo
Médicos	CIT a termo, CTFP a termo	283	497
	Prest. serviços / Trab. Indep.	0	46
Enfermeiros	CIT a termo, CTFP a termo	15	662
	Prest. serviços / Trab. Indep.	10	8
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	CIT a termo, CTFP a termo	26	6
Técnicos Superior de Diagnóstico e Terapêutica	CIT a termo, CTFP a termo	20	60
	Prest. serviços / Trab. Indep.	3	44
Assistentes Técnicos	CIT a termo, CTFP a termo	9	42
	Prest. serviços / Trab. Indep.	2	3
Assistentes Operacionais	CIT a termo, CTFP a termo	11	112
	Prest. serviços / Trab. Indep.	26	3
Técnicos Superiores	CIT a termo, CTFP a termo	1	24
	Prest. serviços / Trab. Indep.	18	6
Informáticos	CIT a termo, CTFP a termo	0	1
	Prest. serviços / Trab. Indep.	1	1
<b>Total geral</b>		<b>425</b>	<b>1 515</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

Dos trabalhadores indicados no quadro anterior salienta-se ainda que 171 desempenhavam funções como trabalhadores independentes ou prestadores de serviços e viram a sua situação laboral alterada mediante a celebração de um contrato por tempo indeterminado ou sem termo.

## 18. Encargos com pessoal

A implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), em 2018, veio alterar com significativa profundidade o modelo de contabilidade das várias entidades. Ao nível dos Recursos Humanos houve alterações do modo de classificação, de registo e de relato dos gastos com os encargos com pessoal.

Os encargos com pessoal no SNS são contabilizados por cada entidade através da Conta 63 – Gastos com Pessoal (SNC-AP), em separado para as entidades do setor público administrativo (SPA) e para as entidades públicas empresariais (EPE).

Em julho de 2018 foi criada a entidade Centro Hospitalar do Oeste, EPE, através do Decreto-Lei n.º 44/2018, de 18 de junho, que veio substituir a entidade Centro Hospitalar do Oeste (CHO), até então inserida no Sector Público Administrativo (SPA). Dados os constrangimentos detetados ao nível da prestação de contas da entidade vigente até 30/06/2018, os resultados apurados no âmbito dos encargos com pessoal apresentados no presente relatório, correspondem aos encargos ocorridos no 2.º semestre pela entidade CHO, EPE, refletindo deste modo a posição financeira a 31/12/2018.

Os encargos com pessoal no ano de 2018 ascenderam a 4,06 mil milhões de euros, dos quais cerca de 25% dizem respeito a organismos integrados no SPA e 75% a estabelecimentos ou serviços incluídos no setor empresarial do estado.

A repartição destes encargos pelos dois setores e pelas principais rubricas de despesa, encontra-se no quadro seguinte:

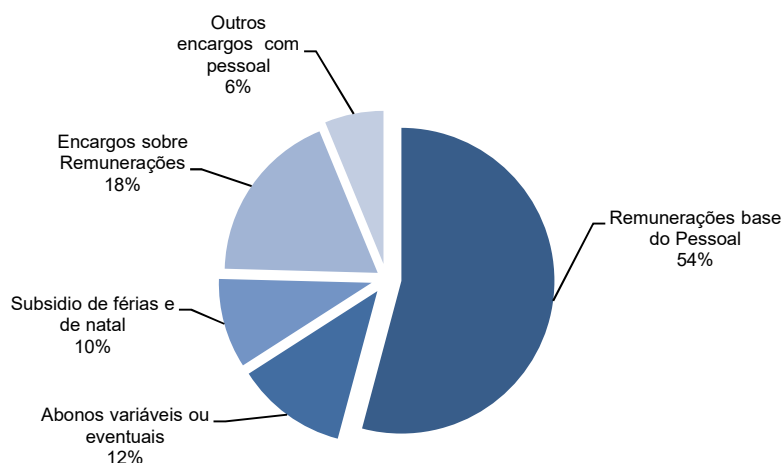
Quadro 18. Encargos com pessoal

Encargos com pessoal		
SPA	Remunerações base do Pessoal	573 033 107,08 €
	Abonos variáveis ou eventuais	47 886 821,30 €
	Subsídio de férias e de natal do pessoal	101 010 439,08 €
	Encargos sobre Remunerações	186 252 207,84 €
	Outros encargos com pessoal	109 914 853,59 €
	<b>Total SPA</b>	<b>1 018 097 428,89 €</b>
EPE	Remunerações base do Pessoal	1 629 083 028,28 €
	Abonos variáveis ou eventuais	430 163 859,72 €
	Subsídio de férias e de natal do pessoal	284 692 654,35 €
	Encargos sobre Remunerações	560 197 229,11 €
	Outros encargos com pessoal	142 899 185,01 €
	<b>Total EPE</b>	<b>3 047 035 956,47 €</b>
<b>Total geral</b>		<b>4 065 133 385,36 €</b>

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

Como se pode constatar, a remuneração base e os abonos variáveis ou eventuais constituem 66% dos gastos totais com pessoal.

Gráfico 12. Encargos com pessoal



Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

No entanto, não pode deixar de se salientar o peso que a rubrica «encargos sobre remunerações» assume no âmbito da repartição dos encargos com pessoal, constituindo-se como o segundo maior fator de despesa.

Relativamente aos encargos suportados com abonos variáveis ou eventuais, que representam 12% do total da despesa, a sua desagregação pelas diversas componentes é a seguinte:

Quadro 19. Abonos variáveis ou eventuais

Principais Abonos variáveis ou eventuais		Custos
Trabalho suplementar	Horas suplementares	222 432 919,42 €
	Prevenções	40 845 698,04 €
	<b>Total</b>	<b>263 278 617,46 €</b>
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno		99 261 046,90 €
SIGIC		60 064 123,86 €
Outros		55 446 892,80 €
<b>Total de abonos variáveis ou eventuais</b>		<b>478 050 681,02 €</b>

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

Do quadro acima salienta-se que o trabalho suplementar (incluindo horas em presença física e horas de prevenção) representa 55% do total de abonos variáveis ou eventuais contabilizados em 2018. De notar ainda o peso relativo de 21% para a despesa associada ao subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno.

Por último, salienta-se também o valor de 60 milhões de euros relativo a SIGIC, superior ao verificado em 2017, e que representa um esforço acrescido no sentido da internalização como forma de diminuição as listas de espera para cirurgia, e, conseqüentemente, o aumento da acessibilidade dos utentes à prestação de cuidados.

No respeitante à repartição dos encargos com recursos humanos pelas diversas entidades e organismos do Ministério da Saúde, a mesma ficou assim distribuída:

**Quadro 20. Encargos com pessoal por entidade**

Entidade	Total de custos com pessoal
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	332 260 882,32 €
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	27 758 117,95 €
Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	53 665 172,17 €
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	174 520 523,00 €
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	364 375 260,44 €
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	51 422 695,24 €
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	61 036 518,74 €
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	60 115 751,41 €
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	117 225 060,85 €
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	63 867 129,92 €
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	80 997 190,26 €
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	109 204 030,48 €
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	57 450 098,15 €
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	34 487 399,01 €
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	26 816 413,63 €
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	249 881 516,62 €
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	53 760 688,53 €
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	23 265 224,55 €
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	15 172 370,59 €
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	59 410 571,54 €
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	76 361 163,32 €
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	37 450 276,05 €
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	196 902 391,86 €
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	187 062 517,94 €
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	122 923 070,61 €

Entidade	Total de custos com pessoal
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	145 348 778,70 €
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	233 122 224,57 €
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	4 975 347,11 €
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2 534 145,92 €
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	52 416 347,09 €
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	11 046 697,28 €
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	20 072 191,50 €
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	49 052 121,98 €
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	49 736 186,63 €
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3 946 637,39 €
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	84 584 032,11 €
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	96 875 991,55 €
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	15 059 481,35 €
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	4 189 075,15 €
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	29 982 774,50 €
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	57 881 160,83 €
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	64 383 361,46 €
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	89 654 084,08 €
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	52 588 768,74 €
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	42 960 800,20 €
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	63 477 110,64 €
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	28 122 407,04 €
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	78 577 734,69 €
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	63 119 812,63 €
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	49 334 180,19 €
Outras entidades da conta SNS	34 699 896,85 €
<b>Total</b>	<b>4 065 133 385,36 €</b>

Notas: Outras entidades da Conta SNS inclui: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. e Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

Da análise do quadro resulta que as cinco ARS são responsáveis por cerca de 23% da despesa com pessoal do SNS, ao passo que as oito Unidades Locais de Saúde representam 12% dos encargos com recursos humanos.

Se conjugarmos o total de encargos por entidade em 2018 com o número total de trabalhadores existentes em dezembro do mesmo ano, podemos obter uma média de custos por trabalhador. Naturalmente, trata-se de um valor meramente indicativo que deverá ser analisado com a devida ponderação uma vez que os encargos englobam a totalidade do ano, enquanto o número de

trabalhadores diz apenas respeito aos efetivos existentes em dezembro 2018. De qualquer forma, permite dar um valor indicativo dos custos médios por trabalhador pelas diferentes entidades.

Quadro 21. Média de custos por trabalhador

Entidade	Total de gastos com pessoal	Média de encargos por trabalhador (em milhares de euros)
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	332 260 882,32 €	36,91
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	27 758 117,95 €	36,91
Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	53 665 172,17 €	34,82
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	174 520 523,00 €	37,39
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	364 375 260,44 €	40,08
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	51 422 695,24 €	29,28
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	61 036 518,74 €	29,59
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	60 115 751,41 €	29,00
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	117 225 060,85 €	29,02
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	63 867 129,92 €	28,89
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	80 997 190,26 €	31,50
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	109 204 030,48 €	30,14
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	57 450 098,15 €	31,97
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	34 487 399,01 €	31,35
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	26 816 413,63 €	NA
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	249 881 516,62 €	32,51
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	53 760 688,53 €	27,78
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	23 265 224,55 €	33,48
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	15 172 370,59 €	24,87
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	59 410 571,54 €	30,14
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	76 361 163,32 €	31,66
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	37 450 276,05 €	30,67
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	196 902 391,86 €	31,47
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	187 062 517,94 €	31,47
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	122 923 070,61 €	28,26
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	145 348 778,70 €	33,08
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	233 122 224,57 €	30,80
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	4 975 347,11 €	29,27
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2 534 145,92 €	22,43
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	52 416 347,09 €	31,50
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	11 046 697,28 €	28,40
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	20 072 191,50 €	31,81
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	49 052 121,98 €	30,19
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	49 736 186,63 €	32,44
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3 946 637,39 €	24,98
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	84 584 032,11 €	31,43

Entidade	Total de gastos com pessoal	Média de encargos por trabalhador (em milhares de euros)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	96 875 991,55 €	33,06
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	15 059 481,35 €	29,19
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	4 189 075,15 €	34,91
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	29 982 774,50 €	29,72
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	57 881 160,83 €	30,82
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	64 383 361,46 €	30,09
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	89 654 084,08 €	34,52
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	52 588 768,74 €	31,34
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	42 960 800,20 €	34,10
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	63 477 110,64 €	32,14
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	28 122 407,04 €	28,58
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	78 577 734,69 €	32,97
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	63 119 812,63 €	34,12
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	49 334 180,19 €	31,56
Outras entidades da conta SNS	34 699 896,85 €	29,97
<b>Total *</b>	<b>4 038 316 971,73 €</b>	<b>32,48</b>

Notas: Outras entidades da Conta SNS inclui: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. e Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.

\* No total dos gastos com pessoal e no cálculo da média de encargos por trabalhador não é considerada a entidade Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

A partir do quadro anterior pode concluir-se, com as reservas atrás expostas, que os valores de custos médios por trabalhador são mais elevados, de forma geral, nas Administrações Regionais de Saúde que registam custos médios que variam entre 34,8 e 40,1 mil euros. As Unidades Locais de Saúde apresentam, igualmente, uma certa homogeneidade de custos médios por trabalhador, entre 32 e 35 mil euros, à exceção das três Unidades Locais de Saúde do Alentejo, que apresentam um custo médio entre os 29 e os 32 mil euros.

No que respeita aos estabelecimentos hospitalares, nomeadamente às entidades pertencentes ao setor empresarial do Estado, verifica-se que o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E., o Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E. e o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. foram as entidades que apresentaram um custo médio por trabalhador mais elevado.

## 19. Procedimentos concursais

### 19.1 Procedimento Simplificado de Seleção para recrutamento de profissionais integrados na carreira especial médica e na carreira médica dos estabelecimentos de saúde com a natureza jurídica de entidade pública empresarial integrados no Serviço Nacional de Saúde

O Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, que estabelece o regime da carreira especial médica, bem como os respetivos requisitos de habilitação profissional, determina que o recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira médica, incluindo mudança de categoria, se efetua mediante procedimento concursal.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 16.º do mesmo diploma, os requisitos de candidatura e a tramitação daqueles procedimentos concursais são regulados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Saúde.

Nessa medida, a regulamentação da tramitação dos procedimentos concursais para o recrutamento para postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica encontra-se prevista na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 229 -A/2015, de 3 de agosto, com o aditamento introduzido pela Portaria n.º 190/2017, de 9 de junho, bem como da cláusula 20ª - A do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e outro, relativo à tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira médica, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, alterado e republicado nos termos constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 43, de 23 de novembro de 2015.

Contudo, e atendendo a que o procedimento concursal de recrutamento e seleção para os postos de trabalho de pessoal médico desenvolvidos nos termos dos diplomas legais acima referidos, não se vinha mostrando adequado à contratação deste pessoal, com a celeridade que as necessidades das populações exigem, o atual Governo sentiu a necessidade de proceder à publicação, ainda que com caráter transitório, para vigorar durante três anos, do Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho, entretanto prorrogado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do artigo 209.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que veio estabelecer um regime legal que tem vindo a permitir a suficiente agilidade no âmbito do recrutamento de médicos especialistas que não são titulares de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado previamente constituída com qualquer serviço, entidade ou organismo do Estado, incluindo o respetivo setor empresarial.

Assim, e uma vez que o Decreto-Lei n.º 24/2016, foi publicado em junho de 2016, e a essa data ainda não tinha sido desenvolvido o procedimento concursal para colocação dos recém-especialistas formados na 1.ª época desse ano, os primeiros procedimentos abertos ao abrigo deste novo diploma

legal só foram desenvolvidos após a entrada em vigor do mencionado diploma (área de medicina geral e familiar) e em julho (áreas hospitalar e de saúde pública).

No que respeita aos recém especialistas formados na especialidade de medicina geral e familiar na 2.<sup>a</sup> época de 2016, o procedimento foi desenvolvido em novembro de 2016, o que permitiu que 73 dos médicos formados tenham sido colocados durante esse mesmo mês de novembro de 2016, com o correspondente início de funções a 1 de dezembro.

Já no que respeita às áreas hospitalar e saúde pública, tendo o concurso sido aberto a 26 de dezembro de 2016, o mesmo só ficou concluído em 2017, altura em que ocorreram as colocações dos médicos e o correspondente início de funções.

Salienta-se ainda que, uma vez que o diploma vindo a citar permite a contratação de médicos especialistas que, tendo realizado e concluído o internato médico, não sejam detentores de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado previamente constituída com qualquer serviço, entidade ou organismo do Estado, incluindo do respetivo setor empresarial, para além dos recém especialistas, qualquer médico que detenha o correspondente grau, numa determinada área de formação e desde que não estivesse vinculado a nenhum serviço ou estabelecimento integrado no SNS, através de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, pôde ser opositor aos procedimentos aqui em causa.

De facto, esta possibilidade permitiu que para além dos recém especialistas formados na respetiva época de formação, ainda fossem recrutados outros profissionais médicos que, à data de abertura dos procedimentos, não se encontravam vinculados ao SNS.

Como é habitual, e mais uma vez, no ano de 2017 os concursos abertos para as áreas hospitalares e saúde pública e para a área de Medicina Geral e Familiar, foram desenvolvidos autonomamente, por questões de celeridade e de eficiência processuais.

## **Medicina Geral e Familiar**

### **Recrutamento de recém-especialistas – Ano 2017**

Com efeito, para a área de medicina geral e familiar, foram desenvolvidos dois procedimentos concursais para recrutamento dos recém-especialistas formados nas duas épocas de avaliação de 2017.

Uma vez que a colocação destes especialistas, no âmbito dos cuidados de saúde primários, se apresenta sempre como uma mais valia para as populações que mais carecem destes profissionais médicos, foram os mesmos convocados para escolher o local de colocação de acordo com a sua classificação na lista de ordenação final.

No âmbito dos dois procedimentos atrás referidos, ficaram colocados 325 médicos nas diversas Unidades Funcionais integradas nos Agrupamentos de Centros de Saúde/ Unidades Locais de Saúde

situadas nas áreas de influência geográfica das respetivas Administrações Regionais de Saúde identificadas nos avisos de abertura, nos termos que a seguir se indicam:

**Quadro 22. Médicos (Medicina Geral e Familiar) colocados por região de saúde – 1.ª época e 2.ª época 2017**

Região	Ano de 2017 – Medicina Geral e Familiar		
	1.ª época	2.ª época	Total
Norte	36	28	64
Centro	20	18	38
Lisboa e Vale do Tejo	155	32	187
Alentejo	3	5	8
Algarve	24	4	28
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>87</b>	<b>325</b>

Fonte: ACSS

De salientar que estes dois procedimentos concursais permitiram a contratação não apenas dos médicos formados nas duas épocas de 2017, e que, nesta medida, se encontravam vinculados através do contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado no âmbito do Internato Médico, mas também permitiram a contratação de médicos especialistas que se encontravam sem qualquer vínculo ao SNS, o que representa uma mais-valia, quer para as populações, na medida em que um maior número de utentes passou a usufruir da atribuição de um médico de família, quer, igualmente, para o próprio Serviço Nacional de Saúde.

### **Recrutamento de recém-especialistas – Ano 2018**

Relativamente aos recém especialistas formados na época normal de 2018, o procedimento de recrutamento e seleção destes médicos, efetuados nos mesmos termos do ano anterior, foi desenvolvido a coberto do Aviso n.º 10302-A/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 30 de julho.

Este procedimento foi aberto tendo em vista o preenchimento de 378 postos de trabalho para a categoria de assistente, área de medicina geral e familiar, da carreira especial médica ou da carreira médica dos estabelecimentos de saúde com natureza jurídica de entidade pública empresarial, integrados no Serviço Nacional de Saúde, consoante o caso.

No âmbito deste processo de concurso, ao qual concorreram 348 candidatos, foram ocupados 293 postos de trabalho, nos seguintes termos:

**Quadro 23. Médicos (Medicina Geral e Familiar) colocados por região de saúde –  
1ª época e 2ª época 2018**

Região	Ano de 2018 – Medicina Geral e Familiar		
	1.ª época	2.ª época	Total
Norte	67	20	87
Centro	61	17	78
Lisboa e Vale do Tejo	131	35	166
Alentejo	9	1	10
Algarve	25	3	28
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>76</b>	<b>369</b>

Fonte: ACSS

Para o recrutamento e seleção dos recém-especialistas formados na época especial de 2018 foi publicitado o Aviso n.º 19127-A/2018, de 19 de dezembro, tendo em vista o preenchimento de 113 postos de trabalho para a categoria de assistente, área de medicina geral e familiar, da carreira especial médica ou da carreira médica dos estabelecimentos de saúde com natureza jurídica de entidade pública empresarial, integrados no Serviço Nacional de Saúde, consoante o caso.

Uma vez que este processo e concurso é autónomo, relativamente ao concurso desenvolvido para recrutamento e seleção dos recém-especialistas formados nas áreas hospitalar e saúde pública, o mesmo ficou concluído, com o ato de escolha do local de colocação por parte dos candidatos, em janeiro de 2019, tendo sido colocados 76 médicos, perfazendo um total de 369 médicos colocados nos dois procedimentos concursais.

### Área Hospitalar e Saúde Pública

#### **Recrutamento de recém-especialistas – Ano 2017**

Relativamente às áreas hospitalar e saúde pública, e apesar de terem sido desenvolvidos todos os esforços no sentido da prolação do despacho que identificasse, quer o número de vagas a atribuir, quer os estabelecimentos de saúde a contemplar, tal não foi possível em 2017, tendo em conta as regras previstas na Lei do Orçamento de Estado do ano em causa. Não obstante, e uma vez que apenas em 28 de fevereiro foi possível a publicação do despacho n.º 2145-B/2018, que precede a abertura do concurso, este apenas foi aberto no dia 6 de março de 2018.

Nessa medida, a abertura do procedimento concursal para recrutamento e seleção dos recém-especialistas que terminaram a correspondente especialidade nas épocas normal e especial de 2017, e em linha de conta com o que se acabou de referir, ocorreu com a publicação do Aviso n.º 3023-B/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março.

Nos termos daquele aviso de abertura, o número de postos de trabalho publicitados, e apesar do número de formados no ano de 2017 ter sido de 893, (664 formados na época normal e 229 na época

especial), foi de 503, dos quais, 20 foram destinados à área de saúde pública e os restantes 483, para a área hospitalar.

Com efeito, e tendo em conta o lapso de tempo ocorrido entre a data de conclusão do internato médicos dos recém especialistas aqui em causa e a abertura do correspondente procedimento concursal, muito destes recém especialista foram, entretanto, contratados através de contratação direta, a título nominal, por parte dos serviços e estabelecimentos de saúde, designadamente os serviços integrados no setor empresarial do estado.

Apesar do atraso com que, excecionalmente, este procedimento foi publicitado, como se disse, em março de 2018, sendo que o mesmo permitiu a colocação de 285 profissionais ainda no mês de abril, o que levou a que muitos destes médicos pudessem iniciar as suas funções, já como assistente da respetiva especialidade, com efeitos a maio de 2018.

**Quadro 24. Médicos (áreas hospitalar e de saúde pública) colocados por região de saúde**

Região	Ano de 2018 – (Recém especialista formados em ambas as épocas de 2017)		
	Área Hospitalar	Área de Saúde Pública	Total
Norte	131	7	138
Centro	55	3	58
Lisboa e Vale do Tejo	63	6	69
Alentejo	9	0	9
Algarve	9	2	11
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>18</b>	<b>285</b>

Fonte: ACSS

### **Recrutamento dos recém-especialistas – Ano 2018**

Após a conclusão do procedimento anteriormente referido que, como se disse, visou o recrutamento e seleção dos médicos, que àquela data não eram detentores de um contrato de trabalho por tempo indeterminado em nenhum serviço e estabelecimento integrado no serviço nacional de saúde, designadamente os que tinham adquirido o correspondente grau de especialista nas épocas normal e especial de 2017, houve necessidade de desenvolver novo procedimento, agora para recrutamento e seleção dos médicos terminaram a especialidade na 1.ª época de 2018.

Com efeito, estes recém-especialistas não poderiam ter sido opositores ao concurso desenvolvido em março, uma vez que a sua nota de avaliação final de internato médico apenas foi homologada em 28 de maio de 2018, pelo que foi o mesmo desenvolvido no seguimento da publicação dos despachos n.º 7140-A/2018 e 7140-C/2018, respetivamente, de Suas Excelências o Senhor Ministro das Finanças e da Saúde e da Senhora Secretária de Estado da Saúde, ambos publicados no dia 26 de julho de 2018 que, por sua vez, permitiram a publicação do aviso n.º 10302-B/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 145, de 30 de julho.

Com a conclusão do internato médico, na época normal de 2018, de 785 recém especialistas (769 nas áreas de âmbito hospitalares e 16 na área de saúde pública) o procedimento foi aberto tendo em vista o preenchimento de 856 postos de trabalho para a categoria de assistente, da carreira especial médica ou da carreira médica dos estabelecimentos de saúde com natureza jurídica de entidade pública empresarial, integrados no Serviço Nacional de Saúde, consoante o caso, dos quais, 17 são para a área de saúde pública e os restantes 839 para a área hospitalar, permitindo a colocação de 566 profissionais.

Tal diferença entre o número de recém especialistas formados e o número de postos de trabalho colocados a concurso, prendeu-se com o facto de, e como temos vindo a referir, o diploma ao abrigo do qual estes procedimentos são desenvolvidos – Decreto – Lei n.º 24/2016, de 8 de junho - permite a contratação de todo e qualquer médico que, reunindo os demais requisitos gerais e especiais, não se encontrem vinculados a estabelecimento de saúde integrado no Serviço Nacional de Saúde através de um vínculo definitivo.

**Quadro 25. Médicos (áreas hospitalar e de saúde pública) colocados por região de saúde**

Região	Ano de 2018 – (Recém especialista formados na 1ª época de 2018)		
	Área Hospitalar	Área de Saúde Pública	Total
Norte	179	6	185
Centro	121	2	123
Lisboa e Vale do Tejo	226	5	231
Alentejo	9	1	10
Algarve	17	0	17
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>14</b>	<b>566</b>

Fonte: ACSS

Relativamente aos recém especialistas formados na época especial de 2018, cumpre ainda referir que, uma vez que a homologação das notas finais do internato médico ocorreu em novembro de 2018, e em cumprimento do estipulado na Lei n.º 55/2018, de 20 de agosto, o procedimento concursal com vista ao recrutamento e seleção destes recém especialistas apenas foi publicitado no dia 19 de dezembro de 2018, tendo o mesmo sido concluído já no ano de 2019.

Não obstante, e estando os mesmos já concluídos, entendemos ser de mencionar no presente relatório a análise a esses procedimentos concursais nos seguintes termos:

O procedimento simplificado de seleção para estas áreas de formação foi publicitado a coberto do aviso n.º 19127-B/2018, publicado Diário da República, 2.ª série, n.º 244, 19 de dezembro tendo em vista o preenchimento de 300 postos de trabalho para a categoria de assistente, da carreira especial médica ou da carreira médica dos estabelecimentos de saúde com natureza jurídica de

entidade pública empresarial, integrados no Serviço Nacional de Saúde, consoante o caso, dos quais, 13 são para a área de saúde pública e os restantes 287 para a área hospitalar.

Contudo, e consequentemente a este aviso, foi publicado o despacho de Sua Excelência a Ministra da Saúde, em 22 de janeiro de 2019, proferido em conformidade com o Despacho n.º 876 -A/2019, de 22 de janeiro, de Suas Excelências o Ministro das Finanças e a Ministra da Saúde, uma vez que o Governo reconheceu que, no âmbito de algumas especialidades identificadas no já mencionado aviso n.º 19127 -B/2018, seria vantajoso para o Serviço Nacional de Saúde permitir que os médicos interessados pudessem ter um maior número de opções relativamente ao postos de trabalho preencher.

Nessa medida, e em cumprimento do Despacho n.º 876 -B/2019, de 22 de janeiro, o qual determinou, no que respeita às especialidades de Cardiologia, Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Cardiorádica, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica Reconstructiva, Gastrenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Hematologia, Pediatria, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, que os postos de trabalho passíveis de ser escolhidos pelos médicos a selecionar correspondem, agora, aos que resultavam do seu anexo, foram anuladas as referências relativas àquelas especialidades constantes no aviso n.º 19127-B/2018, atrás melhor identificado, determinando-se a publicação de novo procedimento concursal para o efeito, o que veio a acontecer com a publicação e novo aviso de abertura, agora apenas para aquelas especialidades – aviso n.º 1460-A/2019, publicado Diário da República, 2.ª série, n.º 17, 24 de janeiro.

Após estes procedimentos, foram desenvolvidos e concluídos ambos os processos de concurso tendo os mesmos terminado com a colocação dos médicos das últimas referências, em 25 de fevereiro de 2019.

Do resultado da colocação no âmbito destes concursos foram ocupados/escolhidos 165 postos de trabalho:

**Quadro 26. Médicos (áreas hospitalares e saúde pública) colocados por região de saúde – 2ª época 2018**

Região	Ano de 2018 – (Recém especialista formados na 2ª época de 2018)		
	Área Hospitalar	Área de Saúde Pública	Total
Norte	60	2	62
Centro	26	0	26
Lisboa e Vale do Tejo	57	4	61
Alentejo	9	1	10
Algarve	5	1	6
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>8</b>	<b>165</b>

Fonte: ACSS

### **19.2 Procedimento concursal para médicos já vinculados ao SNS através de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – “concurso de mobilidades”**

A par dos procedimentos de concurso para colocação dos recém-especialistas que, em cada época de formação, adquirem o correspondente grau, no ano de 2018 foi ainda desenvolvido um procedimento concursal ao qual puderam concorrer médicos já detentores do grau de especialista em medicina geral e familiar e vinculados ao SNS através de vínculo por tempo indeterminado, e que, desta forma, puderam movimentar-se quer dentro da mesma Administração Regional de Saúde, quer mesmo entre Administrações Regionais de Saúde diferentes.

Este procedimento concursal foi desenvolvido nos mesmos termos que concurso idêntico em 2017, o qual teve como principal objetivo a movimentação de pessoal médico já integrado na carreira, contribuindo, desta forma, para uma melhor adequação e afetação dos recursos médicos existentes.

Assim, e por forma a que o mesmo não apresentasse uma morosidade que fosse contrária ao seu objetivo principal, houve que adequar a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, alterada pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 229-A/2015, de 3 de agosto, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito desta carreira, por forma a garantir uma maior agilização do procedimento de recrutamento e seleção ali previsto, o que veio a acontecer através da publicação da Portaria n.º 190/2017, de 9 de junho.

Esta Portaria, para além de acomodar o regime fixado na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que está essencialmente direcionado para as situações em que o procedimento seja desenvolvido a nível institucional, agiliza o procedimento de recrutamento e seleção, nomeadamente em termos de parâmetros de avaliação a considerar, de forma a encurtar significativamente o tempo despendido entre a abertura do procedimento e o recrutamento propriamente dito.

Para este novo procedimento concursal, foram, como habitualmente, ouvidas as Administrações Regionais de Saúde, que identificaram 84 postos de trabalho a preencher por via daquele concurso.

Nessa sequência, foram submetidas a concurso 170 candidaturas, das quais foram admitidas apenas 141 uma vez que as restantes 29 não reuniam os requisitos especiais e/ou gerais de admissão.

Sendo o principal objetivo do concurso a movimentação dos médicos, e uma vez que estes já são detentores de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, o presente procedimento permitiu que 59 médicos alterassem o seu local de trabalho. Os restantes 82 médicos optaram por manter o seu local de trabalho, por desistência do procedimento.

O resultado positivo deste procedimento de concurso efetuado em 2018 que, veio enfatizar a necessidade de manutenção destes procedimentos concursais para médicos já vinculados, por forma a possibilitar uma melhor adequação médico/posto de trabalho, contribuindo, desta forma, para que

haja uma maior circulação dos profissionais médicos, de acordo com as suas expetativas pessoais e profissionais.

### 19.3 Procedimentos concursais nacionais de habilitação ao grau de consultor

O enquadramento legal da carreira especial médica prevê a existência de dois graus de qualificação, sendo um deles, o grau de consultor.

Este título de habilitação profissional é atribuído pelo Ministério da Saúde, devidamente reconhecido pela Ordem dos Médicos, mediante a realização de procedimento concursal.

Cabe à ACSS, IP a supervisão do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor, em articulação com as Administrações Regionais de Saúde (ARS) e as Direções Regionais de Saúde (DRS), às quais, enquanto órgãos de coordenação regional, compete dirigir e apoiar a execução do mesmo.

No que respeita ao procedimento concursal aberto no ano de 2015, apresenta-se a seguinte evolução:

Quadro 27. Resultados do procedimento concursal de 2015

Procedimento concursal	Análise	Júris	Resultados alcançados
Grau de consultor 2015	Júris	N.º Júris por constituir	1
		N.º Júris ativos (*)	25
		N.º júris encerrados	54
	Candidatos	N.º candidatos aprovados	679
		N.º candidatos não aprovados	8
		N.º candidatos desistentes/ausentes	94
		N.º de candidatos atribuído grau em 2012	12
		N.º de candidatos por avaliar	469

\*Por júris ativos entende-se júris cujas listas de classificação final não foram ainda publicadas em Diário da República.

Fonte: ACSS

No que respeita ao procedimento concursal do ano 2017, aberto pelo Aviso n.º 10047/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 31 de agosto de 2017, registaram-se avanços muito relevantes no que respeita a procedimentos concursais que se encontravam em curso.

À data de elaboração do presente documento encontra-se terminada a fase de análise das candidaturas apresentadas junto das ARS, DRS e IA Saúde. Desta forma, apresenta-se o seguinte ponto de situação:

Quadro 28. Ponto de situação do procedimento concursal de 2017

Procedimento concursal	ARS	N.º de Candidatos		Listagens
		Especialidade	Subespecialidade	Definitivas
Grau de consultor 2017	Norte	Admitidos	753	8
		Excluídos	48	0
	Centro	Admitidos	299	9
		Excluídos	13	7
	Lisboa e Vale do Tejo	Admitidos	556	18
		Excluídos	104	0
	Alentejo	Admitidos	36	0
		Excluídos	1	0
	Algarve	Admitidos	63	0
		Excluídos	0	0
	IP-RAM	Admitidos	62	0
		Excluídos	3	0
	DRS-RAA	Admitidos	51	0
		Excluídos	2	0

Fonte: ACSS

Com as listas de candidatos encerradas, a ACSS iniciou o processo de definição de júris. A constituição destes define-se pela indicação pelas ARS dos profissionais médicos que estarão disponíveis para ocupar as posições de Presidente, 1.º Vogal Efetivo e 2.º Vogal Suplente. Os restantes 2.º Vogal Efetivo e 1 Vogal Suplente serão indicados pela Ordem dos Médicos. O ponto de situação respeitante ao processo de constituição e nomeação de júris é o seguinte:

Quadro 29. Ponto de Situação de Processo de Nomeação de Júris

Procedimento concursal de habilitação ao Grau de Consultor 2017		
Júris completos e em processo de publicação em Diário da República	Júris completos, em fase de homologação	Júris a aguardar indicação da Ordem dos Médicos
20	8	65
Júris completos pelas ARS e a remeter à Ordem dos Médicos Centro	Júris a completar pela ARS e Ordem dos Médicos	
18	13	

Fonte: ACSS

Por fim, com a publicação do Despacho n.º 6013-A/2019, de 28 de junho, e consequente publicação do Aviso n.º 11155-A/2019, de 5 de julho de 2019, foi determinada a abertura do concurso nacional de habilitação ao grau de consultor de 2019, destinado à carreira médica dos estabelecimentos pertencentes ao setor empresarial do Estado (EPE). Os profissionais médicos interessados em submeter as suas candidaturas dispunham até ao dia 26 de julho p.p. para o fazerem. As ARS encontram-se de momento a analisar as candidaturas efetuadas.

#### 19.4 Recrutamento para a categoria de Assistente Graduado Sénior

O número de profissionais na categoria de assistente graduado sénior condiciona, em larga medida, a aplicação do disposto na lei em matéria de designação de pessoal médico, em regime de comissão de serviço, para o exercício de funções de direção e chefia.

Com efeito, nos termos do regime legal aplicável, quer à carreira especial médica, quer à carreira médica dos estabelecimentos de saúde com a natureza de entidade pública empresarial, constante, respetivamente, do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e 176/2009, também de 4 de agosto, alterados, ambos, pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, o exercício de funções de direção, chefia, ou coordenação de departamentos, serviços ou unidades funcionais do Serviço Nacional de Saúde, deve recair sob titulares da categoria de assistente graduado sénior, apenas se admitindo que seja designado um assistente graduado em casos devidamente fundamentados.

Por sua vez, a inexistência de diretores de serviço, condiciona o número de capacidades formativas disponibilizadas pela Ordem dos Médicos no âmbito da formação médica especializada, vulgarmente designado por internato médico.

Com efeito, um dos critérios que a Ordem dos Médicos considera determinante é que o serviço seja dirigido por um assistente graduado sénior, pelo que a existência de um maior ou menor número de trabalhadores médicos detentores da categoria de assistente graduado sénior, influencia o número de capacidade formativas atribuídas a cada serviço, o que naturalmente se reflete no número

de internos que cada serviço ou estabelecimento pode, em cada ano, acolher para frequentar o internato médico na respetiva especialidade.

Ora, sendo esta matéria particularmente crítica, na medida em que são ainda reconhecidas as necessidades sentidas pelos diversos serviços e estabelecimentos de saúde de médicos, em especial, em determinadas especialidades, no ano de 2017, mediante Despacho n.º 7509/2017, de 25 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 164, foi autorizada a abertura de novos procedimentos, destinados ao preenchimento de 200 novos postos de trabalho para esta categoria.

Por sua vez, o Despacho n.º 7541/2017, de 25 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 705/2017, publicada no Diário da República, 2.ª Série, nº 200 de 17 de outubro, veio proceder à distribuição dos 200 postos de trabalho por especialidade e instituição.

Reconhecendo a importância do recrutamento destes profissionais na garantia da qualidade, não só dos serviços prestados, mas também na qualidade que caracteriza a formação médica, o Ministério da Saúde, através da ACSS, IP, tem procurado monitorizar junto dos serviços e entidades, bem como das Administrações Regionais de Saúde competentes, os procedimentos aqui em causa.

Em termos gerais, e no que se refere ao procedimento aberto em 2017, contabilizaram-se até ao dia 20 de agosto de 2019, 141 postos de trabalho (corresponde a 70,5% do total das vagas) cujo procedimento já se encontrava concluído e preenchido. Não obstante, importa realçar que 22 vagas (11% do total das vagas) têm, atualmente, concursos ainda a decorrer no âmbito do procedimento aqui em causa, prevendo-se que os mesmos possam estar concluídos brevemente. Ainda a este respeito, aguardam publicitação no Diário da República cerca de 21 postos de trabalho, (10,5% do total das vagas), que se explica, sobretudo, por dificuldades na constituição de júri e agendamento de reuniões, nos termos no quadro que a seguir se apresenta.

**Quadro 30. Ponto de situação dos Procedimentos AGS 2017**

Concurso 2017 (200 vagas)					
Região de Saúde	Número total de postos atribuídos Despacho n.º 7541/2017	Número total de postos publicitados em DR			Número de postos a aguardar publicação
		Concluídos e preenchidos	Postos desertos/ prescindiram	A decorrer	
Norte	73	57	8	4	4
Centro	37	32	2	0	3
Lisboa e Vale do Tejo	71	43	1	15	12
Alentejo	10	6	2	1	1
Algarve	9	3	3	2	1
Total	200	141	16	22	21

Fonte: ACSS

### **19.5 Procedimento concursal para preenchimento de 774 postos de trabalho de enfermagem no âmbito dos cuidados de saúde primários**

Em finais de setembro de 2015 foi aberto um procedimento concursal, o qual foi desenvolvido, a nível nacional, pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS.), tendo em vista o preenchimento de 774 postos de trabalho no âmbito dos cuidados de saúde primários.

A este procedimento foram opositores 10.957 candidatos, dos quais foram admitidos 10.654.

Pese embora se tenha procurado implementar toda a celeridade possível no desenvolvido citado procedimento, só após a publicação da Portaria n.º 323/2016, de 19 de novembro, que alterou a Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro, foi possível conferir um novo impulso ao procedimento concursal para o recrutamento dos 774 trabalhadores enfermeiros para as administrações regionais de saúde.

Neste âmbito, convirá salientar a deliberação do Conselho Diretivo da ACSS, publicitada mediante Aviso n.º 15955-C/2016, publicado no Suplemento do Diário da República n.º 244, 2.ª série, de 22 de dezembro, mediante a qual decidiu não manter o método de seleção correspondente à entrevista profissional de seleção, visando assim alcançar a urgência com que o referido procedimento se revestia.

Deste modo, em resultado da aplicação de um único método de seleção – avaliação curricular -, bem como, cabe aqui reconhecê-lo, ao empenho do júri do procedimento (aqui se incluindo os elementos efetivos e os suplentes), e a um ritmo laborioso, num procedimento concursal com um elevado número de candidatos inédito no Ministério da Saúde, foi possível publicar a lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento e, num prazo de cerca de três meses após esta publicação, foi publicada a lista provisória de classificação e ordenação dos candidatos (Cfr. Aviso n.º 5913/2017), seguida, após a análise das reclamações apresentadas em sede de audiência prévia, da publicação da lista de classificação e de ordenação final homologada.

Logo após a publicação da lista de classificação e de ordenação final (Aviso n.º 12373/2017), com 10570 candidatos admitidos e com classificação superior a 9,50 valores, foi disponibilizada uma plataforma eletrónica, através da qual os candidatos puderam indicar o local onde pretendiam exercer o seu direito de escolha do local de colocação face aos postos de trabalho a preencher, identificados por ARS, por ACES e por Concelho, nos termos do ponto 3. do Aviso n.º 10946-A/2015, de 25 de setembro.

Uma vez que escolha/ opção e colocação no posto de trabalho pretendido, teve lugar na forma presencial, durante um mês foi estabelecida uma diária e estreita colaboração com as cinco ARS e a ACSS com vista às ações necessárias e determinantes para a escolha, preenchimento e colocação dos candidatos nos postos de trabalho selecionados tendo sido convocados para exercer o seu direito de escolha os candidatos ordenados em termos da lista de classificação final até ao candidato n.º 2255 desta lista.

Salienta-se o papel fundamental neste processo de cada ARS, já que são as principais responsáveis e interessadas na respetiva tramitação e célere conclusão, nomeadamente com vista ao reforço e dotação dos respetivos mapas de pessoal com estes profissionais e ainda atendendo à informação periódica que têm vindo a prestar relativamente ao acompanhamento que tem vindo a ser feito no âmbito deste procedimento concursal.

Durante o ano de 2018, concluiu-se a colocação dos profissionais de enfermagem nas ARS em resultado do procedimento aqui em causa.

Em face do que antecede, cumpre ressaltar o que este procedimento de recrutamento representou, revelando-se essencial e determinativo para o reforço da dotação de pessoal de enfermagem das cinco ARS e para o incremento da reforma, da melhoria e da qualidade da prestação de cuidados de saúde em sede dos cuidados de saúde.

Acresce que, por despacho da Tutela e pelo Ministério das Finanças foi autorizada a utilização da reserva de recrutamento constituída no âmbito do procedimento concursal para preenchimento de 774 postos de trabalho de enfermagem no âmbito dos cuidados de saúde primários, viabilizando, deste modo, o preenchimento de todos os postos de trabalho que entretanto ficaram vagos (156), concorrendo para a qualidade dos cuidados de saúde prestados, bem como o aumento da cobertura assistencial.

## 20. Negociações Coletivas de Trabalho

Sistematicamente, e em linha, aliás, com o que resulta do respetivo Programa do Governo, tem sido afirmado que os recursos humanos constituem o pilar de qualquer organização. Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer organização. São o motor que propulsiona as organizações para melhores resultados, e peça chave para seu pleno desenvolvimento.

Ora, se este é um princípio inabalável, é-o particularmente evidente quando está em causa o Serviço Nacional de Saúde, o qual, de acordo com o que resulta do Programa do Governo é a grande conquista do Estado Social no nosso País. Gerou ganhos em saúde que nos colocaram ao nível do resto da Europa, prolongou a vida e a sua qualidade a milhões de portugueses e reduziu muitas das desigualdades que durante séculos nos marcaram.

Porém, para que a qualidade que caracteriza o Serviço Nacional de Saúde, da qual Portugal se orgulha, até em resultado da sua posição relativa numa perspetiva internacional, se possa manter, é necessário continuar a apostar nos recursos humanos, não apenas em termos de aumento das dotações, indispensáveis para garantir a qualidade e o regular funcionamento dos serviços e estabelecimentos de saúde, em particular, face ao aumento da atividade assistencial a que temos vindo a assistir, designadamente em resultado do aumento da esperança média de vida, mas também em termos de reconhecimento e da sua valorização e, porque não assumi-lo, até da sua motivação.

Assim, e para além das medidas que foram adotadas em termos transversais a toda a Administração Pública, de que são exemplo a reversão das reduções remuneratórias, bem como a reposição do regime das 35 horas semanais para os trabalhadores com vínculo de emprego público e, mais recentemente, do descongelamento de carreiras, permitimo-nos ainda destacar um conjunto de outras medidas que foram adotadas para o setor da saúde, elenco este que de modo algum se pode entender como exaustivo.

Neste âmbito começamos por enunciar as medidas que, sendo específicas para o Serviço Nacional de Saúde, são transversais a todos os profissionais de saúde que o integram.

É precisamente o caso da reposição das majorações devidas pela realização de trabalho suplementar, bem como das comumente designadas horas de qualidade/incómodas.

Com efeito, este regime remuneratório específico, que consta do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março, em linha com a redução ocorrida no âmbito da Administração Pública, veio a ser objeto de uma redução, em particular desde 1 de janeiro de 2013, data a partir da qual as majorações previstas no citado diploma, foram reduzidas em 50%.

Neste âmbito, acompanhando as reivindicações das diversas estruturas sindicais, em particular, as representativas do grupo de pessoal médico e do grupo de pessoal de enfermagem que, inclusive, apontaram aquela redução como a grande responsável pela diminuição da disponibilidade destes mesmos profissionais em prestar trabalho suplementar para além dos limites máximos legalmente

estabelecidos, foi possível, durante o ano de 2017, permitir a recuperação total das majorações devidas pelo trabalho suplementar.

Concluído este processo de recuperação do trabalho suplementar, assistiu-se, conforme resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2018, a idêntica recuperação das majorações, mas agora no que respeita ao trabalho prestado nas designadas horas de qualidade ou horas incómodas, ou seja, aos sábados a partir das treze horas, aos domingos e feriados, bem como no âmbito do trabalho noturno.

Sem prejuízo destas medidas, permitimo-nos ainda destacar um conjunto de outras, optando, neste caso, por razões de mera facilidade, por associá-las ao respetivo grupo de pessoal.

### **Pessoal médico:**

- Abertura periódica de procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal médico ao abrigo do regime simplificado previsto no Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho, para recrutamento de recém especialistas e médicos especialistas sem vínculo aos serviços e estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde, para as áreas de exercício profissional hospitalar, de saúde pública e medicina geral e familiar, permitindo colocar ao dispor das populações o investimento anteriormente efetuado na formação deste grupo de pessoal altamente qualificado;
- Abertura de procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal médico ao abrigo do regime simplificado previsto no Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho, para a área de exercício profissional de medicina geral e familiar, para recrutamento de recém especialistas e médicos já anteriormente vinculados;
- Redução do limite anual de trabalho suplementar;
  - i) Num caso, a aprovar mediante Acordo Coletivo de Carreira Especial – aplicável aos trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas; e
  - ii) Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, que defina o regime de trabalho suplementar aplicável ao pessoal médico vinculado por contrato individual de trabalho, às entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde.
- Harmonização do regime de férias relativamente aos dois regimes de vinculação – CIT e CTFP, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, aplicável ao pessoal médico vinculado por contrato individual de trabalho, às entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde. – cfr. Acordo Coletivo entre o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e outros e a

Federação Nacional dos Médicos - FNAM e outro – Alteração, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 15, de 22 de abril de 2019;

- A previsão de um processo simplificado para recrutamento no âmbito das entidades públicas empresariais, similar ao aplicável aos comumente designados concursos de mobilidade – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e outros e a Federação Nacional dos Médicos - FNAM e outro - Tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira médica – Alteração, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 15, de 22 de abril de 2019;
- Reuniões, quer negociais quer técnicas, no sentido de analisar alterações a introduzir em legislação diversa, e que, neste último caso, pretendem agilizar o procedimento de negociação coletiva;

### Pessoal de enfermagem:

- Negociação de um diploma que procede à alteração do regime da carreira especial de enfermagem, bem como do regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, definido nos Decretos-Leis n.os 248/2009 e 247/2009, ambos de 22 de setembro, respetivamente – cfr- Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio;
- Negociação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, aplicável aos trabalhadores com contrato de trabalho celebrado com entidades públicas empresariais do setor da saúde, no qual se estabelece:
  - a) O desenvolvimento profissional dos enfermeiros e as respetivas remunerações;
  - b) A estruturação de forma a valorizar e dignificar os profissionais, no quadro da coerência e da equidade internas da carreira;
  - c) A harmonização com os trabalhadores em CTFP, relativamente:
    - i) Ao sistema de avaliação do desempenho;
    - ii) Às regras de alteração de posicionamento remuneratório;
    - iii) Ao modelo de recrutamento;
- Passagem para o regime de trabalho a que corresponde o período normal de trabalho de 35 horas semanais, dos enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho às entidades públicas empresariais integradas no SNS – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar do Algarve, EPE e outros e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - SEP (instrumento parcelar e transitório aplicável aos trabalhadores enfermeiros em regime de

contrato de trabalho - Procedimento concursal e outras), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 11, de 22 de março de 2018;

- Publicação do diploma que fixa o montante do suplemento remuneratório devido aos trabalhadores com a categoria de enfermeiro que desenvolvam o conteúdo funcional reservado aos enfermeiros especialistas – cfr. Decreto-Lei n.º 27/2018, de 27 de abril;
- Aprovação dos postos de trabalho por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, correspondentes ao levantamento do número de enfermeiros detentores do título de especialista que, a 1 de janeiro de 2018, exerciam as funções a que se referem os n.ºs 2 dos artigos 9.º dos Decretos-Leis n.ºs 247/2009 e 248/2009, de 22 de setembro, para efeitos de pagamento do referido suplemento remuneratório – cfr. Despacho n.º 4590-A/2018, publicado no Diário da República. 2.ª Série, n.º 90, 1.º Suplemento, de 10 de maio;
- Emissão de um conjunto de orientações, através da elaboração de respostas a perguntas frequentes, no âmbito do sistema adaptado de avaliação do desempenho aplicável aos trabalhadores enfermeiros.

### **Pessoal Farmacêutico:**

Com a finalidade última de salvaguardar o direito dos cidadãos a cuidados de saúde com qualidade, o Estado tem a missão de garantir que os profissionais de saúde estejam habilitados com qualificações profissionais adequadas.

Face ao papel central do trabalho desenvolvido pelos farmacêuticos – profissionais singularmente qualificados, em particular, em matéria do medicamento – foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs 108/2017 e 109/2017, ambos de 30 de agosto, que, respetivamente, estabelecem o regime da carreira farmacêutica nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde e definem o regime legal da carreira especial farmacêutica, bem como os requisitos de habilitação profissional para integração na mesma.

A especialização e a diferenciação determinam uma especial autonomia técnica como única forma de proteger os interesses dos doentes com vista à escolha da solução mais adequada para determinada situação de saúde. Deve destacar-se, assim, o papel assumido pelo farmacêutico, que envolve uma atividade que enceta uma elevada complexidade técnica, e cujos reflexos não se cingem ao bem-estar e saúde dos utentes, mas se repercutem em aspetos mais transversais, em particular no contexto atual, em que sistematicamente se questiona a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Durante o ano de 2018 foram desenvolvidas diligências no sentido de se proceder ao desenvolvimento do quadro legal supra referenciado, regulamentando, em especial as seguintes matérias:

- Diploma que identifica os níveis remuneratórios da tabela remuneratória dos trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica – cfr. Decreto Regulamentar n.º 4/2018, de 12 de fevereiro;
- Requisitos e a tramitação do procedimento concursal:
  - i. Num caso, a aprovar mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Saúde – trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica – cfr. Portaria n.º 27/2019, de 18 de janeiro; e
  - ii. Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, que defina o processo de seleção para preenchimento de postos de trabalho da carreira farmacêutica, em regime de contrato individual de trabalho, no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018;
- Adaptação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP 3), aos trabalhadores farmacêuticos:
  - i. Num caso, a aprovar mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Saúde – trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica – cfr. Portaria n.º 26/2019, de 18 de janeiro; e
  - ii. Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho – trabalhadores farmacêuticos com contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho e estabelecido com entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018;
- Regime remuneratório dos trabalhadores farmacêuticos com contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho com serviços ou estabelecimentos de saúde integrados no setor empresarial do Estado – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro

Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018;

- Regimes de trabalho, organização do tempo de trabalho e condições da sua prestação, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, aplicável aos trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica e aos trabalhadores farmacêuticos com contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho e estabelecido com entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde – cfr. Acordo coletivo de trabalho n.º 53/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 75, de 16 de abril, e Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018, respetivamente;
- Passagem para o regime de trabalho a que corresponde o período normal de trabalho de 35 horas semanais, dos farmacêuticos vinculados por contrato individual de trabalho às entidades públicas empresariais integradas no SNS – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018;
- Definição de serviços mínimos em caso de greve, aplicável aos trabalhadores com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas integrados na carreira especial farmacêutica e aos trabalhadores farmacêuticos com contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho e estabelecido com entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde – cfr. Acordo coletivo de trabalho n.º 53/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 75, de 16 de abril, e Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 42, de 15 de novembro de 2018, respetivamente.

### **Pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica:**

Tendo noção que o grupo de pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica é imprescindível para que os diversos serviços e estabelecimentos de saúde, em particular os que integram o Serviço Nacional de Saúde, possam assegurar cabalmente as correspondentes atribuições, o atual Governo tem procurado, desde que tomou posse, contribuir de forma decisiva para o reconhecimento do papel importante que assumem os profissionais que integram este grupo de pessoal, nomeadamente através do reforço dos cuidados de saúde primários com profissionais destas áreas.

Reconhecendo, porém, que essa medida estava longe de ser suficiente para valorizar o papel fundamental destes profissionais, designadamente para a adequada dignificação da correspondente carreira, volvidos vários anos desde a sua última revisão, desde logo assumida como desatualizada, procedeu-se à alteração do regime instituído, até então, pelo Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, assumindo-a, finalmente, como se impunha, como uma carreira de nível 3 de complexidade funcional – desde a implementação do processo de Bolonha que o ingresso está condicionado à posse do grau de licenciado.

Concomitantemente e com o objetivo de, na medida do possível, harmonizar os dois regimes de vinculação que presentemente coexistem no seio do Serviço Nacional de Saúde, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 110/2017, de 30 de agosto, diploma que define o regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde.

Durante o ano de 2018 foi concluído um procedimento de negociação/contratação coletiva, no âmbito do qual foram negociadas as seguintes matérias:

- Número de posições remuneratórias e respetivos níveis remuneratórios, para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica;
- Regras de transição dos trabalhadores integrados na carreira prevista no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica;
- Regime remuneratório dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho, celebrados com serviços ou estabelecimentos de saúde integrados no setor empresarial do Estado – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018;
- Passagem para o regime de trabalho a que corresponde o período normal de trabalho de 35 horas semanais, organização do tempo de trabalho e condições da sua prestação, dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho, celebrados com serviços ou estabelecimentos de saúde integrados no setor empresarial do Estado – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018;

- Requisitos e tramitação do procedimento concursal:
  - i. Num caso, a aprovar mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Saúde – aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas; e
  - ii. Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, que defina o processo de seleção para preenchimento de postos de trabalho da carreira de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato individual de trabalho, no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018.
- Adaptação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP 3), aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica:
  - i. Num caso, a aprovar mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Saúde – aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas; e
  - ii. Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho – aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica com contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho e estabelecido com entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde, incluindo, neste caso, os respetivos efeitos – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018.
- Definição de serviços mínimos em caso de greve.
  - i. Num caso, a aprovar mediante um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (acordo coletivo de carreira especial) – aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica com vínculo de emprego

público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas – cfr. Acordo Coletivo de Trabalho n.º 39/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 123, de 1 de julho, que estabelece o Acordo Coletivo da Carreira Especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica; e

- ii. Noutro, mediante instrumento de regulamentação coletiva de trabalho – aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica vinculados por contrato de trabalho celebrado ao abrigo do Código do Trabalho e estabelecido com entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde, incluindo, neste caso, os respetivos efeitos – cfr. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018.

**Pessoal vinculado às entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam a natureza de entidade pública empresarial, integradas no Serviço Nacional de Saúde, que desenvolvam funções correspondentes às estabelecidas para as carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional:**

Durante o ano de 2018 foi concluído um procedimento de negociação/contratação coletiva, no âmbito do qual foram negociadas as seguintes matérias:

- Regime remuneratório;
- Regimes de trabalho, organização do tempo de trabalho e condições da sua prestação;
  - i. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018;
  - ii. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018

- Passagem para o regime de trabalho a que corresponde o período normal de trabalho de 35 horas semanais do pessoal vinculado às entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam a natureza de entidade pública empresarial, integradas no SNS, que desenvolvam funções correspondentes às estabelecidas para as carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional:
  - i. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018;
  - ii. Acordo coletivo entre o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE e outros e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 23, de 22 de junho de 2018
- Harmonização do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP 3);

## **21. Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado - PREVPAP**

O Programa de Governo do XXI Governo Constitucional (2015-2019) prevê a limitação do uso pelo Estado de trabalho precário, estabelecendo uma política clara de eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e a programas de tipo ocupacional no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o funcionamento dos diferentes serviços públicos.

Assim, ao longo da presente legislatura, as sucessivas Leis do Orçamento de Estado estabeleceram políticas públicas para permitir estimular a criação de emprego e combater a precariedade no mercado de trabalho, evitando o uso excessivo dos contratos a prazo, os falsos recibos verdes e outras formas atípicas de trabalho.

Para combater a precariedade e reforçar a dignificação do trabalho, o XXI Governo Constitucional, entre outras, apresentou algumas propostas com vista à limitação do regime de contrato a termo resolutivo, à diminuição do número excessivo de contratos a prazo, bem como a melhoria da proteção dos trabalhadores e o aumento da taxa de conversão de contratos a prazo em permanentes.

Em cumprimento destas propostas, o Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no seu artigo 19.º, sob a epígrafe “Estratégia plurianual de combate à precariedade”, impôs ao Governo a obrigatoriedade de promover um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente com recurso a Contratos Emprego-Inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços.

Consequentemente, através do Despacho n.º 9943/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 150, de 5 de agosto de 2016, foi constituído um grupo de trabalho com a missão de proceder ao levantamento dos instrumentos de contratação previstos no supracitado artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 e de estabelecer uma metodologia de recolha da informação e análise, tendo por referência dados existentes e reportados à data de referência de 30 de junho de 2016, tendo em vista a apresentação de um relatório.

Nesta sequência, e em cumprimento da missão que lhe foi conferida, o referido grupo de trabalho, com recurso a várias fontes de informação, apresentou ao Governo um relatório onde foram identificados mais de cem mil casos de contratação com vínculo não permanente no conjunto de todos os serviços e entidades da Administração central, local e setor empresarial do Estado (disponível no seguinte link: <https://www.portugal.gov.pt/media/24866340/20170203-mf-rel-contratacao-ap.pdf>).

O Governo, em obediência ao princípio da garantia de efetivação dos direitos fundamentais, corolário constitucional do Estado de direito democrático, veio, posteriormente, estabelecer as

regras a que devia obedecer a avaliação dos requisitos de acesso ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, a realizar por comissões criadas no âmbito de cada área governativa, com participação de representantes sindicais, e que poderia ser desencadeada por solicitação dos trabalhadores (cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro).

Depois, o Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, determinou, no seu artigo 25.º, n.º 1<sup>6</sup>, sob a epígrafe “Estratégia de combate à precariedade”, a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado (abreviadamente designado por PREVPAP).

Com a publicação da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio<sup>7</sup>, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, foram estabelecidos os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao PREVPAP.

O procedimento regulado pela mencionada Portaria corresponde a uma nova fase, na qual se procedeu à avaliação de situações de exercício de funções que correspondam a carreiras gerais ou especiais, existentes em algum momento do período de 1 de janeiro a 4 de maio de 2017, com subordinação a poderes de autoridade e direção, que correspondam a necessidades permanentes dos órgãos ou serviços da administração direta e indireta do Estado ou das entidades do setor empresarial do Estado, e que não tenham o adequado vínculo jurídico.

Para que este complexo processo pudesse decorrer com a necessária celeridade, os requerimentos dos trabalhadores abrangidos foram apresentados através de formulário eletrónico disponível no portal do Governo, criado especificamente para o efeito (<https://prevpap.gov.pt>).

De acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 2, da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, após a informação do dirigente máximo, a respetiva Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) emite parecer sobre se as funções exercidas correspondem a uma necessidade permanente do órgão, serviço ou entidade em causa.

Caso o parecer considere que as funções exercidas correspondem a uma necessidade permanente, a mesma CAB procede à avaliação da adequação jurídica do vínculo, de acordo com os critérios referidos no artigo 3.º, n.os 4 e 5, da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio.

---

<sup>6</sup> O artigo 25.º, n.º 1, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispõe o seguinte:

«1 - No âmbito da estratégia de combate à precariedade definida no artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e na sequência do levantamento dos instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do setor empresarial do Estado, o Governo apresenta à Assembleia da República até ao final do primeiro trimestre de 2017 um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública para as situações do pessoal que desempenhe funções que correspondam a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina ou direção e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico.»

<sup>7</sup> Em desenvolvimento do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro.

Porém, os atos praticados pelas CAB, apenas são definitivos após homologação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, do Trabalho da Solidariedade e Segurança Social e da respetiva área governativa – cfr. artigo 15.º da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro.

Após a obtenção da homologação das deliberações da respetiva CAB, os serviços ou organismos da área da Saúde integrados na administração direta e indireta do Estado, ficam autorizados a proceder à abertura dos necessários procedimentos concursais, enquanto as entidades publicas empresariais ficam autorizados a proceder à regularização formal das situações, observando para o efeito o disposto nos artigos 9.º, 10.º e 14.º, todos -da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

No prazo concedido aos interessados para requererem a avaliação da sua situação<sup>8</sup>, bem como aos dirigentes máximos dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito objetivo de aplicação do PREVPAP, deram entrada junto da Comissão de Avaliação Bipartida da Saúde (CAB da Saúde) mais de 7.000 processos, que passaremos a caracterizar a seguir.

### **Análise das decisões finais da CAB Saúde**

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado, abreviadamente designado por PREVPAP, aprovado pela Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, foi estabelecida a designada agenda de trabalho, a análise dos requerimentos submetidos ao PREVPAP ao abrigo dos artigos 10.º, 11.º, 13.º e 13.º-A da citada Portaria, pelos requerentes que exercem funções nas diversas Instituições de Saúde afetas ao Estado.

A análise da resposta e consequente fundamentação por parte da Comissão de Avaliação Bipartida da Saúde dos requerimentos comunicados pelos dirigentes máximos, que teve por base a correspondência das funções exercidas a uma necessidade permanente do serviço e da adequação do vínculo jurídico às funções respetivas, resultou na atribuição de parecer favorável ou desfavorável aos requerimentos apresentados.

### **Análise de casos favoráveis e desfavoráveis**

Do universo dos processos rececionados, abrangendo 59 órgãos, serviços e estabelecimentos de saúde integrados no Ministério da Saúde, resultaram as deliberações presentes no quadro abaixo indicado:

---

<sup>8</sup> Prazo que decorreu entre 11 de maio e 30 de junho de 2017, ao abrigo do artigo 10.º da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, e entre 6 e 17 de novembro de 2017, ao abrigo do artigo 13.º-A da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, aditado pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro.

Quadro 31. Análise de casos no âmbito do PREVPAP

Pareceres emitidos (valores acumulados)	2017	2018
Favoráveis	2 287	3 494
Desfavoráveis	5 421	6 192
<b>Total</b>	<b>7 708</b>	<b>9 686</b>

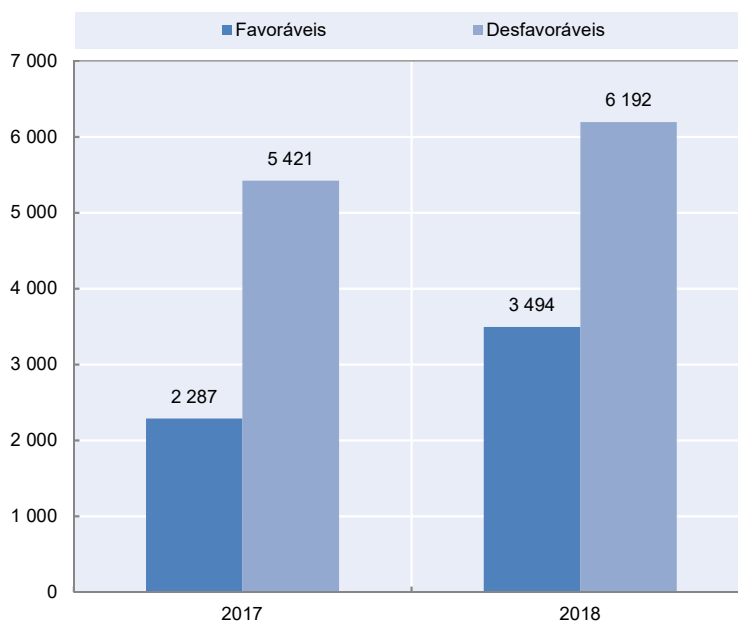
Fonte: ACSS

Do quadro acima apresentado, podemos constatar que em 2018 os casos aos quais foi atribuído parecer favorável totalizavam 3494 pareceres, sendo que os pareceres desfavoráveis totalizavam 6192 pareceres.

No total, foram analisados em 2018 mais 1978 requerimentos, dos quais, na sua grande maioria, eram pedidos de trabalhadores que exerceram funções ao abrigo de Contratos de Emprego-Inserção/Emprego-Inserção+ e Estágios PEPAC.

O panorama completo dos requerimentos analisados apresenta-se, assim, da seguinte forma:

Gráfico 13. Análise total de requerimentos



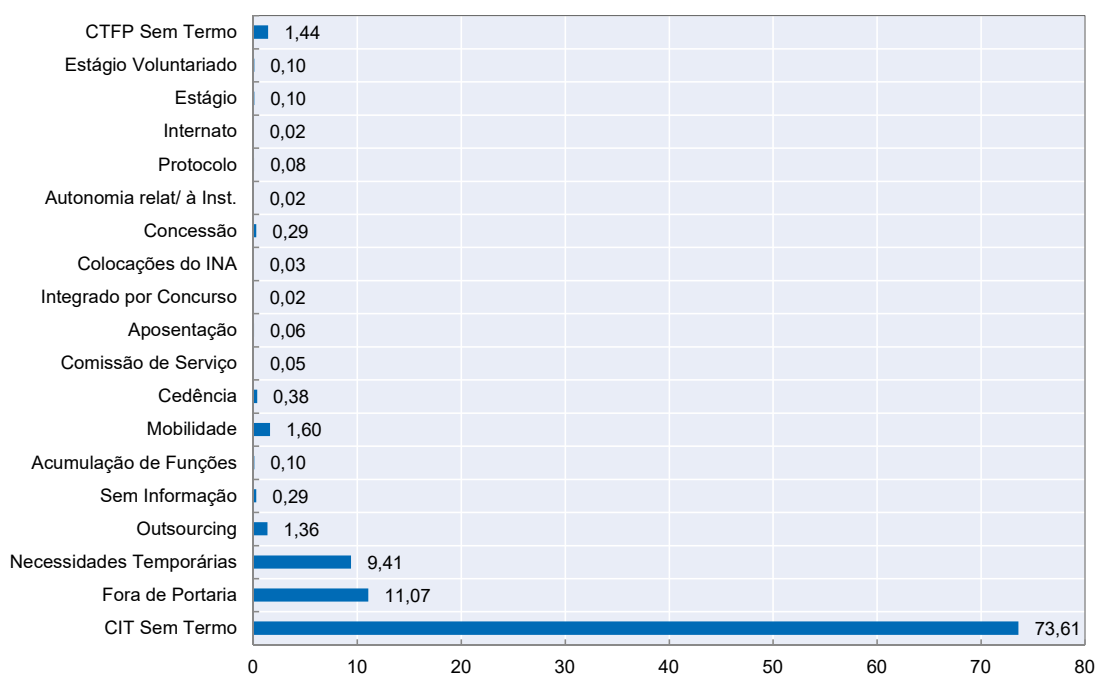
Fonte: ACSS

## Análise dos casos de indeferimento

No que respeita aos requerimentos cujos pedidos foram objeto de parecer desfavorável por decisão da Comissão de Avaliação Bipartida da Saúde, os motivos justificativos para cada decisão são variáveis. É de notar, contudo, que uma maioria desproporcional de requerimentos apresentados ao abrigo do PREVPAP corresponde a situações onde os requerentes já se encontram regularizados através de Contratos Individuais de Trabalho Sem Termo, e que procuravam uma conversão do mesmo para um vínculo em funções públicas, ou eram ignorantes da sua situação já regularizada, por força de trâmites legais.

O gráfico que se segue apresenta, de forma detalhada, as várias justificações que fundamentaram a decisão de parecer desfavorável, incluindo o número de requerimentos a qual cada um corresponde.

Gráfico 14. **Motivos de indeferimento (percentagem)**

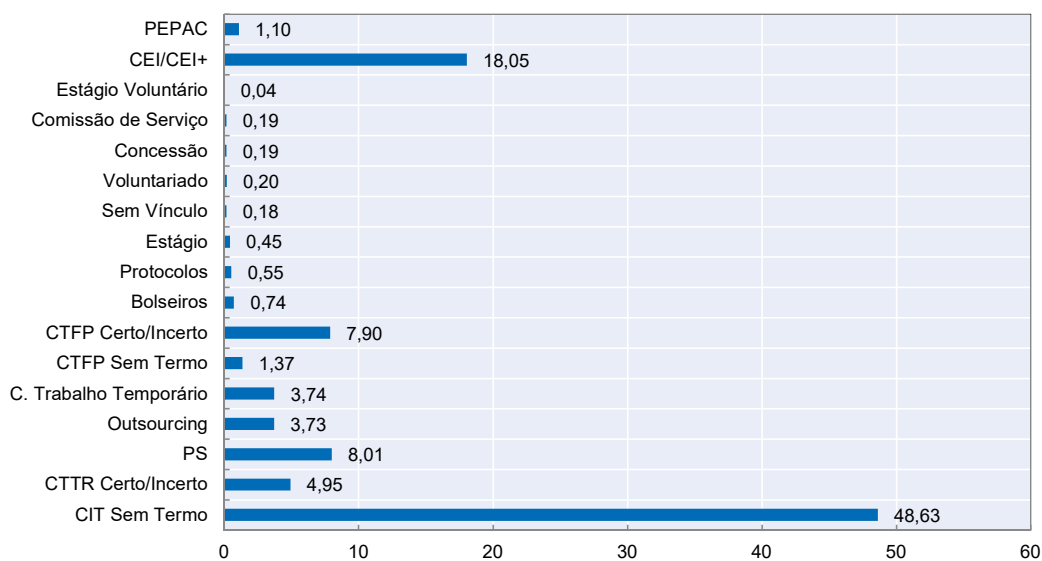


Fonte: ACSS

## Composição geral de Vínculos

Espelhando, em parte, os motivos de indeferimento apresentadas no gráfico acima indicado, no que respeita à composição de vínculos analisados no âmbito do PREVPAP, novamente se pode verificar uma maioria desproporcional de requerentes detentores de um vínculo permanente às instituições nas quais exercem funções. Há que notar, contudo, que no gráfico abaixo apresentado estão ilustrados com maior saliência os vínculos que mais careciam de regularização – Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo/Incerto, Contratos Individuais de Trabalho a Termo Certo/Incerto e Contratos de Prestações de Serviço – que, em grande maioria, se encontravam a colmatar necessidades permanentes das instituições ou prolongavam, fora dos âmbitos legais, situações laborais que haviam sido iniciadas para colmatar necessidades prementes, mas que ainda se verificavam até à data das avaliações no âmbito do programa.

Gráfico 15. **Composição Geral de Vínculos (percentagem)**

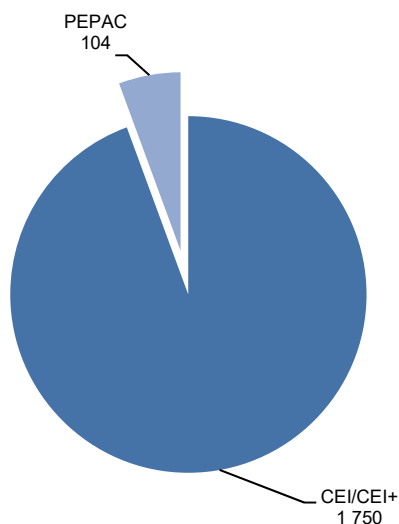


Fonte: ACSS

## Integração de trabalhadores ao abrigo de CEI/ CEI+ e Estágio PEPAC

O programa analisou ainda as necessidades permanentes de cada instituição, aquando aplicadas aos casos de trabalhadores a exercer funções ao abrigo de Contrato de Emprego de Inserção e Contratos de Emprego de Inserção +, e ao abrigo de contratos de Estágio PEPAC. O número total encontra-se espelhado no gráfico abaixo indicado, sendo prevalente a presença de trabalhadores ao abrigo de contratos CEI e CEI+ nas instituições.

Gráfico 16. Total de requerimentos CEI/CEI+ e PEPAC



Fonte: ACSS

Após a apreciação dos requerimentos apresentados à CAB da Saúde, o n.º de casos aos quais foi atribuído parecer favorável foi superior ao conjunto de requerimentos aos quais foi atribuído parecer desfavorável, conforme se indica no quadro abaixo. É de notar que na sua grande maioria, os pareceres desfavoráveis prenderam-se com a extemporaneidade do exercício de funções, em relação ao período estipulado pela portaria regente.

Quadro 32. Análise de casos CEI/ CEI+ e PEPAC

Pareceres emitidos	CEI/CEI+	PEPAC
Favoráveis	970	94
Desfavoráveis	780	10
<b>Total</b>	<b>1 750</b>	<b>104</b>

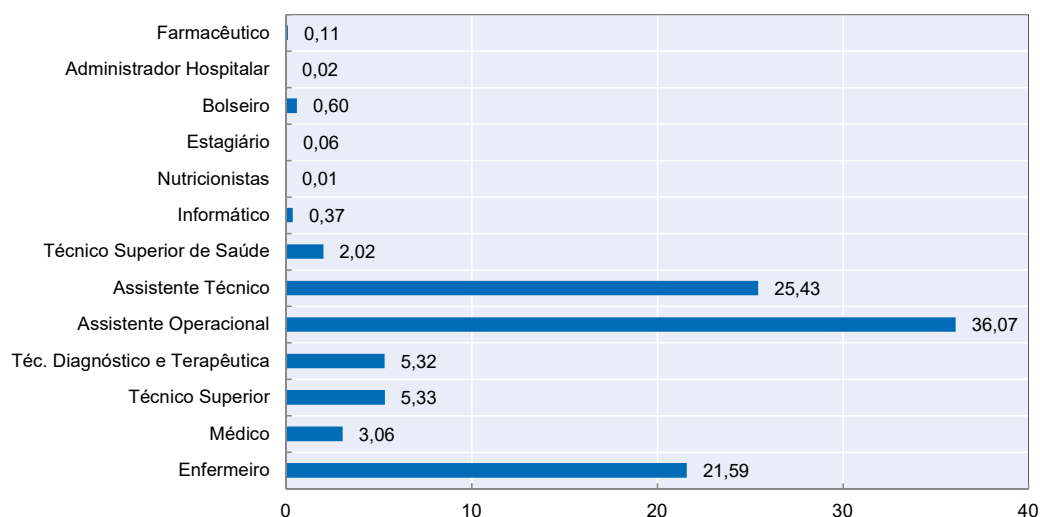
Fonte: ACSS

### Composição geral de carreiras submetidas ao PREVPAP

No que respeita às carreiras que compuseram o universo geral de requerimentos submetidos, três categorias sobressaíram quanto à quantidade de requerimentos submetidos: Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Enfermeiros.

Não se pode, contudo, extrair que estas categorias são igualmente as que registaram um maior número de requerimentos com parecer favorável, uma vez que as mesmas constituem grande parte dos requerentes já detentores de um vínculo permanente.

Gráfico 17. **Composição Geral de Funções e Carreiras (percentagem)**



Fonte: ACSS

## *Parte II*

# **Evolução dos recursos humanos no Ministério da Saúde e no Serviço Nacional de Saúde**

No presente capítulo apresenta-se a evolução ocorrida no âmbito dos recursos humanos da saúde, sempre que existir informação, no período compreendido entre 2010 e 2018.

Em termos gerais, entre 2010 e 2014 assistiu-se a uma redução generalizada do número de trabalhadores no âmbito das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde. Só a partir de 2015 se inverteu essa tendência e no ano 2018 registou-se um aumento de efetivos para todo o universo, dos quais 3.081 se referem a admissões nas entidades SPA e EPE.

No ano 2018, o universo de médicos especialistas das entidades SPA e EPE registou um aumento de 588 especialistas. Tal aumento traduz um sinal claro de preferência destes profissionais pelas entidades que integram estes dois universos do SNS, assim como um reforço relevante em termos da prestação de cuidados médicos altamente especializados aos utentes.

O pessoal de enfermagem registou, em 2018, um aumento de 1.373 profissionais, dos quais 1.252 nas entidades SPA e EPE.

No período em análise registou-se um aumento de 1.528 ingressos no internato médico, dos quais 938 no ano comum e 590 na formação especializada. No ano de 2018 concluíram a formação especializada 1.445 médicos, o que representa um acréscimo bastante significativo face ao ano anterior. Os encargos com pessoal registaram um aumento de 5,8%, para o que contribuiu, entre outros fatores o aumento do número de trabalhadores e a reposição das majorações do trabalho realizado em horas de qualidade.

## 1. Evolução dos trabalhadores no Ministério da Saúde (2010 – 2018)

No período em análise a evolução dos trabalhadores do setor da saúde sofreu oscilações assinaláveis, registando, com exceção do ano 2012 – abertura do Hospital Beatriz Ângelo - um decréscimo entre 2010 e 2014. Apenas em 2015 se assiste à inversão dessa tendência. Em termos globais, em 2018 o total de trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) era de 135.401, o que representa o maior número de efetivos do período em análise.

Se analisarmos o Gráfico 19, que retrata a evolução dos trabalhadores afetos a entidades e organismos do setor público administrativo e empresarial da saúde, constata-se que o decréscimo do número de trabalhadores registados entre 2010 e 2014 foi anual e progressivo, tendência que só veio a ser invertida a partir de 2015.

Na verdade, em face da necessidade de cumprir com a redução de despesa pública, imposta pelo Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica FMI, BCE, UE e Portugal, foram adotadas diversas medidas de contenção da despesa na administração pública, com um impacto significativo nos recursos humanos do Ministério da Saúde.

No período compreendido entre 2010 e 2014, e no universo das entidades SPA e EPE, assistiu-se a uma diminuição de cerca de 6,0% no número total de trabalhadores. Essa tendência foi transversal à maioria dos grupos profissionais, com a exceção do pessoal médico que tem apresentado um crescimento desde 2010.

No ano 2015 assiste-se a uma viragem dessa tendência tendo-se registado um acréscimo de 2,7% face ao ano de 2014. Em 2016 o aumento foi de 2,9%, em 2017 foi de 1,5%, e em 2018 foi de 2,5%, face ao ano anterior.

Em dezembro de 2018 o número de trabalhadores, nas entidades e serviços integrados no setor público administrativo e nas entidades do setor empresarial do Estado no âmbito do setor da saúde, atingiu um total de 128.445, o que, em termos absolutos, representa um acréscimo de 3.081 trabalhadores face a 2017.

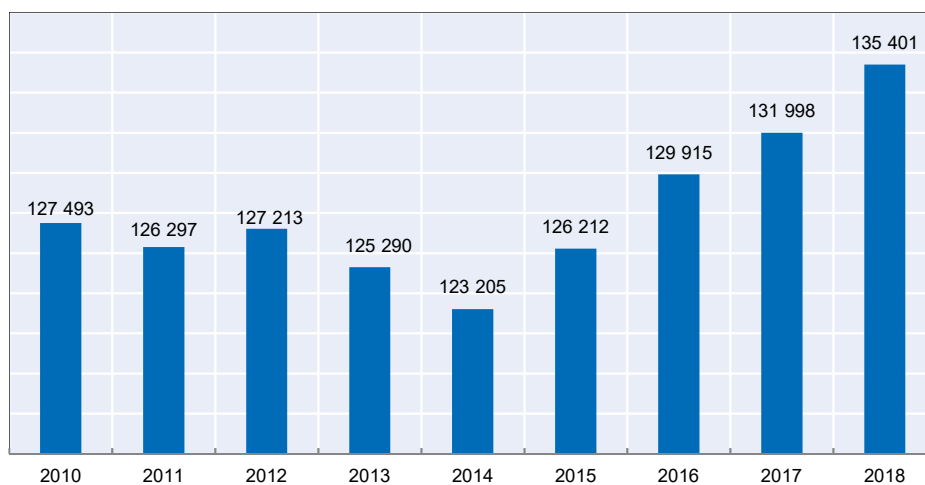
Se considerarmos igualmente os trabalhadores afetos às entidades em regime de PPP o crescimento efetivo foi de 3.403 trabalhadores.

### **Incremento de trabalhadores no SNS e Ministério da Saúde**

Registou-se um incremento de 12.196 trabalhadores no SNS/MS, no período compreendido entre o final de 2014 e o final de 2018.

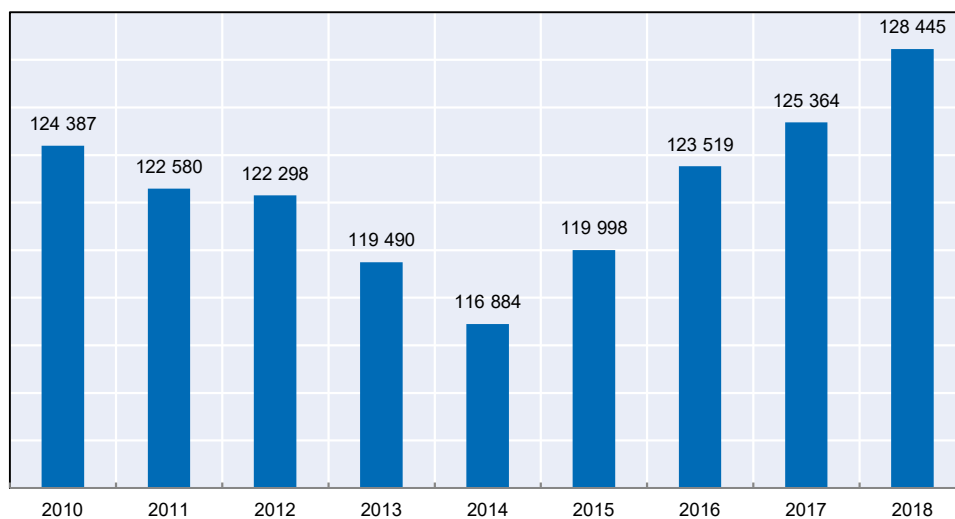
Neste período, o pessoal de enfermagem registou um crescimento de 5.590 enfermeiros. Quanto ao pessoal médico, registou-se um aumento de 3.269 profissionais.

**Gráfico 18. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA, EPE e PPP**



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

**Gráfico 19. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA e EPE**



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Tal como resulta do Gráfico 19 que antecede, entre 2010 e 2014 registou-se um decréscimo global superior a 7.500 profissionais nas entidades dos setores público administrativo e empresarial do SNS.

Nos gráficos 20 a 26 apresenta-se a evolução do número de trabalhadores, no período em análise, por grupo profissional.

A diminuição do número de trabalhadores foi transversal a todos os grupos profissionais com exceção do pessoal médico que foi o único que apresentou ao longo da série um crescimento efetivo de trabalhadores.

Para este crescimento, contribuiu, como é sabido, os ingressos anuais no Ano Comum, requisito necessário para o exercício autónomo da profissão médica por parte dos estudantes que concluem a respetiva formação académica.

Se analisarmos apenas a evolução dos médicos especialistas afetos às entidades e organismos dos setores público administrativo e empresarial do SNS – Gráfico 21, constata-se que o decréscimo que ocorreu entre 2010 a 2014 também afetou o pessoal médico. Neste período assistiu-se a uma diminuição de cerca de 5,1% dos médicos especialistas.

No que concerne à evolução do pessoal de enfermagem também se verificou uma diminuição de profissionais até 2014, à exceção do ligeiro crescimento verificado em

2012 (facto que estará relacionado com a abertura do Hospital Beatriz Ângelo).

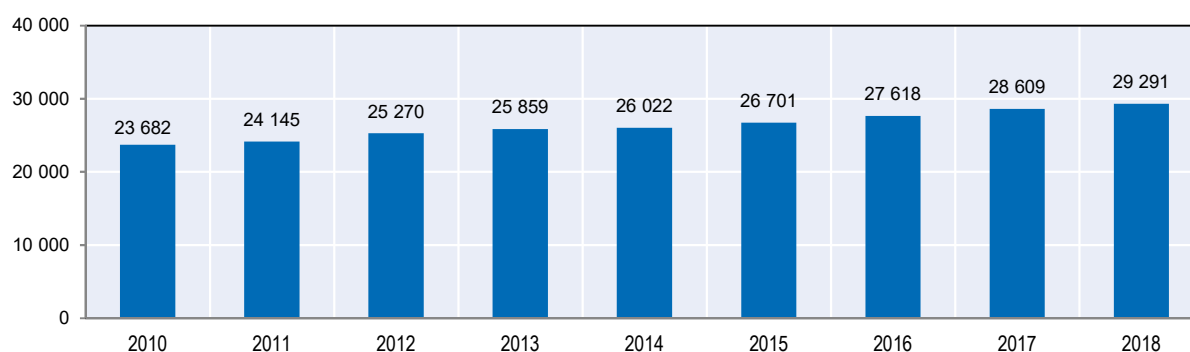
Esta tendência foi, igualmente, invertida a partir de 2015. O ano 2018 foi o que registou o maior número de profissionais de enfermagem e apresentou um acréscimo de 3,2% face ao ano 2017.

### **Incremento de médicos especialistas e enfermeiros**

No ano 2018 registou-se um aumento de médicos especialistas (+588 especialistas) nas entidades SPA e EPE do SNS, o que revela um sinal da preferência destes profissionais pelas entidades que integram estes dois universos do SNS.

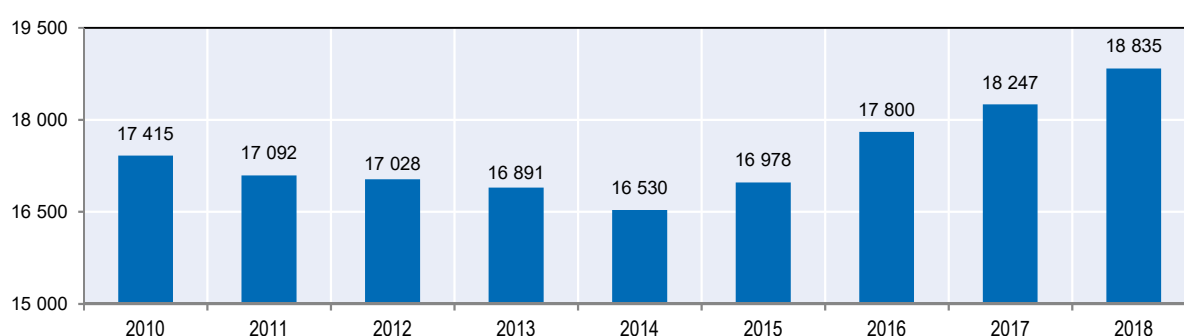
Assinala-se no mesmo ano, um aumento na ordem dos 1.252 trabalhadores no pessoal de enfermagem.

**Gráfico 20. Evolução do pessoal médico (total) – entidades SPA, EPE e PPP**



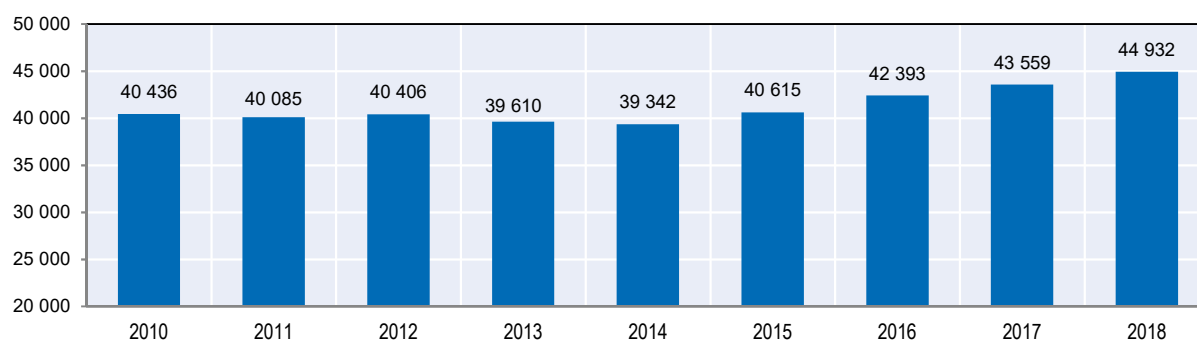
Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

**Gráfico 21. Evolução do pessoal médico especialista – entidades SPA e EPE**



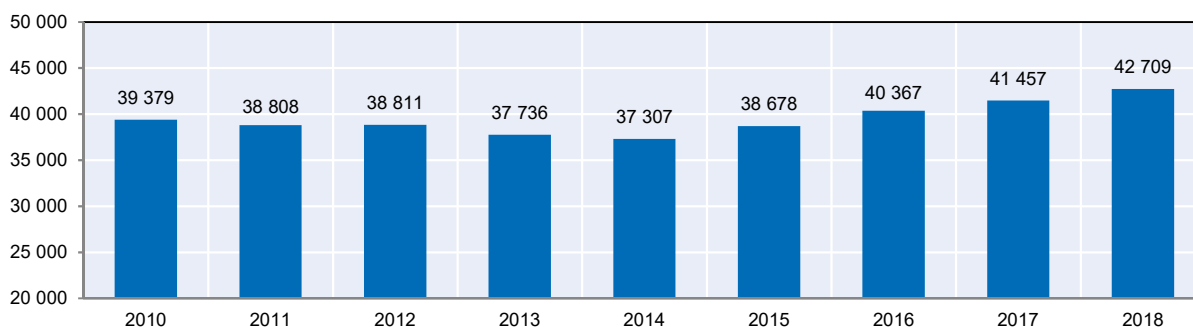
Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 22. Evolução do pessoal de enfermagem -entidades SPA, EPE e PPP**



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

**Gráfico 23. Evolução do pessoal de enfermagem - entidades SPA e EPE**



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

No que respeita ao grupo de pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, a evolução registada consta do Gráfico 24.

Até ao ano de 2014, o número de Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica diminuiu de forma muito acentuada. Neste período registou-se uma diminuição de cerca de 5% dos trabalhadores inseridos neste grupo profissional.

A partir do ano 2015, assistiu-se a uma reposição de trabalhadores nas diversas profissões que integram este grupo profissional, registando-se em 2018 um aumento de aproximadamente 10% face ao valor mínimo registado em 2014 (+745 profissionais).

No Gráfico 25 e Gráfico 26 apresenta-se a evolução dos trabalhadores incluídos nos grupos profissionais assistente técnico e assistente operacional.

Relativamente aos trabalhadores incluídos no grupo profissional de assistente técnico é possível constatar que o decréscimo ocorrido foi bastante acentuado tendo-se registado uma diminuição no período em análise de cerca de 1.600 trabalhadores. Para o facto terá contribuído o programa de rescisões por mútuo acordo ocorrido em 2013-2014. Destaca-se o aumento de 134 trabalhadores em 2018.

A diminuição do total de trabalhadores ocorrida até 2014 foi particularmente acentuada no grupo profissional assistente operacional. De facto, de todos os grupos profissionais, este foi o que apresentou a

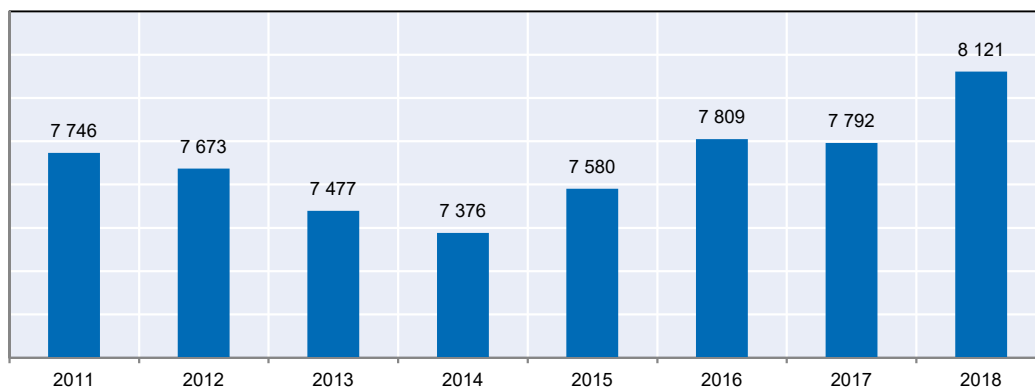
diminuição mais significativa com uma quebra superior a 3.200 efetivos. Apesar da recuperação que se verifica após o ano 2015, o total de trabalhadores ao serviço das entidades e organismos do setor da saúde ainda está muito aquém do que se registava em 2011. Em 2018, assistiu-se a um incremento de 472 trabalhadores, contrariando o decréscimo que se verificou no ano de 2017.

### **Evolução de recursos humanos 2010-2018**

Entre os anos 2010 e 2014, o setor da saúde registou uma diminuição acentuada de trabalhadores tendo perdido cerca de 7.500 efetivos no universo das entidades SPA e EPE.

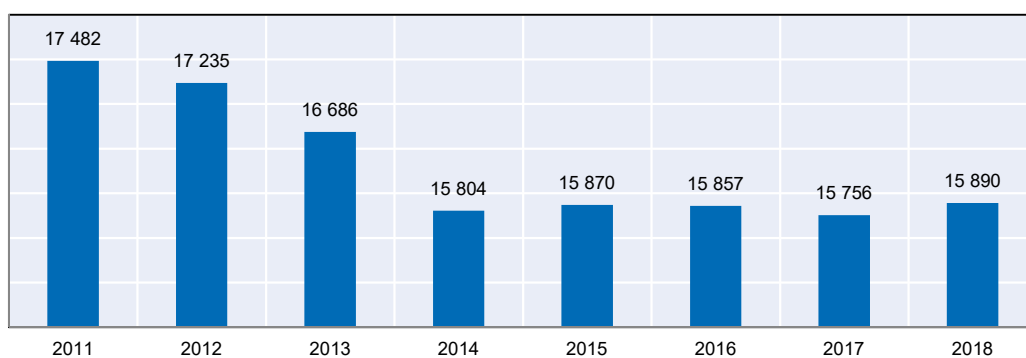
Após o ano 2015, a tendência de diminuição começa a ser invertida e, em 2018, a reposição de trabalhadores continua a ser evidente. Neste ano regista-se um incremento total de 3.403 trabalhadores e, em termos acumulados, de 12.196 face aos valores registados no final do ano 2014 no conjunto das entidades SPA, EPE e PPP.

**Gráfico 24. Evolução do pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica**



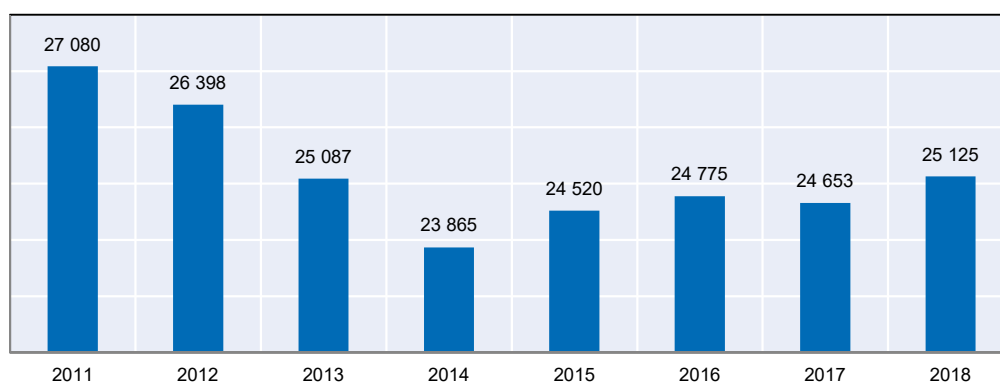
Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 25. Evolução do pessoal assistente técnico**



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 26. Evolução do pessoal assistente operacional**



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

Após a análise por grupo profissional, apresenta-se em seguida a evolução ocorrida entre 2014 e 2018, em cada região de saúde. Por falta de informação, uma vez que a utilização da aplicação informática RHV a todas as entidades e serviços na dependência do Ministério da Saúde apenas ocorreu a partir do ano 2014, não é possível apresentar os dados relativos a toda a série temporal.

Do Quadro 33 é possível constatar que, desde os valores mínimos registados em 2014, todas as regiões de saúde têm vindo a assistir ao reforço dos seus recursos humanos. As regiões de saúde do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro foram as que registaram os maiores crescimentos.

No ano 2018 o aumento mais significativo de profissionais face ao ano 2017 registou-se na região Norte (+2,91%).

No Quadro 34 apresenta-se a evolução do número de trabalhadores por entidade ocorrida no mesmo período temporal - 2014 a 2018.

Na sequência do que se constatou globalmente, ao nível institucional assistiu-se igualmente a um aumento de profissionais na maioria das entidades, particularmente de 2015 para 2016.

No ano 2018, em termos absolutos as cinco entidades que registaram maior crescimento de trabalhadores foram a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (+389), o Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE (+293), o Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE (+275), o Centro Hospitalar do Oeste, EPE

(+168) e a Administração Regional de Saúde do Centro (+157).

No Quadro 35 apresenta-se ainda a evolução do número de profissionais por região de saúde e grupo profissional.

#### **Evolução de trabalhadores por região, entidade e grupo profissional**

De um modo geral, no ano 2018, assistiu-se a um reforço do número de trabalhadores ao serviço das entidades dos setores SPA e EPE da saúde.

Esse crescimento verificou-se quer a nível regional, quer ao nível das diversas entidades que integram estes dois setores do SNS.

É, contudo, de salientar o reforço em entidades tradicionalmente mais carenciadas e com maior dificuldade em captar recursos humanos, como sejam o Centro Hospitalar do Oeste, EPE (+168), o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE (+75), a Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE (+57) e o Hospital Espírito Santo-Évora, EPE (+53).

Realça-se o reforço significativo do número de trabalhadores registado na região do Alentejo e do Algarve.

Quadro 33. Evolução do número de trabalhadores por região de saúde

Ano	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
2014	38 730	23 040	40 128	6 109	5 454	3 423	<b>116 884</b>
2015	39 779	23 642	41 293	6 207	5 623	3 454	<b>119 998</b>
2016	41 045	24 039	42 810	6 310	5 786	3 529	<b>123 519</b>
2017	41 775	24 628	43 232	6 350	5 837	3 542	<b>125 364</b>
2018	42 992	25 173	44 277	6 510	5 891	3 602	<b>128 445</b>
<b>Var.</b>	1 049	602	1 165	98	169	31	<b>3 114</b>
<b>2015-2014</b>	2,70%	2,60%	2,90%	1,60%	3,10%	0,90%	<b>2,70%</b>
<b>Var.</b>	1 266	397	1 517	103	163	75	<b>3 521</b>
<b>2016-2015</b>	3,20%	1,70%	3,70%	1,70%	2,90%	2,20%	<b>2,90%</b>
<b>Var.</b>	730	589	422	40	51	13	<b>1 845</b>
<b>2017-2016</b>	1,78%	2,45%	0,99%	0,63%	0,88%	0,37%	<b>1,49%</b>
<b>Var.</b>	1 217	545	1 045	160	54	60	<b>3 081</b>
<b>2018-2017</b>	2,91%	2,21%	2,42%	2,52%	0,93%	1,69%	<b>2,46%</b>
<b>Var. total</b>	<b>4 262</b>	<b>2 133</b>	<b>4 149</b>	<b>401</b>	<b>437</b>	<b>179</b>	<b>11 561</b>
	<b>11,00%</b>	<b>9,26%</b>	<b>10,34%</b>	<b>6,56%</b>	<b>8,01%</b>	<b>5,23%</b>	<b>9,89%</b>

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 34. Evolução do número de trabalhadores por entidade

Instituição	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2016/ 2015		Var. 2017/ 2016		Var. 2018/ 2017	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ação Governativa - MS	42	37	35	34	37	-2	-5,4%	-1	-2,9%	3	8,8%
ACSS, I.P.	153	174	193	194	200	19	10,9%	1	0,5%	6	3,1%
ARS Alentejo, I.P.	728	738	739	729	752	1	0,1%	-10	-1,4%	23	3,2%
ARS Algarve, I.P.	1 557	1 581	1 592	1 509	1 541	11	0,7%	-83	-5,2%	32	2,1%
ARS Centro, I.P.	4 315	4 363	4 467	4 510	4 667	104	2,4%	43	1,0%	157	3,5%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	8 036	8 233	8 424	8 614	9 003	191	2,3%	190	2,3%	389	4,5%
ARS Norte, I.P.	8 517	8 784	8 909	9 009	9 092	125	1,4%	100	1,1%	83	0,9%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	1 520	1 600	1 721	1 723	1 756	121	7,6%	2	0,1%	33	1,9%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	1 706	1 819	1 943	2 012	2 063	124	6,8%	69	3,6%	51	2,5%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	1 772	1 892	1 957	2 023	2 073	65	3,4%	66	3,4%	50	2,5%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	3 642	3 775	3 873	3 914	4 040	98	2,6%	41	1,1%	126	3,2%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	1 963	2 102	2 145	2 164	2 211	43	2,0%	19	0,9%	47	2,2%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	2 230	2 330	2 433	2 523	2 571	103	4,4%	90	3,7%	48	1,9%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	3 049	2 998	3 373	3 330	3 623	375	12,5%	-43	-1,3%	293	8,8%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	1 522	1 632	1 669	1 750	1 797	37	2,3%	81	4,9%	47	2,7%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	1 072	1 049	1 058	1 084	1 100	9	0,9%	26	2,5%	16	1,5%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	1 433	1 426	1 500	1 485	1 653	74	5,2%	-15	-1,0%	168	11,3%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	7 273	7 469	7 503	7 630	7 687	34	0,5%	127	1,7%	57	0,8%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	1 644	1 719	1 825	1 886	1 935	106	6,2%	61	3,3%	49	2,6%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	576	604	649	679	695	45	7,5%	30	4,6%	16	2,4%

Instituição	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2016/ 2015		Var. 2017/ 2016		Var. 2018/ 2017	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	577	563	559	552	610	-4	-0,7%	-7	-1,3%	58	10,5%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	1 603	1 715	1 783	1 875	1 971	68	4,0%	92	5,2%	96	5,1%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	2 170	2 261	2 309	2 337	2 412	48	2,1%	28	1,2%	75	3,2%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	1 202	1 222	1 193	1 208	1 221	-29	-2,4%	15	1,3%	13	1,1%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	6 056	6 101	6 225	6 253	6 256	124	2,0%	28	0,4%	3	0,1%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	5 358	5 493	5 600	5 669	5 944	107	1,9%	69	1,2%	275	4,9%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	3 897	4 042	4 194	4 328	4 350	152	3,8%	134	3,2%	22	0,5%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	3 998	4 097	4 212	4 265	4 394	115	2,8%	53	1,3%	129	3,0%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	7 109	7 169	7 462	7 465	7 569	293	4,1%	3	0,0%	104	1,4%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	146	151	167	174	170	16	10,6%	7	4,2%	-4	-2,3%
Direção-Geral da Saúde	137	138	137	133	134	-1	-0,7%	-4	-2,9%	1	0,8%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	98	93	97	97	113	4	4,3%	0	0,0%	16	16,5%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	1 557	1 491	1 528	1 615	1 664	37	2,5%	87	5,7%	49	3,0%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	369	374	385	392	389	11	2,9%	7	1,8%	-3	-0,8%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	555	575	598	614	631	23	4,0%	16	2,7%	17	2,8%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	1 394	1 450	1 607	1 606	1 625	157	10,8%	-1	-0,1%	19	1,2%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	1 372	1 402	1 461	1 480	1 533	59	4,2%	19	1,3%	53	3,6%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	128	125	128	124	158	3	2,4%	-4	-3,1%	34	27,4%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	2 366	2 491	2 625	2 654	2 691	134	5,4%	29	1,1%	37	1,4%
Hospital José Luciano Castro - Anadia	117										
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	2 531	2 747	2 866	2 931	2 930	119	4,3%	65	2,3%	-1	0,0%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	465	495	502	507	516	7	1,4%	5	1,0%	9	1,8%
Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	361	354	353	359	359	-1	-0,3%	6	1,7%	0	0,0%
Inspeção-Geral das Atividades em Saúde	85	78	80	80	86	2	2,6%	0	0,0%	6	7,5%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	109	115	123	124	120	8	7,0%	1	0,8%	-4	-3,2%
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	1 235	1 256	1 273	1 302	1 333	17	1,4%	29	2,3%	31	2,4%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	458	473	481	493	501	8	1,7%	12	2,5%	8	1,6%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	463	467	463	454	457	-4	-0,9%	-9	-1,9%	3	0,7%
IPO Coimbra, E.P.E.	911	949	986	985	1 009	37	3,9%	-1	-0,1%	24	2,4%
IPO Lisboa, E.P.E.	1 748	1 802	1 855	1 861	1 878	53	2,9%	6	0,3%	17	0,9%
IPO Porto, E.P.E.	1 921	2 030	2 093	2 117	2 140	63	3,1%	24	1,1%	23	1,1%
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	55	59	57	55	61	-2	-3,4%	-2	-3,5%	6	10,9%
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	170	167	164	158	160	-3	-1,8%	-6	-3,7%	2	1,3%
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	264	251	293	280	274	42	16,7%	-13	-4,4%	-6	-2,1%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	2 378	2 398	2 471	2 536	2 597	73	3,0%	65	2,6%	61	2,4%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	1 614	1 619	1 634	1 646	1 678	15	0,9%	12	0,7%	32	1,9%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	1 191	1 250	1 269	1 258	1 260	19	1,5%	-11	-0,9%	2	0,2%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	1 640	1 660	1 696	1 918	1 975	36	2,2%	222	13,1%	57	3,0%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	849	902	952	938	984	50	5,5%	-14	-1,5%	46	4,9%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	2 184	2 284	2 279	2 306	2 383	-5	-0,2%	27	1,2%	77	3,3%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	1 747	1 818	1 827	1 856	1 850	9	0,5%	29	1,6%	-6	-0,3%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	1 546	1 546	1 524	1 557	1 563	-22	-1,4%	33	2,2%	6	0,4%
<b>Total</b>	<b>116 884</b>	<b>119 998</b>	<b>123 519</b>	<b>125 364</b>	<b>128 445</b>	<b>3 521</b>	<b>2,9%</b>	<b>1 845</b>	<b>1,5%</b>	<b>3 081</b>	<b>2,5%</b>

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 35. Evolução do número de trabalhadores por grupo profissional e região

Grupo Profissional/ Região	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2016/2015		Var. 2017/2016		Var. 2018/2017	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
Médicos (Total)											
Norte	9 057	9 449	9 788	10 089	10 303	339	3,59%	301	3,08%	214	2,12%
Centro	4 794	4 895	5 047	5 222	5 376	152	3,11%	175	3,47%	154	2,95%
Lisboa e Vale do Tejo	8 765	9 012	9 343	9 753	9 917	331	3,67%	410	4,39%	164	1,68%
Alentejo	936	959	981	980	1 010	22	2,29%	-1	-0,10%	30	3,06%
Algarve	878	931	979	1 034	1 075	48	5,16%	55	5,62%	41	3,97%
Serviços centrais	64	62	64	62	60	2	3,23%	-2	-3,13%	-2	-3,23%
Total	24 494	25 308	26 202	27 140	27 741	894	3,53%	938	3,58%	601	2,21%
Médicos (sem internos)											
Norte	6 041	6 324	6 672	6 788	7 040	348	5,50%	116	1,74%	252	3,71%
Centro	3 264	3 321	3 461	3 492	3 654	140	4,22%	31	0,90%	162	4,64%
Lisboa e Vale do Tejo	5 887	5 951	6 218	6 485	6 629	267	4,49%	267	4,29%	144	2,22%
Alentejo	676	683	701	705	714	18	2,64%	4	0,57%	9	1,28%
Algarve	599	638	684	715	738	46	7,21%	31	4,53%	23	3,22%
Serviços centrais	63	61	64	62	60	3	4,92%	-2	-3,13%	-2	-3,23%
Total	16 530	16 978	17 800	18 247	18 835	822	4,84%	447	2,51%	588	3,22%
Internos											
Norte	3 016	3 125	3 116	3 301	3 263	-9	-0,29%	185	5,94%	-38	-1,15%
Centro	1 530	1 574	1 586	1 730	1 722	12	0,76%	144	9,08%	-8	-0,46%
Lisboa e Vale do Tejo	2 878	3 061	3 125	3 268	3 288	64	2,09%	143	4,58%	20	0,61%
Alentejo	260	276	280	275	296	4	1,45%	-5	-1,79%	21	7,64%
Algarve	279	293	295	319	337	2	0,68%	24	8,14%	18	5,64%
Serviços centrais	1	1	0	0	0	-1	-100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	7 964	8 330	8 402	8 893	8 906	72	0,86%	491	5,84%	13	0,15%
Enfermeiros											
Norte	12 864	13 237	13 812	14 264	14 762	575	4,34%	452	3,27%	498	3,49%
Centro	7 875	8 162	8 393	8 641	8 837	231	2,83%	248	2,95%	196	2,27%
Lisboa e Vale do Tejo	12 561	13 156	13 894	14 131	14 576	738	5,61%	237	1,71%	445	3,15%
Alentejo	1 980	2 051	2 118	2 181	2 252	67	3,27%	63	2,97%	71	3,26%
Algarve	1 821	1 866	1 949	1 981	2 024	83	4,45%	32	1,64%	43	2,17%
Serviços centrais	206	206	201	259	258	-5	-2,43%	58	28,86%	-1	-0,39%
Total	37 307	38 678	40 367	41 457	42 709	1 689	4,37%	1 090	2,70%	1 252	3,02%
Técnicos superiores de saúde e Farmacêuticos											
Norte	511	504	505	517	552	1	0,20%	12	2,38%	35	6,77%
Centro	341	342	342	334	340	0	0,00%	-8	-2,34%	6	1,80%
Lisboa e Vale do Tejo	536	525	523	512	535	-2	-0,38%	-11	-2,10%	23	4,49%
Alentejo	72	70	69	63	61	-1	-1,43%	-6	-8,70%	-2	-3,17%
Algarve	58	56	56	54	53	0	0,00%	-2	-3,57%	-1	-1,85%
Serviços centrais	127	129	128	132	128	-1	-0,78%	4	3,13%	-4	-3,03%
Total	1 645	1 626	1 623	1 612	1 669	-3	-0,18%	-11	-0,68%	57	3,54%

Grupo Profissional/ Região	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2016/2015		Var. 2017/2016		Var. 2018/2017	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
Técnicos de diagnóstico e terapêutica											
Norte	2 021	2 094	2 180	2 185	2 311	86	4,11%	5	0,23%	126	5,77%
Centro	1 400	1 439	1 480	1 488	1 546	41	2,85%	8	0,54%	58	3,90%
Lisboa e Vale do Tejo	2 890	2 969	3 042	3 017	3 135	73	2,46%	-25	-0,82%	118	3,91%
Alentejo	440	442	455	454	469	13	2,94%	-1	-0,22%	15	3,30%
Algarve	402	409	428	423	429	19	4,65%	-5	-1,17%	6	1,42%
Serviços centrais	223	227	224	225	231	-3	-1,32%	1	0,45%	6	2,67%
Total	7 376	7 580	7 809	7 792	8 121	229	3,02%	-17	-0,22%	329	4,22%
Assistentes técnicos											
Norte	5 032	5 076	5 135	5 175	5 201	59	1,16%	40	0,78%	26	0,50%
Centro	3 004	2 996	3 018	3 030	3 049	22	0,73%	12	0,40%	19	0,63%
Lisboa e Vale do Tejo	5 290	5 262	5 356	5 240	5 334	94	1,79%	-116	-2,17%	94	1,79%
Alentejo	982	971	968	963	973	-3	-0,31%	-5	-0,52%	10	1,04%
Algarve	756	802	813	815	801	11	1,37%	2	0,25%	-14	-1,72%
Serviços centrais	740	763	567	533	532	-196	-25,69%	-34	-6,00%	-1	-0,19%
Total	15 804	15 870	15 857	15 756	15 890	-13	-0,08%	-101	-0,64%	134	0,85%
Assistentes operacionais											
Norte	7 772	7 927	8 055	7 955	8 231	128	1,61%	-100	-1,24%	276	3,47%
Centro	4 793	4 969	4 899	5 025	5 093	-70	-1,41%	126	2,57%	68	1,35%
Lisboa e Vale do Tejo	8 488	8 775	8 965	8 866	8 999	190	2,17%	-99	-1,10%	133	1,50%
Alentejo	1 373	1 386	1 378	1 372	1 389	-8	-0,58%	-6	-0,44%	17	1,24%
Algarve	1 227	1 252	1 259	1 219	1 195	7	0,56%	-40	-3,18%	-24	-1,97%
Serviços centrais	212	211	219	216	218	8	3,79%	-3	-1,37%	2	0,93%
Total	23 865	24 520	24 775	24 653	25 125	255	1,04%	-122	-0,49%	472	1,91%
Outros											
Norte	1 473	1492	1 570	1 590	1 632	78	5,23%	20	1,27%	42	2,64%
Centro	833	839	860	888	932	21	2,50%	28	3,26%	44	4,95%
Lisboa e Vale do Tejo	1 598	1594	1 687	1 713	1 781	93	5,83%	26	1,54%	68	3,97%
Alentejo	326	328	341	337	356	13	3,96%	-4	-1,17%	19	5,64%
Algarve	312	307	302	311	314	-5	-1,63%	9	2,98%	3	0,96%
Serviços centrais	1 851	1856	2 126	2 115	2 175	270	14,55%	-11	-0,52%	60	2,84%
Total	6 393	6 416	6 886	6 954	7 190	470	7,33%	68	0,99%	236	3,39%
Total geral	116 884	119 998	123 519	125 364	128 445	3 521	2,93%	1 845	1,49%	3 081	2,46%

Nota: Não inclui entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

## 2. Médicos aposentados no ativo

De modo a poder dar resposta à carência que ainda subsiste de médicos em Portugal e, deste modo, assegurar a manutenção dos cuidados de saúde a todos os cidadãos, veio o Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, estabelecer as condições em que médicos aposentados podem exercer funções públicas ou prestar trabalho remunerado em estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Não obstante a bondade daquele regime, a verdade é que, em resultado do regime remuneratório ali previsto, em particular, quando, por um lado, os médicos apenas tivessem disponibilidade para exercer funções em regime de tempo parcial, a adesão por parte dos trabalhadores médicos aposentados não se revelou tão satisfatória, quanto as necessidades das populações aconselhavam.

Neste sentido, em linha com o Programa do XXI Governo Constitucional, no quadro da reforma do SNS, em que se assume o compromisso de aperfeiçoar a gestão dos recursos e de promover a valorização dos profissionais de saúde, através da lei dos orçamentos de Estado para 2016, mantido na Lei do orçamento de Estado para 2017 e 2018, foi alterado aquele regime remuneratório, tendo em vista o reforço do número de profissionais no ativo.

O número de médicos aposentados no ativo conheceu um aumento constante desde 2010 até 2017. Em 2018 observa-se um decréscimo de 26,7% face ao ano anterior. Para este decréscimo contribuíram o aumento do recrutamento de médicos, que permitiu

colmatar necessidades que anteriormente eram asseguradas por médicos aposentados, e o facto de, em 2018, os Serviços terem sido esclarecidos que estes médicos não podiam permanecer no exercício de funções após atingirem 70 anos de idade. A região com o maior número de profissionais nesta situação é Lisboa e Vale do Tejo (129 médicos).

O Quadro 36 apresenta a evolução, desde o ano de 2010, do número de médicos aposentados que se encontram no ativo, em função da respetiva especialidade.

### **Evolução de pessoal médico aposentado em exercício de funções**

A alteração introduzida em 2016 ao regime jurídico de exercício de funções remuneradas nas entidades SPA e EPE do SNS por parte dos médicos aposentados, permitiu reforçar substancialmente o número de profissionais que se disponibilizaram para regressar ao ativo.

No entanto, em 2018 observa-se um decréscimo do pessoal médico aposentado no ativo, totalizando ainda assim, 252 médicos.

Salienta-se que o maior número destes profissionais está afeto a especialidades mais carenciadas, como sejam a Medicina Geral e Familiar e a Medicina Interna, que, em conjunto, concentram 65% destes profissionais.

Quadro 36. Evolução de médicos aposentados no ativo por região

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	10	30	33	31	44	41	49	57	34
Centro	13	40	48	56	61	69	81	77	59
Lisboa e Vale do Tejo	11	58	63	61	69	78	138	168	129
Alentejo	8	19	20	14	14	13	17	19	18
Algarve	4	5	7	8	11	13	13	19	9
Serviços Centrais			1	3	3	3	3	4	3
<b>Total geral</b>	<b>46</b>	<b>152</b>	<b>172</b>	<b>173</b>	<b>202</b>	<b>217</b>	<b>301</b>	<b>344</b>	<b>252</b>

Nota: Foram contabilizados todos os médicos com situação registada no RHV como "Trabalhador no ativo após aposentação"

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 37. Evolução de médicos aposentados no ativo por especialidade

Especialidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Anatomia Patológica		1	2	2	2	1	1	2	0
Anestesiologia	4	5	9	9	11	11	17	22	12
Cardiologia	3	6	6	4	5	3	3	5	2
Cirurgia Cardiorácica				2	3	5	6	4	1
Cirurgia Geral	2	3	3	1	3	4	5	6	2
Cirurgia Pediátrica		2	2	2	2	2	3	3	3
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética					2	2	2	1	1
Doenças Infecciosas							1	1	
Estomatologia									1
Gastroenterologia	3	5	5	3	2	2	2	1	1
Ginecologia			1	1					
Ginecologia/Obstetrícia	7	10	10	10	10	7	6	9	7
Hematologia Clínica	1	3	3	3	3	2	1	1	1
Imuno-hemoterapia			1	1	1	1	2	3	2
Medicina do Trabalho						1	1		
Medicina Geral e Familiar	11	70	81	105	122	129	186	200	149
Medicina Interna	5	7	6	6	8	10	13	19	15
Neurocirurgia									1
Neurologia			1	1	1	2	2	7	3
Neurorradiologia									1
Obstetrícia					1	2	2	2	2
Oftalmologia	1	6	6	3	3	3	5	5	6
Oncologia Médica							1	3	3
Ortopedia	1	6	6	5	5	7	10	11	10
Otorrinolaringologia	2	2	2	1	1	1	1	2	2
Patologia Clínica		2	2					1	1
Pediatria	1	5	4	3	4	7	6	9	9
Pneumologia	2	3	3	3	4	3	4	4	3
Psiquiatria		1	3	3	4	5	6	7	4
Psiquiatria da Infância e da Adolescência		1	1	1	1	1	1	1	
Radiologia	1	1	1	1	1	1	2	2	4
Radioncologia									1
Saúde Pública		1	2	2	2	3	5	6	2
Urologia	1	1	1	1	1	1	3	2	1

Especialidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem especialidade ou não disponível	1	11	11			1	4	5	2
<b>Total geral</b>	<b>46</b>	<b>152</b>	<b>172</b>	<b>173</b>	<b>202</b>	<b>217</b>	<b>301</b>	<b>344</b>	<b>252</b>

Nota: Foram contabilizados todos os médicos com situação registrada no RHV como "Trabalhador no ativo após aposentação"

Fonte: Dados provenientes do RHV

### 3. Formação médica no Serviço Nacional de Saúde (2010 – 2018)

A formação médica em Portugal denomina-se de internato médico (IM) enquanto processo formativo pós-graduado que conduz ao reconhecimento do exercício autónomo da medicina bem como, no âmbito das idoneidades e capacidades formativas identificadas em cada ano quanto às especialidades médicas, à obtenção do grau de especialista numa área de especialização. O seu Regime Jurídico é composto, principalmente, pelo Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 34/2018, de 19 de julho, e pelo Regulamento do Internato Médico, aprovado em anexo à Portaria n.º 79/2018, de 16 de março.

O internato médico é, assim, composto por duas vertentes: formação geral<sup>9</sup> e formação especializada (que se desdobra por 48 áreas diversas, *cfr* Anexo I ao Regulamento do Internato Médico). Tem por escopo a formação de pessoal médico altamente qualificado que venha a responder às necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo que constitui um pilar da sustentabilidade e capacidade de evolução deste Serviço.

A coordenação geral do internato cabe à ACSS, IP, em articulação e com a colaboração das demais entidades e órgãos com competências na matéria, designadamente a Ordem dos Médicos, Escolas Médicas e as Administrações Regionais de Saúde, I.P..

No âmbito da coordenação geral que lhe está cometida por lei, a ACSS, I.P., desempenha diversas funções em matérias estruturais. Destacam-se: a abertura e gestão do procedimento concursal de ingresso no Internato Médico; divulgação de esclarecimentos e harmonização de interpretações do regime legal; gestão da avaliação final, processo nacional de conclusão da Formação Especializada, emissão de diversos documentos oficiais (v.g., Certificado / Diploma do Grau de Especialista); assessoria jurídica ao Conselho Nacional do Internato Médico, órgão técnico de consulta da ACSS, IP, e às Comissões Regionais do Internato Médico.

A ACSS, IP, colabora, ainda, com diversas entidades e órgãos, para assegurar que a formação médica se pauta por uma elevada e contínua qualidade, constituindo paradigma a nível nacional e internacional, bem como a revisão e devida aplicação do enquadramento legal. Neste âmbito, refere-se a participação no processo de revisão do enquadramento legal, a articulação com o Gabinete da Prova Nacional de Acesso e as entidades representadas nesse Gabinete, e a colaboração com entidades diversas, principalmente no âmbito da Prova (com destaque para o Imprensa Nacional Casa da Moeda e os locais previstos para realização da Prova).

<sup>9</sup> O Ano Comum conforme previsto no Regime Jurídico do IM anterior foi descontinuado ao abrigo do novo Regime. O Decreto-Lei n.º 13/2018, prevê a existência de duas vertentes do Internato Médico: a Formação Geral e a Formação

Especializada. Pelas suas similitudes a nível, nomeadamente, da duração e dos objetivos, a Formação Geral apresenta linhas de continuidade com o Ano Comum e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2019.

O ingresso é feito exclusivamente por procedimento concursal aberto pela ACSS, IP, no terceiro trimestre de cada ano civil, através do qual se verifica a colocação nos estabelecimentos/serviços de saúde. A frequência do IM parte da celebração de um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto com a Administração Regional de Saúde, IP, ou organismo equiparado das Regiões Autónomas, da zona do estabelecimento / serviço de colocação.

O acesso à formação geral (no âmbito do anterior Regime, o acesso ao ano comum), requisito para o exercício autónomo da medicina e para o ingresso na formação especializada, é garantido, por parte do SNS, a todos candidatos admitidos ao procedimento concursal.

No que respeita à formação específica (FE), e em resultado do notório empenho colaborativo e rigor por que se pauta a intervenção pública neste domínio, é de salientar o esforço estratégico na abertura de vagas em especialidades tidas por carenciadas, atentas as idiossincrasias da população e do território nacional, a par da tendencial aproximação do número de vagas disponibilizadas ao número cada vez mais elevado de candidatos admitidos a ingresso.

O processo de revisão do Regime Jurídico do Internato Médico (RJIM), empreendido pela ACSS, IP, envolveu a articulação com o Ministério da Saúde, a Ordem dos Médicos, o Conselho Nacional do Internato Médico (CNIM), as Estruturas Sindicais respetivas e a Associação Nacional dos Estudantes de Medicina (ANEM), no sentido de se alcançar o necessário entendimento comum e, assim,

garantir uma revisão que salvaguarde a elevada qualidade da formação médica pós-graduada. A revisão culminou na aprovação da proposta de Decreto-Lei, tendo sido publicado o Decreto-Lei n.º 13/2018.

O novo RJIM procura corresponder à manutenção de uma desejável e elevada qualidade da formação médica pós-graduada, procura responder aos constrangimentos existentes no sistema e introduzir inovações, em consonância com a realidade social e em resultado da melhor articulação com o restante ordenamento jurídico. Nessa esteira, aposta na continuidade de regimes anteriores (como o procedimento concursal único) e introduz novidades que reuniram consenso entre as partes enquanto figuras jurídicas e mecanismos que visam acautelar aquela manutenção. Destacam-se a introdução da Formação Geral, cujo programa formativo se vocaciona para o exercício autónomo da medicina tal como é exigido pelos desafios das sociedades hodiernas, e os primeiros afloramentos dos princípios jurídicos específicos desta matéria, portanto, o princípio do aproveitamento da vaga e o princípio do superior interesse da formação médica pós-graduada.

Em conformidade com o novo RJIM, o Despacho n.º 3255/2018 procedeu à criação do Gabinete Nacional para a Prova de Acesso (GPNA), entidade com competências exclusivas na definição e conceção do novo modelo da Prova Nacional de Acesso à Formação Especializada (PNA). Posteriormente, o Despacho n.º 4412/2018, de 4 de maio, veio aprovar o novo modelo da Prova, respetivas matriz de conteúdos e

relevância destes, e lista de referências e recomendações bibliográficas para a preparação.

O novo modelo da Prova Nacional de Acesso reflete as alterações ao RJIM, é da responsabilidade do GPNA, e tem como objetivo alcançar uma avaliação objetiva e transversal dos candidatos a ingresso no Internato Médico.

O novo modelo da Prova e respetiva matriz de conteúdos entram em vigor no procedimento concursal de ingresso no Internato Médico a abrir no ano civil de 2019, em substituição da Prova Nacional de Seriação, modelo até então em vigor. Para efeitos de implementação da Prova Nacional de Acesso, foi realizada em 2018, a prova piloto, a qual se direcionou para os alunos do último ano do ciclo de estudos integrados em Medicina, potenciais candidatos ao procedimento no âmbito do qual o novo modelo será aplicado.

Atento o exposto quanto ao acesso à formação geral e à formação especializada, pode comprovar-se através dos dados disponibilizados *infra*, o aumento gradual das vagas disponibilizadas de forma a salvaguardar o ingresso quer na formação geral, quer das vagas de formação especializada para os candidatos que reúnam as condições para o efeito.

### **Evolução na formação médica**

Em termos totais, no período compreendido entre 2010 e 2018, verificou-se um aumento de 938 ingressos no ano comum e de 590 ingressos na formação especializada.

O ano de 2018 apresenta o maior número de ingressos na formação especializada no período em análise, tendo sido colocados 1758 médicos, o que representa um acréscimo de 51% face a 2010.

Destaca-se o aumento registado nas vagas para a especialidade de Medicina Interna, que registou um incremento de 18% face ao ano anterior.

A merecer destaque entre as Especialidades Médicas, surgem também a Cirurgia Geral, a Pediatria e a Genética Médica, que viram o número de vagas aumentar de forma significativa.

No cômputo geral, em 2018, a maioria das especialidades viram o número de vagas aumentar.

### 3.1. Internato médico: Evolução do ano comum e formação especializada

No que respeita especificamente ao ano de 2018, salienta-se que foi o ano com maior número de ingressos na formação de novos médicos especialistas. Tal representa um investimento muito relevante de todo o

sistema, promovendo com antecedência, a formação e colocação de médicos especialistas em número suficiente para fazer face às necessidades do Serviço Nacional de Saúde.

**Quadro 38. Evolução das vagas no ano comum/ formação geral**

Ano	Vagas Abertas	Vagas Preenchidas
2010	1 343	1 241
2011	1 546	1 439
2012	1 652	1 556
2013	1 700	1 635
2014	1 790	1 785
2015	1 950	1 941
2016	2 147	2 080
2017	2 302	2 197
2018	2 271	2 179

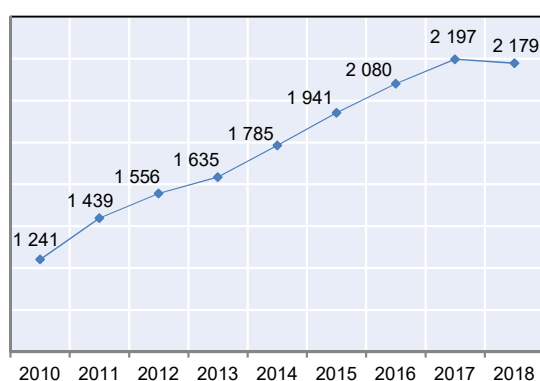
Fonte: ACSS

**Quadro 39. Evolução das vagas na formação específica**

Ano	Vagas Abertas	Vagas Preenchidas
2010	1 190	1 168
2011	1 391	1 355
2012	1 496	1 453
2013	1 541	1 525
2014	1 533	1 526
2015	1 612	1 602
2016	1 569	1 569
2017	1 674	1 674
2018	1 758	1 758

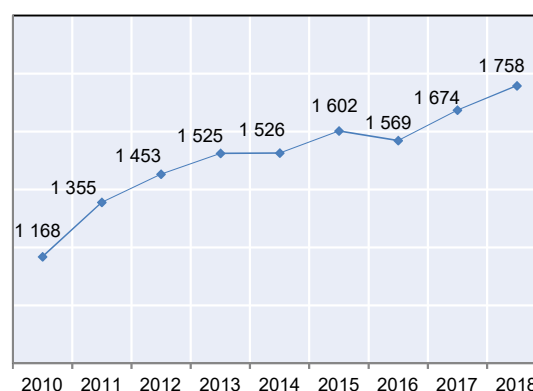
Fonte: ACSS

**Gráfico 27. Evolução dos ingressos no ano comum / formação geral**



Fonte: ACSS

**Gráfico 28. Evolução das vagas preenchidas na formação específica**



Fonte: ACSS

Quadro 40. Evolução na formação específica por especialidade médica

Especialidade	Ano de ingresso								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Anatomia Patológica	15	16	22	16	11	18	15	19	20
Anestesiologia	77	74	63	51	64	70	80	80	78
Angiologia e Cirurgia Vascular	8	7	7	11	6	7	7	7	7
Cardiologia	20	26	25	28	29	28	29	32	35
Cardiologia Pediátrica	3	3	3	4	5	4	3	3	3
Cirurgia Cardíaca			4	5	4	4	5	4	4
Cirurgia Cardiotorácica	6	6							
Cirurgia Geral	40	63	70	82	51	41	39	49	62
Cirurgia Maxilo-Facial	5	4	2	3	4	4	5	4	7
Cirurgia Pediátrica	3	3	6	5	3	5	4	4	4
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	8	10	6	5	6	7	8	9	11
Cirurgia Torácica			3	3	3	2	2	1	4
Dermatovenereologia	7	9	6	7	7	12	10	11	12
Doenças Infeciosas	6	11	16	20	17	17	13	16	16
Endocrinologia e Nutrição	8	13	17	11	14	15	14	19	22
Estomatologia	1		7	13	15	9	14	14	14
Farmacologia Clínica						2	2	2	2
Gastroenterologia	12	22	27	32	13	17	21	21	25
Genética Médica	3	4	3	5	3	4	5	3	8
Ginecologia/Obstetrícia	54	50	36	35	34	39	40	40	41
Hematologia Clínica	17	15	17	18	16	15	17	18	17
Imunoalergologia	4	6	9	10	13	9	7	13	16
Imuno-hemoterapia	9	11	15	22	18	15	19	20	20
Medicina Desportiva				3	2		2		3
Medicina do Trabalho				5	5	6	6	10	10
Medicina Física e de Reabilitação	19	19	27	31	28	30	27	25	29
Medicina Geral e Familiar	339	378	436	404	456	512	473	468	462
Medicina Intensiva								26	26
Medicina Interna	146	169	190	226	226	200	201	185	219
Medicina Legal	5	6	5	8	8	10	4	5	4
Medicina Nuclear	4	4	3	4	4	4	5	4	4
Nefrologia	10	15	21	27	12	16	17	20	23
Neurocirurgia	7	8	9	10	6	11	7	10	8
Neurologia	17	21	16	27	26	28	27	28	28
Neurorradiologia	6	8	12	14	5	5	7	10	13
Oftalmologia	22	29	35	25	28	20	20	18	22
Oncologia Médica	30	37	38	26	26	34	29	43	39
Ortopedia	31	42	43	42	41	42	49	47	47
Otorrinolaringologia	14	22	30	15	19	19	22	23	19

Especialidade	Ano de ingresso								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Patologia Clínica	9	13	22	28	32	36	30	45	45
Pediatria	70	72	47	70	74	77	81	84	93
Pneumologia	14	17	16	25	35	36	31	35	37
Psiquiatria	44	47	40	60	60	65	55	72	73
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	10	11	13	11	9	14	15	14	14
Radiologia	17	26	24	20	27	26	26	27	27
Radioncologia	10	11	10	4	5	8	12	10	10
Reumatologia	6	8	13	10	11	9	8	11	15
Saúde Pública	19	27	29	37	36	39	46	51	44
Urologia	13	12	10	7	9	11	10	14	16
<b>Total Geral</b>	<b>1 168</b>	<b>1 355</b>	<b>1 453</b>	<b>1 525</b>	<b>1 526</b>	<b>1 602</b>	<b>1 569</b>	<b>1 674</b>	<b>1 758</b>

Fonte: ACSS

### 3.2. Médicos recém-especialistas (Evolução 2010 – 2018)

O quadro que se segue apresenta a evolução dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação especializada, ou seja que passaram a ser médicos especialistas, em função do ano de conclusão do respetivo internato médico.

Da análise do quadro constata-se o esforço significativo e constante do Ministério da Saúde em formar novos especialistas. No ano 2018 registou-se um acréscimo bastante significativo de recém-especialistas face ao ano 2017, mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos.

#### Evolução de médicos recém-especialistas

Em termos absolutos, no ano 2018, registou-se um número ainda superior ao número de médicos que concluíram o internato médico no ano anterior, traduzindo um aumento de 178 médicos especialistas. O maior crescimento ocorreu nas especialidades de Medicina Interna (+57 médicos), seguida da Medicina Geral e Familiar (+49 médicos), da Medicina Física e de Reabilitação (+25 médicos) em parte resultante da alteração do programa formativo de 4 para 5 anos, que teve reflexo no ano de 2018 face ao verificado no ano anterior.

Quadro 41. Evolução anual de médicos recém-especialistas por especialidade

Especialidade	Número de médicos recém-especialistas								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Anatomia Patológica	4	7	7	11	3	6	11	18	15
Anestesiologia	86	67	48	49	61	16	65	62	55
Angiologia e Cirurgia Vascular	4	3	6	6	7	8	7	8	6
Cardiologia	15	29	30	16	22	22	25	23	30
Cardiologia Pediátrica	2	5	2		4	4	3	3	4
Cirurgia Cardíaca									4
Cirurgia Cardiorádica	1	1	3	3	3	6	7	5	1
Cirurgia Geral	39	32	58	35	31	42	35	61	62
Cirurgia Maxilo-Facial			4	2	2	1	5	3	3
Cirurgia Pediátrica	3	1	6	3	2	2	4	2	5
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	3	3	5	8	8	8	8	10	5
Cirurgia Torácica								2	3
Dermatovenereologia	7	15	13	12	6	8	11	6	7
Doenças Infecciosas	4	14	5	8	9	6	10	14	15
Endocrinologia e Nutrição	4	9	6	10	8	9	13	13	14
Estomatologia	1	4	3	0	2	0	6	5	8
Gastroenterologia	12	16	12	19	15	12	22	26	33
Genética Médica	2	3	3	2	0	2	3	3	4

Especialidade	Número de médicos recém-especialistas								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ginecologia/Obstetrícia	25	39	48	43	37	50	44	54	36
Hematologia Clínica	2	4	10	11	7	13	11	15	14
Imunoalergologia	8	7	8	6	9	2	4	9	7
Imuno-hemoterapia	2	3	3	1	5	6	6	12	12
Medicina Desportiva				0	0	0	0	2	1
Medicina do Trabalho				0	0	0	0	4	6
Medicina Física e de Reabilitação	17	23	19	19	19	17	25	3	28
Medicina Geral e Familiar	203	195	154	143	255	343	379	365	414
Medicina Interna	62	138	138	98	127	123	150	158	215
Medicina Legal	4	5	8	5	5	3	5	6	6
Medicina Nuclear	2	4	1	4	4	4	3	3	5
Nefrologia	9	20	13	11	18	9	14	18	27
Neurocirurgia	4	4	6	8	7	5	6	9	8
Neurologia	12	18	14	22	19	17	22	13	26
Neurorradiologia	9	8	14	1	8	4	7	9	10
Oftalmologia	24	22	32	37	20	31	33	24	31
Oncologia Médica	11	15	18	15	15	28	33	31	27
Ortopedia	35	22	40	34	37	36	30	41	44
Otorrinolaringologia	10	12	13	12	18	14	19	26	18
Patologia Clínica	7	14	5	11	2	7	13	13	16
Pediatria	79	82	83	60	82	66	71	45	61
Pneumologia	15	21	15	15	20	15	16	17	26
Psiquiatria	19	35	26	26	33	42	53	36	59
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	4	5	7	3	6	7	9	15	9
Radiologia	13	34	24	21	18	17	25	27	18
Radioncologia	6	6	6	9	6	11	9	4	5
Reumatologia	9	7	3	7	4	5	10	11	9
Saúde Pública	5	4	9	9	5	12	10	20	23
Urologia	15	11	16	18	13	14	13	13	10
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>967</b>	<b>944</b>	<b>833</b>	<b>982</b>	<b>1 053</b>	<b>1 255</b>	<b>1 267</b>	<b>1 445</b>

Fonte: Dados extraídos da aplicação GTAMI.

## 4. Recursos humanos estrangeiros

Os gráficos e quadros que se seguem têm como objetivo apresentar os dados gerais sobre os recursos humanos estrangeiros a exercer funções no Ministério da Saúde e Serviço Nacional de Saúde no período compreendido entre 2010 e 2018.

A análise dos resultados permite concluir que existe uma tendência para a estabilização de 2010 a 2018, notando-se um ligeiro aumento em 2018, ano em que são contabilizados 3.163 trabalhadores.

No último ano da série, o peso percentual dos profissionais estrangeiros nos trabalhadores no Ministério da Saúde foi de 2,3%<sup>10</sup>.

A proveniência dos recursos humanos estrangeiros foi maioritariamente de Espanha (859) entre os países membros da União Europeia, do Brasil (456) e de Angola (244) no grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os grupos de pessoal médico (1.834) e de enfermagem (559) têm sido os mais representativos ao longo dos anos.

Em 2018 esses grupos correspondiam, respetivamente, a 58% e 18% do total de trabalhadores estrangeiros no Ministério da Saúde. Com alguma representatividade surge também o grupo dos assistentes operacionais, que compõem 18% do total destes trabalhadores.

Em valores globais, verificou-se um ligeiro aumento do número de médicos estrangeiros entre 2017 e 2018, tendo o seu número

mantido-se muito próximo do registado em 2017, passando de 1.828 para 1.834 médicos.

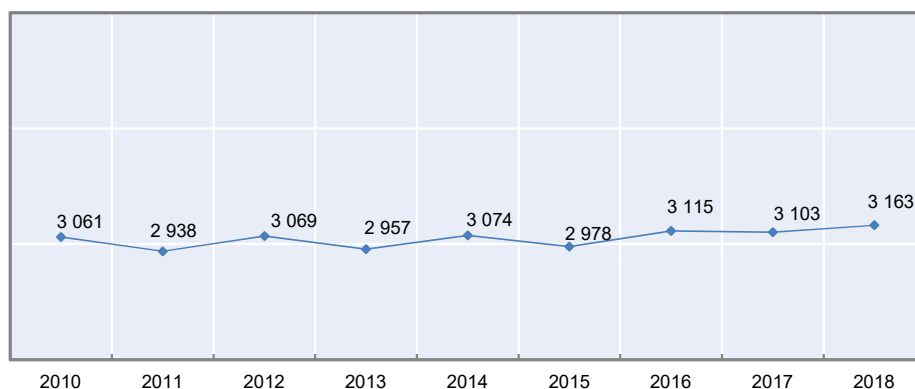
Merece, igualmente, especial destaque o número de profissionais estrangeiros que desempenham funções de Assistente Operacional, com 559 trabalhadores.

Ao contrário do pessoal de enfermagem que, apesar de registar um ligeiro aumento em 2018, tem registado uma diminuição progressiva do número de trabalhadores estrangeiros a exercer funções no SNS ao longo da série, o pessoal assistente operacional tem vindo, desde 2015, a apresentar um crescimento anual.

Na verdade, apenas neste grupo profissional o ano 2018 surge como o ano que regista o maior número de trabalhadores estrangeiros do período em análise.

<sup>10</sup> Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Gráfico 29. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde



Fonte: ACSS

Quadro 42. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países

Grupo de Países/ País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>União Europeia</b>	1 339	1 252	1 259	1 283	1 296	1 256	1 266	1 250	1 231
Espanha	1 031	969	910	929	952	921	904	882	859
<b>PALOP</b>	753	653	807	706	684	626	684	698	683
Angola	289	242	340	295	279	250	269	281	244
<b>Brasil</b>	475	397	395	362	360	344	411	402	456
<b>Outros Países</b>	484	623	605	596	724	741	747	747	785
<b>Não Identificado</b>	10	13	3	10	10	11	7	6	8
<b>Total</b>	<b>3 061</b>	<b>2 938</b>	<b>3 069</b>	<b>2 957</b>	<b>3 074</b>	<b>2 978</b>	<b>3 115</b>	<b>3 103</b>	<b>3 163</b>

Fonte: ACSS

Quadro 43. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional

Grupo profissional	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Médicos	1 696	1 672	1 636	1 715	1 867	1 836	1 858	1 828	1 834
Enfermeiros	690	630	703	612	577	543	554	546	559
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	23	21	18	18	15	16	16	16	17
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	59	50	65	52	47	43	48	49	52
Assistentes técnicos	129	108	158	135	113	106	110	99	99
Assistentes operacionais	406	413	430	364	393	377	465	489	559
Técnicos superiores	26	22	33	28	24	23	25	27	28
Técnicos de informática	5	3	4	3	3	3	3	3	3
Outros	27	19	22	30	35	31	36	46	12
<b>Total</b>	<b>3061</b>	<b>2 938</b>	<b>3 069</b>	<b>2 957</b>	<b>3 074</b>	<b>2 978</b>	<b>3 115</b>	<b>3 103</b>	<b>3 163</b>

Fonte: ACSS

## 5. Evolução da taxa de absentismo

No período em análise, a evolução da taxa de absentismo apresentou um comportamento diverso.

Entre 2010 e 2013 assistiu-se a um decréscimo quer da taxa de absentismo geral, quer da taxa de absentismo por motivo de doença e, a partir desse ano, a tendência passou a ser inversa, tendo-se registado um aumento anual em ambas as taxas de absentismo.

O Quadro 44 apresenta a evolução do número de dias de ausência por motivo de ausência, de 2014 a 2018<sup>11</sup>.

Da análise do quadro constata-se que no período em análise (2014 – 2018) os motivos de ausência mais expressivos são a doença e a proteção na parentalidade.

De salientar o aumento ocorrido em 2018 face ao ano 2017, das ausências por motivo de greve e de cumprimento de pena disciplinar, com acréscimos de 45,3% e 34,8%, respetivamente.

Em sentido inverso é de realçar a diminuição significativa ocorrida nos dias de trabalho perdidos com perda de vencimento (-26,5%).

No que concerne à distribuição dos dias de ausência por grupo profissional, bem como à respetiva variação percentual face a 2017, a mesma é a que consta do Quadro 45.

Em termos percentuais os grupos profissionais que registaram o maior aumento ao nível de ausências ao trabalho foram os

técnicos superiores de saúde, os médicos e os enfermeiros. Assinala-se, também, o decréscimo nos dias de ausência dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, face ao ano 2017.

### **Evolução do absentismo**

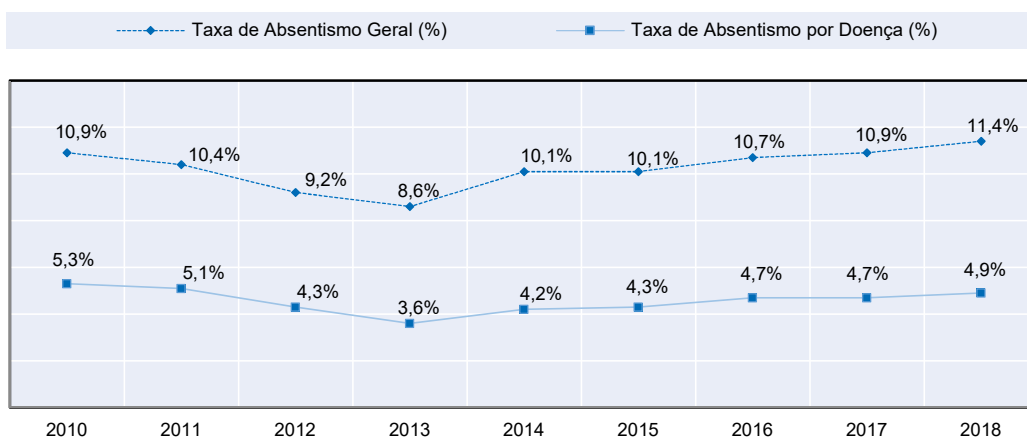
A taxa de absentismo registada em 2018 é a mais elevada dos últimos anos da série em análise.

Face a 2017 registou-se, em 2018, uma diminuição acentuada nos dias de trabalho perdidos com perda do vencimento.

Em sentido inverso, registou-se, em 2018, aumentos de dias de trabalho perdidos por motivos de greve e por cumprimento de pena disciplinar.

<sup>11</sup> Por falta de informação disponível não são apresentados os dados de 2010 a 2013.

Gráfico 30. Evolução da taxa de absentismo



Fonte: Dados provenientes dos balanços sociais

Quadro 44. Evolução dos dias de ausência por motivo

Motivos de Ausência	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (2018 – 2017)
Doença	1 395 942	1 573 209	1 724 921	1 753 584	1 854 254	5,7%
Proteção na parentalidade	948 512	1 074 730	1 211 354	1 245 540	1 250 899	0,4%
Greve	78 144	79 225	68 443	120 886	175 589	45,3%
Por acidente em serviço ou doença profissional	182 291	183 945	196 600	170 804	168 954	-1,1%
Assistência a familiares	25 009	28 245	36 185	37 221	40 238	8,1%
Trabalhador-estudante	22 894	24 905	30 553	32 003	38 898	21,5%
Falecimento de familiar	26 062	28 291	28 125	29 704	30 549	2,8%
Casamento	24 173	23 938	25 003	25 536	24 447	-4,3%
Injustificadas	10 413	15 280	16 669	21 048	20 189	-4,1%
Por conta do período de férias	31 639	22 279	19 794	18 302	17 777	-2,9%
Com perda do vencimento	1 733	1 580	1 683	2 399	1 763	-26,5%
Cumprimento de pena disciplinar	1 031	976	1 061	715	964	34,8%
Outras	305 163	337 519	338 217	330 815	346 466	4,7%
<b>Total</b>	<b>3 053 005</b>	<b>3 394 120</b>	<b>3 698 608</b>	<b>3 788 556</b>	<b>3 970 985</b>	<b>4,8%</b>

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 45. Evolução dos dias de ausência por grupo profissional

Grupo profissional	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018 /2017
Médicos	336 180	365 467	403 054	441 806	477 548	8,1%
Internos	237 102	271 125	294 661	283 776	302 066	6,4%
Enfermeiros	1 035 084	1 169 389	1 291 411	1 298 111	1 380 722	6,4%
Técnicos Superiores de Saúde e Farmacêuticos	35 298	39 989	42 215	39 204	43 104	9,9%
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	173 296	196 047	225 580	247 253	237 021	-4,1%
Assistentes Técnicos	326 419	353 671	368 849	377 928	384 782	1,8%
Assistentes Operacionais	780 633	839 265	898 865	951 742	991 202	4,1%
Outros	128 993	159 166	173 973	148 737	154 540	3,9%
<b>Total</b>	<b>3 053 005</b>	<b>3 394 120</b>	<b>3 698 608</b>	<b>3 788 556</b>	<b>3 970 985</b>	<b>4,8%</b>

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

## 6. Evolução dos gastos com pessoal

Em 2018 os encargos com pessoal contabilizaram gastos no valor de 4,065 mil milhões euros, o que representa um acréscimo de 5,8% face ao ano de 2017. Para o efeito contribuíram, entre outros fatores, o aumento do número de trabalhadores e a reposição das majorações do trabalho realizado em horas de qualidade.

Apresenta-se em seguida, no gráfico 31, a evolução dos encargos com pessoal do SNS entre os anos de 2010 e 2018.

Da informação anterior ressalta o decréscimo acentuado ocorrido entre 2010 e 2012. Entre 2013 e 2015 assistiu-se a uma certa estabilização e apenas em 2016, pelos motivos já referidos, se assiste a uma retoma do crescimento dos encargos com pessoal. Ainda assim, o volume de encargos registado em 2016 é inferior ao do ano 2010.

Nesta série temporal, o ano 2018 foi o ano que registou o maior volume de despesa com pessoal e, em sentido oposto, o ano 2012 foi o que registou o menor, o que se justifica pelo não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

De seguida apresenta-se, no gráfico 32, a evolução para os anos de 2010 a 2018 dos encargos com a remuneração base do pessoal.

No que concerne aos encargos com remuneração base, entre 2010 e 2014 assistiu-se a uma diminuição anual da despesa registada nesta rubrica, o que, em parte, está em correspondência com a diminuição que se verificou ao nível dos efetivos.

Os encargos com suplementos remuneratórios, como resulta do gráfico 33, decresceram desde 2010, especialmente nas entidades públicas empresariais, tendo depois uma quebra muito significativa em 2013. Para esta situação contribuiu a norma do Orçamento de Estado 2013, que reduziu em 50% as majorações previstas no Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março.

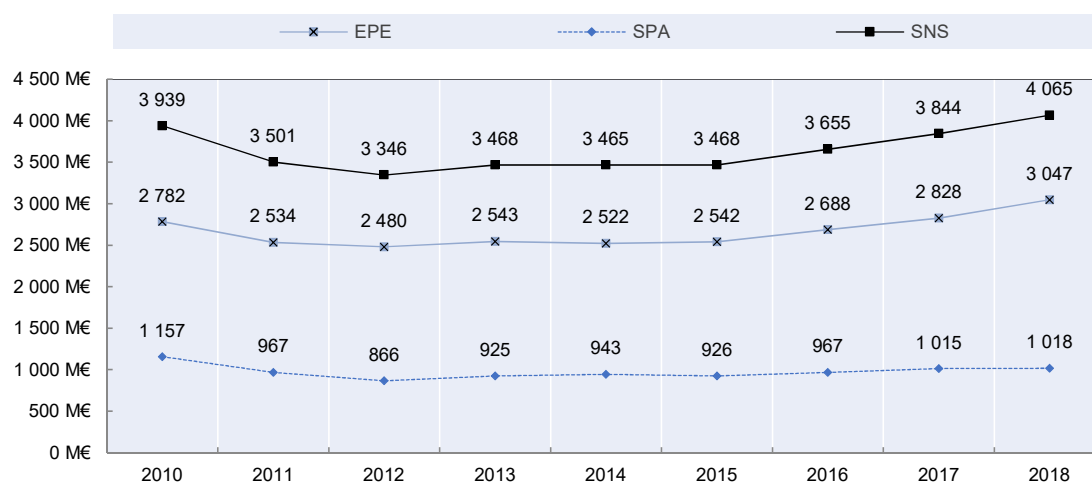
A implementação do SNC-AP em 2018, veio alterar a designação e o modo de classificação das contas respeitantes aos suplementos remuneratórios, passando a designar-se com o SNC-AP de “Abonos variáveis ou eventuais”, verificando-se igualmente diversas alterações na forma de contabilização dos vários abonos remuneratórios.

Estas alterações levam a que na análise da evolução desta rubrica, a diminuição verificada em 2018 face aos anos anteriores, não corresponda impreterivelmente a uma diminuição dos gastos com esta rubrica no período mais recente, mas sim devido a uma alteração no modo de classificação e contabilização das respetivas contas.

Tendo em consideração o peso que o trabalho suplementar representa nos suplementos remuneratórios, no gráfico 34, apresenta-se a evolução ocorrida entre os anos de 2010 e 2018.

Verifica-se um decréscimo entre os anos de 2010 a 2015, particularmente acentuado no ano 2013. A partir de 2016 assiste-se a uma recuperação desta componente da despesa.

Gráfico 31. Evolução dos custos com pessoal - totais e por entidades SPA e EPE (em milhares de euros)



Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

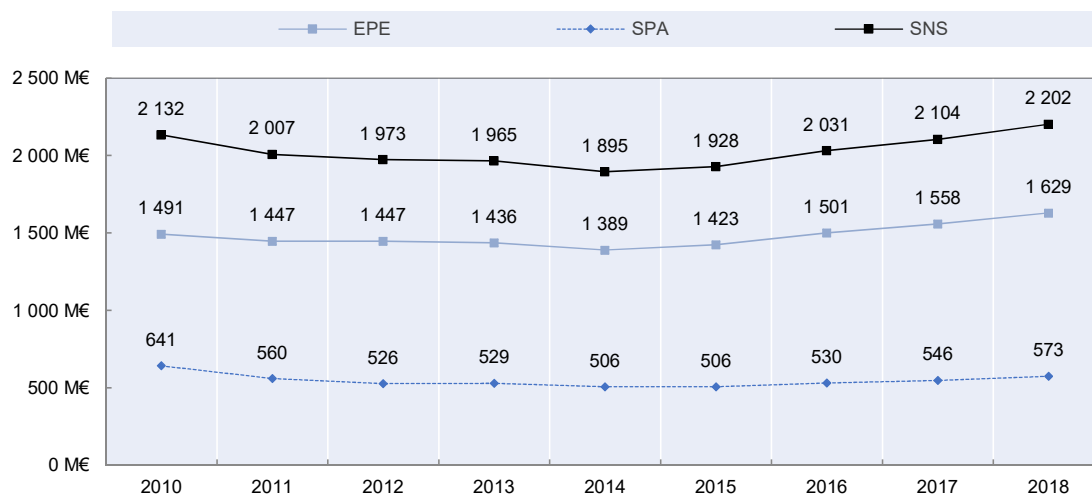
Quadro 46. Encargos com pessoal – totais e por entidades SPA e EPE

Ano	EPE	SPA	SNS
2010	2 782 028 563,71 €	1 156 854 057,36 €	3 938 882 621,07 €
2011	2 533 610 577,44 €	967 486 417,48 €	3 501 096 994,92 €
2012	2 480 112 058,35 €	865 621 371,97 €	3 345 733 430,32 €
2013	2 543 023 308,91 €	925 205 663,78 €	3 468 228 972,69 €
2014	2 522 028 241,89 €	943 176 846,73 €	3 465 205 088,62 €
2015	2 541 611 914,34 €	926 112 216,55 €	3 467 724 130,89 €
2016	2 688 346 731,03 €	966 688 328,66 €	3 655 035 059,69 €
2017	2 828 476 291,20 €	1 015 240 166,00 €	3 843 716 457,20 €
2018	3 047 035 956,47 €	1 018 097 428,89 €	4 065 133 385,36 €

Legenda: **EPE** – Entidade Pública Empresarial; **SPA** – Setor Público Administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

Gráfico 32. Evolução dos custos com remuneração base - totais e por entidades SPA e EPE



Legenda: **EPE** – Entidade Pública Empresarial; **SPA** – Setor Público Administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

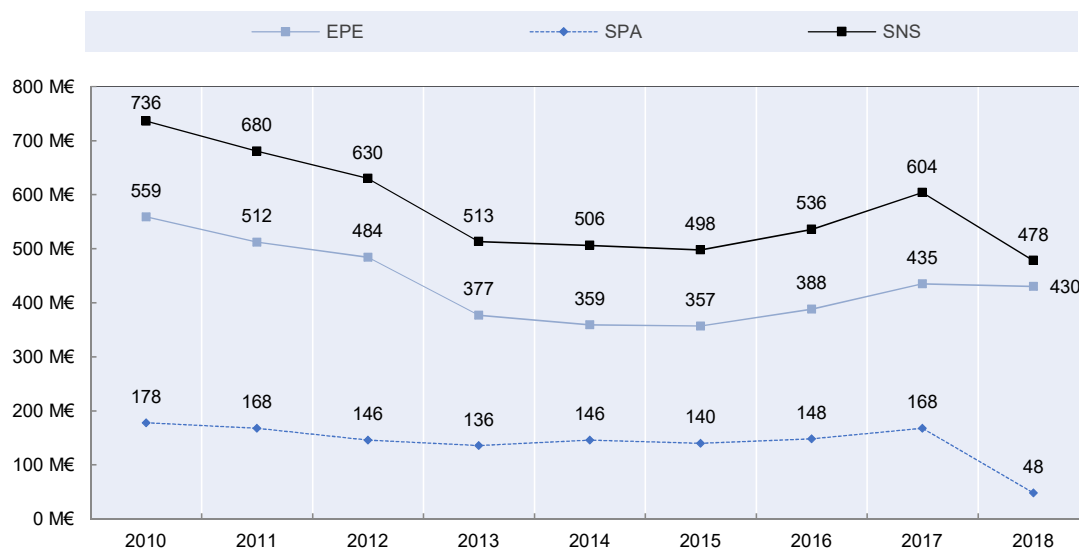
Quadro 47. Encargos com remuneração base do pessoal- totais e por entidades SPA e EPE

Ano	EPE	SPA	SNS
2010	1 490 848 890,88 €	641 162 297,72 €	2 132 011 188,60 €
2011	1 446 750 037,16 €	559 879 985,33 €	2 006 630 022,49 €
2012	1 447 281 160,41 €	525 881 825,51 €	1 973 162 985,92 €
2013	1 436 462 663,39 €	528 777 162,26 €	1 965 239 825,65 €
2014	1 388 835 735,35 €	506 178 584,27 €	1 895 014 319,62 €
2015	1 422 640 483,28 €	505 644 955,13 €	1 928 285 438,41 €
2016	1 500 975 756,40 €	529 891 373,26 €	2 030 867 129,66 €
2017	1 557 589 213,74 €	546 230 900,22 €	2 103 820 113,96 €
2018	1 629 083 028,28 €	573 033 107,08 €	2 202 116 135,36 €

Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

**Gráfico 33. Evolução de gastos com suplementos remuneratórios (2010 - 2017) / abonos variáveis ou eventuais (2018) - totais e por entidades SPA e EPE**



Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

**Quadro 48. Encargos com suplementos remuneratórios (2010 - 2017) / abonos variáveis ou eventuais (2018) - totais e por entidades SPA e EPE**

Ano	EPE	SPA	SNS
2010	558 568 193,11 €	177 746 118,05 €	736 314 311,16 €
2011	511 874 960,61 €	167 880 153,04 €	679 755 113,65 €
2012	483 974 551,22 €	146 314 271,25 €	630 288 822,47 €
2013	376 993 295,95 €	136 045 647,70 €	513 038 943,65 €
2014	359 336 824,74 €	146 260 158,52 €	505 596 983,26 €
2015	357 427 575,27 €	140 465 707,74 €	497 893 283,01 €
2016	388 246 163,41 €	147 919 672,97 €	536 165 836,38 €
2017	435 155 845,05 €	168 416 371,35 €	603 572 216,40 €
2018	430 163 859,72 €	47 886 821,30 €	478 050 681,02 €

Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

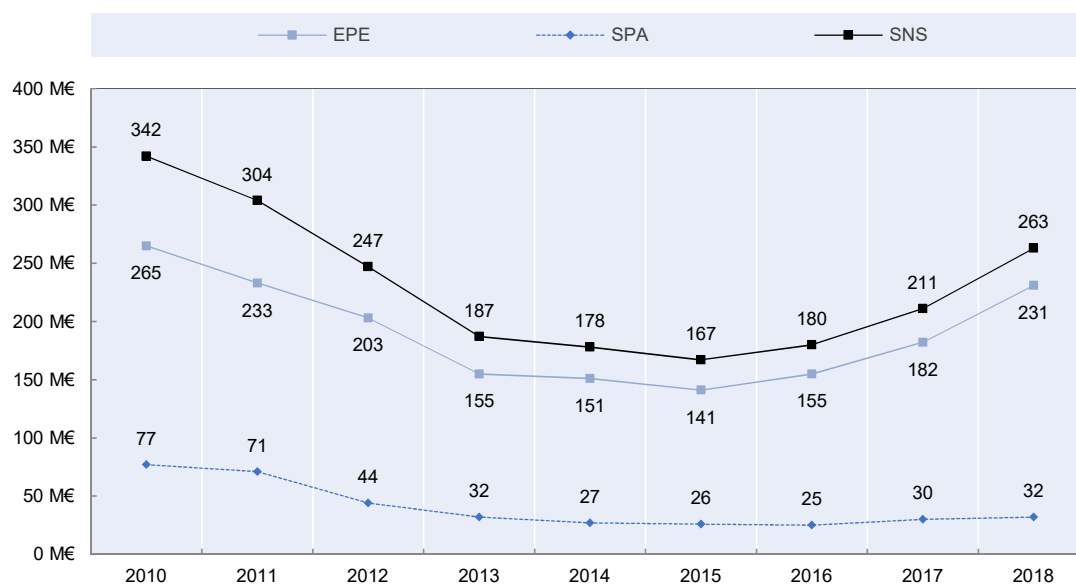
Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

A implementação do SNC-AP em 2018, veio alterar a designação e o modo de classificação das contas respeitantes aos suplementos remuneratórios. Desta forma, a rubrica do POCMS “Suplementos Remuneratórios” passou a designar-se com o SNC-AP de “Abonos variáveis ou eventuais”, verificando-se igualmente diversas alterações na forma de contabilização dos vários abonos remuneratórios, nomeadamente no registo do subsídio de refeição, que com o POCMS era considerado um suplemento remuneratório, e

com o SNC-AP este abono já não se encontra inserido na rubrica dos Abonos variáveis ou eventuais.

Estas alterações levam a que na análise da evolução desta rubrica, a diminuição verificada em 2018 face aos anos anteriores, não corresponda impreterivelmente a uma diminuição dos gastos com esta rubrica no período mais recente, mas sim devido à alteração no modo de classificação e contabilização das respetivas contas.

Gráfico 34. **Evolução dos gastos com trabalho suplementar- totais e por entidades SPA e EPE**



Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

Quadro 49. Encargos com trabalho suplementar- totais e por entidades SPA e EPE

Ano	EPE	SPA	SNS
2010	264 659 701,94 €	77 491 534,91 €	342 151 236,85 €
2011	233 216 506,68 €	70 673 226,39 €	303 889 733,07 €
2012	202 598 156,59 €	44 173 526,92 €	246 771 683,51 €
2013	154 848 831,98 €	32 465 061,40 €	187 313 893,38 €
2014	150 500 205,81 €	27 003 517,06 €	177 503 722,87 €
2015	141 233 967,93 €	25 862 606,76 €	167 096 574,69 €
2016	155 276 665,25 €	25 164 167,49 €	180 440 832,74 €
2017	181 536 034,70 €	29 917 279,56 €	211 453 314,26 €
2018	231 044 903,36 €	32 233 714,10 €	263 278 617,46 €

Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

O quadro que se segue apresenta os encargos por entidade bem como o custo anual médio por trabalhador<sup>12</sup>, apenas a título de referência, em milhares de euros.

Quadro 50. Custos com pessoal por entidade e custo médio por trabalhador

Entidade	2016		2017		2018	
	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Gastos com pessoal	Gasto médio por trabalhador (em milhares de €)
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	297 798 710,22 €	35,35	315 749 847,34 €	36,66	332 260 882,32 €	36,91
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	25 488 592,04 €	34,49	26 782 105,27 €	36,74	27 758 117,95 €	36,91
Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	47 488 901,01 €	29,83	50 224 663,37 €	33,28	53 665 172,17 €	34,82
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	158 639 910,96 €	35,51	165 148 190,65 €	36,62	174 520 523,00 €	37,39
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	336 364 344,03 €	37,76	350 832 712,20 €	38,94	364 375 260,44 €	40,08
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	33 719 526,91 €	28,26	35 408 570,47 €	29,31	37 450 276,05 €	30,67
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	51 107 448,13 €	26,3	55 454 211,76 €	27,56	61 036 518,74 €	29,59
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	53 463 903,59 €	27,32	56 622 999,94 €	27,99	60 115 751,41 €	29
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	106 932 980,48 €	27,61	111 198 783,13 €	28,41	117 225 060,85 €	29,02
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	211 730 794,90 €	28,37	220 096 119,88 €	29,48	233 122 224,57 €	30,8
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	167 389 389,12 €	29,89	173 929 988,95 €	30,68	187 062 517,94 €	31,47
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	56 034 379,00 €	26,12	59 399 829,52 €	27,45	63 867 129,92 €	28,89
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	108 864 488,14 €	25,96	115 366 264,36 €	26,66	122 923 070,61 €	28,26
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	48 257 720,19 €	28,91	52 146 508,48 €	29,8	57 450 098,15 €	31,97
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	45 947 732,35 €	26,7	48 450 657,18 €	28,12	51 422 695,24 €	29,28
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	40 903 771,37 €	27,27	43 560 798,18 €	29,33	26 816 413,63 €	NA
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	131 075 809,13 €	31,12	138 803 850,99 €	32,54	145 348 778,70 €	33,08

<sup>12</sup> Esta referência é meramente indicativa na medida em que os custos se referem a todo ano de 2018 e os trabalhadores aos efetivos existentes em dezembro 2018.

Entidade	2016		2017		2018	
	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Gastos com pessoal	Gasto médio por trabalhador (em milhares de €)
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	49 461 806,92 €	27,74	53 017 326,17 €	28,28	59 410 571,54 €	30,14
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	224 613 038,49 €	29,94	236 698 479,94 €	31,02	249 881 516,62 €	32,51
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	176 648 340,18 €	28,38	183 387 253,57 €	29,33	196 902 391,86 €	31,47
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	30 598 615,42 €	28,92	32 027 300,55 €	29,55	34 487 399,01 €	31,35
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	46 625 546,77 €	25,55	50 108 040,51 €	26,57	53 760 688,53 €	27,78
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	19 414 949,24 €	29,92	21 177 304,80 €	31,19	23 265 224,55 €	33,48
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	68 135 613,61 €	29,51	71 208 100,44 €	30,47	76 361 163,32 €	31,66
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	71 962 086,25 €	29,58	77 166 914,40 €	30,59	80 997 190,26 €	31,5
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	98 430 287,98 €	29,18	103 738 953,49 €	31,15	109 204 030,48 €	30,14
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	14 093 962,51 €	25,21	14 199 011,92 €	25,72	15 172 370,59 €	24,87
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	45 473 348,50 €	29,76	47 803 343,87 €	29,6	52 416 347,09 €	31,5
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	10 248 832,85 €	26,62	10 498 129,34 €	26,78	11 046 697,28 €	28,4
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2 343 739,35 €	24,16	2 481 712,39 €	25,58	2 534 145,92 €	22,43
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	17 825 544,57 €	29,81	18 935 494,01 €	30,84	20 072 191,50 €	31,81
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	13 291 519,71 €	26,48	13 705 106,96 €	27,03	15 059 481,35 €	29,19
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	42 987 419,91 €	26,75	47 823 599,00 €	29,78	49 052 121,98 €	30,19
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3 767 108,13 €	29,43	3 863 838,63 €	31,16	3 946 637,39 €	24,98
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	43 726 026,17 €	29,93	45 484 137,98 €	30,73	49 736 186,63 €	32,44
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	81 560 524,30 €	28,46	86 113 804,35 €	29,38	96 875 991,55 €	33,06
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	74 919 072,05 €	28,54	78 968 520,95 €	29,75	84 584 032,11 €	31,43
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	3 839 339,35 €	22,99	4 385 780,00 €	25,21	4 975 347,11 €	29,27
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	3 265 976,22 €	26,55	3 627 345,41 €	29,25	4 189 075,15 €	34,91
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	26 355 062,43 €	26,73	27 849 478,91 €	28,27	29 982 774,50 €	29,72
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	52 735 321,39 €	28,43	55 022 363,87 €	29,57	57 881 160,83 €	30,82

Entidade	2016		2017		2018	
	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de €)	Total de Gastos com pessoal	Gasto médio por trabalhador (em milhares de €)
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	57 374 998,57 €	27,41	59 913 852,59 €	28,3	64 383 361,46 €	30,09
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	53 245 933,58 €	31,4	57 870 722,45 €	30,17	63 477 110,64 €	32,14
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	79 813 128,45 €	32,3	85 194 482,75 €	33,59	89 654 084,08 €	34,52
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	39 278 548,03 €	30,95	40 052 909,16 €	31,84	42 960 800,20 €	34,1
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	71 183 565,39 €	31,23	74 351 687,18 €	32,24	78 577 734,69 €	32,97
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	25 444 341,42 €	26,73	26 281 883,33 €	28,02	28 122 407,04 €	28,58
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	57 201 776,95 €	31,31	59 340 043,56 €	31,97	63 119 812,63 €	34,12
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	49 189 959,55 €	30,1	50 370 520,56 €	30,6	52 588 768,74 €	31,34
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	46 077 350,41 €	30,23	47 488 751,85 €	30,5	49 334 180,19 €	31,56
Outras entidades da conta SNS	32 693 973,47 €	28,75	34 384 160,64 €	30,14	34 699 896,85 €	29,97
<b>Total *</b>	<b>3 655 035 059,69 €</b>	<b>29,59</b>	<b>3 843 716 457,20 €</b>	<b>31,26</b>	<b>4 038 316 971,73 €</b>	<b>32,48</b>

No ano de 2017 os valores de custos com pessoal considerados para as entidades CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE; H Espírito Santo de Évora, EPE; H Garcia de Orta, EPE e Instituto de Oftalmologia Gama Pinto, por motivo de falta de reporte à data de elaboração do presente relatório, não incluem regularizações.

\* No ano de 2018 o total dos gastos com pessoal e o cálculo da média de encargos por trabalhador não é considerada a entidade Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.

Fonte: Relatório e Contas do SNS e informação financeira adicional do Instituto Oftalmológico Gama Pinto

## 7. Evolução do trabalho suplementar

Pela importância que detém no âmbito da atividade desenvolvida pelo SNS, apresenta-se em seguida a evolução do volume de trabalho suplementar realizado nas entidades e organismos SPA e EPE sob a dependência do Ministério da Saúde.

A série temporal apresentada diz respeito aos anos 2015 - 2018. De 2015 a 2018 registou-se progressivamente um incremento do volume de horas de trabalho suplementar nas diversas entidades, sendo que no ano 2018 assistiu-se a um aumento de 11,2%.

Como é possível constatar, as maiores variações, em termos de volume de trabalho suplementar, face ao ano anterior ocorreram em estabelecimentos hospitalares de grande dimensão, designadamente: Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, EPE, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE e Centro Hospitalar Universitário do Porto, EPE.

Por outro lado, outras entidades registaram acréscimos face ao ano anterior tais como: Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, EPE, Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE, Centro Hospitalar Universitário do Algarve, EPE e Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE e o Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais.

Tendo em consideração a expressividade que o volume de trabalho suplementar representa nas carreiras ou corpos especiais da saúde, apresenta-se nos quadros Quadro 51 a Quadro 59, a sua evolução por entidade e para os seguintes grupos profissionais: pessoal

médico, pessoal de enfermagem, pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos e pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica.

No caso do pessoal médico a informação encontra-se desagregada pelas duas modalidades que estão subjacentes à realização do trabalho suplementar, ou seja, trabalho realizado em regime de presença física e trabalho realizado em regime de prevenção.

Ainda no que concerne ao pessoal médico, para além da desagregação por entidade, os valores correspondentes ao volume de horas de trabalho suplementar apresentam-se, igualmente, por especialidade médica.

Em termos de volume de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, as entidades que registaram maiores decréscimos face a 2017 foram o Centro Hospitalar do Porto (-12.881), o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, EPE (-12.007) e o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE (-7.972).

Os maiores acréscimos de horas suplementares pertencem ao Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE (+26.518), ao Centro Hospitalar Universitário do Algarve, EPE (+17.045) e ao Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE (+10.440).

Em termos de volume de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, as três especialidades que apresentaram maior decréscimo face a 2017 foram Anestesiologia (-7.359), Otorrinolaringologia (-5.137) e Nefrologia (-4.351).

Os maiores acréscimos foram registados pelas seguintes especialidades: Medicina Interna (+45.973) e Pediatria (+17.279). Da análise dos dados apresentados, destaca-se, entre o período de 2015 a 2017, a tendência de redução das horas suplementares dos médicos, com 2018 a manter valores muito próximos dos registados em 2017.

Quadro 51. Volume total de trabalho suplementar

2015	2016	2017	2018	Var. 2017/2016	
				Volume	%
10 252 834	11 235 902	11 809 999	13 135 251	1 325 251	11,22%
No ano de 2015 não estão incluídos os valores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, uma vez que não processava no RHV Fonte: Dados provenientes do RHV					

Quadro 52. Volume de trabalho suplementar por entidade

Entidades	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
ACSS, I.P.	3 618	4 757	4 816	4 572	-244	-5,1%
ARS Alentejo, I.P.	60 095	63 233	76 767	94 839	18 071	23,5%
ARS Algarve, I.P.	140 626	133 307	127 815	119 061	-8 755	-6,8%
ARS Centro, I.P.	420 272	357 261	398 311	416 737	18 426	4,6%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	276 113	272 941	289 536	303 699	14 162	4,9%
ARS Norte, I.P.	485 365	511 379	490 481	514 055	23 574	4,8%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	104 040	104 018	112 843	122 109	9 267	8,2%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	198 224	241 474	256 002	322 636	66 634	26,0%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	68 529	68 400	99 087	113 110	14 022	14,2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	302 659	320 059	331 417	359 681	28 264	8,5%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	209 267	194 542	198 394	210 988	12 594	6,3%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	220 956	224 770	266 411	332 290	65 879	24,7%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	241 491	276 547	280 325	315 104	34 779	12,4%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	84 549	102 426	150 447	183 626	33 179	22,1%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	80 206	101 886	111 067	120 583	9 516	8,6%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	121 804	118 187	133 150	153 623	20 473	15,4%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	829 808	828 050	920 633	1 044 485	123 853	13,5%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	139 748	135 879	135 170	171 980	36 809	27,2%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	53 433	64 467	75 069	78 615	3 546	4,7%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	2 139	2 600	6 331	4 880	-1 451	-22,9%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	126 979	164 685	173 246	195 626	22 381	12,9%

Entidades	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	194 705	203 522	200 870	247 919	47 049	23,4%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	113 201	124 117	130 119	167 076	36 957	28,4%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	861 330	956 380	965 134	1 067 625	102 491	10,6%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	418 860	505 020	579 884	651 366	71 482	12,3%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	457 665	434 831	433 095	504 046	70 951	16,4%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	290 267	367 026	304 501	402 313	97 812	32,1%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	656 122	667 914	682 161	773 623	91 462	13,4%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	2 763	2 753	3 952	14 130	10 178	257,5%
Direção-Geral da Saúde	ND	ND	7 171	5 426	-1 745	-24,3%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0	0	27	18	-9	-34,0%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	118 910	127 293	120 332	134 888	14 555	12,1%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	3 916	9 042	11 709	14 897	3 188	27,2%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	35 201	38 079	37 218	44 585	7 367	19,8%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	119 212	129 547	131 553	164 412	32 859	25,0%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	200 852	213 735	221 475	225 204	3 728	1,7%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3 164	3 599	5 471	5 354	-117	-2,1%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	228 482	271 565	269 704	312 543	42 839	15,9%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	ND	426 487	342 910	352 789	9 880	2,9%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	16 964	18 186	25 953	27 536	1 583	6,1%
Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	10 031	8 702	10 554	9 421	-1 132	-10,7%
Inspecção-Geral das Atividades em Saúde	ND	ND	947	1 204	257	27,1%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	369	136	144	130	-14	-10,0%
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	280 345	328 811	432 347	394 991	-37 357	-8,6%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	13 507	5 302	5 453	7 230	1 777	32,6%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	141 723	140 948	142 602	141 379	-1 223	-0,9%
IPO Coimbra, E.P.E.	102 483	107 823	123 103	128 656	5 553	4,5%
IPO Lisboa, E.P.E.	143 780	148 274	149 730	162 521	12 792	8,5%
IPO Porto, E.P.E.	142 276	131 581	161 583	155 281	-6 303	-3,9%
Secretaria Geral do Ministério da Saúde	9 764	10 438	12 332	11 566	-767	-6,2%
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	2 696	2 563	2 666	2 512	-154	-5,8%
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	1 661	3 023	3 382	3 739	357	10,6%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	149 493	159 010	186 350	242 116	55 766	29,9%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	167 260	187 408	187 964	205 986	18 022	9,6%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	164 846	162 829	156 705	171 908	15 202	9,7%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	262 557	282 370	306 468	332 802	26 334	8,6%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	112 225	108 091	109 180	113 369	4 189	3,8%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	149 921	143 650	152 591	163 657	11 066	7,3%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	293 913	296 390	309 584	329 432	19 848	6,4%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	212 453	218 589	245 758	259 305	13 547	5,5%
<b>Total geral</b>	<b>10 252 834</b>	<b>11 235 902</b>	<b>11 809 999</b>	<b>13 135 251</b>	<b>1 325 251</b>	<b>11,2%</b>

No ano de 2015 não estão incluídos os valores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, uma vez que não processava no RHV

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 53. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por entidade

Entidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	106 585		106 585	94 134		94 134	92 134		92 134	86 777		86 777	-5 357	-6%
ARS Alentejo, I.P.	19 838	4 378	24 216	17 526	4 212	21 738	15 984	4 225	20 209	23 274	4 772	28 046	7 837	39%
ARS Algarve, I.P.	60 606	6 578	67 184	55 238	5 236	60 474	42 841	6 147	48 988	37 136	5 773	42 909	-6 079	-12%
ARS Centro, I.P.	158 663		158 663	123 938		123 938	130 670		130 670	132 578		132 578	1 908	1%
ARS Norte, I.P.	188 222	849	189 071	187 463	938	188 401	172 575	705	173 280	176 866		176 866	3 586	2%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	92 716	3 048	95 764	83 845	2 916	86 761	83 131	2 532	85 663	79 484	3 296	82 780	-2 883	-3%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	76 322	172	76 494	75 671	204	75 875	86 573	460	87 033	96 217	1 256	97 473	10 440	12%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	61 097	123	61 220	55 183	186	55 369	60 642	1 848	62 490	61 348	2 569	63 916	1 427	2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	152 192	37 082	189 274	152 747	39 250	191 997	144 689	45 962	190 650	148 260	50 302	198 562	7 912	4%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	101 056	13 166	114 222	91 873	13 916	105 789	83 212	14 834	98 046	81 899	13 920	95 818	-2 228	-2%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	94 972	51 920	146 892	94 454	51 950	146 404	95 675	52 104	147 779	94 772	54 505	149 277	1 498	1%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	121 144	46 345	167 489	118 433	64 000	182 433	118 279	60 716	178 994	116 312	70 725	187 037	8 043	4%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	51 855	7 290	59 145	57 716	5 624	63 339	58 784	6 483	65 267	61 437	7 034	68 471	3 204	5%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	46 914	4 658	51 572	46 337	5 062	51 399	42 551	4 333	46 884	44 635	3 548	48 183	1 299	3%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	73 527	3 987	77 514	69 122	3 215	72 337	69 116	4 426	73 542	70 457	4 558	75 015	1 473	2%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	394 952	179 360	574 312	370 623	184 170	554 793	355 513	176 174	531 688	355 925	163 755	519 680	-12 007	-2%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	66 689	24 687	91 375	61 192	17 346	78 538	57 399	17 414	74 812	62 544	17 584	80 128	5 316	7%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	40 080		40 080	39 874		39 874	36 942		36 942	39 712		39 712	2 770	7%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa							24		24	12		12	-12	-50%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	83 882		83 882	84 376		84 376	81 929		81 929	87 486	2 519	90 005	8 076	10%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	82 038	40 132	122 170	88 430	39 744	128 174	86 224	34 722	120 946	87 803	35 566	123 369	2 423	2%

Entidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	55 093	33 051	88 143	57 814	30 568	88 382	54 334	30 558	84 891	61 300	32 042	93 342	8 450	10%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	411 669	79 401	491 069	412 242	90 572	502 814	399 912	91 341	491 253	421 162	96 609	517 771	26 518	5%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	161 569	57 559	219 128	167 954	65 442	233 395	169 709	69 346	239 054	175 252	70 247	245 499	6 445	3%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	195 282	37 973	233 255	183 892	39 834	223 726	158 996	47 307	206 303	169 044	54 304	223 348	17 045	8%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	183 657	33 642	217 299	176 846	37 460	214 306	160 476	31 895	192 371	151 221	28 269	179 490	-12 881	-7%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	333 842	74 743	408 584	317 720	81 452	399 172	303 679	87 302	390 981	304 535	88 985	393 520	2 539	1%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Róvisco Pais	1 047		1 047	1 164		1 164	2 334		2 334	3 191		3 191	857	37%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	55 145	5 922	61 067	47 663	5 906	53 570	45 611	6 318	51 930	43 029	7 572	50 601	-1 329	-3%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	989		989	837		837	1 211		1 211	897		897	-314	-26%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	32 410	2 428	34 838	30 424	2 930	33 354	29 115	1 866	30 981	29 091	1 898	30 989	8	0%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	78 401	3 013	81 414	73 628	2 041	75 669	69 811	1 696	71 507	68 411	1 436	69 846	-1 661	-2%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	68 025	30 972	98 997	69 869	31 000	100 869	66 698	29 244	95 941	68 285	30 804	99 089	3 147	3%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3 164		3 164	3 599		3 599	4 997		4 997	4 170		4 170	-827	-17%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	127 862	24 639	152 500	117 104	32 349	149 453	114 226	32 632	146 858	117 312	31 839	149 151	2 293	2%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	146 801	45 128	191 929	164 370	53 881	218 251	155 877	52 285	208 162	146 358	53 832	200 190	-7 972	-4%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	11 098	107	11 205	13 898	559	14 457	11 272	219	11 491	11 940	16	11 956	466	4%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	300	12	312	132		132	95		95	32		32	-63	-66%
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	141		141	538		538	1 172		1 172	2 083		2 083	911	78%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	3 163	15 591	18 754	3 367	15 783	19 149	3 258	15 863	19 121	3 690	15 851	19 541	420	2%
IPO Coimbra, E.P.E.	13 545	35 514	49 060	14 692	36 178	50 870	20 228	43 270	63 498	20 283	43 173	63 456	-43	0%
IPO Lisboa, E.P.E.	53 945	31 876	85 821	56 518	31 810	88 328	56 419	33 905	90 323	58 642	34 450	93 092	2 768	3%
IPO Porto, E.P.E.	51 747	13 154	64 901	48 621	13 321	61 942	55 430	14 562	69 992	54 145	13 643	67 788	-2 204	-3%

Entidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	102 544		102 544	100 026		100 026	99 158		99 158	102 573		102 573	3 415	3%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	68 551	24 397	92 948	74 813	23 357	98 170	66 434	23 146	89 580	67 825	22 935	90 760	1 180	1%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	64 515	43 795	108 309	61 791	43 447	105 238	61 414	40 143	101 557	60 108	41 550	101 658	101	0%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	129 434	31 690	161 124	135 167	32 141	167 308	130 126	31 988	162 114	131 372	29 791	161 162	-952	-1%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	54 612	5 843	60 455	48 964	6 845	55 809	43 784	10 023	53 807	45 162	9 791	54 953	1 146	2%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	94 351	18 482	112 833	84 648	19 781	104 429	81 219	22 320	103 539	81 335	23 610	104 945	1 405	1%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	144 736	32 980	177 716	140 066	36 136	176 201	132 928	35 566	168 494	123 460	42 474	165 934	-2 561	-2%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	70 437	35 682	106 120	66 537	37 926	104 463	56 202	43 748	99 950	57 848	43 683	101 531	1 581	2%
<b>Total Geral</b>	<b>4 791 422</b>	<b>1 141 365</b>	<b>5 932 787</b>	<b>4 643 076</b>	<b>1 208 685</b>	<b>5 851 761</b>	<b>4 471 009</b>	<b>1 229 624</b>	<b>5 700 634</b>	<b>4 528 687</b>	<b>1 260 481</b>	<b>5 789 168</b>	<b>88 535</b>	<b>2%</b>

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares com presença física; **HP** – Horas de prevenção

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 54. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por especialidade

Especialidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
Anatomia Patológica	8 161		8 161	7 053		7 053	6 646	201	6 847	4 974	546	5 520	-1 328	-19%
Anestesiologia	615 204	62 356	677 560	599 566	79 455	679 021	575 835	82 572	658 406	571 443	79 604	651 047	-7 359	-1%
Angiologia e Cirurgia Vascular	20 041	29 718	49 759	22 006	39 952	61 957	23 108	33 206	56 314	21 399	33 993	55 391	-923	-2%
Cardiologia	82 571	82 256	164 828	75 998	87 732	163 730	70 521	86 278	156 799	69 514	88 640	158 155	1 356	1%
Cardiologia Pediátrica	7 743	15 026	22 769	8 901	15 443	24 344	10 323	17 146	27 468	10 692	17 197	27 889	421	2%
Cirurgia Cardíaca	953	895	1 848	4 790	1 178	5 969	7 615	1 212	8 827	11 780	2 240	14 020	5 192	59%
Cirurgia Cardiotorácica	52 867	66 981	119 848	49 546	65 534	115 080	47 170	61 816	108 986	42 389	64 954	107 343	-1 643	-2%
Cirurgia Geral	620 361	84 798	705 159	619 157	78 614	697 771	600 149	80 684	680 833	607 046	78 356	685 403	4 570	1%
Cirurgia Maxilo-Facial	9 410	17 315	26 724	10 806	20 863	31 668	10 975	18 703	29 678	12 289	20 176	32 465	2 786	9%
Cirurgia Pediátrica	32 308	22 912	55 220	30 459	23 079	53 539	31 081	22 188	53 269	31 266	22 104	53 370	101	0%
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	32 609	29 703	62 312	36 324	34 143	70 467	36 626	33 875	70 501	41 312	35 778	77 090	6 589	9%
Cirurgia Torácica	912	1 434	2 346	4 446	2 045	6 491	4 681	6 055	10 735	7 069	5 426	12 494	1 759	16%
Dermatovenereologia	3 393		3 393	4 187		4 187	4 051		4 051	3 738		3 738	-313	-8%
Doenças Infeciosas	33 640	8 409	42 048	34 999	4 382	39 381	29 128	6 214	35 343	29 007	6 641	35 648	305	1%
Endocrinologia e Nutrição	6 521	886	7 407	6 159	676	6 835	5 041	518	5 559	6 893	542	7 435	1 876	34%
Estomatologia	5 832	1 464	7 296	4 569	1 303	5 871	4 870	3 212	8 082	5 038	3 260	8 298	216	3%
Farmacologia Clínica	282		282	438		438	637		637	979		979	342	54%
Gastroenterologia	23 783	28 530	52 313	22 230	27 494	49 724	19 666	25 689	45 355	19 178	27 431	46 609	1 254	3%
Genética Médica	687	783	1 470	580	778	1 358	475	1 007	1 482	578	422	1 000	-481	-32%

Especialidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
Ginecologia/Obstetrícia (*)	277 130	17 917	295 047	271 790	18 915	290 705	255 438	15 948	271 386	267 722	14 095	281 817	10 431	4%
Hematologia Clínica	41 214	15 479	56 693	41 129	14 873	56 002	38 802	22 071	60 873	41 192	22 140	63 332	2 459	4%
Imunoalergologia	2 551		2 551	3 463		3 463	3 469		3 469	4 776		4 776	1 307	38%
Imuno-hemoterapia	33 389	117 493	150 882	41 834	127 236	169 070	42 964	140 556	183 519	43 700	144 283	187 983	4 464	2%
Medicina Desportiva							96		96	208		208	112	117%
Medicina do Trabalho	420		420	677		677	1 024		1 024	1 026		1 026	2	0%
Medicina Física e de Reabilitação	5 840	708	6 548	5 964	670	6 634	5 193	654	5 847	5 633	677	6 310	463	8%
Medicina Geral e Familiar	741 483	16 540	758 023	682 349	15 744	698 093	644 232	20 426	664 658	644 565	21 025	665 590	931	0%
Medicina Intensiva				139		139	3 877		3 877	17 205	665	17 870	13 994	361%
Medicina Interna	832 971	21 552	854 523	848 224	38 069	886 293	829 131	38 182	867 312	862 945	50 341	913 286	45 973	5%
Medicina Nuclear		4 345	4 345		3 769	3 769	12	3 556	3 568	102	3 417	3 519	-49	-1%
Nefrologia	27 363	42 578	69 940	28 994	42 613	71 607	26 290	42 731	69 020	24 965	39 704	64 669	-4 351	-6%
Neurocirurgia	63 250	32 869	96 119	70 657	42 336	112 993	67 569	47 141	114 710	69 305	53 218	122 523	7 813	7%
Neurologia	45 349	18 925	64 274	48 522	24 543	73 065	46 217	23 790	70 007	49 548	22 562	72 110	2 103	3%
Neurorradiologia	11 762	3 196	14 957	12 486	19 530	32 017	11 957	19 843	31 800	12 231	20 206	32 438	637	2%
Oftalmologia	6 335	414	6 749	5 540	734	6 274	4 658	600	5 258	4 349	657	5 006	-253	-5%
Oncologia Médica	45 134	100	45 234	46 335	284	46 619	49 814	1 788	51 602	52 585	5 503	58 087	6 485	13%
Ortopedia	321 855	75 682	397 537	307 951	75 196	383 146	281 492	69 786	351 278	282 233	69 529	351 762	484	0%
Otorrinolaringologia	37 698	31 777	69 475	34 857	32 087	66 945	35 204	28 612	63 817	34 454	24 225	58 679	-5 137	-8%
Patologia Clínica	53 703	49 335	103 037	58 055	45 922	103 977	58 657	46 604	105 261	60 305	50 249	110 554	5 293	5%
Pediatria	345 255	67 575	412 830	321 814	59 441	381 255	315 321	56 880	372 200	326 880	62 599	389 479	17 279	5%

Especialidade	2015			2016			2017			2018			Var. HS (Total) 2018/2017	
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	Valor	%
Pneumologia	81 581	27 453	109 034	80 061	29 641	109 702	69 976	29 582	99 558	73 124	32 098	105 222	5 665	6%
Psiquiatria	20 181	42 988	63 169	16 977	41 262	58 238	14 853	38 208	53 060	16 663	38 310	54 973	1 912	4%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	4 048	1 444	5 492	3 971	1 432	5 403	2 943	1 408	4 351	2 601	1 612	4 213	-139	-3%
Radiologia	32 561	23 540	56 101	31 602	24 170	55 772	30 353	27 334	57 687	28 228	28 346	56 573	-1 114	-2%
Radioncologia	2 580	4 202	6 782	4 737	4 171	8 907	5 653	4 715	10 368	5 369	4 434	9 803	-565	-5%
Reumatologia	4 695		4 695	5 213		5 213	5 254		5 254	6 381		6 381	1 127	21%
Saúde Pública	9 424	1 098	10 522	10 179	204	10 383	10 808	1 087	11 895	11 333	1 329	12 663	768	6%
Urologia	37 716	63 798	101 515	36 567	60 335	96 902	35 776	58 746	94 522	36 604	61 266	97 871	3 349	4%
Sem especialidade ou não definida	148 660	6 895	155 554	80 775	2 841	83 616	85 381	8 802	94 184	45 871	683	46 554	-47 629	-51%
<b>Total Geral</b>	<b>4 791 422</b>	<b>1 141 365</b>	<b>5 932 787</b>	<b>4 643 076</b>	<b>1 208 685</b>	<b>5 851 761</b>	<b>4 471 009</b>	<b>1 229 624</b>	<b>5 700 634</b>	<b>4 528 687</b>	<b>1 260 481</b>	<b>5 789 168</b>	<b>88 535</b>	<b>2%</b>

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares com presença física; **HP** – Horas de prevenção

\* Ginecologia/Obstetrícia inclui a Ginecologia e a Obstetrícia

Fonte: Dados provenientes do RHV

O Quadro 55 reflete a evolução do trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem.

No ano 2018 registou-se um aumento do volume de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem, em termos globais, apresentou um crescimento, o que representou um incremento de 27% face ao ano anterior.

Tal facto deve-se, maioritariamente, à alteração ocorrida no período normal de trabalho dos trabalhadores vinculados com contrato individual de trabalho em funções públicas com a reposição das 35 horas de trabalho semanal, cujo reflexo não pôde deixar de sentir-se, particularmente, no contexto hospitalar, na medida em que, envolvendo a prestação de trabalho destes profissionais a modalidade de turnos, em regime de laboração contínua de 24 horas por dia e 365 dias por ano, uma parte das horas de trabalho perdidas tiveram de ser compensadas por recurso à realização de trabalho suplementar.

No que respeita ao pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos, a respetiva evolução do número de horas suplementares realizadas nos anos da série temporal disponível por entidade consta do Quadro 56.

Uma vez que este grupo profissional se encontra dividido por ramos, apresenta-se no Quadro 57 a respetiva evolução de forma desagregada.

Por último, no que diz respeito às carreiras especiais da saúde, apresenta-se a evolução do volume de trabalho suplementar ocorrida para o pessoal técnico superior das áreas de

diagnóstico e terapêutica. Tratando-se de uma carreira dividida por diversas profissões, a evolução é apresentada primeiro por entidade, no Quadro 58, e, seguidamente, no Quadro 59, por profissão.

Assim, tal como se verificou relativamente ao pessoal de enfermagem e pelos mesmos motivos, também os técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica registaram um aumento do volume do trabalho suplementar.

Quadro 55. Volume de trabalho suplementar do pessoal de enfermagem

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	72 132	73 344	82 012	79 597	-2 415	-3%
ARS Alentejo, I.P.	15 400	18 886	28 012	30 999	2 987	11%
ARS Algarve, I.P.	25 204	25 962	28 528	23 421	-5 107	-18%
ARS Centro, I.P.	105 719	97 846	116 766	116 771	5	0%
ARS Norte, I.P.	134 368	154 529	150 935	154 776	3 841	3%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	2 289	7 476	7 688	15 248	7 560	98%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	53 593	81 022	87 095	118 503	31 408	36%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	1 629	5 818	19 328	18 904	-425	-2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	47 525	51 431	53 970	55 351	1 382	3%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	25 290	26 693	25 071	31 167	6 095	24%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	28 501	29 443	53 149	73 787	20 638	39%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	37 238	50 377	51 825	68 940	17 115	33%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	5 989	15 158	42 954	53 911	10 957	26%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	4 905	22 162	28 888	37 671	8 783	30%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	4 505	6 718	15 757	34 542	18 785	119%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	119 199	114 808	189 921	265 407	75 486	40%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	7 471	13 349	12 860	32 732	19 871	155%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	9 233	17 532	24 413	25 437	1 024	4%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	8		3 946	3 287	-659	-17%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	14 511	36 124	41 161	60 434	19 273	47%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	38 916	40 385	42 063	82 708	40 646	97%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	11 863	19 843	29 937	48 992	19 055	64%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	171 003	223 820	221 092	252 559	31 466	14%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	82 675	134 649	161 545	203 085	41 541	26%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	96 040	92 071	97 057	118 024	20 967	22%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	33 578	83 587	61 472	132 758	71 286	116%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	118 320	126 033	132 491	175 200	42 708	32%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	157	215	208	9 551	9 343	4503%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede			8		-8	-100%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	22 492	33 964	22 447	30 470	8 024	36%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	1 365	3 303	4 457	4 128	-329	-7%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	280	3 392	3 840	7 907	4 067	106%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	16 624	28 398	29 982	48 325	18 343	61%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	27 360	33 699	33 291	34 628	1 336	4%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar				337	337	NA
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	24 948	52 621	53 302	74 527	21 225	40%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	26 981	31 132	44 074	54 228	10 155	23%

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	1 910	869	4 989	7 890	2 901	58%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto				3	3	NA
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	49 306	65 037	65 961	67 973	2 012	3%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	13 503	13 722	12 685	12 548	-136	-1%
IPO Coimbra, E.P.E.	21 869	23 119	22 418	26 238	3 820	17%
IPO Lisboa, E.P.E.	21 078	22 919	19 797	29 811	10 013	51%
IPO Porto, E.P.E.	34 842	27 757	42 067	39 482	-2 586	-6%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	22 838	33 873	61 056	85 857	24 801	41%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	21 449	31 350	37 350	48 057	10 707	29%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	16 195	16 251	16 752	24 051	7 299	44%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	50 114	54 986	71 952	88 719	16 767	23%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	20 488	23 129	22 268	25 015	2 747	12%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	14 885	16 748	25 326	36 514	11 188	44%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	38 025	45 988	55 710	69 245	13 535	24%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	42 269	49 517	61 004	64 475	3 471	6%
<b>Total Geral</b>	<b>1 756 079</b>	<b>2 181 052</b>	<b>2 520 880</b>	<b>3 204 188</b>	<b>683 308</b>	<b>27%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 56. Volume de trabalho suplementar do pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos por entidade**

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	356	438	928	997	69	7%
ARS Alentejo, I.P.	46	44	99	380	281	284%
ARS Algarve, I.P.	37	26	49	32	-17	-35%
ARS Centro, I.P.	1 306	1 331	1 308	1 336	28	2%
ARS Norte, I.P.	7	10	50	118	68	135%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	2 730	3 549	3 550	3 318	-232	-7%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	2 753	2 428	2 259	1 408	-851	-38%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	1 624	1 503	2 805	5 375	2 570	92%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	1 302	1 147	829	1 032	204	25%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	1 464	1 287	1 444	1 670	226	16%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	2 097	1 752	2 170	1 980	-190	-9%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	35	134	532	391	-141	-27%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	2 984	3 046	3 049	2 495	-554	-18%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	438	462	351	684	333	95%

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	3 207	2 444	2 919	2 425	-494	-17%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	12 888	14 467	13 347	11 569	-1 778	-13%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	7 199	6 222	6 861	7 710	848	12%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	201	250	154	347	193	125%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	181	152	149	256	107	72%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	4 238	3 168	2 861	3 042	182	6%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	1 706	1 908	1 809	3 126	1 317	73%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	16 140	16 583	14 680	14 449	-230	-2%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	2 723	3 331	2 552	2 734	182	7%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	6 376	6 196	5 993	6 166	173	3%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	1 948	2 277	2 400	3 424	1 023	43%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	3 748	3 985	3 775	4 251	476	13%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	238	251	606	1 735	1 130	187%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.				20	20	NA
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	11		101	124	23	23%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	1 293	1 589	1 275	1 234	-41	-3%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	841	1 443	1 542	1 704	161	10%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	1 600	1 546	1 503	1 548	45	3%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	3 676	3 625	3 033	1 806	-1 227	-40%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	695	729	623	570	-53	-9%
Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	200	74	51	85	34	66%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	2 376	337	204	313	109	53%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	12 496	13 175	10 531	9 934	-598	-6%
IPO Coimbra, E.P.E.	3 318	3 827	3 751	3 562	-190	-5%
IPO Lisboa, E.P.E.	3 046	2 939	2 860	3 342	482	17%
IPO Porto, E.P.E.	4 665	4 429	4 484	4 024	-460	-10%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	199	78	52	81	29	56%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	6 829	6 922	6 388	5 851	-537	-8%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	6 252	6 322	5 064	5 831	767	15%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	13 136	12 804	13 168	13 784	616	5%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	1 989	2 705	2 615	1 527	-1 089	-42%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	125	271	355	773	419	118%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	5 744	5 625	7 198	9 267	2 069	29%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	6 378	6 078	4 905	4 559	-346	-7%
<b>Total Geral</b>	<b>152 835</b>	<b>152 907</b>	<b>147 228</b>	<b>152 383</b>	<b>5 155</b>	<b>4%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 57. Volume de trabalho suplementar dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo**

Ramo	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Engenharia Sanitária	46	44	99	198	99	100%
Farmácia / Farmácia Hospitalar	89 802	91 478	94 062	102 188	8 126	9%
Física Hospitalar	3 224	3 693	2 711	2 675	-36	-1%
Genética / Genética Humana	6 426	7 329	7 044	7 614	570	8%
Laboratório / Análises Clínicas	52 340	48 948	41 408	37 974	-3 433	-8%
Nutrição	345	440	389	374	-15	-4%
Psicologia Clínica	652	975	1 516	1 361	-155	-10%
<b>Total Geral</b>	<b>152 835</b>	<b>152 907</b>	<b>147 228</b>	<b>152 383</b>	<b>5 155</b>	<b>4%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 58. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica por entidade**

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	133	138	281	557	276	98%
ARS Alentejo, I.P.	42	54	348	478	130	37%
ARS Algarve, I.P.	4 191	5 707	6 974	7 473	499	7%
ARS Centro, I.P.	4 393	5 432	6 642	7 649	1 007	15%
ARS Norte, I.P.	2 032	3 655	5 187	4 022	-1 165	-22%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	421	536	1 962	874	-1 088	-55%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	10 926	12 591	15 046	17 188	2 142	14%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	152	1 717	4 503	6 956	2 453	54%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	25 640	29 339	30 280	31 078	798	3%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	21 867	20 152	20 228	22 736	2 508	12%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	7 699	7 133	12 786	11 772	-1 014	-8%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	15 106	18 772	21 549	24 720	3 171	15%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	2 801	3 310	3 846	4 542	696	18%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	3 328	4 974	7 488	8 882	1 393	19%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	6 230	3 003	5 371	3 223	-2 148	-40%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	60 704	70 523	74 032	94 196	20 164	27%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	9 405	10 224	9 966	10 638	672	7%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	46	101	216	2 818	2 602	1208%

Entidade	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa				113	113	NA
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	1 542	2 969	5 470	2 919	-2 552	-47%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	13 047	13 585	14 167	15 660	1 492	11%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	345	1 630	1 416	2 103	687	49%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	51 830	54 353	57 895	68 617	10 723	19%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	17 574	21 764	20 148	23 729	3 581	18%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	20 124	18 963	22 306	26 990	4 685	21%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	10 532	12 843	12 547	16 672	4 125	33%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	27 834	31 707	47 056	62 419	15 363	33%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	488	2 508	6 814	5 057	-1 757	-26%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.				10	10	NA
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	35	85	276	2 382	2 106	763%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	2 445	4 868	5 710	6 237	527	9%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	32 472	31 445	36 040	35 633	-407	-1%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	9 853	11 642	11 043	11 930	886	8%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	24 433	25 599	27 191	28 795	1 603	6%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	1 093	1 399	1 408	894	-515	-37%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto			15		-15	NA
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	1 599	118	81	69	-12	-15%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	29 205	28 430	32 687	32 018	-669	-2%
IPO Coimbra, E.P.E.	12 117	12 668	13 738	13 923	185	1%
IPO Lisboa, E.P.E.	9 275	8 887	9 653	9 914	262	3%
IPO Porto, E.P.E.	19 508	18 794	20 659	20 026	-633	-3%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.		91	197	892	695	353%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	7 108	5 709	5 540	5 030	-510	-9%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	8 624	8 713	8 721	8 979	258	3%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	9 997	11 625	15 117	16 815	1 698	11%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	16 353	13 186	11 351	12 371	1 020	9%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	6 487	6 047	5 619	2 055	-3 564	-63%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	32 311	28 461	35 028	38 880	3 852	11%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	13 565	13 399	14 048	15 894	1 846	13%
<b>Total Geral</b>	<b>554 908</b>	<b>588 846</b>	<b>668 642</b>	<b>746 824</b>	<b>78 182</b>	<b>12%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 59. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, por profissão**

Profissão	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
					Valor	%
Dietista	2 792	2 858	2 830	2 605	-224	-8%
Fisioterapeuta	6 615	6 779	7 144	6 565	-579	-8%
Higienista oral		3			0	NA
Ortoptista	699	667	306	306	-1	0%
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	212 521	215 989	243 690	264 832	21 142	9%
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	560	8	616	4 491	3 874	629%
Técnico de audiologia	114	127	34	218	185	551%
Técnico de cardiopneumologia	131 273	138 735	149 185	172 282	23 097	15%
Técnico de farmácia	44 612	47 070	49 651	56 278	6 627	13%
Técnico de medicina nuclear	6 205	6 242	6 298	6 358	60	1%
Técnico de neurofisiologia	5 300	4 919	5 187	5 920	733	14%
Técnico de radiologia	134 306	152 145	191 434	214 614	23 180	12%
Técnico de radioterapia	4 003	6 061	6 696	6 676	-20	0%
Técnico de saúde ambiental	4 796	4 822	5 322	5 630	307	6%
Terapeuta da fala	21			21	21	NA
Terapeuta ocupacional			8	28	20	NA
Sem / ND	1 091	2 423	240		-240	-100%
<b>Total Geral</b>	<b>554 908</b>	<b>588 846</b>	<b>668 642</b>	<b>746 824</b>	<b>78 182</b>	<b>27%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

## 8. Certificação profissional

### 8.1. Técnicos das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica

No âmbito das suas atribuições compete à ACSS, através do seu Departamento de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos na Saúde, assegurar, quanto às profissões inseridas do âmbito dos Técnicos das áreas de Diagnóstico e Terapêutica, o respetivo registo profissional.

Pela via da equivalência das habilitações académicas ou pelo reconhecimento das qualificações profissionais adquiridas no estrangeiro, emitem-se, respetivamente, a cédula profissional e a declaração de reconhecimento com atribuição de cédula.

As profissões regulamentadas são as seguintes: Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública; Técnico de Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica; Técnico de Audiologia; Técnico de Cardiopneumologia; Técnico de Farmácia; Fisioterapeuta; Higienista Oral; Técnico de Neurofisiologia; Técnico de Prótese Dentária; Ortoprotésico; Ortoptista; Técnico de Radiologia; Técnico de Radioterapia; Terapeuta da Fala; Terapeuta Ocupacional; Técnico de Medicina Nuclear; Técnico de Saúde Ambiental e Podologista.

Mais compete, no mesmo domínio, a emissão de declarações que atestam a conformidade da formação obtida em Portugal de acordo com os níveis estabelecidos na diretiva comunitária transposta para o direito interno, conforme a Lei n.º 9/2009 de 4 de março. Neste âmbito existem contactos das entidades competentes de outros países membros da União Europeia, solicitando a confirmação de

registos profissionais quanto a profissionais das áreas suprarreferidas que pretendem exercer funções nesses países. Estas solicitações são feitas através de mensagem eletrónica ou da Plataforma Informática da Comissão Europeia “IMI-Sistema de Informação do Mercado Interno”.

Através da mesma Plataforma são feitos os pedidos de atribuição da Carteira Profissional Europeia, na área da fisioterapia, por parte de cidadãos europeus que queiram exercer a profissão em Portugal e dos profissionais com qualificação em Portugal que queiram exercer a profissão na Europa.

A Carteira Profissional Europeia (CPE) entrou em vigor a 18 de janeiro de 2016. Não é um “cartão”, mas um documento eletrónico ao qual se acede através dum código, facultado ao requerente quando estiver emitida. Não há lugar a qualquer tipo de suporte de informação em papel, salvo quando o pedido é autorizado e, se necessário, tanto o requerente como o país de acolhimento podem imprimir um documento comprovativo.

No ano 2016, foram rececionados 8 pedidos de CPE oriundos de profissionais que pretendiam trabalhar em Portugal (6 pedidos para se estabelecerem e 2 pedidos para prestação de serviços ocasionais).

No ano 2017 os pedidos de CPE subiram para 10 no regime de estabelecimento no nosso país.

No ano de 2018, foram recebidos 15 pedidos de CPE para trabalhar em Portugal, dos quais 11 em regime de estabelecimento e 4 em regime de prestação de serviços ocasionais.

Nos gráficos 36 a 38 é possível consultar informação relativa ao país de origem dos profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer a profissão em Portugal.

Relativamente aos pedidos de CPE de profissionais formados em Portugal que pretendem exercer a profissão noutro país da EU, foram rececionados, durante o ano de 2018, 68 pedidos, o valor mais elevado dos últimos três anos, 71% dos quais para desenvolver atividade profissional em Espanha. Em 2016 foram rececionados 36 pedidos e em 2017 o número de pedidos subiu para 39, como se pode observar no Gráfico 39. Nos gráficos 40 a 42 é disponibilizada informação relativa aos países de acolhimento dos pedidos de CPE destes profissionais.

No que concerne à emissão de cédulas profissionais no período em análise, verificou-se a evolução demonstrada no Gráfico 43.

Em termos de desagregação por profissão, e como se pode verificar pelo Quadro 60 relativo à evolução da emissão de cédulas desde 2010, a profissão de TSDT com maior número de cédulas emitidas desde 2010 foi a de Fisioterapeuta (10.484 cédulas), seguido de Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública (7.270 cédulas) e Técnico de Farmácia (5.743 cédulas).

Relativamente à emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro, o ano de 2018 registou um aumento face aos dois últimos

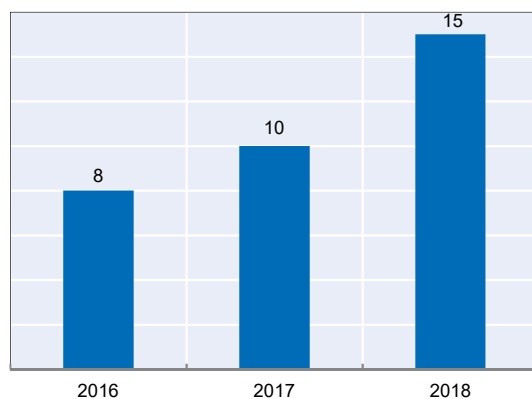
anos, no entanto é de assinalar uma diminuição significativa face ao ano de 2015.

Este aumento no número de declarações emitidas, ocorrido no ano de 2018, estará, certamente, relacionado com a conclusão dos cursos de Fisioterapia nas universidades portuguesas por parte de cidadãos espanhóis, franceses e italianos, que, após obterem as cédulas profissionais, solicitam a emissão das declarações para instruírem o processo da Carteira Profissional Europeia (CPE) e poderem exercer a profissão de Fisioterapeuta no seu país de origem.

Quanto ao reconhecimento de qualificações adquiridas no estrangeiro com vista ao exercício profissional em Portugal, a variação foi a ilustrada adiante.

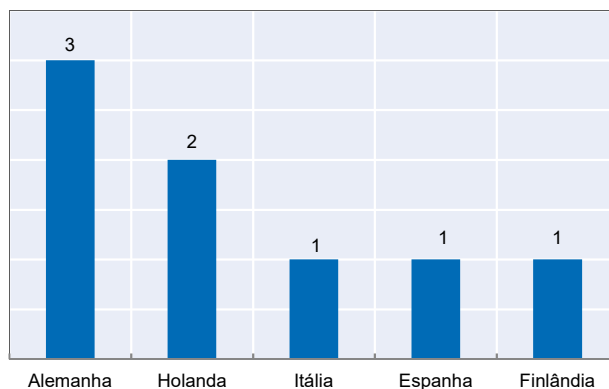
No mesmo sentido do assinalado para a emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro, assistimos a um aumento dos pedidos de reconhecimento de qualificações adquiridas no estrangeiro para exercício profissional em território português, registando o ano de 2018 o maior volume de pedidos efetuados nesta série temporal.

**Gráfico 35. Pedidos de CPE de profissionais com qualificações europeias para exercer em Portugal**



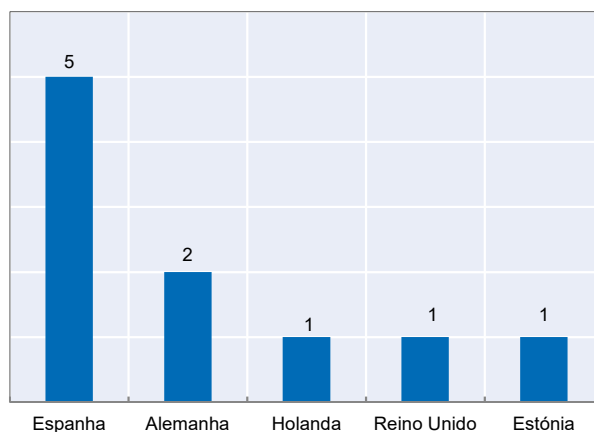
Fonte: ACSS

**Gráfico 36. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2016**



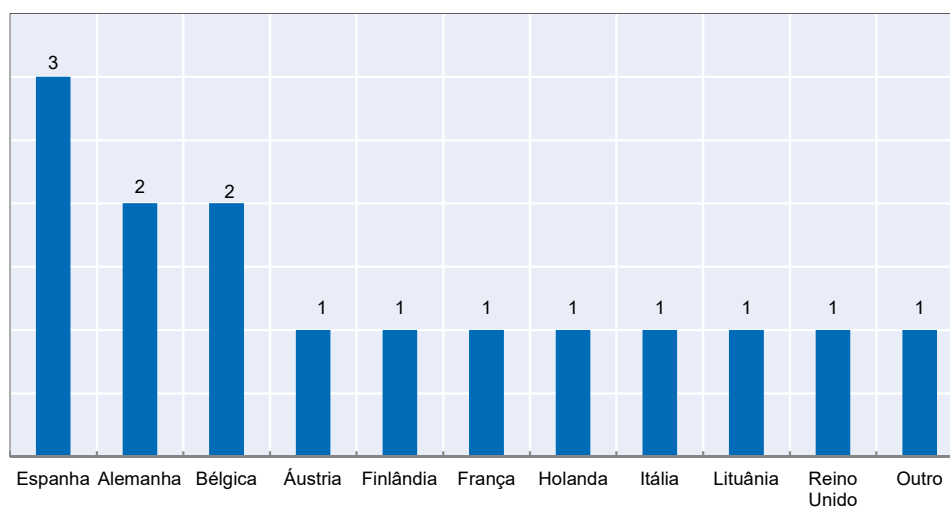
Fonte: ACSS

**Gráfico 37. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2017**



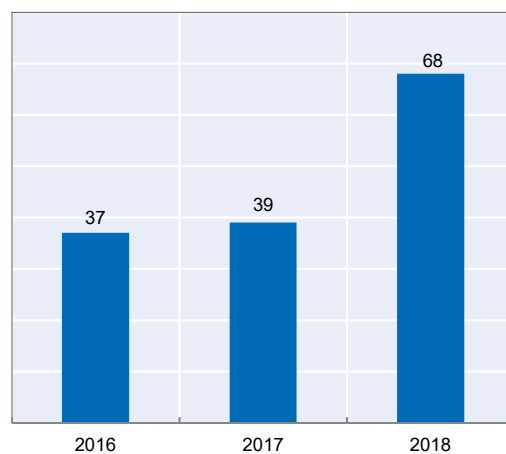
Fonte: ACSS

**Gráfico 38. País de origem de profissionais com qualificações europeias que solicitaram CPE para exercer em Portugal em 2018**



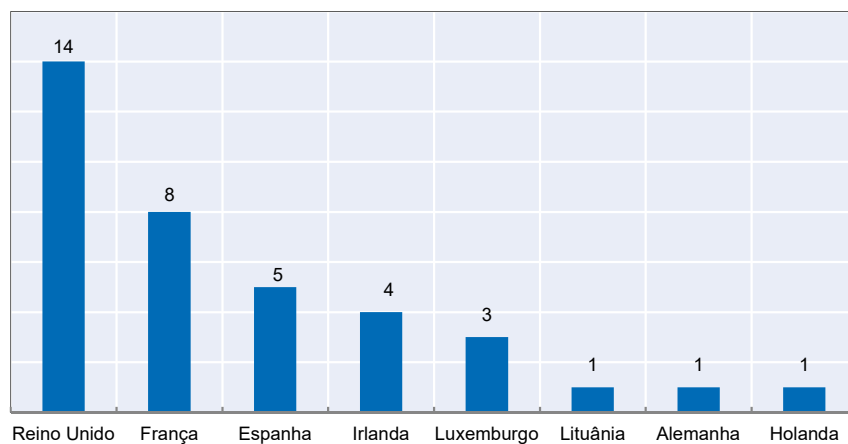
Fonte: ACSS

**Gráfico 39. Pedidos de CPE de profissionais com qualificações obtidas em Portugal para exercer noutro país da UE**



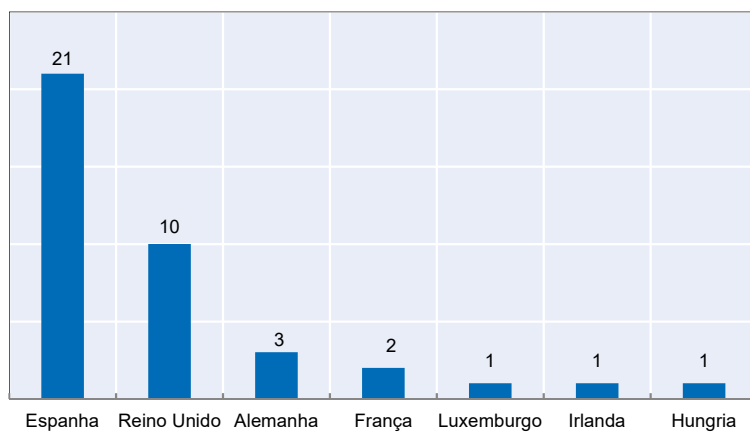
Fonte: ACSS

**Gráfico 40. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2016**



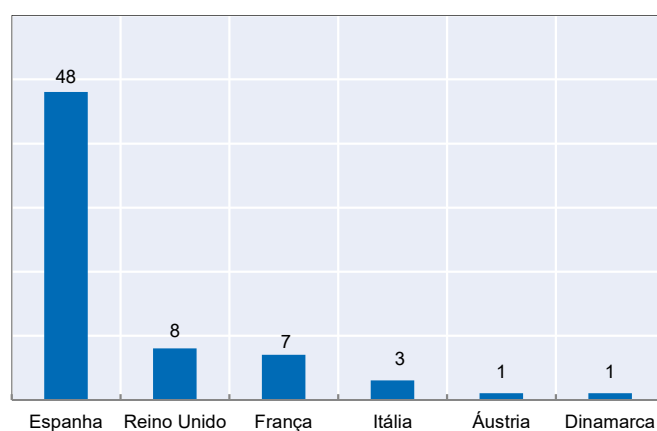
Fonte: ACSS

**Gráfico 41. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2017**



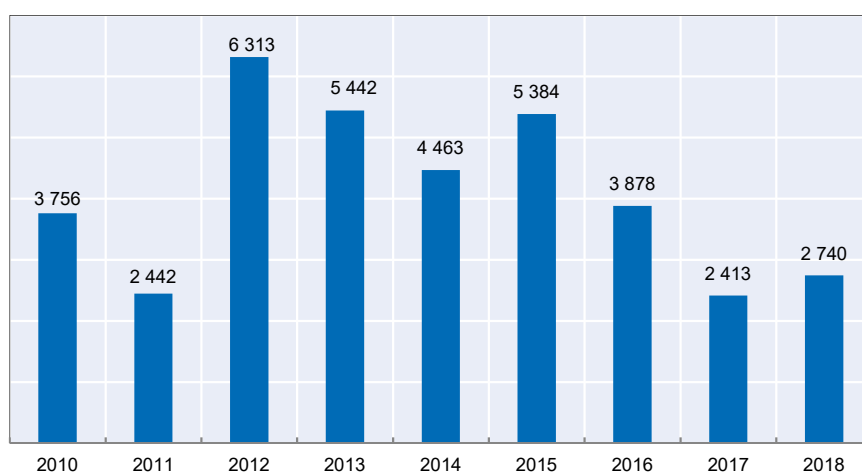
Fonte: ACSS

**Gráfico 42. País de acolhimento de profissionais com qualificações obtidas em Portugal que solicitaram CPE para exercer noutro país da UE em 2018**



Fonte: ACSS

**Gráfico 43. Total de cédulas de TSDT emitidas (2010-2018)**



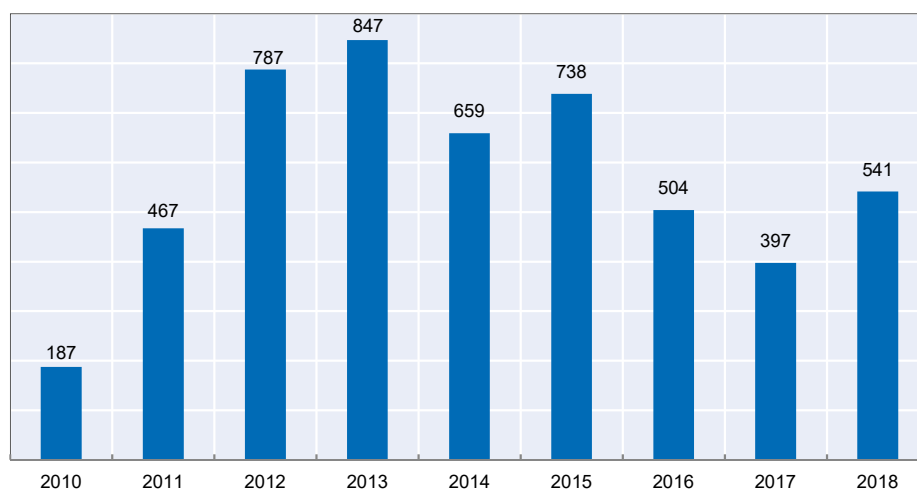
Fonte: ACSS

Quadro 60. Evolução da emissão de cédulas profissionais por profissão

Profissionais	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dietista	107	71							
Fisioterapeuta	1 062	634	992	1 302	844	2 252	1 812	778	808
Higienista oral	68	36	35	14	68	47	47	29	42
Ortoprotésico	35	18	32	10	35	22	16	17	19
Ortopista	46	31	35	21	55	43	37	32	28
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	527	305	1 955	997	1 753	983	279	193	278
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	129	52	97	57	92	98	111	133	225
Técnico de audiologia	44	31	54	26	53	40	50	46	63
Técnico de cardiopneumologia	296	140	208	125	148	128	160	144	154
Técnico de farmácia	424	413	1 132	2 488	277	271	333	182	223
Técnico de medicina nuclear	30	10	34	22	48	775	82	99	113
Técnico de neurofisiologia	28	29	34	15	13	15	40	91	96
Técnico de prótese dentária	47	31	46	35	112	45	71	41	61
Técnico de radiologia	412	265	1 083	156	260	210	248	177	186
Técnico de radioterapia	57	37	63	8	87	34	82	131	114
Técnico de saúde ambiental	77	45	61	25	67	32	46	37	55
Terapeuta da fala	254	238	332	99	391	188	233	150	126
Terapeuta ocupacional	113	56	120	42	160	201	231	133	149
<b>Total Cédulas Profissionais</b>	<b>3 756</b>	<b>2 442</b>	<b>6 313</b>	<b>5 442</b>	<b>4 463</b>	<b>5 384</b>	<b>3 878</b>	<b>2 413</b>	<b>2 740</b>

Fonte: ACSS

Gráfico 44. Evolução da emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica



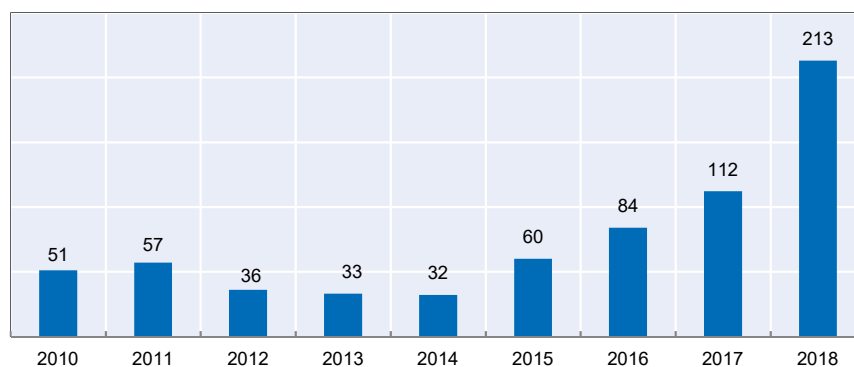
Fonte: ACSS

**Quadro 61. Emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica por país de destino**

Área	França	Reino Unido	Espanha	Suiça	Itália	Suécia	Bélgica	Alemanha	Irlanda	Áustria	Noruega	Austrália	E. Árabes	Hungria	Luxemburgo	Singapura	Islândia	Holanda	EUA	Nova Zelândia	n/d	Total
Fisioterapeuta	152	16	86	40	20		2	4	3	4		1	2	2	2			1	1	1		337
Higienista Oral						13					2											15
Ortoprotésico		1	2			4					1											8
Ortopista																1						1
Podologia				2																		2
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	1	34		7		1		3									2				2	50
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica		17																			3	20
Técnico de Audiologia		5																				5
Técnico de Cardiopneumologia		1							1	1												3
Técnico de Farmácia	1	2																				3
Técnico de Medicina Nuclear	2	2				1	4															9
Técnico de Neurofisiologia	1																					1
Técnico de Prótese Dentária			1																			1
Técnico de Radiologia	2	38		6					2			2				1						51
Técnico de Radioterapia	3	7					1															11
Técnico de Saúde Ambiental																						0
Terapeuta da fala																						0
Terapeuta Ocupacional	3	11		6	1						2		1									24
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>134</b>	<b>89</b>	<b>61</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>541</b>

Fonte: ACSS

**Gráfico 45. Reconhecimento de habilitações estrangeiras para Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica para o exercício da profissão em Portugal**



Fonte: ACSS

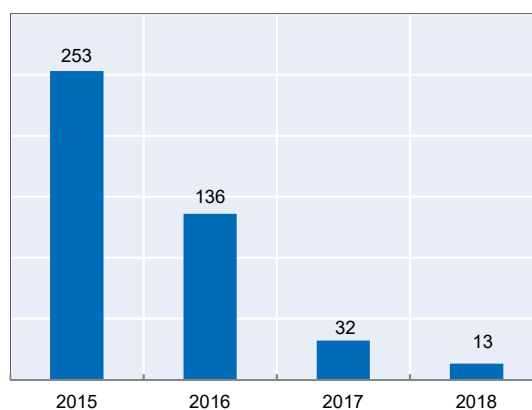
## 8.2. Podologia

Compete, igualmente, à ACSS, o registo profissional, pela via das habilitações académicas ou pelo reconhecimento das qualificações profissionais adquiridas no estrangeiro, emitindo, respetivamente, a cédula profissional e a declaração de reconhecimento e atribuição de cédula da profissão de podologista.

O exercício da atividade de podologista encontra-se definido, em Portugal, pela Lei n.º 65/2014, de 28 de agosto, diploma que estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista.

No ano de 2018 foi atribuído apenas um reconhecimento de qualificações adquiridas no estrangeiro.

Gráfico 46. **Total de cédulas de podologistas emitidas em 2015, 2016, 2017 e 2018**



Fonte: ACSS

Quadro 62. **Reconhecimento de qualificações adquiridas no estrangeiro**

País de Origem	2015	2016	2017	2018
Bélgica	1		1	
Brasil	1	1		
Espanha		3		
Reino Unido		1		
França		2		1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: ACSS

### 8.3. Terapêuticas não convencionais

A Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, regulamentou a atividade das Terapêuticas não Convencionais. Foram, desde logo, regulamentadas as atividades relacionadas com Acupuntura, Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa, Naturopatia, Osteopatia e Quiropráxia.

O processo de registo tem-se dirigido sobretudo aos profissionais que, à data da entrada em vigor da lei, se encontravam a exercer atividade em alguma das áreas supramencionadas e que solicitaram a cédula ao abrigo da disposição transitória prevista no art.º 19.º. Os restantes requerentes solicitaram a cédula ao abrigo do art.º 5.º que prevê a emissão de cédula para quem seja titular de licenciatura na área.

Analizados os processos, e atenta à pontuação obtida em função dos critérios estabelecidos no respetivo enquadramento legal, pode ser atribuída uma cédula definitiva ou uma provisória.

Da avaliação pode ainda resultar a não atribuição de cédula conforme o disposto no n.º 2 do art.º 19.º.

Todos os pedidos que foram formulados nos termos do artigo 19.º da Lei acima referida foram avaliados até ao fim do ano de 2016, tendo, para o efeito, sido constituída uma equipa dedicada.

A maioria das cédulas emitidas em 2017 é relativa a reavaliações que resultaram do envio de documentação adicional pelos requerentes.

O número de cédulas emitidas, por área de atividade durante o ano de 2017 foi a representada nos quadros seguintes. De salientar, neste universo, e quanto ao ano de 2017, a relevância da Acupuntura no que respeita à emissão de cédulas, representando perto de 40% do número global.

Em 2018, através da Portaria n.º 45/2018, de 9 de fevereiro, publicada em Diário da República, foram aprovados os requisitos gerais que devem ser observados pelo ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Medicina Tradicional Chinesa.

A publicação acima mencionada permitiu, conforme indicado no artigo 19.º da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que todos os interessados pudessem candidatar-se a atribuição de cédula profissional em Medicina Tradicional Chinesa.

A submissão das mesmas decorreu na nova plataforma informática criada para as Terapêuticas Não Convencionais, tendo encerrado o seu prazo no dia 5 de novembro de 2018.

Foram ainda rececionadas na ACSS, IP. candidaturas em suporte papel, porém assumindo um número residual.

No total, foram inseridas na plataforma 1279 candidaturas tendo a sua grande maioria sido entregues ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro - Disposição Transitória, uma vez que as licenciaturas em Medicina Tradicional Chinesa ainda não foram iniciadas em Portugal.

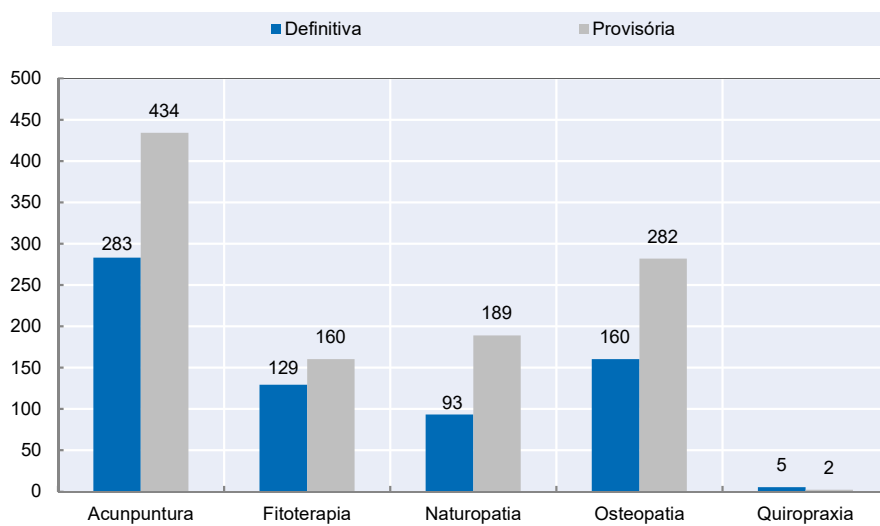
Em dezembro de 2018 encontravam-se avaliadas, sensivelmente, 50% das candidaturas rececionadas.

Quadro 63. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016

Estado	Acupuntura	Fitoterapia	Naturopatia	Osteopatia	Quiropraxia	Total geral
Definitiva	283	129	93	160	5	670
Provisória	434	160	189	282	2	1 067
<b>Total geral</b>	<b>717</b>	<b>289</b>	<b>282</b>	<b>442</b>	<b>7</b>	<b>1 737</b>

Fonte: ACSS

Gráfico 47. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016



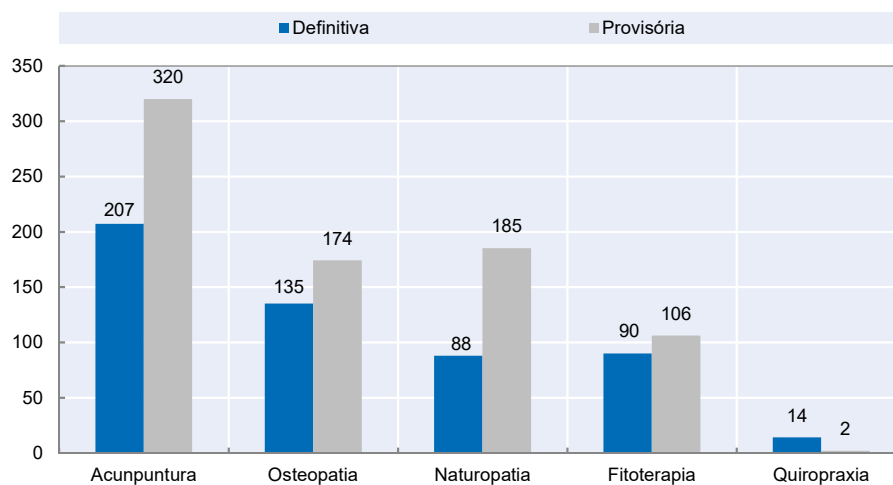
Fonte: ACSS

Quadro 64. Total de cédulas de TNC emitidas em 2017

Estado	Acupuntura	Osteopatia	Naturopatia	Fitoterapia	Quiropraxia	Total
Definitiva	207	135	88	90	14	534
Provisória	320	174	185	106	2	787
<b>Total</b>	<b>527</b>	<b>309</b>	<b>273</b>	<b>196</b>	<b>16</b>	<b>1 321</b>

Fonte: ACSS

Gráfico 48. Total de cédulas de TNC emitidas em 2017

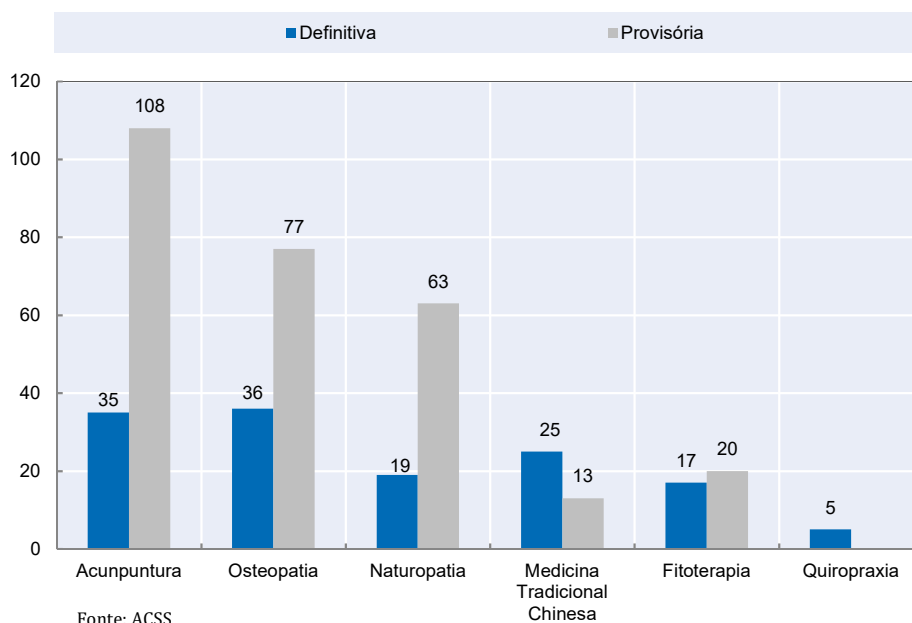


Fonte: ACSS

Quadro 65. Total de cédulas de TNC emitidas em 2018

Estado	Acupuntura	Osteopatia	Naturopatia	Medicina Tradicional Chinesa	Fitoterapia	Quiropraxia	Total
Definitiva	35	36	19	25	17	5	137
Provisória	108	77	63	13	20		281
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>113</b>	<b>82</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>5</b>	<b>418</b>

Fonte: ACSS



Fonte: ACSS

## *Parte III*

# Caracterização dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde

A região do Norte é a que concentra maior número de médicos (37,5%) e a região de Lisboa e Vale do Tejo o maior número de enfermeiros (35,6%).

A idade média do pessoal médico especialista situou-se nos 50 anos e a do pessoal de enfermagem nos 41 anos.

Em média, do universo dos profissionais que realizaram trabalho suplementar, cada médico prestou 303 horas anuais e cada enfermeiro de 115 horas.

Do volume de trabalho médico prestado sob a forma de prestação de serviço 65% foi realizado em contexto de serviço de urgência.

A taxa de feminização global foi de 76,5%, a do pessoal médico de 60,6% e a do pessoal de enfermagem de 83,5%.

Do universo do pessoal técnico superior de saúde, 36% são psicólogos clínicos e 30% são farmacêuticos.

A idade média do pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica fixou-se nos 43 anos, e a profissão que detém maior número de profissionais é a de técnico de análises clínicas e de saúde pública, seguida dos técnicos de radiologia.

## 1. Pessoal Médico

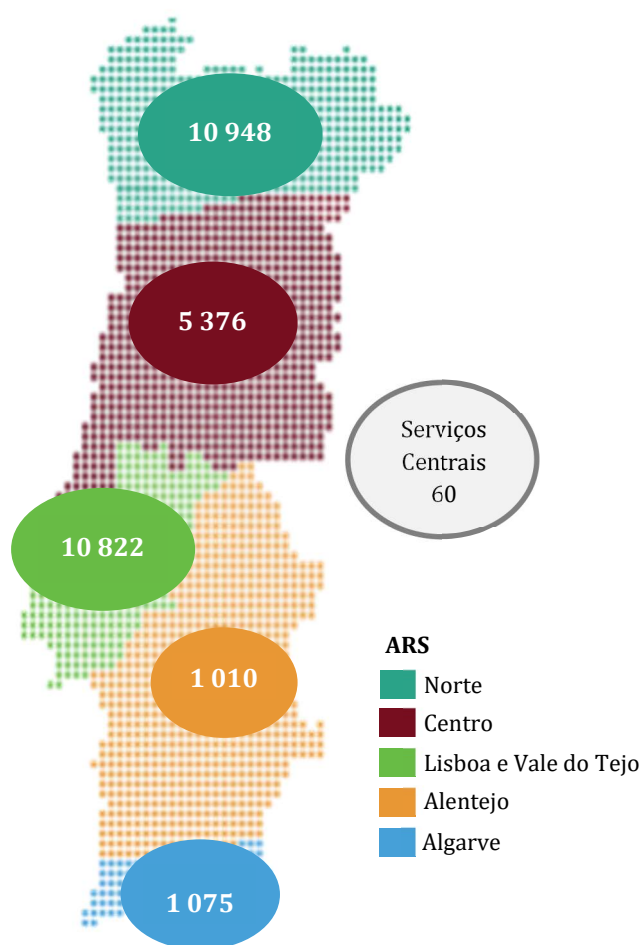
### 1.1. Médicos por região de saúde

A região de saúde do Norte contempla o maior número de médicos (incluindo internos) no Serviço Nacional de Saúde, representando cerca de 37,5% do total, o que reflete a distribuição demográfica. Por outro lado, assinala-se o reforço do número de médicos na região Algarve.

Não obstante, para efeitos de comparabilidade entre as diferentes regiões foi utilizado o rácio de médicos por 1.000 habitantes, conforme se verifica no Quadro 66.

Da análise do referido quadro constata-se que as regiões de saúde do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo tem o rácio mais elevado de Portugal (3,0 médicos por 1.000 habitantes), superando o rácio a nível nacional no âmbito do SNS. Em contrapartida, é na região do Alentejo que o mesmo rácio apresenta o valor mais baixo (2,0 médicos por 1.000 habitantes), o que constitui um reflexo das dificuldades existentes na fixação de profissionais nesta região do país.

Figura 2. Total de médicos por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV, Censos 2011 e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Quadro 66. Médicos no SNS por 1.000 habitantes

Regiões	Médico por 1.000 habitantes
Norte	3,0
Centro	2,9
Lisboa e Vale do Tejo	3,0
Alentejo	2,0
Algarve	2,4
<b>Nacional</b>	<b>2,9</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV, Censos 2011 e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

## 1.2. Médicos (sem internos) por especialidade

Tendo por base o número de médicos sem internos por especialidade, constata-se, como resulta do Gráfico 50, que 66,1 % dizem respeito a especialidades hospitalares, 30,3% a Medicina Geral e Familiar, 1,9% a Saúde Pública e 1,7% a outras especialidades onde estão incluídas a Medicina do Trabalho, Medicina Desportiva e outras situações.

No que concerne à distribuição do pessoal médico por especialidade e respetiva evolução entre 2017 e 2018, conforme resulta do Quadro 67, e em decorrência do anteriormente referido, constata-se que a Medicina Geral e Familiar é a especialidade médica que detém o maior número de profissionais (31% do total de médicos especialistas em 2017 e 30% em 2018).

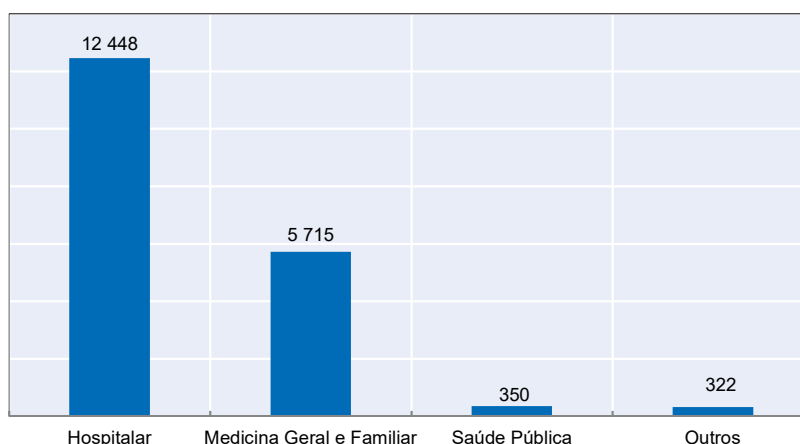
Relativamente às especialidades hospitalares, as que apresentam maior expressão numérica de profissionais são a Medicina Interna (8,9%), Pediatria Médica (5,8%) e Anestesiologia (5,8%).

No ano 2018 registou-se um aumento de profissionais na maioria das especialidades médicas, destacando-se o aumento de 146 médicos de Medicina Geral e Familiar, o que evidencia o esforço do sistema em reforçar os cuidados de saúde primários, no sentido de procurar alcançar o objetivo de proporcionar Médico de Família a todos os utentes do SNS.

### Incremento de médicos especialistas

Em 2018 registou-se um aumento de 588 médicos especialistas nas entidades SPA e EPE do SNS, dos quais 146 na especialidade de Medicina Geral e Familiar e 115 na especialidade de Medicina Interna.

Gráfico 50. Número de médicos por especialidade



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 67. Médicos especialistas por região e por especialidade em 2017 e 2018

Especialidade	Número de médicos especialistas						Número de médicos especialistas						Variação médicos especialistas					
	Dezembro 2017						Dezembro 2018						2018-2017					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Anatomia patológica	49	27	59	3	3	141	48	27	65	3	2	145	-1	0	6	0	-1	4
Anestesiologia	461	212	370	27	20	1 090	471	216	355	25	20	1 087	10	4	-15	-2	0	-3
Cardiologia	146	88	176	14	13	437	147	92	174	15	13	441	1	4	-2	1	0	4
Cardiologia pediátrica	15	9	16	-	1	41	15	11	18	-	1	45	0	2	2	-	0	4
Cirurgia cardíaca	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Cirurgia cardiotorácica	29	11	38	-	-	78	28	8	38	-	-	74	-1	-3	0	-	-	-4
Cirurgia geral	333	184	316	56	42	931	354	190	327	55	42	968	21	6	11	-1	0	37
Cirurgia maxilo-facial	13	9	17	-	1	40	13	8	18	-	1	40	0	-1	1	-	0	0
Cirurgia pediátrica	21	11	33	2	-	67	20	11	34	2	-	67	-1	0	1	0	0	0
Cirurgia plástica reconstrutiva e estética	35	9	51	2	3	100	38	9	50	2	4	103	3	0	-1	0	1	3
Cirurgia torácica	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	3	1	2	-	-	-	3
Cirurgia vascular*	47	10	38	1	-	96	48	12	42	1	-	103	1	2	4	0	-	7
Dermatovenereologia	49	33	62	2	-	146	50	33	56	2	-	141	1	0	-6	0	-	-5
Endocrinologia*	49	28	42	-	1	120	50	29	50	-	2	131	1	1	8	-	1	11
Estomatologia	36	25	41	2	3	107	39	27	44	2	4	116	3	2	3	0	1	9
Farmacologia clínica	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	0	-	-	0
Gastroenterologia	76	53	99	6	16	250	81	60	101	6	17	265	5	7	2	0	1	15
Genética médica	4	5	9	-	1	19	6	6	11	-	-	23	2	1	2	-	-1	4
Ginecologia	4	21	2	-	-	27	4	19	2	-	-	25	0	-2	0	-	-	-2
Ginecologia/obstetrícia	271	126	237	21	28	683	275	130	234	17	28	684	4	4	-3	-4	0	1
Hematologia clínica	47	28	54	3	2	134	52	33	58	2	2	147	5	5	4	-1	0	13
Imunopatologia	28	14	38	4	6	90	31	17	39	3	4	94	3	3	1	-1	-2	4

Especialidade	Número de médicos especialistas						Número de médicos especialistas						Variação médicos especialistas					
	Dezembro 2017						Dezembro 2018						2018-2017					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Imuno-hemoterapia	57	19	84	7	4	171	61	23	85	7	4	180	4	4	1	0	0	9
Infeciologia*	43	27	48	1	3	122	49	30	48	1	4	132	6	3	0	0	1	10
Medicina desportiva	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	0
Medicina do trabalho	6	6	11	1	1	25	9	8	13	1	1	32	3	2	2	0	0	7
Medicina física e de reabilitação	86	41	89	8	17	241	96	42	90	8	19	255	10	1	1	0	2	14
Medicina geral e familiar	2 192	1 046	1 829	266	236	5 569	2 228	1 090	1 881	270	246	5 715	36	44	52	4	10	146
Medicina intensiva*	-	-	-	-	-	-	3	-	14	1	-	18	3	-	14	1	-	18
Medicina interna	552	289	564	85	77	1 567	590	318	601	91	82	1 682	38	29	37	6	5	115
Medicina nuclear	16	11	11	-	-	38	15	13	12	-	-	40	-1	2	1	-	-	2
Nefrologia	68	32	102	10	12	224	73	41	103	12	13	242	5	9	1	2	1	18
Neurocirurgia	41	22	49	1	5	118	41	23	53	1	6	124	0	1	4	0	1	6
Neurologia	97	60	105	5	9	276	110	61	103	4	9	287	13	1	-2	-1	0	11
Neurorradiologia	51	21	36	-	-	108	52	21	39	1	-	113	1	0	3	1	-	5
Obstetrícia	8	34	-	-	1	43	7	31	-	-	1	39	-1	-3	-	-	0	-4
Oftalmologia	139	78	162	17	10	406	146	80	163	16	11	416	7	2	1	-1	1	10
Oncologia médica	68	22	67	4	7	168	78	26	75	5	6	190	10	4	8	1	-1	22
Ortopedia	218	129	149	17	19	532	229	130	152	18	19	548	11	1	3	1	0	16
Otorrinolaringologia	108	52	106	6	8	280	114	58	98	5	8	283	6	6	-8	-1	0	3
Patologia clínica	96	48	139	18	14	315	107	51	140	18	14	330	11	3	1	0	0	15
Pediatria médica*	422	196	384	37	42	1 081	436	198	385	38	42	1 099	14	2	1	1	0	18
Pneumologia	105	78	150	6	16	355	114	82	145	7	16	364	9	4	-5	1	0	9
Psiquiatria	185	105	198	14	11	513	194	111	214	17	13	549	9	6	16	3	2	36
Psiquiatria da infância e da adolescência	43	17	38	1	1	100	44	18	41	1	1	105	1	1	3	0	0	5

Especialidade	Número de médicos especialistas						Número de médicos especialistas						Variação médicos especialistas					
	Dezembro 2017						Dezembro 2018						2018-2017					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Radiologia	106	73	150	15	18	362	103	75	151	14	17	360	-3	2	1	-1	-1	-2
Radioterapia*	32	21	26	-	-	79	35	22	25	1		83	3	1	-1	1	-	4
Reumatologia	23	20	39	-	3	85	27	25	43	-	3	98	4	5	4	-	0	13
Saúde pública	124	66	106	22	16	334	129	71	111	22	17	350	5	5	5	0	1	16
Urologia	76	42	76	9	8	211	72	42	77	9	7	207	-4	0	1	0	-1	-4
Sem/Não disponível	112	34	130	12	37	325	105	24	110	11	39	289	-7	-10	-20	-1	2	-36
<b>Total geral</b>	<b>6 788</b>	<b>3 492</b>	<b>6 547</b>	<b>705</b>	<b>715</b>	<b>18 247</b>	<b>7 040</b>	<b>3 654</b>	<b>6 689</b>	<b>714</b>	<b>738</b>	<b>18 835</b>	<b>252</b>	<b>162</b>	<b>142</b>	<b>9</b>	<b>23</b>	<b>588</b>

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

### 1.3. Médicos especialistas por idade e gênero

No ano em apreço a idade média dos médicos (sem internos) fixou-se em 50 anos. No entanto, 50,8% dos médicos especialistas têm mais de 50 anos de idade.

No Gráfico 51 apresenta-se a distribuição dos médicos especialistas por idade e por gênero, onde é possível constatar que, para cada idade, a predominância é do gênero feminino, com exceção para idades acima dos 62 anos, em que os médicos são maioritariamente do gênero masculino.

Todavia, dado que a referida faixa etária é a corresponde aos profissionais com potencial

para se aposentarem, aproximadamente nos próximos quatro anos a predominância será, em todas as idades, do gênero feminino.

Comparando a distribuição por idades dos médicos especialistas com a idade dos internos, tal como resulta do Gráfico 52, é possível constatar a existência de duas curvas muito acentuadas, ou seja, como seria expectável dado tratar-se de médicos em formação, os internos concentram-se em idades mais jovens e a parte mais significativa dos especialistas está concentrada em idades acima dos 50 anos.

Gráfico 51. Distribuição dos médicos sem internos por idade e gênero

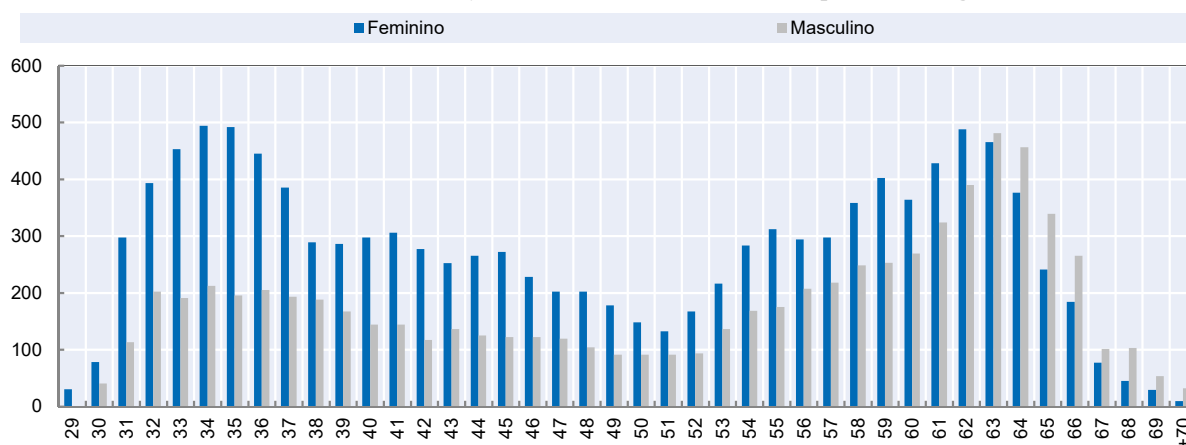
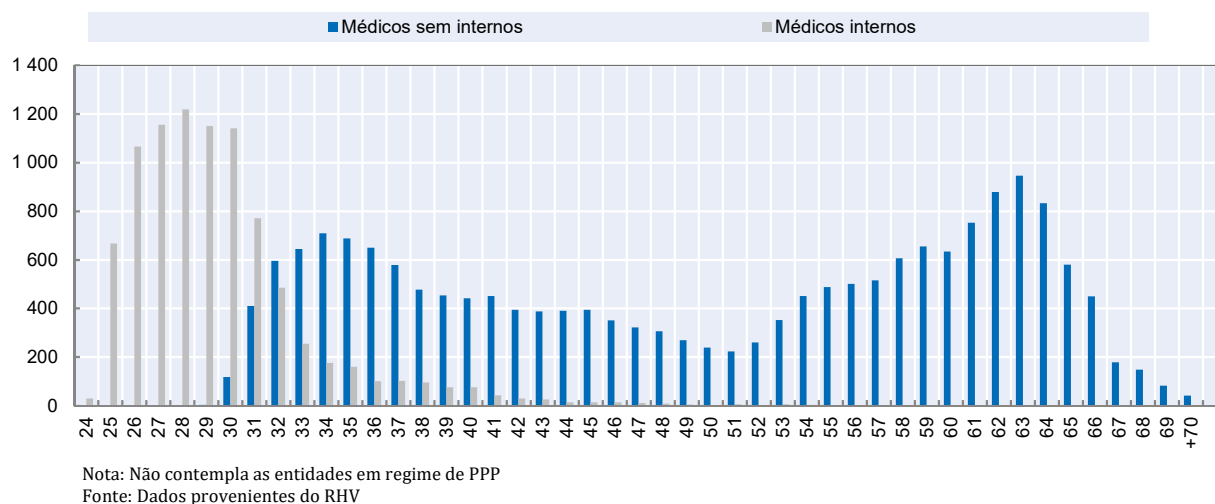


Gráfico 52. Distribuição dos médicos (total) por idade

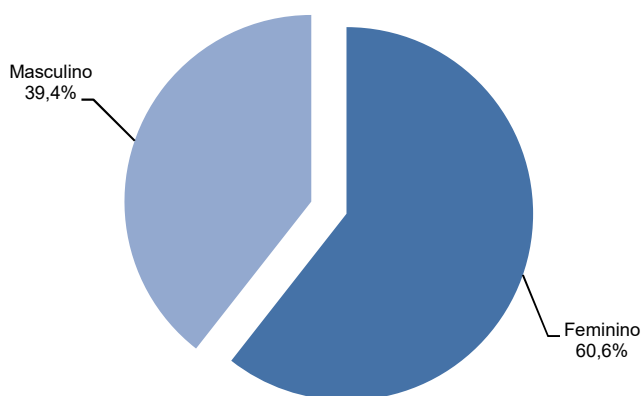


### 1.4. Médicos por gênero

À semelhança do que ocorre de forma transversal a todos os grupos profissionais, existem mais profissionais médicos do gênero feminino.

No entanto, o pessoal médico apresenta uma taxa de feminização (60,6%) mais baixa que a generalidade dos demais grupos profissionais.

Gráfico 53. Percentagem de médicos por gênero



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

## 1.5. Trabalho suplementar do pessoal médico

O Gráfico 54 apresenta o número de horas suplementares realizadas em presença física (PF) e em regime de regime de prevenção (HP) pelos médicos especialistas e pelos médicos internos durante o ano 2018.

Neste ano os médicos realizaram cerca de 5,7 milhões de horas suplementares o que corresponde, para os médicos que realizaram trabalho suplementar, a uma média de 303 horas por cada médico que realizou trabalho suplementar.

Tendo em conta o número total de médicos<sup>13</sup>, constata-se que cerca de 61,8% dos médicos realizaram trabalho suplementar durante o ano de 2018.

No Quadro 68 apresenta-se a desagregação do trabalho suplementar, em horas de presença física (PF) e horas de prevenção (HP), realizadas pelo pessoal médico durante o ano de 2018.

Do total de horas suplementares realizadas, verifica-se que aproximadamente 78% foram realizadas em regime de presença física e 22% em regime de prevenção.

Considerando o número de médicos que realizou trabalho suplementar em regime de presença física durante o ano de 2018, um

total de 16.461 médicos das diversas entidades e especialidades, constata-se que cada um destes médicos realizou, em média, 275 horas de trabalho suplementar.

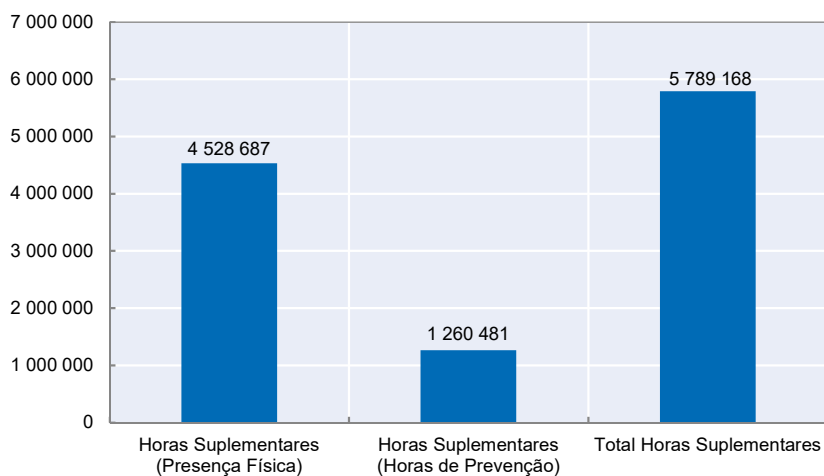
No que respeita ao trabalho suplementar realizado em regime de prevenção, o número de médicos que assegurou esta prestação de trabalho é substancialmente inferior (2.632 médicos) pelo que, face ao volume de horas realizado, cada um destes médicos realizou, em média, 479 horas em regime de prevenção.

Apresenta-se em seguida um quadro com os valores anteriores, mas desagregados por entidade, em função do número de médicos que realizou trabalho suplementar em regime de presença física e em regime de prevenção.

Ainda da análise do Quadro 69 é possível verificar quais as entidades que realizaram maior volume de trabalho suplementar, que correspondem, essencialmente, a estabelecimentos hospitalares de maior dimensão (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE e Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, Centro Hospitalar de São João, EPE e Centro Hospitalar Universitário do Algarve, EPE).

<sup>13</sup> Médicos e internos ativos em dezembro de 2018, não estando incluídas as entidades pertencentes aos serviços centrais e as PPP.

Gráfico 54. Horas suplementares do pessoal médico (presença física e prevenção)



Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

Quadro 68. Número médio de horas suplementares por médico

	Horas suplementares (Presença física)	Horas suplementares (Horas de prevenção)	Total horas suplementares
Número médio de horas suplementares por médico	275	479	303

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

Quadro 69. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por médico

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS (HP) > 0	Total HS (HP)	Média anual HS (HP)
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	1 400	86 777	62	0	0	0
ARS Alentejo, I.P.	100	23 274	233	7	4 772	682
ARS Algarve, I.P.	180	37 136	206	5	5 773	1 155
ARS Centro, I.P.	787	132 578	168	0	0	0
ARS Norte, I.P.	1 336	176 866	132	0	0	0
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	191	79 484	416	14	3 296	235
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	305	96 217	315	26	1 256	48
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	231	61 348	266	14	2 569	183
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	554	148 260	268	170	50 302	296
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	224	81 899	366	19	13 920	733

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS (HP) > 0	Total HS (HP)	Média anual HS (HP)
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	263	<b>94 772</b>	360	92	<b>54 505</b>	592
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	550	<b>116 312</b>	211	138	<b>70 725</b>	513
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	235	<b>61 437</b>	261	16	<b>7 034</b>	440
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	137	<b>44 635</b>	326	9	<b>3 548</b>	394
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	160	<b>70 457</b>	440	4	<b>4 558</b>	1 140
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	1 156	<b>355 925</b>	308	395	<b>163 755</b>	415
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	137	<b>62 544</b>	457	22	<b>17 584</b>	799
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	90	<b>39 712</b>	441	0	<b>0</b>	0
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1	<b>12</b>	12	0	<b>0</b>	0
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	268	<b>87 486</b>	326	4	<b>2 519</b>	630
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	396	<b>87 803</b>	222	91	<b>35 566</b>	391
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	115	<b>61 300</b>	533	40	<b>32 042</b>	801
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	1 114	<b>421 162</b>	378	194	<b>96 609</b>	498
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	769	<b>175 252</b>	228	160	<b>70 247</b>	439
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	447	<b>169 044</b>	378	99	<b>54 304</b>	549
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	706	<b>151 221</b>	214	122	<b>28 269</b>	232
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	1 007	<b>304 535</b>	302	198	<b>88 985</b>	449
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	8	<b>3 191</b>	399	0	<b>0</b>	0
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	224	<b>43 029</b>	192	19	<b>7 572</b>	399
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	15	<b>897</b>	60	0	<b>0</b>	0
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	79	<b>29 091</b>	368	14	<b>1 898</b>	136
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	183	<b>68 411</b>	374	18	<b>1 436</b>	80
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	200	<b>68 285</b>	341	87	<b>30 804</b>	354
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	7	<b>4 170</b>	596	0	<b>0</b>	0
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	413	<b>117 312</b>	284	90	<b>31 839</b>	354
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	472	<b>146 358</b>	310	127	<b>53 832</b>	424
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	44	<b>11 940</b>	271	1	<b>16</b>	16
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	2	<b>32</b>	16	0	<b>0</b>	0
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	6	<b>2 083</b>	347	0	<b>0</b>	0
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	23	<b>3 690</b>	160	16	<b>15 851</b>	991
IPO Coimbra, E.P.E.	70	<b>20 283</b>	290	72	<b>43 173</b>	600
IPO Lisboa, E.P.E.	147	<b>58 642</b>	399	59	<b>34 450</b>	584
IPO Porto, E.P.E.	138	<b>54 145</b>	392	15	<b>13 643</b>	910
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	321	<b>102 573</b>	320	0	<b>0</b>	0
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	154	<b>67 825</b>	440	30	<b>22 935</b>	765

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS (HP) > 0	Total HS (HP)	Média anual HS (HP)
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	133	60 108	452	46	41 550	903
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	197	131 372	667	70	29 791	426
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	83	45 162	544	19	9 791	515
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	365	81 335	223	27	23 610	874
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	175	123 460	705	42	42 474	1 011
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	143	57 848	405	41	43 683	1 065
<b>Total Geral</b>	<b>16 461</b>	<b>4 528 687</b>	<b>275</b>	<b>2 632</b>	<b>1 260 481</b>	<b>479</b>

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

Para melhor compreensão dos valores atrás expostos, apresenta-se, no próximo quadro, a variação do trabalho suplementar prestado pelo pessoal médico, por entidade, face ao ano anterior.

Em termos evolutivos, em 2018 assistiu-se a um aumento global de 2% no volume do trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, face ao ano anterior. O trabalho suplementar realizado em regime de presença física registou um aumento de 1%, enquanto o trabalho suplementar realizado em regime de prevenção obteve um incremento de 3%.

No Quadro 71 apresenta-se a distribuição do trabalho suplementar em função das diversas especialidades médicas.

A partir da sua análise é possível constatar quais as especialidades médicas em que o trabalho suplementar é mais expressivo, tanto em termos de volume absoluto como em média de horas realizadas por cada médico.

No Gráfico 55 apresentam-se as cinco especialidades médicas com maior volume de

trabalho suplementar (presença física e prevenção), liderada pela especialidade de Medicina Interna, como é normal dada a particular predominância da atividade de urgência.

No que concerne apenas ao trabalho suplementar realizado em regime de presença física, como resulta do Gráfico 56, mantém-se a ordem das especialidades que registaram maior volume de trabalho suplementar, com a exceção da Medicina Geral e Familiar e Cirurgia Geral que trocam de posição, passando a ocupar a segunda e terceira posição, respetivamente.

Por último, relativamente ao trabalho suplementar realizado em regime de prevenção, como se regista no Gráfico 57, assinalam-se diferenças ao nível das principais especialidades médicas que asseguram esta prestação de trabalho, surgindo a especialidade de imuno-hemoterapia como a especialidade com maior volume de horas.

Quadro 70. Variação percentual do trabalho suplementar por entidade (2018-2017)

Entidade	Variação de HS (PF) 2018-2017	Variação de HP 2018-2017	Variação de HS (PF) e HP 2018-2017
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	-6%	NA	-6%
ARS Alentejo, I.P.	46%	13%	39%
ARS Algarve, I.P.	-13%	-6%	-12%
ARS Centro, I.P.	1%	NA	1%
ARS Norte, I.P.	2%	-100%	2%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-4%	30%	-3%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	11%	173%	12%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	1%	39%	2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	2%	9%	4%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-2%	-6%	-2%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-1%	5%	1%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-2%	16%	4%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	5%	8%	5%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	5%	-18%	3%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	2%	3%	2%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	0%	-7%	-2%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	9%	1%	7%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	7%	NA	7%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	-50%	NA	-50%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	7%	NA	10%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	2%	2%	2%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	13%	5%	10%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	5%	6%	5%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	3%	1%	3%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	6%	15%	8%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	-6%	-11%	-7%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	0%	2%	1%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	37%	NA	37%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	-6%	20%	-3%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	-26%	NA	-26%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0%	2%	0%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-2%	-15%	-2%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	2%	5%	3%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	-17%	NA	-17%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	3%	-2%	2%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-6%	3%	-4%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	6%	-93%	4%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	-66%	NA	-66%

Entidade	Varição de HS (PF) 2018-2017	Varição de HP 2018-2017	Varição de HS (PF) e HP 2018-2017
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	78%	NA	78%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	13%	0%	2%
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	0%	0%	0%
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	4%	2%	3%
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	-2%	-6%	-3%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	3%	NA	3%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	2%	-1%	1%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	-2%	4%	0%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	1%	-7%	-1%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	3%	-2%	2%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	0%	6%	1%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	-7%	19%	-2%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	3%	0%	2%
Total Geral	1%	3%	2%

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção  
 Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

Quadro 71. Trabalho suplementar por especialidade e média de horas realizadas por médico

Especialidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS (HP) > 0	Total HS (HP)	Média anual HS (HP)
Anatomia Patológica	33	4 974	151	3	546	182
Anestesiologia	1 243	571 443	460	190	79 604	419
Angiologia e Cirurgia Vascular	75	21 399	285	80	33 993	425
Cardiologia	380	69 514	183	123	88 640	721
Cardiologia Pediátrica	46	10 692	232	31	17 197	555
Cirurgia Cardíaca	16	11 780	736	8	2 240	280
Cirurgia Cardiorádica	65	42 389	652	67	64 954	969
Cirurgia Geral	1 145	607 046	530	227	78 356	345
Cirurgia Maxilo-Facial	39	12 289	315	24	20 176	841
Cirurgia Pediátrica	70	31 266	447	50	22 104	442
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	87	41 312	475	69	35 778	519
Cirurgia Torácica	11	7 069	643	9	5 426	603
Dermatovenereologia	28	3 738	133	0	0	0
Doenças Infecciosas	149	29 007	195	44	6 641	151
Endocrinologia e Nutrição	63	6 893	109	3	542	181
Estomatologia	25	5 038	202	5	3 260	652
Farmacologia Clínica	4	979	245	0	0	0
Gastroenterologia	171	19 178	112	94	27 431	292

Especialidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS (HP) > 0	Total HS (HP)	Média anual HS (HP)
Genética Médica	2	578	289	1	422	422
Ginecologia/Obstetrícia	880	267 722	304	49	14 095	288
Hematologia Clínica	152	41 192	271	43	22 140	515
Imunoalergologia	42	4 776	114	0	0	0
Imuno-hemoterapia	165	43 700	265	115	144 283	1 255
Medicina Desportiva	3	208	69	0	0	0
Medicina do Trabalho	13	1 026	79	0	0	0
Medicina Física e de Reabilitação	47	5 633	120	2	677	339
Medicina Geral e Familiar	4 296	644 565	150	20	21 025	1 051
Medicina Intensiva	63	17 205	273	6	665	111
Medicina Interna	2 445	862 945	353	172	50 341	293
Medicina Nuclear	4	102	25	10	3 417	342
Nefrologia	193	24 965	129	129	39 704	308
Neurocirurgia	143	69 305	485	89	53 218	598
Neurologia	277	49 548	179	80	22 562	282
Neurorradiologia	63	12 231	194	43	20 206	470
Oftalmologia	84	4 349	52	7	657	94
Oncologia Médica	209	52 585	252	6	5 503	917
Ortopedia	716	282 233	394	182	69 529	382
Otorrinolaringologia	222	34 454	155	89	24 225	272
Patologia Clínica	268	60 305	225	77	50 249	653
Pediatria	1 340	326 880	244	128	62 599	489
Pneumologia	284	73 124	257	60	32 098	535
Psiquiatria	205	16 663	81	97	38 310	395
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	33	2 601	79	19	1 612	85
Radiologia	186	28 228	152	81	28 346	350
Radioncologia	47	5 369	114	4	4 434	1 109
Reumatologia	48	6 381	133	0	0	0
Saúde Pública	47	11 333	241	1	1 329	1 329
Urologia	135	36 604	271	94	61 266	652
Sem especialidade ou não definida	199	45 871	231	1	683	683
<b>Total Geral</b>	<b>16 461</b>	<b>4 528 687</b>	<b>275</b>	<b>2 632</b>	<b>1 260 481</b>	<b>479</b>

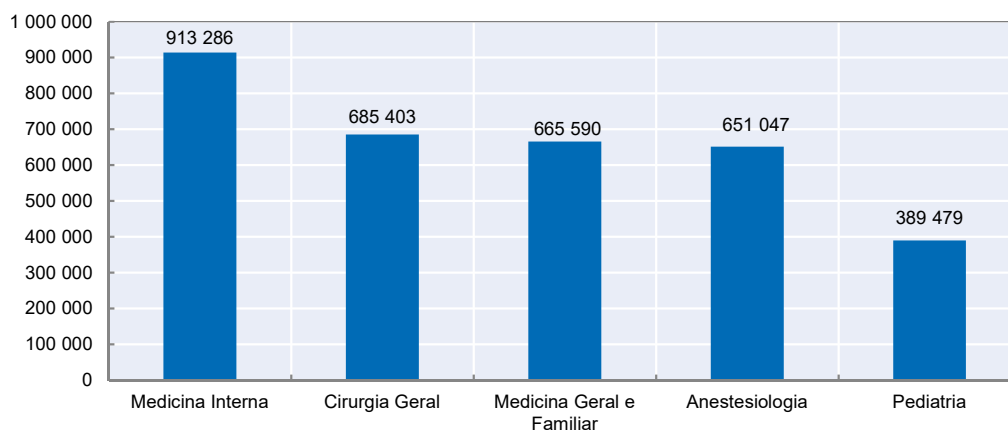
Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção

\* Ginecologia/Obstetrícia inclui a Ginecologia e a Obstetrícia

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.

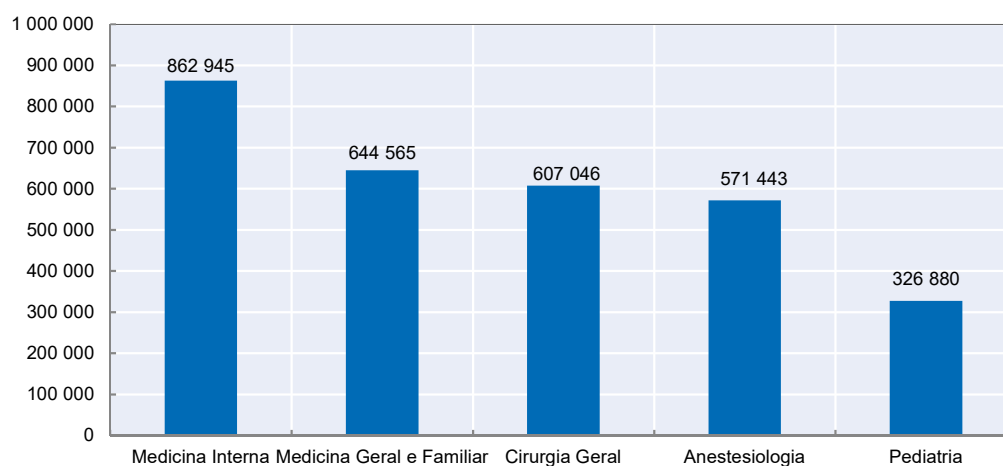
Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

**Gráfico 55. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar (total)**



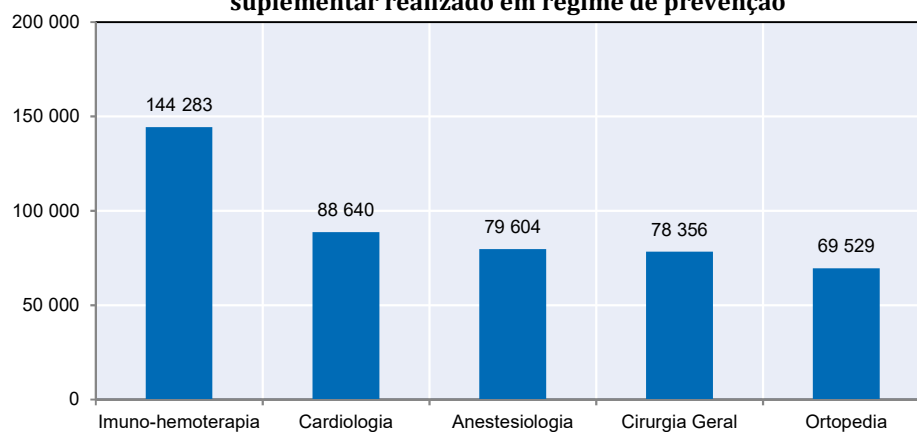
Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 56. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de presença física**



Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 57. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de prevenção**



Fonte: Dados provenientes do RHV

### 1.6. Atividade médica realizada em regime de prestação de serviços – ano 2018

No ano de 2018, tirando partido da implementação do módulo de registo de prestações de serviços no sistema RHV, a atividade médica realizada neste regime foi apurada através de extrações geradas pelo aplicativo e submetidas a validação por parte das entidades.

Assim, apresenta-se em seguida a caracterização geral do trabalho médico realizado em regime de prestação de serviços no ano 2018, nas entidades SPA e EPE do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Salienta-se que os valores indicados para o volume de horas realizadas não constituem a totalidade da atividade médica contratada, nomeadamente, porque não incluem a totalidade da contratação realizada sob a forma de «pagamento ao ato» (por ausência de informação, em alguns casos, relativa a número de horas). No entanto, a atividade realizada sob a forma de «ato» está refletida nos encargos assumidos com esta atividade.

Em termos de análise aos dados obtidos, refere-se que a região de saúde onde se verificou o maior volume de encargos de trabalho médico realizado sob a forma de prestação de serviços foi a região de Lisboa e Vale do Tejo (35%), seguindo-se a região do Norte (25%), a região do Centro (15%); a região do Alentejo (15%) e a região do Algarve (8%).

De notar que o aumento acentuado para a região do Algarve, no ano 2018 face ao ano anterior, não corresponde à realidade, na medida em que no ano transato o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, EPE não validou a totalidade da informação relativa às prestações de serviço através de Empresas, pelo que os valores apresentados para o ano 2017 eram inferiores à realidade desta Entidade.

O total dos encargos assumidos com a contratação de atividade médica em regime de prestação de serviços ascendeu a 105 milhões de euros. O que representa, em termos evolutivos, um acréscimo global de 7,3%, face ao ano anterior. A ausência da totalidade da informação do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, EPE contribuiu significativamente para esse acréscimo, com uma diferença de cerca de 5 milhões de euros relativamente ao ano 2017.

A atividade médica realizada sob a forma de prestação de serviços visa, maioritariamente, assegurar a prestação de trabalho em contexto de urgência, representando cerca de 65% do total de encargos, mais três pontos percentuais do que no ano 2017.

**Quadro 72. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por região  
(2016 - 2018)**

Região	Total Horas			Variação 2018/2017	Total Encargos			Variação 2018/2017
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
Norte	889 549	849 072	891 731	5,02%	23 526 286 €	24 600 760 €	26 209 845 €	6,54%
Centro	526 137	460 403	518 401	12,60%	14 855 205 €	14 440 613 €	15 266 167 €	5,72%
Lisboa e Vale do Tejo	1 210 922	1 303 019	1 299 094	-0,30%	35 733 425 €	37 243 807 €	36 466 400 €	-2,09%
Alentejo	459 339	528 429	545 127	3,16%	14 643 962 €	15 732 565 €	16 008 902 €	1,76%
Algarve	219 153	117 915	266 386	125,91%	6 428 908 €	3 508 013 €	8 773 908 €	150,11%
Outros*	117 212	116 932	110 641	-5,38%	2 620 418 €	2 610 765 €	2 550 923 €	-2,29%
<b>Total geral</b>	<b>3 422 312</b>	<b>3 375 769</b>	<b>3 631 380</b>	<b>7,57%</b>	<b>97 808 205 €</b>	<b>98 136 523 €</b>	<b>105 276 146 €</b>	<b>7,28%</b>

Nota:

Ano 2017 - Não foi validada a totalidade da informação relativa às prestações de serviço através de pessoas coletivas respeitante ao Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, EPE., pelo que os valores podem ser superiores aos apresentados.

Ano 2018 - Não foi validada a totalidade da informação relativa às prestações de serviço através de pessoas coletivas respeitante ao INEM, IP, pelo que os valores podem ser superiores aos apresentados.

\*Inclui o Instituto Nacional de Emergência Médica, IP e Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP

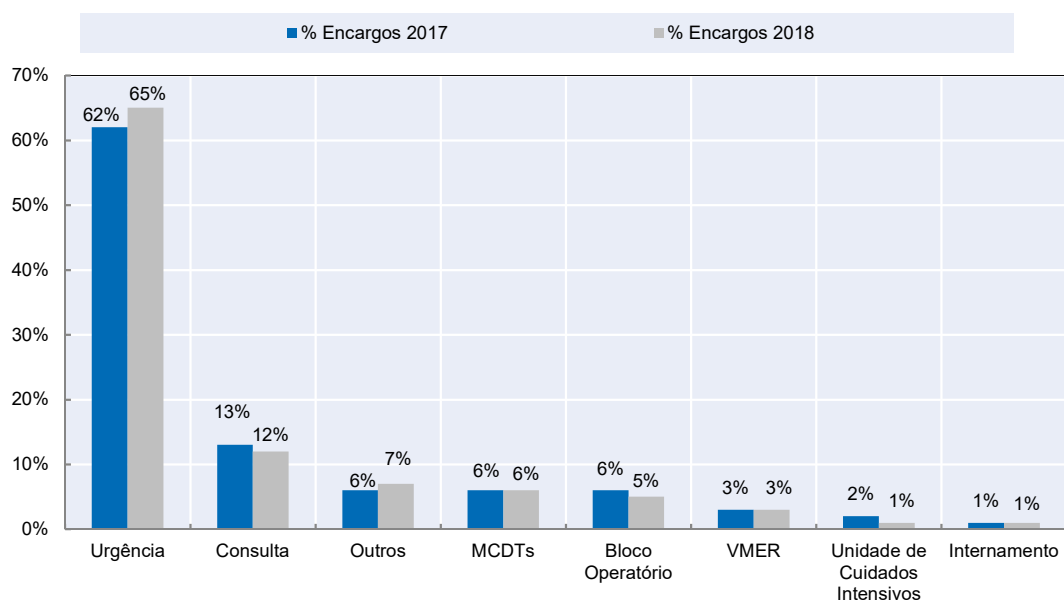
Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades.

**Quadro 73. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por atividade contratada**

Atividade	Total Horas	Total Encargos
Urgência	2 428 591	68 168 267 €
Consulta	503 140	12 456 099 €
Outras	250 423	7 342 883 €
MCDTs	97 833	6 246 336 €
Bloco Operatório	141 902	5 588 458 €
VMER	123 067	3 182 926 €
Unidade de Cuidados Intensivos	42 535	1 288 192 €
Internamento	43 889	1 002 984 €
<b>Total Geral</b>	<b>3 631 380</b>	<b>105 276 146 €</b>

Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

**Gráfico 58. Percentagem de encargos de contratos de prestação de serviços médicos por atividade contratada (2018 – 2017)**



Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

No que concerne às entidades que mais recorrem a este tipo de prestação de trabalho, como resulta do Gráfico 59, as cinco entidades que apresentam maior volume de horas de atividade médica realizada em regime de prestação de serviços foram o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, EPE, Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE, o Centro Hospitalar do Oeste, EPE, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP.

De igual modo, no que se refere aos encargos assumidos com esta atividade, como se pode ver no Gráfico 60, mantêm-se as mesmas entidades com a exceção da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, IP que dá lugar ao Centro Hospitalar de Setúbal, EPE. O Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, EPE figura como a entidade que regista o maior volume de despesa, tal como acontecia com as horas.

A repartição do volume de horas contratadas e despesa efetuada da atividade médica assegurada em regime de prestação de serviços por entidade e região de saúde é a que consta do Quadro 74.

Em termos de volume total de horas e encargos a nível nacional, as especialidades médicas que asseguram maior volume de trabalho médico em regime de prestação de serviços, como se regista no Quadro 75, são:

- 34% sem especialidade – cerca de 80% correspondem a registos de médicos “sem

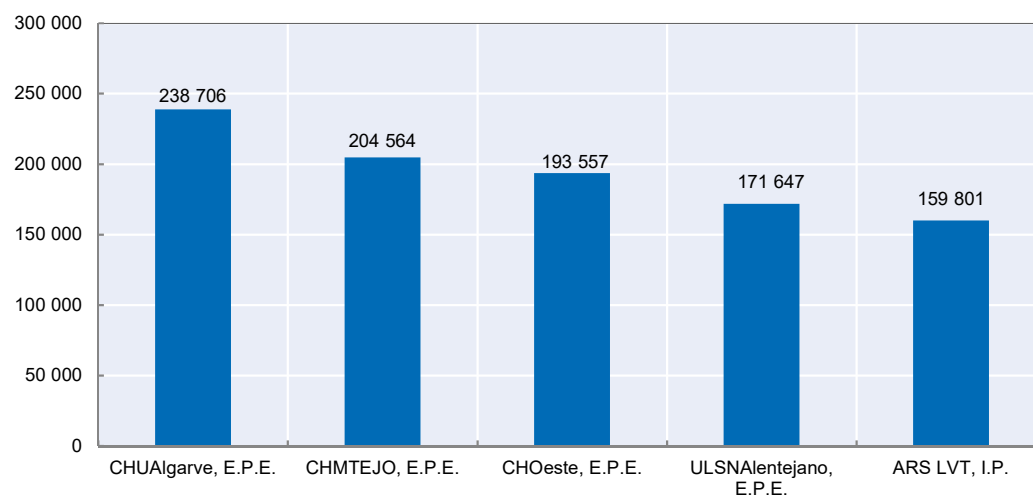
especialidade” a exercer funções na urgência;

- 15% Medicina Geral e Familiar;
- 8% Medicina Interna;
- 7% Anestesiologia;
- 6% Ginecologia/Obstetrícia.

A distribuição da atividade médica assegurada em regime de prestação de serviços por especialidade médica e volume de encargos é a que consta do Quadro 76.

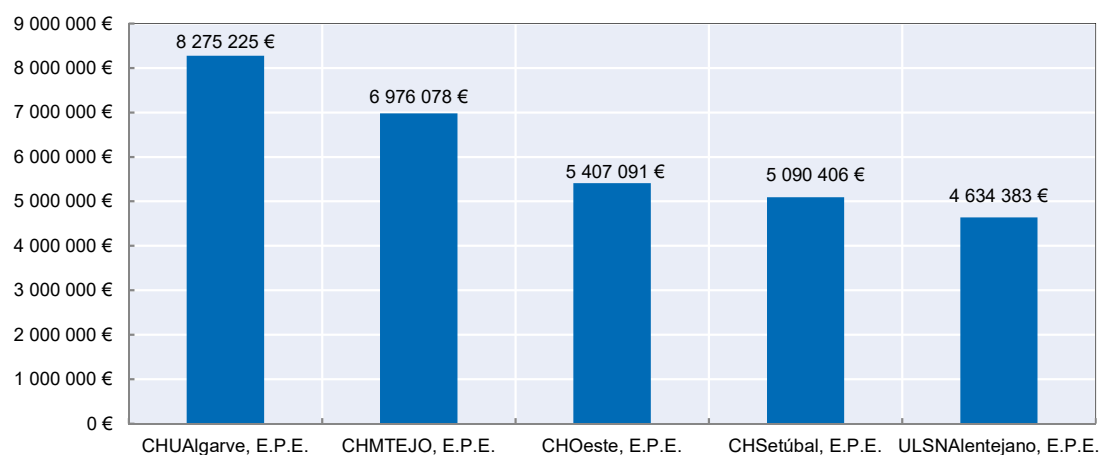
Finalmente, no que concerne à tipologia de contrato, cerca de 44% dos encargos da atividade médica realizada em regime de prestação de serviços é assegurada através de empresas, o que representa um decréscimo quando comparada com a percentagem apresentada em 2017 (52%). Por outro lado, os prestadores a título individual representam 42% do total de encargos em 2018, significando um aumento de aproximadamente 5 pontos percentuais face ao ano 2017 (37%), conforme se pode constatar no Gráfico 61. Este acréscimo confirma uma tendência que se tem vindo a verificar desde o ano 2016. As Alterações apresentadas são o reflexo do Despacho n.º 9666-B/2016, de 27 de julho, que refere que a celebração e/ou renovação dos contratos em regime de prestação de serviços do pessoal médico, por parte dos serviços e ou estabelecimentos do SNS, devem ser celebrados, preferencialmente, por pessoa singular ou sociedade unipessoal, desde que o prestador seja diretamente o titular do capital social.

Gráfico 59. TOP 5 das entidades com maior volume de horas de prestação de serviços médicos



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 60. TOP 5 das entidades com maior volume de encargos de prestação de serviços médicos



Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

### Quadro 74. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por entidade

Região/Instituição	Total Horas	Total Encargos
<b>Norte</b>	<b>891 731</b>	<b>26 209 845</b>
ARS Norte, I.P.	78 169	1 814 395
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	110 334	2 771 107
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	100 768	2 914 985
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	29 665	745 719
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	66 751	1 666 053
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	42 706	1 020 200
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	108 798	4 058 669
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	22 394	588 949
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	61 815	1 885 482
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	61 905	1 684 425
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	1 076	72 737
Hospital de Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	36 432	829 146
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	9 094	246 134
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	49 952	1 412 702
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	35 690	1 563 981
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	76 182	2 935 163
<b>Centro</b>	<b>518 401</b>	<b>15 266 167</b>
ARS Centro, I.P.	27 685	487 549
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	86 077	3 396 816
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	98 663	2 689 023
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	41 368	947 076
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	56 523	1 565 023
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	26 919	855 787
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	1 464	31 543
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	19 573	365 533
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	26 062	691 183
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	13 586	447 187
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	846	21 996
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	47 585	1 346 919
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	72 050	2 420 531
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>1 299 094</b>	<b>36 466 400</b>
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	159 801	3 031 718
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	96 580	2 731 196
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	67 581	1 872 549
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	152 413	5 090 406
Centro Hospitalar do Oeste, EPE	193 557	5 407 091
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	204 564	6 976 078
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	935	19 545

Região/Instituição	Total Horas	Total Encargos
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	40 937	1 009 251
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	25 886	696 058
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	83 737	2 421 406
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	140 243	3 357 454
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	125 403	3 688 154
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	3 974	59 438
Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	3 483	106 056
<b>Alentejo</b>	<b>545 127</b>	<b>16 008 902</b>
ARS Alentejo, I.P.	32 274	759 514
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	63 431	2 054 124
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, EPE	147 600	4 574 693
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	130 175	3 986 189
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	171 647	4 634 383
<b>Algarve</b>	<b>266 386</b>	<b>8 773 908</b>
ARS Algarve, I.P.	27 680	498 683
Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, E.P.E.	238 706	8 275 225
<b>Outros</b>	<b>110 641</b>	<b>2 550 923</b>
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	83 129	1 993 945
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	27 512	556 978
<b>Total</b>	<b>3 631 380</b>	<b>105 276 146</b>

Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

#### Quadro 75. Top 5 das especialidades por horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos

Região/Instituição	Total Horas	Total Encargos
Sem especialidade	1 486 391	35 738 416 €
Medicina Geral e Familiar	656 562	15 739 065 €
Medicina Interna	266 248	8 337 466 €
Anestesiologia	195 869	7 677 114 €
Ginecologia - Obstetrícia	160 270	5 948 063 €

Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

Quadro 76. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por especialidade

Especialidade	Total Horas	Total Encargos
Anatomia Patológica	15 334	604 784
Anestesiologia	195 869	7 677 114
Angiologia e Cirurgia Vascular	2 650	141 503
Cardiologia	53 015	3 057 483
Cardiologia Pediátrica	1 629	69 098
Cirurgia Cardiotorácica	3 210	90 053
Cirurgia Geral	143 411	4 530 915
Cirurgia Maxilo-Facial	2 458	65 948
Cirurgia Pediátrica	4 715	132 651
Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética	10 382	387 997
Codificação/Auditoria	3 819	136 226
Dermato-Venereologia	5 455	252 561
Doenças Infeciosas (Infeciologia)	8 234	215 961
Endocrinologia e Nutrição	2 386	110 377
Estomatologia	15 765	409 255
Gastroenterologia	19 682	1 280 694
Genética Médica	415	11 348
Ginecologia	1 344	32 651
Ginecologia - Obstetrícia	160 270	5 948 063
Hematologia Clínica	7 103	195 062
Imunoalergologia	1 202	30 797
Imunohemoterapia	16 728	392 097
Medicina Desportiva	2 392	57 603
Medicina do Trabalho	18 829	522 939
Medicina Física e Reabilitação	11 512	364 593
Medicina Geral e Familiar	656 562	15 739 065
Medicina Intensiva	7	245
Medicina Interna	266 248	8 337 466
Medicina Legal	5 899	154 334
Medicina Nuclear	2 716	65 809
Nefrologia	3 057	83 250
Neurocirurgia	1 927	63 337
Neurologia	15 239	535 857
Neurorradiologia	5 803	647 372
Oftalmologia	48 432	2 633 907
Oncologia Médica	11 531	438 206
Ortopedia	152 318	5 327 437
Otorrinolaringologia	8 967	277 144
Patologia Clínica	7 919	265 142
Pediatria	82 575	2 745 103
Pneumologia	16 575	477 747
Psiquiatria	29 399	621 479

Especialidade	Total Horas	Total Encargos
Psiquiatria da Infância e Adolescência	6 445	179 048
Radiologia	64 333	2 840 602
Radioncologia	3 147	90 376
Reumatologia	1 031	26 346
Saúde Pública	9 322	230 171
Sem especialidade	1 486 391	35 738 416
Urologia	22 312	654 731
Não Identificado	15 417	385 781
<b>Total geral</b>	<b>3 631 380</b>	<b>105 276 146</b>

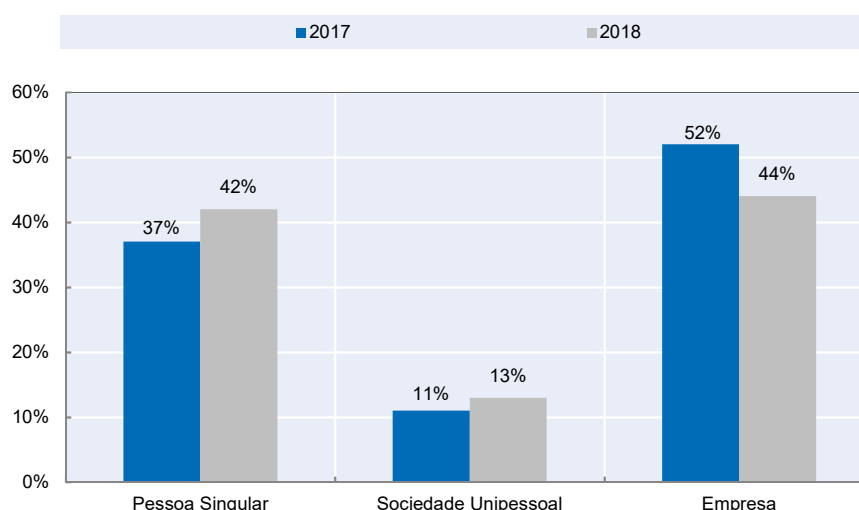
Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

#### Quadro 77. Encargos de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato

Tipo Contrato	Total Horas	Total Encargos
Pessoa Singular	1 684 623	44 347 899 €
Sociedade Unipessoal	505 329	14 084 223 €
Empresa	1 440 495	46 790 760 €
Não identificado	933	53 265 €
<b>Total</b>	<b>3 631 380</b>	<b>105 276 146 €</b>

Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

#### Gráfico 61. Percentagem de encargos de contratos de prestação de serviços médicos por entidade contratada (2018 – 2017)



Fonte: Informação proveniente do RHV sujeita a correções e validações pelas entidades

### 1.7. Retenção de médicos recém-especialistas de 2018

Com base nas listagens dos médicos que concluíram o internato médico nas respetivas especialidades no ano de 2018 (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> épocas) e considerando o universo dos médicos especialistas formados nas entidades EPE e SPA de Portugal Continental, procedeu-se à análise daqueles que permanecem vinculados a estas entidades.

Assim, considerando que o total de recém-especialistas em 2018 foi de 1.445 médicos, verifica-se que no universo em análise (entidades SPA e EPE de Portugal Continental) concluíram o Internato Médico em 2018 um total de 1.335 recém-especialistas.

A distribuição destes recém-especialistas por especialidade e a indicação dos que celebraram contrato com entidades dos setores público administrativo e empresarial do SNS consta do Quadro 78.

A partir da sua leitura é possível verificar que a taxa média de retenção global destes médicos especialistas formados nestas entidades foi de 83%, sendo, portanto, ligeiramente inferior à verificada no ano anterior.

No Gráfico 62 e no Gráfico 63 apresentam-se as quinze especialidades com maior número de recém-especialistas que se encontram ativos nas entidades do SNS à data de elaboração do presente documento, assim como as que apresentam uma taxa de retenção global mais elevada.

A especialidade de Medicina Geral e Familiar é a que apresenta o maior número de contratações de recém-especialistas,

apresentando uma taxa de retenção global de 88%.

De salientar ainda que, tal como consta do Gráfico 62, as especialidades com o maior número de recém-especialistas ativos nas entidades são Medicina Geral e Familiar, Medicina Interna, Cirurgia Geral, Anestesiologia e Pediatria, apresentando estas especialidades taxas de retenção global entre os 78% e os 91%.

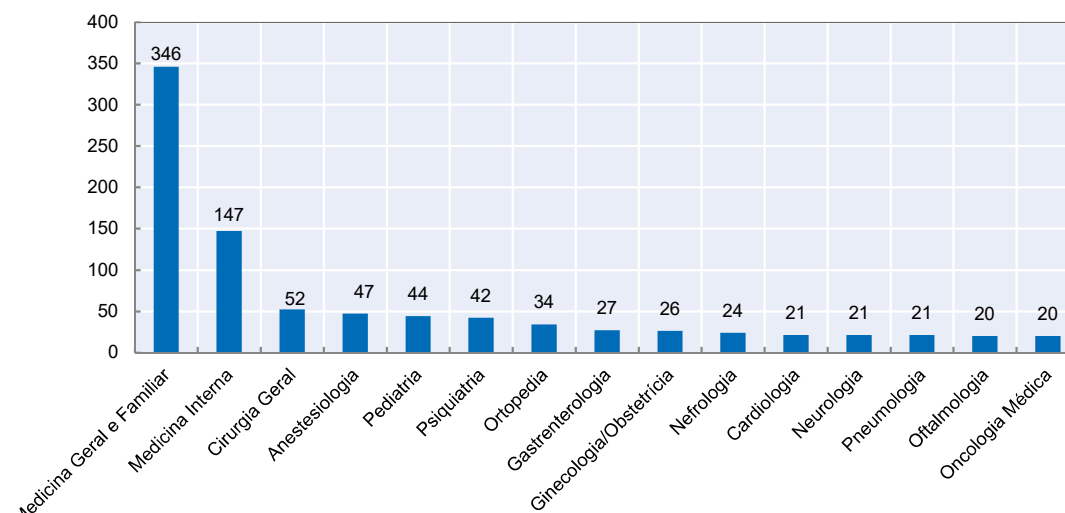
**Quadro 78. Total de recém-especialistas formados e contratados (em entidades SPA e EPE do SNS) por especialidade**

Especialidade	Especialistas formados em 2018 nas entidades SPA e EPE	Retenção Global	
		Valor	%
Anatomia Patológica	15	12	80%
Anestesiologia	53	47	89%
Angiologia e Cirurgia Vascular	6	5	83%
Cardiologia	28	21	75%
Cardiologia Pediátrica	4	4	100%
Cirurgia Cardíaca	4	3	75%
Cirurgia Cardiotórácica	1	1	100%
Cirurgia Geral	57	52	91%
Cirurgia Maxilo-Facial	3	1	33%
Cirurgia Pediátrica	5	4	80%
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	5	4	80%
Cirurgia Torácica	3	2	67%
Dermatovenereologia	6	5	83%
Doenças Infeciosas	15	11	73%
Endocrinologia e Nutrição	13	11	85%
Estomatologia	7	5	71%
Gastroenterologia	32	27	84%
Genética Médica	4	4	100%
Ginecologia/Obstetrícia	31	26	84%
Hematologia Clínica	13	10	77%
Imunoalergologia	6	5	83%
Imuno-hemoterapia	11	9	82%
Medicina do Trabalho	6	3	50%
Medicina Física e de Reabilitação	19	13	68%
Medicina Geral e Familiar	395	346	88%
Medicina Interna	188	147	78%
Medicina Nuclear	4	4	100%
Nefrologia	26	24	92%
Neurocirurgia	8	7	88%
Neurologia	24	21	88%
Neurorradiologia	9	6	67%
Oftalmologia	29	20	69%
Oncologia Médica	27	20	74%
Ortopedia	40	34	85%
Otorrinolaringologia	15	12	80%
Patologia Clínica	16	15	94%

Especialidade	Especialistas formados em 2018 nas entidades SPA e EPE	Retenção Global	
		Valor	%
Pediatria	55	44	80%
Pneumologia	25	21	84%
Psiquiatria	56	42	75%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	9	7	78%
Radiologia	16	11	69%
Radioncologia	5	5	100%
Reumatologia	9	7	78%
Saúde Pública	23	20	87%
Urologia	9	6	67%
<b>Total Geral</b>	<b>1 335</b>	<b>1 104</b>	<b>83%</b>

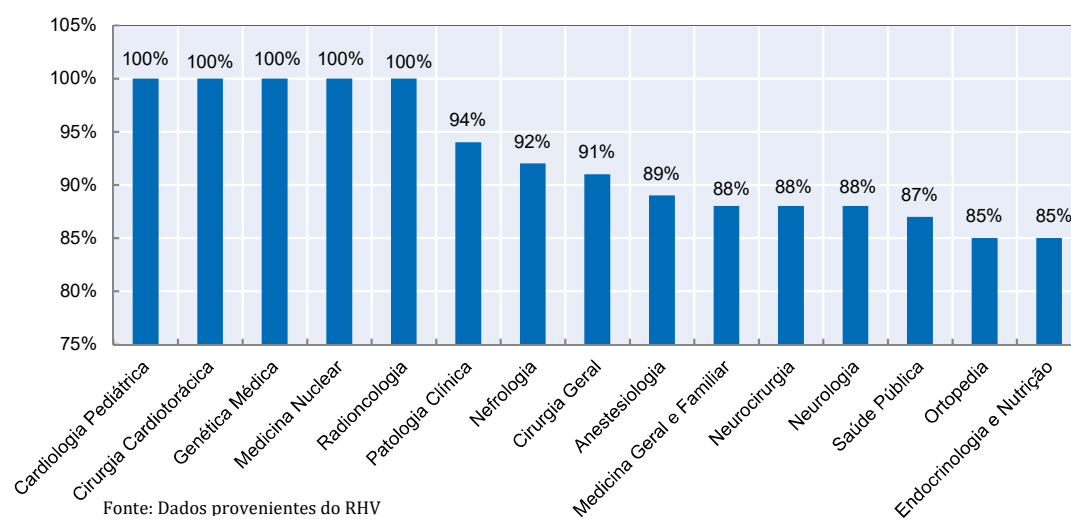
Fonte: Dados provenientes do RHV e GTAMI

**Gráfico 62. Top 15 das especialidades com maior número de recém-especialistas do ano 2018 contratados pelo SNS**



Fonte: Dados provenientes do RHV

**Gráfico 63. Top 15 das especialidades com maior taxa de recém-especialistas do ano 2018 contratados pelo SNS**



## 2. Pessoal de enfermagem

### 2.1. Enfermeiros por região de saúde

No que concerne à distribuição, em 2018, dos profissionais de enfermagem por região de Saúde, a mesma é a que consta da Figura 3.

Tal como registado no pessoal médico, como é natural, as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo são as que concentram o maior número de enfermeiros.

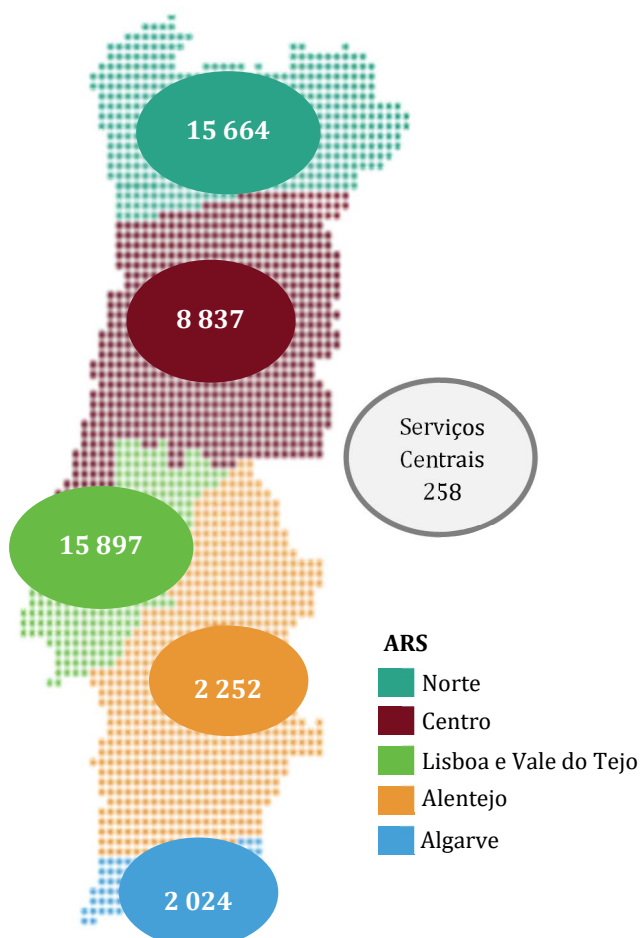
Todavia, no caso do pessoal de enfermagem é a região de Lisboa e Vale do Tejo que regista o maior número de enfermeiros.

Tendo em conta as densidades populacionais das diferentes regiões, apresenta-se no

Quadro 79 o rácio de enfermeiros no SNS por 1.000 habitantes.

Assim, recorrendo ao rácio do número de enfermeiros por 1.000 habitantes, constata-se que o valor mais elevado pertence à região do Centro (4,8 enfermeiros por 1.000 habitantes), seguida de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (4,5 enfermeiros por 1.000 habitantes), superando o rácio a nível nacional que se fixa nos 4,4 enfermeiros por 1.000 habitantes.

Figura 3. Total de enfermeiros por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Quadro 79. Enfermeiros por 1.000 habitantes

Região	Enfermeiros por 1.000 habitantes
Norte	4,3
Centro	4,8
Lisboa e Vale do Tejo	4,5
Alentejo	4,4
Algarve	4,5
Nacional	4,4

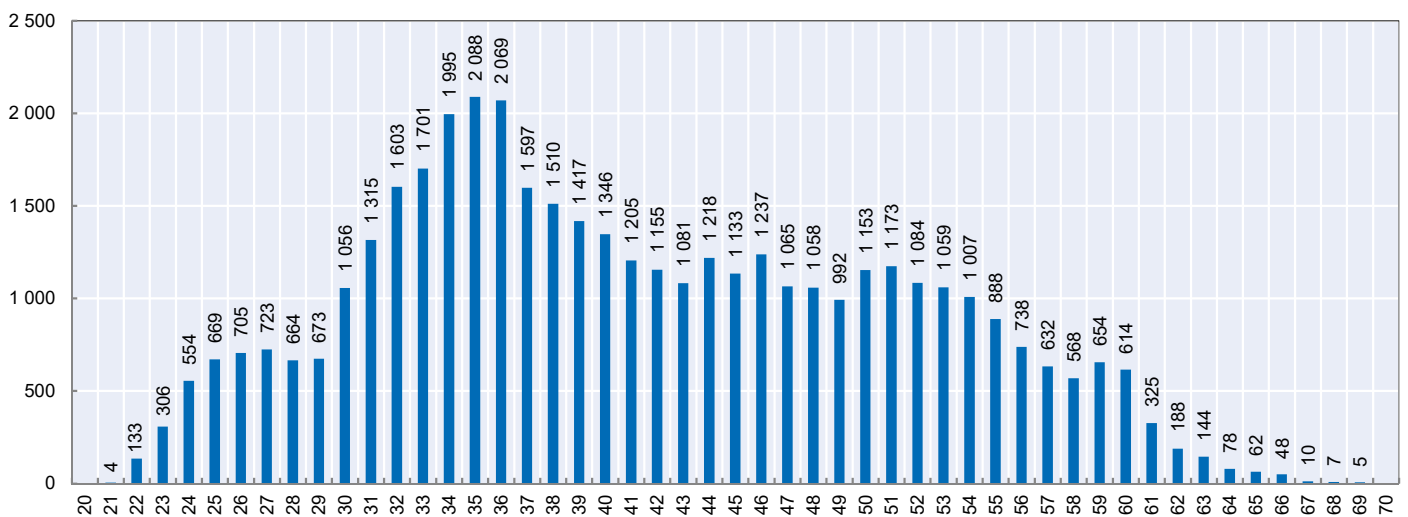
Nota: Não contempla os serviços centrais  
Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

## 2.2. Enfermeiros por idade

No que diz respeito à distribuição por idades, o Gráfico 64 permite identificar que existe uma concentração significativa de enfermeiros nas faixas etárias mais jovens, especialmente na ordem dos 33 a 36 anos de idade, o que demonstra que se trata de um grupo profissional relativamente jovem.

De salientar que cerca de metade (aproximadamente 49%) dos enfermeiros têm menos de 40 anos de idade. Este fator, conjugado com a sua distribuição por género, que se apresenta no ponto seguinte, influenciam significativamente a taxa de absentismo deste grupo profissional, em particular no que diz respeito à proteção na parentalidade.

Gráfico 64. Distribuição de enfermeiros por idade



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

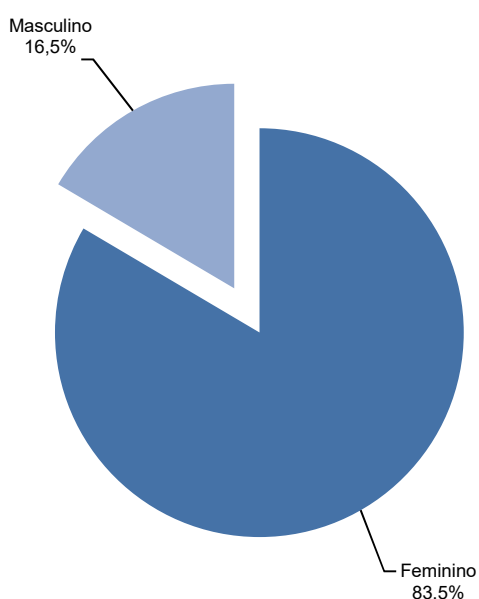
### 2.3. Enfermeiros por género

A taxa de feminização é medida pela percentagem de mulheres no total de enfermeiros.

Assim, como resulta do Gráfico 65 existe uma clara predominância do género feminino neste grupo profissional.

A taxa feminização é de 83,5% no pessoal de enfermagem, o que representa uma percentagem bastante superior à taxa de feminização global do Ministério da Saúde (76,5%).

Gráfico 65. Taxa de feminização dos enfermeiros



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP  
Fonte: Dados provenientes do RHV

## 2.4. Trabalho suplementar do pessoal de enfermagem

O quadro que se segue apresenta o número total de horas de trabalho suplementar realizadas pelo pessoal de enfermagem durante o ano 2018, conjugado com o número total de enfermeiros que realizou o referido trabalho suplementar.

No ano 2018, como é possível constatar no Quadro 80, registou-se um volume de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem que ascendeu a cerca de 3,20 milhões horas, o que, face ao número total de enfermeiros que assegurou a realização desta prestação de trabalho, corresponde a uma média de 115 horas por profissional.

A distribuição por entidade do volume de trabalho suplementar realizado em 2018 pelo pessoal de enfermagem é a que consta do Quadro 81, no qual, para uma melhor compreensão, se apresenta, igualmente, a variação face ao ano anterior.

Em termos evolutivos, em 2018 assistiu-se, portanto, face ao ano anterior, a um acréscimo global da ordem dos 27% das horas suplementares dos enfermeiros.

Quadro 80. Total de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem

Volume horas suplementares	Número de Enfermeiros com horas suplementares	Horas suplementares/ Enfermeiro (Média Anual)
3 204 188	27 776	115

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano 2018)

Quadro 81. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por enfermeiro

Entidade	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de enfermeiros com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	1 508	79 597	53	-2 415	-3%
ARS Alentejo, I.P.	162	30 999	191	2 987	11%
ARS Algarve, I.P.	281	23 421	83	-5 107	-18%
ARS Centro, I.P.	884	116 771	132	5	0%
ARS Norte, I.P.	1 299	154 776	119	3 841	3%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	324	15 248	47	7 560	98%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	604	118 503	196	31 408	36%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	451	18 904	42	-425	-2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	754	55 351	73	1 382	3%

Entidade	Número de enfermeiros com HS >0	2018		Variação horas suplementares 2018/2017	
		Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	463	31 167	67	6 095	24%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	683	73 787	108	20 638	39%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	579	68 940	119	17 115	33%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	544	53 911	99	10 957	26%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	302	37 671	125	8 783	30%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	409	34 542	84	18 785	119%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	2 025	265 407	131	75 486	40%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	546	32 732	60	19 871	155%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	217	25 437	117	1 024	4%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	76	3 287	43	-659	-17%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	530	60 434	114	19 273	47%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	662	82 708	125	40 646	97%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	326	48 992	150	19 055	64%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	1 348	252 559	187	31 466	14%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	1 415	203 085	144	41 541	26%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	1 185	118 024	100	20 967	22%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	1 036	132 758	128	71 286	116%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	1 546	175 200	113	42 708	32%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	71	9 551	135	9 343	4503%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0	0	0	-8	-100%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	493	30 470	62	8 024	36%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	77	4 128	54	-329	-7%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	135	7 907	59	4 067	106%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	480	48 325	101	18 343	61%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	373	34 628	93	1 336	4%
Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	9	337	37	337	NA
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	721	74 527	103	21 225	40%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	648	54 228	84	10 155	23%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	136	7 890	58	2 901	58%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	2	3	1	3	NA
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	176	67 973	386	2 012	3%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	61	12 548	206	-136	-1%
IPO Coimbra, E.P.E.	176	26 238	149	3 820	17%
IPO Lisboa, E.P.E.	333	29 811	90	10 013	51%
IPO Porto, E.P.E.	390	39 482	101	-2 586	-6%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	619	85 857	139	24 801	41%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	391	48 057	123	10 707	29%

Entidade	Número de enfermeiros com HS >0	2018		Variação horas suplementares 2018/2017	
		Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	261	24 051	92	7 299	44%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	503	88 719	176	16 767	23%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	250	25 015	100	2 747	12%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	467	36 514	78	11 188	44%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	439	69 245	158	13 535	24%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	406	64 475	159	3 471	6%
<b>Total Geral</b>	<b>27 776</b>	<b>3 204 188</b>	<b>115</b>	<b>683 308</b>	<b>27%</b>

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.  
 Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

### 3. Pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos

O grupo de pessoal dos técnicos superiores de saúde e dos farmacêuticos engloba um conjunto de ramos previstos no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com as alterações que lhe foram, entretanto, introduzidas, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 240/93, de 8 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro.

Os ramos de atividade desta carreira são: Ramo de Engenharia Sanitária; Ramo de Farmácia; Ramo de Física Hospitalar; Ramo de Genética; Ramo de Laboratório; Ramo de Nutrição; Ramo de Psicologia Clínica e Ramo de Veterinária.

Com a aprovação dos Decretos-Leis n.os 108/2017 e 109/2017, ambos de 30 de agosto, que, respetivamente, estabelece o regime da carreira farmacêutica nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde e define o regime legal da carreira especial farmacêutica, foi considerado extinto o acima referido Ramo de Farmácia da carreira de técnico superior de saúde.

Adicionalmente, para além da extinção do Ramo de Farmácia e transição dos respetivos profissionais para a nova carreira, também os profissionais farmacêuticos integrados na carreira dos técnicos superiores de saúde nos ramos de Laboratório e Genética a que se refere o Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, são integrados na carreira especial farmacêutica. Não obstante a autonomização

da carreira Farmacêutica, tendo em consideração a informação vertida nos relatórios dos anos transatos, e a necessária compatibilização e harmonização com o presente relatório, para efeitos de apresentação dos diversos quadros, os farmacêuticos estão considerados nos dados relativos aos profissionais TSS.

Em termos gerais, salienta-se ainda que, para além dos profissionais que se encontram inseridos nesta carreira de regime público ainda não revista, existem outros profissionais, designadamente nas entidades públicas empresariais do SNS, que desenvolvem funções no âmbito destas áreas de atividade, mas que estão inseridos no grupo de pessoal técnico superior.

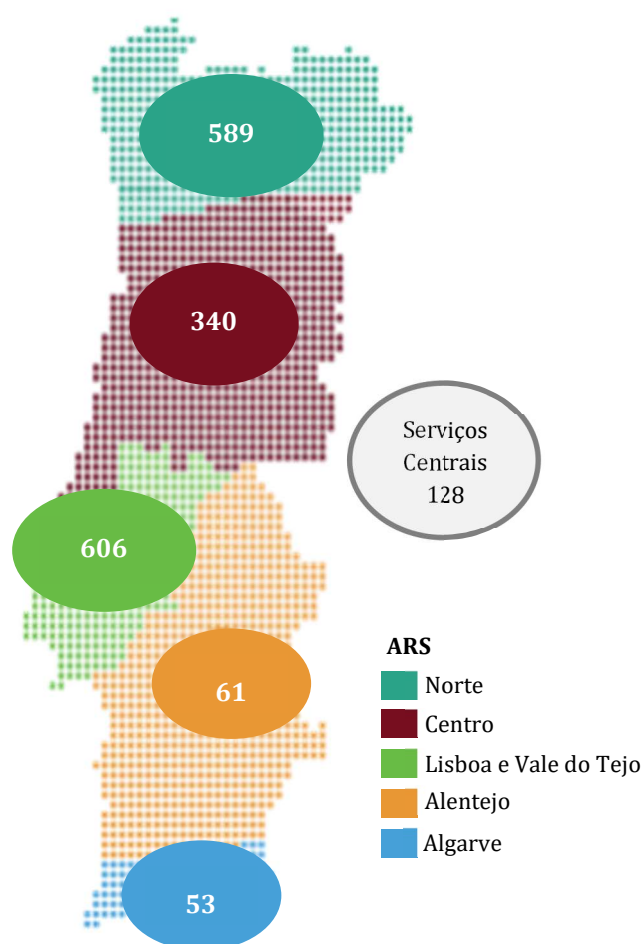
### 3.1. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por região

Na Figura 4 apresenta-se a distribuição regional dos trabalhadores integrados nesta carreira.

À semelhança dos demais grupos profissionais, as regiões do Norte e de Lisboa

e Vale do Tejo apresentam o maior número de profissionais.

Figura 4. Total de técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

### 3.2. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo

O Quadro 82 apresenta a distribuição dos TSS e dos farmacêuticos por cada um dos ramos destas carreiras, sendo de salientar a predominância de profissionais nos ramos de psicologia clínica e de farmácia.

No universo dos trabalhadores integrados na carreira de TSS e de farmacêuticos, cerca de

36% são psicólogos e 30% são farmacêuticos do ex-ramo de farmácia, sendo que esta realidade foi, entretanto, alterada face à transição dos farmacêuticos para a nova carreira.

Quadro 82. Distribuição dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por ramo

Ramo	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
Engenharia Sanitária	4	3	7	3		3	20
Farmácia	163	122	183	13	7	10	498
Física Hospitalar	13	13	9				35
Genética	30	12	6			32	80
Laboratório	81	67	49	10	13	79	299
Nutrição	88	29	12	5	4	1	139
Psicologia Clínica	173	93	267	29	29	3	594
Veterinária		1	2	1			4
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>340</b>	<b>535</b>	<b>61</b>	<b>53</b>	<b>128</b>	<b>1 669</b>

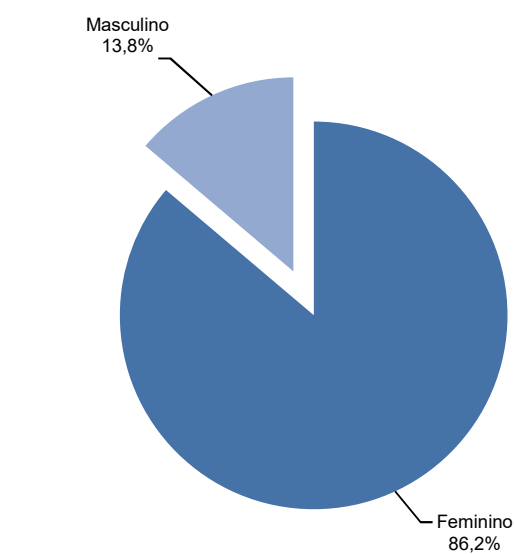
Fonte: Dados provenientes do RHV

### 3.3. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por gênero

No que respeita à sua distribuição por gênero, estes trabalhadores são maioritariamente do gênero feminino, tal como é possível constatar a partir do gráfico seguinte.

Verifica-se assim que a taxa de feminização, no valor de 86,2%, chega mesmo a ser superior ao valor registado pelo grupo profissional de enfermagem (83,5%).

Gráfico 66. Taxa de feminização dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos



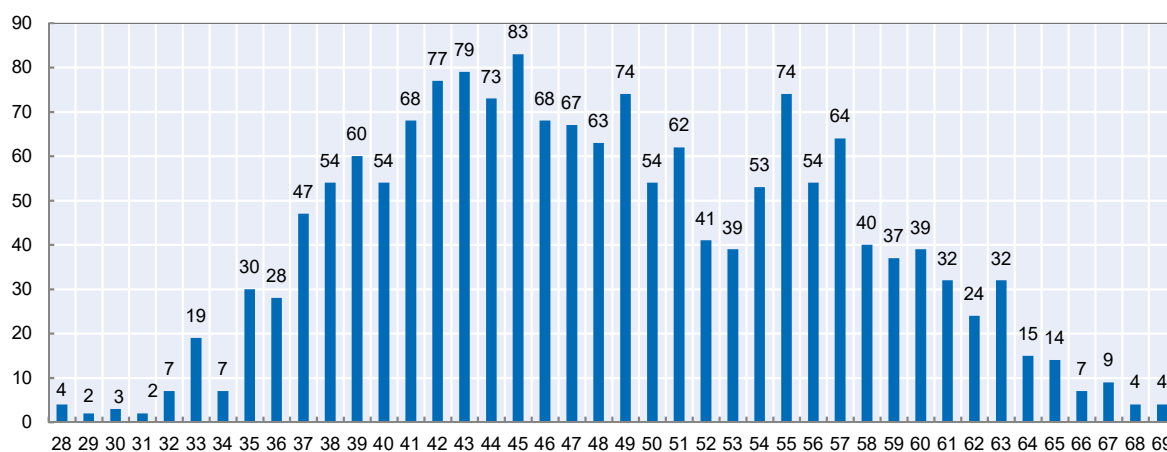
Fonte: Dados provenientes do RHV

### 3.4. Técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por idade

Em termos da sua distribuição por idades, os técnicos superiores de saúde apresentam uma dispersão considerável, destacando-se uma

concentração de profissionais no intervalo de idades compreendido entre os 42 e os 45 anos.

Gráfico 67. Distribuição dos técnicos superiores de saúde e farmacêuticos por idade



Fonte: Dados provenientes do RHV

### 3.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos

Analisando o trabalho suplementar realizado pelos trabalhadores inseridos nas carreiras de TSS e de Farmacêuticos, apresenta-se, no Quadro 83, o número de trabalhadores que realizaram trabalho suplementar no ano de 2018, o volume de horas realizadas e a média de horas de trabalho suplementar por trabalhador.

Constata-se que 43% destes trabalhadores realizou trabalho suplementar durante o ano de 2018, tendo cada um destes 720 profissionais realizado uma média de 212 horas.

No Quadro 84 apresenta-se a distribuição do volume de trabalho suplementar por cada uma das entidades SPA e EPE do SNS.

As entidades que registaram maior volume de trabalho suplementar foram o Centro

Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, a Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE e o Instituto Português do Sangue e Transplantação, IP, representando o conjunto destas quatro entidades cerca de 33% do volume total do trabalho suplementar.

Em complemento à análise anterior, apresenta-se, no Quadro 85, o volume do trabalho suplementar por cada um dos ramos/ carreira que integram o grupo profissional dos TSS e farmacêuticos.

É maioritariamente nos farmacêuticos que se concentram os profissionais que realizaram trabalho suplementar, totalizando 67% do trabalho suplementar realizado em 2018.

Quadro 83. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior de saúde e farmacêuticos

Volume horas suplementares	Número de TSS + Farmacêuticos com horas suplementares	Horas suplementares/TSS + Farmacêuticos (Média anual)
152 383	720	212

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

**Quadro 84. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior de saúde e farmacêuticos**

Entidade	Número de TSS + Farmacêuticos com HS >0	2018		Variação horas suplementares 2018/2017	
		Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	14	997	71	69	7%
ARS Alentejo, I.P.	2	380	190	281	284%
ARS Algarve, I.P.	3	32	11	-17	-35%
ARS Centro, I.P.	3	1 336	445	28	2%
ARS Norte, I.P.	5	118	24	68	135%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	13	3 318	255	-232	-7%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	12	1 408	117	-851	-38%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	19	5 375	283	2 570	92%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	20	1 032	52	204	25%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	7	1 670	239	226	16%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	6	1 980	330	-190	-9%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	15	391	26	-141	-27%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	12	2 495	208	-554	-18%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	7	684	98	333	95%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	11	2 425	220	-494	-17%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	85	11 569	136	-1 778	-13%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	26	7 710	297	848	12%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	5	347	69	193	125%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	6	256	43	107	72%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	9	3 042	338	182	6%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	13	3 126	240	1 317	73%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	62	14 449	233	-230	-2%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	25	2 734	109	182	7%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	18	6 166	343	173	3%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	35	3 424	98	1 023	43%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	53	4 251	80	476	13%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	14	1 735	124	1 130	187%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	3	20	7	20	NA
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	4	124	31	23	23%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	5	1 234	247	-41	-3%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	5	1 704	341	161	10%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	14	1 548	111	45	3%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	18	1 806	100	-1 227	-40%

Entidade	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de TSS + Farmacêuticos com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	3	570	190	-53	-9%
Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	2	85	42	34	66%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	5	313	63	109	53%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	13	9 934	764	-598	-6%
IPO Coimbra, E.P.E.	18	3 562	198	-190	-5%
IPO Lisboa, E.P.E.	21	3 342	159	482	17%
IPO Porto, E.P.E.	29	4 024	139	-460	-10%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	5	81	16	29	56%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	12	5 851	488	-537	-8%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	12	5 831	486	767	15%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	16	13 784	861	616	5%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	5	1 527	305	-1 089	-42%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	15	773	52	419	118%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	8	9 267	1 158	2 069	29%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	7	4 559	651	-346	-7%
<b>Total Geral</b>	<b>720</b>	<b>152 383</b>	<b>212</b>	<b>5 155</b>	<b>4%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 85. Trabalho suplementar por ramo e média de horas realizadas por técnico superior de saúde e farmacêuticos**

Ramo	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de TSS + Farmacêuticos com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Engenharia Sanitária	4	198	49	99	100%
Farmácia / Farmácia Hospitalar	524	102 188	195	8 126	9%
Física Hospitalar	28	2 675	96	-36	-1%
Genética / Genética Humana	14	7 614	544	570	8%
Laboratório / Análises Clínicas	124	3 974	306	-3 433	-8%
Nutrição	9	374	42	-15	-4%
Psicologia Clínica	17	1 361	80	-155	-10%
<b>Total Geral</b>	<b>720</b>	<b>152 383</b>	<b>212</b>	<b>5 155</b>	<b>4%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV

#### 4. Pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

A carreira de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica (TSDT) constitui um corpo especial que se encontra regulado para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, constituída mediante a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e para os trabalhadores em regime de contrato de trabalho, nos termos de Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integrados no SNS, nos termos dos diplomas legais que definem o regime jurídico dos trabalhadores das referidas entidades, sem prejuízo do mesmo regime laboral e dos termos acordados no respetivo instrumento de regulação coletiva de trabalho.

Integram a carreira especial de TSDT e a carreira de TSDT, os trabalhadores cujas funções correspondam a profissões de saúde que envolvam o exercício de atividades técnicas de diagnóstico e terapêutica conforme o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 110/2017 e n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, ambos de 31 de agosto).

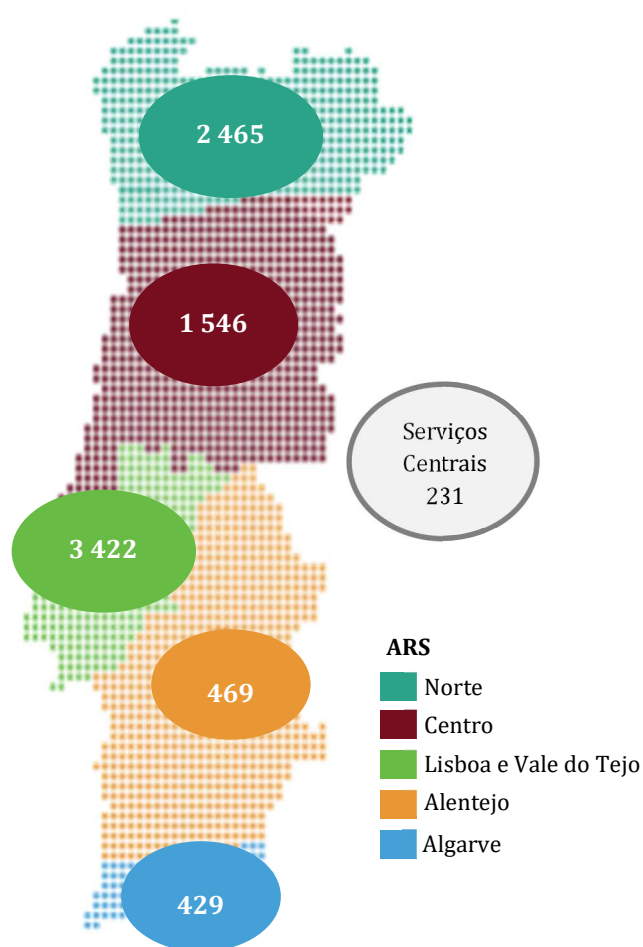
Cabe à ACSS assegurar, quanto às profissões inseridas nesta carreira, o registo ou certificação de profissionais de saúde, designadamente, através da emissão de cédulas e de declarações.

#### 4.1. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por região de saúde

Apresenta-se seguidamente a Figura 5 contendo a distribuição do número de TSDT por regiões.

A região de saúde com o maior número de TSDT é a de Lisboa e Vale do Tejo, onde estão concentrados 41% destes profissionais.

Figura 5. Total de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

## 4.2. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por profissão

As profissões dos TSDT que abrangem mais trabalhadores são as de técnico de análises clínicas e de saúde pública (25%), técnico de radiologia (19%) e a de fisioterapeuta (12%).

Tendo como base o Quadro 86, constata-se que a distribuição das diversas profissões por região é geralmente equilibrada, existindo, no entanto, casos de profissões que não estão representadas em todas as regiões, nomeadamente no Alentejo e Algarve.

Quadro 86. Total de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por profissão e região de saúde

Profissão	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	542	343	711	108	75	217	1 996
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	90	65	162	15	15	5	352
Técnico de audiologia	26	20	28	3	3	0	80
Técnico de cardiopneumologia	228	187	338	35	31	0	819
Dietista	25	31	97	14	18	1	186
Técnico de farmácia	199	126	255	35	34	0	649
Fisioterapeuta	264	171	391	82	81	1	990
Higienista oral	6	18	61	15	9	1	110
Técnico de medicina nuclear	15	13	21	0	0	0	49
Técnico de neurofisiologia	39	24	32	1	3	0	99
Ortoprotésico	0	0	2	0	0	0	2
Ortoptista	62	34	73	14	7	0	190
Técnico de prótese dentária	1	1	1	0	0	0	3
Técnico de radiologia	484	313	579	80	81	0	1 537
Técnico de radioterapia	97	46	88	0	0	0	231
Técnico de saúde ambiental	129	84	127	33	16	6	395
Terapeuta da fala	41	32	59	23	20	0	175
Terapeuta ocupacional	59	38	108	11	36	0	252
<b>Total</b>	<b>2 311</b>	<b>1 546</b>	<b>3 135</b>	<b>469</b>	<b>429</b>	<b>231</b>	<b>8 115</b>

Nota: Não inclui Podologistas

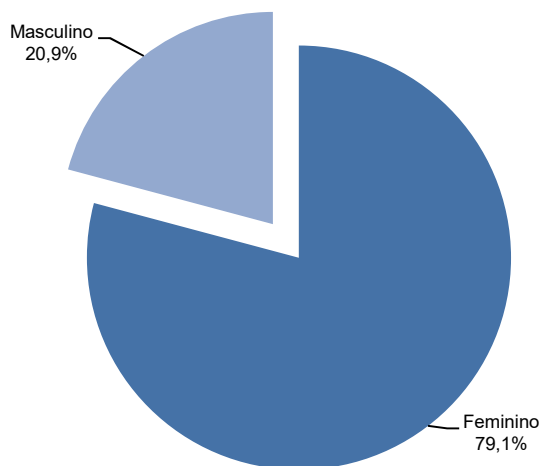
Fonte: Dados provenientes do RHV

### 4.3. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por gênero

Os TSDT são maioritariamente compostos por profissionais do gênero feminino, registando uma taxa de feminização de 79,1%.

Embora este seja um grupo profissional maioritariamente feminino, ainda assim fica aquém do pessoal de enfermagem e técnicos superiores de saúde.

Gráfico 68. Taxa de feminização dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica



Fonte: Dados provenientes do RHV

#### 4.4. Técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por idade

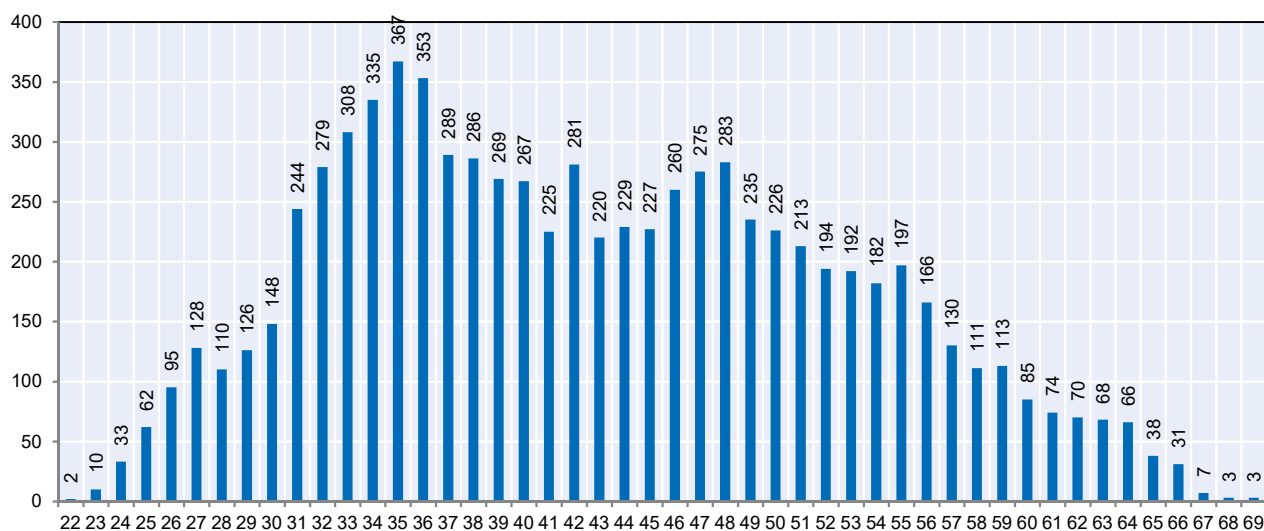
A idade média dos TSDT fixa-se nos 43 anos.

relevante de trabalhadores em idades

De notar ainda que existe uma concentração

compreendidas entre os 33 e os 36 anos.

Gráfico 69. Distribuição dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica por idade



Fonte: Dados provenientes do RHV

#### 4.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

O Quadro 87 apresenta o volume de trabalho suplementar realizado pelo grupo de pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica durante o ano 2018.

Neste ano, os trabalhadores inseridos neste grupo profissional realizaram cerca de 746 mil horas de trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 230 horas por profissional.

Tendo em conta o número total de TSDT<sup>14</sup>, constata-se que aproximadamente 40% dos TSDT realizaram trabalho suplementar durante o ano de 2018.

No Quadro 88 apresenta-se o volume do trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica desagregado por entidade, respetiva média anual de horas realizadas e variação ocorrida em relação a 2017.

No ano 2018, comparativamente ao ano 2017, a maioria das entidades apresentou um acréscimo do volume de trabalho

suplementar assegurado pelo pessoal técnico superior da área de diagnóstico e terapêutica.

À semelhança do que já anteriormente foi referido, um dos principais motivos que justificam o aumento do trabalho suplementar foi a alteração ocorrida no período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas /CIT.

O maior volume de trabalho suplementar foi realizado em estabelecimentos hospitalares de grande dimensão, sendo o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE o mais representativo, com 13% do volume total.

Em termos de volume de trabalho suplementar realizado por profissão, no Quadro 89 é possível constatar que são os técnicos de análises clínicas e de saúde pública que asseguram a maior parcela de horas de trabalho suplementar (aproximadamente 35% do total).

<sup>14</sup> TSDT ativos a dezembro de 2018, não estando incluídos as entidades pertencentes aos serviços centrais e PPP.

**Quadro 87. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica**

Volume horas suplementares	Número de TSDT com horas suplementares	Horas suplementares/ TSDT (Média anual)
746 824	3 247	230

Fonte: Dados provenientes do RHV

**Quadro 88. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica**

Entidade	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de TSDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
ARS Alentejo, I.P.	3	478	159	130	37%
ARS Algarve, I.P.	26	7 473	287	499	7%
ARS Centro, I.P.	17	7 649	450	1 007	15%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	6	557	93	276	98%
ARS Norte, I.P.	18	4 022	223	-1 165	-22%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	24	874	36	-1 088	-55%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	79	17 188	218	2 142	14%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	42	6 956	166	2 453	54%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	157	31 078	198	798	3%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	85	22 736	267	2 508	12%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	68	11 772	173	-1 014	-8%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	89	24 720	278	3 171	15%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	40	4 542	114	696	18%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	49	8 882	181	1 393	19%
Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	48	3 223	67	-2 148	-40%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	269	94 196	350	20 164	27%
Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	47	10 638	226	672	7%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	20	2 818	141	2 602	1 208%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1	113	113	113	NA
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	39	2 919	75	-2 552	-47%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	56	15 660	280	1 492	11%
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	31	2 103	68	687	49%
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	244	68 617	281	10 723	19%
Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	126	23 729	188	3 581	18%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	192	26 990	141	4 685	21%

Entidade	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de TSDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	136	16 672	123	4 125	33%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	312	62 419	200	15 363	33%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	58	5 057	87	-1 757	-26%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	2	10	5	10	NA
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	33	2 382	72	2 106	763%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	53	6 237	118	527	9%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	69	35 633	516	-407	-1%
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	56	11 930	213	886	8%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	130	28 795	221	1 603	6%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	19	894	47	-515	-37%
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	0	0	0	-15	-100%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.	7	69	10	-12	-15%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	89	32 018	360	-669	-2%
IPO Coimbra, E.P.E.	51	13 923	273	185	1%
IPO Lisboa, E.P.E.	68	9 914	146	262	3%
IPO Porto, E.P.E.	84	20 026	238	-633	-3%
Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	14	892	64	695	353%
Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	27	5 030	186	-510	-9%
Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	22	8 979	408	258	3%
Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	59	16 815	285	1 698	11%
Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	33	12 371	375	1 020	9%
Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	35	2 055	59	-3 564	-63%
Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	65	38 880	598	3 852	11%
Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	49	15 894	324	1 846	13%
<b>Total Geral</b>	<b>3 247</b>	<b>746 824</b>	<b>230</b>	<b>78 182</b>	<b>12%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

### Quadro 89. Trabalho suplementar por profissão e média de horas realizadas por técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

Profissão	2018			Variação horas suplementares 2018/2017	
	Número de TSDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Dietista	30	2 605	87	-224	-8%
Fisioterapeuta	113	6 565	58	-579	-8%
Ortopetista	3	306	102	-1	0%
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	1 203	264 832	220	21.142	9%

Profissão	Número de TSDT com HS >0	2018		Variação horas suplementares 2018/2017	
		Total horas suplementares	Média anual horas suplementares	Valor	%
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	62	4 491	72	3.874	629%
Técnico de audiologia	3	218	73	185	551%
Técnico de cardiopneumologia	341	172 282	505	23.097	15%
Técnico de farmácia	423	56 278	133	6.627	13%
Técnico de medicina nuclear	9	6 358	706	60	1%
Técnico de neurofisiologia	24	5 920	247	733	14%
Técnico de radiologia	881	214 614	244	23.180	12%
Técnico de radioterapia	136	6 676	49	-20	0%
Técnico de saúde ambiental	15	5 630	375	307	6%
Terapeuta da fala	2	21	10	21	NA
Terapeuta ocupacional	2	28	14	20	250%
Sem especialidade ou não definida	0	0	0	-240	-100%
<b>Total Geral</b>	<b>3 247</b>	<b>746 824</b>	<b>230</b>	<b>78.182</b>	<b>12%</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2018)

## 5. Rácios

A finalizar o presente relatório, apresentam-se alguns rácios no âmbito de recursos humanos dos Estabelecimentos Hospitalares, Unidades Locais de Saúde e Administrações Regionais de Saúde do SNS, cruzando as existências de Médicos e de Enfermeiros de cada entidade com número da população de sua área de abrangência e número de camas (quando aplicável).

Na análise dos Médicos e dos Enfermeiros por 1.000 habitantes deverão naturalmente ser ainda tidos em consideração outros aspetos relevantes, tais como a área do território abrangido e a respetiva dispersão da população, e ainda a carga de doença, dados socioeconómicos das populações e redes de transportes.

No Quadro 90 apresentam-se as existências de médicos e de enfermeiros, por 1.000 habitantes, nas Administrações regionais de Saúde, enquanto entidades prestadoras de cuidados de saúde primários.

Da análise dos dados das Administrações Regionais de Saúde, salienta-se a ARS de Lisboa e Vale do Tejo com os menores valores tanto em médicos (0,76) como em enfermeiros (0,75).

A ARS com o maior rácio no que respeita a médicos é a ARS Centro (0,95), seguida das ARS do Alentejo e do Norte, com 0,92 e 0,89 médicos por 1.000 habitantes, respetivamente. No que respeita aos enfermeiros por mil habitantes regista-se, de forma destacada, a ARS do Alentejo (1,25).

Quanto ao rácio relativo a número de enfermeiros por médico, os valores mais

baixos dizem respeito às ARS do Centro (0,96) e de Lisboa e Vale do Tejo (0,99), tendo a ARS do Alentejo o valor mais elevado (1,36).

No que se refere à mesma análise quanto às Unidades Locais de Saúde, em termos de médicos o maior valor diz respeito à Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE (3,65) e o maior valor no que respeita a enfermeiros é da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE (4,79).

No que respeita ao rácio de médicos por mil habitantes, salienta-se como tendo os menores valores a Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, EPE (1,36 médicos e 3,79 enfermeiros por 1.000 habitantes). Relativamente ao nº de enfermeiros destaca-se com valores mais baixos a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (3,77 enfermeiros por 1.000 habitantes).

No que se refere ao rácio de Enfermeiros por Médico, os valores mais baixos são representados pela Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE (1,28) e o mais alto pela Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, EPE (2,79).

**Quadro 90. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2018 nas administrações regionais de saúde (cuidados de saúde primários)**

Entidade	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes	Enfermeiros por médico
ARS Norte, IP	0,89	0,90	1,02
ARS Centro, IP	0,95	0,90	0,96
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	0,76	0,75	0,99
ARS Alentejo, IP	0,92	1,25	1,36
ARS Algarve, IP	0,78	1,01	1,29
<b>Total</b>	<b>0,84</b>	<b>0,85</b>	<b>1,02</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

**Quadro 91. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2018 nas unidades locais de saúde**

Região	Entidade	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes	Enfermeiros por médico
Norte	Unidade Local de Saúde Alto Minho, E.P.E.	2,35	3,77	1,60
Norte	Unidade Local de Saúde Matosinhos, E.P.E.	3,65	4,66	1,28
Norte	Unidade Local de Saúde Nordeste, E.P.E.	2,12	4,79	2,26
Centro	Unidade Local de Saúde Castelo Branco, E.P.E.	1,92	4,31	2,25
Centro	Unidade Local de Saúde Guarda, E.P.E.	1,78	4,57	2,57
Alentejo	Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, E.P.E.	1,68	4,59	2,73
Alentejo	Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, E.P.E.	1,36	3,79	2,79
Alentejo	Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, E.P.E.	1,71	4,68	2,73
<b>Total</b>		<b>2,18</b>	<b>4,36</b>	<b>2,00</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

No que concerne às entidades hospitalares, verifica-se a existência de diferenças acentuadas entre os valores máximos e mínimos no rácio relativo a enfermeiros por médico. O mesmo acontece no rácio de médicos por mil habitantes.

Estas entidades, apresentadas no Quadro 92, pertencem a diferentes grupos e possuem dimensões bem diferenciadas, pelo que não devem ser comparadas entre si sem a devida reserva.

Assim, com as devidas reservas, salienta-se que no que se refere ao número de médicos por mil habitantes, os maiores valores correspondem ao Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (5,79), por outro lado no que respeita aos enfermeiros, a entidade com mais expressão é o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE (8,53). Com os valores mais baixos destaca-se o Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Cantanhede (0,12 médicos e 0,77 enfermeiros, respetivamente).

Na análise dos rácios de médico por cama, as entidades hospitalares com valores mais elevados são o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE (1,49) e o Centro Hospitalar do Porto, EPE (1,49).

Com os menores valores, destacam-se o Centro Medicina Física e de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais (0,27), o Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Cantanhede (0,33) e o Centro Hospitalar Médio Tejo (0,55).

No que respeita ao rácio de enfermeiros por cama, o Centro Hospitalar universitário de São João, EPE (2,15) e o Hospital Arcebispo João

Crisóstomo – Cantanhede (2,11) apresentam os maiores valores, sendo os menores correspondentes ao Centro Hospitalar Cova da Beira (1,26) e ao Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais (0,82).

Quanto ao rácio enfermeiros por médico, este apresenta como valor máximo o Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Cantanhede (6,33) e o Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE (3,36). Em termos mínimos, destacam-se o Centro Hospitalar do Porto, EPE (1,27) e o Instituto de Oftalmologia Gama Pinto (0,58).

Verifica-se uma diferença considerável entre os valores máximos e mínimos apresentados.

Para uma correta interpretação dos rácios apresentados, não será demais referir que apenas contempla os trabalhadores com contrato de trabalho que desempenham funções nas diversas entidades, não incluindo, portanto, profissionais que sejam trabalhadores independentes ou prestadores de serviços que, especialmente no que diz respeito aos rácios de médicos, teriam um impacto significativo.

**Quadro 92. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes de 2018 e por estabelecimentos hospitalares do SNS**

Grupo	Região	Entidade	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes
A	Centro	Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	NA	NA
A	Centro	Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0,12	0,77
A	Centro	Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	0,32	0,88
A	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	0,91	2,01
A	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	NA	NA
A	Lisboa e Vale do Tejo	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	NA	NA
A	Norte	Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	NA	NA
B	Centro	Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1,25	1,92
B	Norte	Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0,92	1,57
B	Norte	Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0,95	1,79
B	Norte	Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0,63	1,19
C	Centro	Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	2,09	4,39
C	Centro	Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	1,03	2,25
C	Centro	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	1,23	2,25
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	1,68	3,20
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	1,32	3,00
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	1,22	4,10
C	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	1,45	2,99
C	Norte	Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	1,54	2,36
C	Norte	Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	0,80	1,26
C	Norte	Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	1,61	2,52
D	Alentejo	Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	1,84	3,21
D	Algarve	Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	1,60	3,47
D	Centro	Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	1,97	3,35
D	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	1,76	2,85
D	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	1,18	1,83
D	Norte	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	1,72	3,63
D	Norte	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	2,57	3,61
E	Centro	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	4,88	8,53
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	4,95	7,79
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	3,57	5,30
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	5,79	7,77
E	Norte	Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	4,31	6,92
E	Norte	Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	3,74	4,75
F	Centro	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Coimbra, E.P.E.	NA	NA
F	Lisboa e Vale do Tejo	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Lisboa, E.P.E.	NA	NA
F	Norte	Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, E.P.E.	NA	NA
<b>Total</b>			<b>2,25</b>	<b>3,79</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

**Quadro 93. Rácio de médicos e enfermeiros por cama e enfermeiros por médico em 2018 por estabelecimentos hospitalares do SNS**

Grupo	Região	Entidade	Médico por cama	Enfermeiro por cama	Enfermeiros por Médico
A	Centro	Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	0,27	0,82	3,00
A	Centro	Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0,33	2,11	6,33
A	Centro	Hospital Doutor Francisco Zagalo - Ovar	0,64	1,75	2,72
A	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	0,80	1,78	2,22
A	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	0,82	1,39	1,69
A	Lisboa e Vale do Tejo	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	NA	NA	0,58
A	Norte	Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0,57	1,33	2,31
B	Centro	Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0,87	1,34	1,54
B	Norte	Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0,91	1,55	1,71
B	Norte	Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0,95	1,79	1,88
B	Norte	Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0,84	1,57	1,88
C	Centro	Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, E.P.E.	0,60	1,26	2,10
C	Centro	Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	0,67	1,45	2,18
C	Centro	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	0,93	1,71	1,83
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	1,03	1,97	1,90
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	0,73	1,66	2,28
C	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Médio Tejo, E.P.E.	0,55	1,85	3,36
C	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0,65	1,33	2,06
C	Norte	Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	1,14	1,75	1,54
C	Norte	Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E.	0,95	1,50	1,58
C	Norte	Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.	1,00	1,56	1,57
D	Alentejo	Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	1,07	1,86	1,74
D	Algarve	Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	0,79	1,71	2,17
D	Centro	Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0,84	1,43	1,70
D	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	1,02	1,66	1,62
D	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	0,82	1,28	1,55
D	Norte	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	0,80	1,69	2,12
D	Norte	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	1,49	2,10	1,40
E	Centro	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	0,92	1,60	1,75
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.	1,26	1,98	1,57
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	1,13	1,67	1,48
E	Lisboa e Vale do Tejo	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E.	1,33	1,78	1,34
E	Norte	Centro Hospitalar Universitário de S. João, E.P.E.	1,34	2,15	1,61
E	Norte	Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.	1,49	1,89	1,27
F	Centro	IPO Coimbra, E.P.E.	1,00	1,41	1,41
F	Lisboa e Vale do Tejo	IPO Lisboa, E.P.E.	1,27	1,93	1,52
F	Norte	IPO Porto, E.P.E.	1,07	2,02	1,90
<b>Total</b>			<b>1,02</b>	<b>1,71</b>	<b>1,68</b>

Fonte: Dados provenientes do RHV, SICA

